

# **As Ciências da Linguagem no espaço galego-português**

**diversidade e convergência**

Xosé Manuel Sánchez Rei  
Maria Aldina Marques  
(Organizadores)

Instituto de Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos  
Centro de Estudos Humanísticos  
Universidade do Minho



# **As Ciências da Linguagem no espaço galego-português diversidade e convergência**

*Xosé Manuel Sánchez Rei  
Maria Aldina Marques  
(Organizadores)*

**Instituto de Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos  
Centro de Estudos Humanísticos  
Universidade do Minho**

## **AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM NO ESPAÇO GALEGO-PORTUGUÊS**

Organizadores: Xosé Manuel Sánchez Rei / Maria Aldina Marques

Capa: José Teixeira

© Edição: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho

Edições Húmus, Lda., 2016

End.Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2016

Depósito Legal n.º: 419555/16

ISBN: 9789897552403

# Índice

- 7 **Introdução**  
Xosé Manuel Sánchez Rei | Maria Aldina Marques
- 15 **Sobre identidades e modelos de língua na Galiza**  
Xosé Ramón Freixeiro Mato
- 39 **Materiais para unha revisión crítica da segmentacion de *é* no texto das cantigas profanas galego-portuguesas**  
Manuel Ferreiro
- 65 **As unidades de medida nas receitas de cozinha, medicina, agricultura e pecuária do ms. 142 do Arquivo Distrital de Braga**  
Anabela Leal de Barros
- 99 **Aproximação geral aos marcadores discursivos de controlo de contato**  
Xosé Manuel Sánchez Rei
- 129 **Um olhar da Sociolinguística Interacional para comunidades de prática virtuais: construindo identidades numa lista de tradução**  
Sandra Maria Pérez López
- 163 **A variación diatópica como estratexia pragmática na escrita electrónica galega**  
Estefanía Mosquera Castro
- 179 **Dêixis e valores enunciativo-pragmáticos dos predicados verbais no discurso académico**  
Maria Aldina Marques | Isabel Margarida Duarte
- 209 **Provérbios na publicidade: a sedução pelos implícitos**  
José Teixeira
- 243 **O papel do grau de exposição linguística no desenvolvimento bilingue**  
Cristina Flores | Liliana Correia



## INTRODUÇÃO

Em boa hora, e por iniciativa conjunta de quem isto escreve, demos forma a um projeto que agrupou investigadores da Universidade da Corunha e da Universidade do Minho. Sem constrangimentos de temática definida à partida, pretendíamos, tão-só, aproximar, reunindo numa mesma obra, os trabalhos de investigação que *cá e lá* se iam realizando. O primeiro volume, publicado pela Universidade da Corunha, saiu do prelo logo em 2015 e conseguiu juntar nove investigadores das mais variadas áreas dos estudos da linguagem. Damos agora a conhecer o segundo volume, publicado pela Universidade do Minho e que integra, novamente, nove trabalhos de investigadores galegos e portugueses. A continuidade do projeto inicial está visível nos títulos que a ambos proporcionámos e, por isso, a *Novas perspectivas linguísticas no espaço galego-português* segue-se nesta ocasião *As Ciências da Linguagem no espaço galego-português. Diversidade e convergência*. A variedade de trabalhos que caracterizou o primeiro livro repete-se agora, ainda que com algumas mudanças no conjunto dos colaboradores. Por falta de disponibilidade de tempo, vários não puderam continuar no projeto, mas outros se disponibilizaram a participar. A todos, sem exceção, agradecemos a qualidade da colaboração.

Ao nosso público leitor oferecemos uma panóplia de textos que, temos a certeza, lhe irá agradar e confirmar o dinamismo da investigação em ambas as margens do Minho relativamente às duas variedades do mesmo sistema linguístico, pois combinam-se cá, neste segundo livro, contributos de bem variada índole: alguns, por exemplo, estão centrados na linguística histórica ou na crítica textual e outros na linguística sincrónica; há estudos

que abrangem desde fenómenos de variação até questões pragmático-textuais; e não podiam faltar artigos que se ocupam, por sua vez, de temáticas de teor mais sociolinguístico. Tendo em conta essas diversas abordagens que caracterizam tanto o presente quanto o anterior volume publicado na Corunha, o produto final consegue constituir uma estimulante polifonia de prismas que facilitam a visualização de algumas das mais recentes linhas de investigação em linguística, desenvolvidas na Universidade do Minho e na da Corunha.

Precisamente a esta instituição pertence Xosé Ramón Freixeiro Mato, cujo texto, intitulado “Sobre identidades e modelos de língua na Galiza”, se encarrega das tão interessantes quanto complexas relações entre o conceito da identidade nacional (e até individual) e a existência de diversos modelos de língua no país galego. Da leitura do trabalho pode inferir-se que duas são as principais hipóteses de sentimento identitário tendo em conta o percurso histórico do Galego nos últimos séculos e o seu difícil convívio com o Castelhana: a primeira, baseada nos registos coloquiais orais daquela língua, muito influenciados pela língua forânea, parte de um modelo ruralizante e tendente, direta ou indiretamente, à confluência com o Castelhana através da hibridação em diversos planos do uso linguístico; a segunda, alicerçada na autenticidade idiomática e na tradição galego-portuguesa, opta por um modelo que volte ao prestígio perdido pelo idioma através do potenciamento de estruturas gramaticais próprias e da rejeição da convergência gratuita com o Castelhana, quer dizer, aproximando-se, no geral, do Português. Conclui o trabalho a ponderar que também existe uma identidade linguística individual reconhecível mediante certos traços de estilo, pois, como Freixeiro Mato afirma, através da língua escrita ou falada também é possível manifestarmos a “identidade persoal e grupal; e isto acontece en xeral con todas as linguas, mais de modo particular na lingua galega, onde se produce un auténtico mosaico de variedades tanto orais como escritas”.

A questão da identidade linguística cede agora a palavra a assuntos mais relacionados com os documentos escritos de outras épocas e com os seus nem sempre fáceis tratamentos ecdóticos aplicados desde os tempos atuais. Neste sentido, Manuel Ferreiro, com “Materiais para unha revisión crítica da segmentación de *é* no texto das cantigas profanas galego-portuguesas”, verifica que a frequente aparição da terminação <-e> em numerosas vozes



da língua das cantigas medievais é um facto que multiplica as possibilidades segmentativo-interpretativas desta vogal final pela sua polivalência, já que o tal elemento favorece ser entendido não apenas como a conjunção copulativa (*e*), mas também como a P3 do presente do indicativo do verbo *seer* (*é*). A partir da importância que o processo de segmentação textual tem para o estabelecimento do texto crítico medieval, e sempre com um certo carácter de subjetividade, realiza-se neste estudo uma revisão do *corpus* da poesia trovadoresca profana para levantar numerosos problemas existentes na segmentação de *e* em posição final de vocábulo. Assim, a partir da re-leitura dos manuscritos e do confronto com as principais edições existentes, o autor propõe várias hipóteses de retificação textual no *corpus* lírico medieval galego-português, o que, a seu ver, acentua a necessidade de uma atenta “revisión, estudo e conseguinte reconsideración destes procesos segmentativos nuns textos, como as cantigas, que son tan sensíbeis, por razóns semántico-interpretativas, a esta operación ecdótica”.

O texto de Anabela Leal de Barros, com o título “As unidades de medida nas receitas de cozinha, medicina, agricultura e pecuária do ms. 142 do Arquivo Distrital de Braga”, evidencia a importância do estudo de um manuscrito que tem “centenas de receitas culinárias e medicinais”. A autora centra-se na inventariação e categorização das unidades de medida, por se tratar de “Um dos mais férteis campos de pesquisa [...] não somente no tocante ao mais restrito campo lexical da nomenclatura de pesos e medidas (Abbade, 1998; 2003; 2009; Barros, 2013), abarcando influências de diferentes épocas, línguas e povos, mas sobretudo no que tange às indicações analógicas de peso, tempo ou medida, e ao emprego de locuções e expressões relativamente vagas e perifrásticas”. A titulação das diferentes secções explicita o plano textual, apontando as áreas de reflexão escolhidas e a riqueza e variedade das expressões linguísticas: “O campo semântico das unidades de medida”; “Indicações de quantidade vagas ou aproximadas”; “Uso de alfaia de cozinha como unidades de medida”; “Uso de ingredientes como medida de outros”; “Doseamento através das mãos ou dedos” e “Outras indicações de quantidade analógicas”.

Por sua vez, o trabalho de Xosé Manuel Sánchez Rei, intitulado “Aproximação geral aos marcadores discursivos de controlo de contato”, propõe uma perspetivação global de tais unidades partindo para isso, fundamentalmente, de modernos textos orais galegos e portugueses. No estudo,

após um enquadramento geral desses marcadores a respeito de outras unidades de similar natureza linguística, desenvolve-se a questão da origem deles (elementos nominais, verbos, etc.), a sua gramaticalização e os traços flexionais (nomeadamente nos provenientes de tempos verbais), a função de envolverem o alocutário, a possibilidade de o fazerem em ocasiões assinalando dêixis social, o tipo de textos em que são mais frequentes, etc. Através deste artigo, portanto, constata-se tanto o funcionamento quanto a diversa procedência de uma heterogénea tipologia de marcadores que não somente favorecem a fluidez e a eficácia discursivas de maneira similar a como o fazem outros elementos desta índole, mas que também são capazes de significarem o interlocutor e de o implicarem com eficácia no próprio texto, nomeadamente, diz Sánchez Rei, naqueles discursos “marcados por um acusado tom de coloquialidade”.

Já Sandra Pérez López, após discorrer sobre o conceito de comunidades de prática dentro da sociolinguística contemporânea e de estudos brasileiros na área, envereda, com o trabalho “Um olhar da Sociolinguística Interacional para comunidades de prática virtuais: construindo identidades numa lista de tradução”, a natureza privilegiada daquele construto enquanto espaço para a observação de processos de construção identitária. Para tanto, extraída de TRAD-PRT –uma lista de discussão de tradutoras e tradutores de português em atividade desde 1996-, é analisada uma linha conversacional de 2005, a mais longa dentre as que incluem o termo “norma culta”. Nela, nem o gênero nem o perfil profissional são decisivos para organizar os desalinhamentos, que aparecem com força na interação. Conforme a responsável do contributo, a sobrevivência do coletivo não parece devedora puramente de um fazer ligado a essas identidades, mas da relevância da articulação de diferenças, nem que seja conjuntural, e do contraste de concepções sobre língua e tradução, em prol do objetivo maior da construção de uma comunidade. Nas palavras da autora, “as identidades se constroem no e pelo confronto, não por um encontro mitificado enquanto harmônico e livre de disputas”, de aí que valha a pena questionar-se “quais são, então, os contornos que assume o conflito em termos interacionais e, portanto, a forma como as identidades de quem se insere nelas são (re)elaboradas”.

O âmbito da variação linguística enforma o caminho que percorre Estefanía Mosquera Castro no seu trabalho “A variación diatópica como estratexia pragmática na escrita electrónica galega”. Uma língua vive através de diversas

modalidades e registos e algumas das novas formas de escrita, derivadas do desenvolvimento tecnológico dos primórdios do século XXI, exemplificam igualmente este facto, particularmente para o caso aqui tratado, que é o das variantes regionais do Galego e o seu aparecimento delas nos (con) textos digitais. Assim, Mosquera Castro sobranceia, mediante a análise do *corpus* que utilizou, que a recorrência a variantes que se podem considerar dialetais relativamente ao padrão constitui uma prática comum na escrita eletrónica em Galego e que corrobora uma praxe linguística assaz próxima da língua oral, daí a oportunidade de formas sentidas como locais ou populares se documentarem nela. Em definitivo, em termos sociolinguísticos e pragmáticos, esta modalidade de expressão, enquanto modo subversivo se comparado com a variedade estandarizada, “foxe das normas e dos usos prescritivos”, de maneira que os utentes de galego, segundo a investigadora da Corunha, podem aproveitar a “sua competência a respecto do variacionismo para conseguirem a máxima eficacia comunicativa” numa dinâmica esfera de comunicação.

“Dêixis e valores enunciativo-pragmáticos dos predicados verbais no discurso académico”, de Maria Aldina Marques e Isabel Margarida Duarte é uma incursão pelas características do género *dissertação de mestrado*. As autoras apresentam como objetivo nuclear “a análise da presença do investigador-iniciante no seu próprio discurso, nas marcas verbais de primeira pessoa do plural, em cinco dissertações de mestrado de diferentes áreas de investigação das ciências sociais e humanas, mas que partilham o discurso como objeto de análise”. Partindo da caracterização da dissertação de mestrado como “género híbrido, entre o discurso científico e o discurso académico”, propõem-se demonstrar que “...os predicados verbais selecionados pelos diferentes locutores, as categorias semânticas, enunciativas e pragmáticas a que pertencem, a distribuição que têm na estrutura da dissertação, os tempos e modos verbais usados, associados à forma de primeira pessoa do plural, constituem uma estratégia fundamental na construção deste género discursivo, determinada pelo estatuto do locutor e da relação que estabelece com o seu alocutário”. Percorrem, assim, questões relativas às características semântico-pragmáticas e à categorização tipológica dos verbos mais frequentes, à relação dos complexos verbais com as estratégias de construção do conhecimento científico ou, ainda, à importância destas ocorrências para a construção de uma imagem do locutor “adequada” ao

contexto e aos objetivos discursivos, para, entre outras conclusões, apontarem que a “imagem do locutor está imbricada n[um] processo de construção persuasiva da ciência.”

“Provérbios na publicidade: a sedução pelos implícitos” é o título do texto elaborado por José Teixeira. Considerando que a publicidade é um dos campos mais interessantes para se verificar o funcionamento dos principais mecanismos comunicativos individuais e sociais, defende que esta implica a necessidade de uma comunicação direta, rápida e apelativa que tem como consequência a valorização de técnicas comunicativas tidas por mais sedutoras e eficientes. A análise do *corpus* constituído vai centrar-se no uso dos provérbios em publicidade, que, de acordo com o autor, são valorizados através do implícito, da intertextualidade e de leituras que impliquem acionar o conhecimento da tradição paremiológica. Assumindo a importância do implícito em publicidade, da publicidade subliminar e das técnicas de *neuromarketing*, o objetivo principal da investigação é evidenciar como a linguagem publicitária utiliza o conhecimento que os consumidores têm da tradição paremiológica para construir as mensagens apelativas e sedutoras que a caracterizam.

Em síntese, o autor coloca uma pergunta sobre a atração da publicidade pelos provérbios - “Por que razão sendo os provérbios vestígios de uma civilização pré-alfabetizada, oralizada e estruturalmente rural mantêm validade e utilização numa atividade tida como *ex-libris da pós-modernidade e da civilização urbana e global?*”, a que dá de imediato a resposta: “Este aparente paradoxo pode ser compreendido se se atender a que o provérbio consegue seduzir (também) por evocar percepções extremamente importantes para a nossa vivência social.”

O último texto que aqui recolhemos é da autoria de Cristina Flores e Liliana Correia: “O papel do grau de exposição linguística no desenvolvimento bilingue”. Analisando a questão do bilinguismo, as autoras definem como objetivo “apresentar os principais resultados da investigação centrada no papel da variação de *input* linguístico na aquisição de duas (ou mais línguas) na infância, focando o desenvolvimento da competência lexical e morfosintática da criança bilingue.”. Deste modo, passam em revista, numa análise sintética mas muito esclarecedora, os “vários estudos sobre o desenvolvimento e a aquisição da competência lexical de falantes bilingues” publicados quase todos na última década. As considerações finais apontam

algumas das questões que definem esta área de investigação, nomeadamente a existência de uma “estreita correlação entre as condições de *input* linguístico acessível à criança bilingue e o seu desenvolvimento linguístico” pese embora a “diversidade de metodologias usadas, do domínio linguístico observado e dos pares de línguas analisados”.

*Xosé Manuel Sánchez Rei*

*Maria Aldina Marques*

(Corunha e Braga, em maio de 2016)



## **SOBRE IDENTIDADES E MODELOS DE LINGUA NA GALIZA**

Xosé Ramón Freixeiro Mato  
Universidade da Coruña, Grupo ILLA  
<http://illa.udc.gal>

### **Introdución**

O galego é unha lingua minorizada dentro do seu propio territorio de orixe que ten gravemente ameazado o futuro. Para garantir a súa viabilidade interna non chega cun benintencionado modelo de bilingüismo saudábel (Crystal, 2003: 123), que está pensado para evitar o exterminio lingüístico a curto prazo, o que non vai acontecer na Galiza, mais non para ese obxectivo a longo prazo, que precisa doutras propostas de intervención política que inclúan de forma especial o sistema educativo, onde hoxe o galego está en claro recuamento.

Na Galiza unha política clara e decidida en prol do galego apenas existiu e moito menos existe na actualidade. A situación a que se chegou demostra o fracaso dunha política lingüística “de baixa intensidade” (Lorenzo, 2005: 55) baseada na filosofía dun bilingüismo harmónico que choca de bruços coa realidade. Tendo en conta que, após o breve período 2005-2008 en que se tentou modificar algo esa política dentro dunha liña esencialmente continuísta, a que en 2009 instaura un novo Goberno do PP é unha volta a esa doutrina do bilingüismo harmónico, mais aínda menos protectora do galego,

de modo que as expectativas de redución do proceso de desgaleguización son francamente escasas e as prospeccións realizadas por Fernández Rodríguez (1983) para situar no horizonte de dúas ou tres xeracións a desaparición do galego como lingua familiar poden resultar acertadas. Os últimos estudos demoscópicos –mapa sociolingüístico de 2004 (González, 2008) ou datos do Instituto Galego de Estatística dos últimos anos– parecen vir a lle daren a razón.

Á brutal perda de falantes que se produciu no tránsito intersecular e nos primordios do século XXI débese acrecentar a continuidade do proceso de erosión interna da lingua na expresión oral, non só a nivel popular (Freixeiro, 2014b) como tamén en ámbitos cultos e na esfera pública (Regueira, 2013), apenas compensada cunha evidente melloría na escrita, que non consegue nin a necesaria socialización nin os efectos esperábeis. Neste sentido, a planificación lingüística debe atender tanto un aspecto como o outro, sempre que se quixer preservar un modelo de lingua auténtico de acordo co criterio de manutención dos seus trazos singulares, tanto fónicos como morfosintácticos, léxicos e pragmáticos. Outra perspectiva posíbel sería a adopción do paradigma da hibridación como solución para o futuro do galego, na cal o autor destas liñas non acredita.

Neste traballo pártese da consideración do valor identitario que achega o idioma propio da Galiza na sociedade, aínda que hoxe non sexa unanimemente admitido como elemento esencial ou imprescindible da identidade galega e se estenda cada vez máis o discurso dunha dupla identidade lingüística galego-castelá (Fernández Rodríguez, 1998) ou mesmo dunha identidade múltipla (Fernández Rodríguez, 2000a); aínda así, semella claro que para moitas persoas a lingua galega funciona como factor definidor da súa propia identidade persoal ou grupal. Ora, na Galiza conviven diferentes variedades lingüísticas, que van do galego estándar ao castelán modelar, pasando por outras modalidades híbridas que mesturan elementos de ambas en diversos graos; e as persoas galegofalantes non se identifican tanto coa variedade estándar, que en moitos casos senten como estraña e artificial, como coa súa variante local, polo xeral moi castelanizada, a se dar inclusive a circunstancia de en ocasións seren os castelanismos léxicos os que son sentidos como termos propios, en canto as formas propiamente galegas se perciben como alleas (Silva Valdivia, 1991: 37). Algo semellante aconteceu historicamente no portugués, como afirma Venâncio (2014: 130): “os cas-



telhanismos acabaram acolhidos, e até sentidos como auténtico *vernáculo* portugués”.

A partir desta situación, tentaranse ponderar os distintos posicionamentos que na actualidade están presentes no debate lingüístico na Galiza: defensa das variedades híbridas, nomeadamente o castrapo, como novo paradigma da modernidade que vén resolver o conflito lingüístico preexistente, tolerancia cos castelanismos presentes na fala popular dentro dunha liña tendente á consolidación do galego estándar na escrita, ou aposta decidida na calidade lingüística tanto na escrita como na oralidade, sen concesións ás interferencias, como única fórmula posíbel para revitalizar o galego e garantir o seu futuro. Aquí optárase por esta última alternativa e achegáranse as razóns xustificativas, a se desbotar a hibridación como solución para as linguas minorizadas por xogar sempre en prol das linguas dominantes.

Na realidade, son tres as coordenadas identitarias en que se move a lingua galega; ou, se quixermos, tres perspectivas de oposición a partir das cales analizarmos a relación entre lingua e identidade na Galiza: en primeiro lugar estaría o eixo galego vs. español a que a seguir se eludirá, en segundo lugar a contraposición entre o galego popular, coas súas diferentes modalidades, e o galego culto, e en terceiro lugar o confronto entre un modelo de galego autónomo (ou galego-castelán na perspectiva reintegracionista) e o galego-portugués ou galego reintegrado. En xeral estas tres coordenadas operan na sociedade galega á hora de cada persoa ou grupo definir a súa identidade lingüística.

Por último, e como exemplo concreto da relación entre lingua e identidade persoal, achegaremos o caso de tres poemas publicados como anónimos nun calendario lucense e que, fundamentalmente polos seus trazos lingüísticos, se pode hoxe afirmar que foron escritos por Filgueira Valverde.

## Lingua e identidade(s) na Galiza

A relación entre lingua e identidade ou etnicidade vén sendo reiteradamente subliñada polos investigadores, mais tórnase especialmente significativa e mesmo conflitiva en situacións de linguas en contacto onde as persoas bilingües son realmente as que falan a lingua minorizada, como é o caso do galego. Nestes medios, Edwards (2009: 254-255) afirma que moitas persoas

bilingües pertencen a sociedades pequenas ou ameazadas, o que implica a existencia dunha máis clara ligazón entre o bilingüismo e unha maior consciencia da identidade, que pode conducir, entre outros efectos, ao uso da lingua “in ethnic or nationalist struggles”. De acordo con Boix & Vila (1998: 188-193), hai dous conceptos derivados do proceso substitutorio que costuman gardar estreita relación, a ‘relingüificación’ e a ‘reetnificación’, o primeiro definido como o proceso de cesamento na produción dunha lingua e de adopción doutra, e o segundo como proceso polo cal un individuo ou grupo transforma a súa identidade étnica para se converter en membro doutro grupo. A estas situacións costuman conducir o preconceito lingüístico, o desprestixio do idioma propio, o complexo de inferioridade e mesmo o fenómeno do autoodio (Freixeiro, 2014a).

A relingüificación non vai necesariamente unida á mudanza de identidade étnica dos falantes, embora isto sexa o habitual; para Boix & Vila os casos de Irlanda, Euscadi ou Cataluña Norte veñen a demostrar que pode haber relingüificación e pouca reetnificación. É este o caso da Galiza? Cada vez máis, desde sectores sociais opostos á normalización do galego vense reivindicando que tan galegas son as persoas que falan español como as que falan galego, pois para eles ambas as linguas son propias e características da comunidade. Esta relación entre lingua e identidade étnica na Galiza é obxecto de diversas interpretacións.

Nun estudo do Seminario de Sociolingüística da Real Academia Galega (González, 2003) sobre a situación do galego entre a mocidade, seguindo técnicas experimentais e cualitativas, a xente nova reconece a lingua propia como un dos elementos máis característicos da cultura galega, aínda que para as persoas que se declaran castelanfalantes a vinculación entre lingua e identidade non implica unha motivación relevante para un maior uso dela. Deste modo, no propio estudo se advirte do perigo de se instalar na sociedade galega unha ideoloxía que rexeita a lingua como elemento identitario, pois pode servir de base para a lexitimación da substitución lingüística. A lingua, por tanto, non é para a mocidade un elemento de consenso para definir a identidade galega, aínda que se perciban diferenzas segundo o idioma utilizado:

Os elementos identitarios da condición de galego están definidos polos individuos desta mostra en termos subxectivos, o que propicia que a lingua non sexa un ele-

mento consensuado na definición da identidade da mocidade galega. A opinión dos entrevistados sobre a identidade galega varía segundo a súa lingua habitual. Os galegofalantes cren, en maior medida que os castelanfalantes, que é galego quen fala galego. Ademais algúns castelanfalantes son máis reticentes a considera-la relevancia da lingua como elemento de identificación grupal ou mesmo a aceptaren calquera tipo de clasificación étnica porque perciben unha potencial exclusión. (González, 2003: 100).

Iglesias Álvarez (2003: 265-285), por seu turno, nos nove grupos de discusión que forman o seu material de pesquisa acha distintos procesos de construción identitaria: nun extremo sitúa as persoas que, con base na identificación entre nación e Estado desde unha ideoloxía unitaria deste, teñen como identidade nacional prioritaria a estatal sen iso significar que reneguen da súa identidade galega; no outro extremo, e con base nunha concepción plurinacional do Estado, sitúa as persoas que reivindicán a súa identidade nacional como galega e non estatal, embora na súa mostra tal postura apareza como “bastante minoritaria”; nunha posición intermedia sitúa aquelas persoas que establecen as identidades en círculos concéntricos, a se activar cada unha en diferentes contextos e ligando a identidade galega a unha cultura propia máis do que a distinta nacionalidade. Canto á importancia que os actores sociais lle conceden á lingua na construción dunha identidade galega, observa a autora unha diferenciación entre o mundo rural e urbano: “os *ruralitas* converten o uso do galego como lingua cotiá no seu principal referente identitario e o maior factor de diferenza con respecto ó exogrupo máis próximo (os *urbanitas* castelanfalantes ou falantes de galego normativo, galego ‘de libro’), en canto “nos *urbanitas* o proceso de relocalización reflíctese na elaboración dunha identidade galega que se presenta como unha *cultura* diferenciada dentro de España e Europa”, sendo neste caso o papel do galego como diacrítico moito máis limitado ao se reducir a unha función litúrxica ou ritual mais non de uso cotián, de modo que nesa identidade tamén se integran as persoas castelanfalantes (Iglesias, 2003: 284-285).

Desde unha perspectiva foránea, Beswick (2007: 248) observa que “Galicia is made of a series of social groups and speech communities with different needs and different linguistic behaviours” e que todos estes diferentes comportamentos lingüísticos “are a viable manifestation of Galician ethnic identity”, o que converte a Galiza en “fairly unique in the configuration

of Spanish *comunidades autónomas*”. Nunha liña un tanto similar, Fernández Rodríguez (1998: 36) constata a desvinculación entre lingua e identidade na Galiza, pois segundo el as persoas utilizan tanto o galego como o español e ambas as linguas “forman parte de su identidad social, manteniendo el gallego, tras haberse apropiado del castellano”. Na multiplicidade de variedades lingüísticas do galego e do español na Galiza, asociadas a diferentes identidades sociais, incide Valle (2000: 127) cando afirma que a sociedade galega cultiva a heteroglosia e define a Galiza como “a diffused speech community in which the availability of several norms of linguistic behavior constitutes a source of ethnic identity”. De acordo con estas opinións, a sociedade galega preséntase como un privilexiado laboratorio para o estudo da relación entre identidades sociais, ideoloxías e lingua, o que leva Regueira (2006: 91) a afirmar que “al menos algunas de las identidades sociales que poblarán la Galicia del futuro, posiblemente multiétnica, multicultural y multilingüe [...] estarán asociadas a la lengua gallega”.

Tentando cuantificar as principais identidades –galega e española- e a súa vinculación cos usos lingüísticos, segundo os datos do MSG-04 (González, 2008: 59) un 58.6% da poboación entre 15 e 54 anos declara sentirse tan española como galega, un 25.8% máis galega que española, un 6.7% unicamente galega, un 4.9% máis española que galega e un 3.9% unicamente española. Das persoas que só se consideran españolas falan habitualmente o galego un 12%, das que se senten máis españolas que galegas un 17.8%, das que din sentirse tan galegas como españolas un 34.4%, das que se senten máis galegas que españolas un 49.9% e das que afirman sentirse só galegas un 67.2%. De acordo con isto, o uso do galego como lingua habitual “aumenta conforme a conciencia nacional se define en maior medida galega”, de modo que cabería supor que un incremento desa conciencia implicaría tamén un maior uso do galego. Porén, “a asociación entre conciencia nacional e uso lingüístico é máis evidente nos pares ‘española/castelán’ que nos pares ‘galega/galego’, o que induce a pensar na menor importancia do galego como elemento identitario” (González, 2008: 59). Isto parece apuntar, voltándonos ao inicio, a que cada vez semella máis posíbel unha relingüificación na Galiza con pouca reetnificación, o que colocaría a lingua galega na vía irlandesa máis do que na catalá ou mesmo na vasca á vista dos avances producidos no uso do éuscaro nos últimos anos. Aínda así, o contexto globalizador e as rápidas mudanzas socioeconómicas que está a provocar, lonxe de implica-

ren necesariamente unha perda do elemento local, poden favorecer unha ‘relocalización’, de modo que as identidades sexan (re)definidas e linguas minorizadas como o galego poidan converterse “nunha categoría de resistencia fronte á uniformización” (Iglesias & Ramallo, 2003: 117).

Nesta perspectiva, González Reboredo (2001: 241) afirma que só as nacións e grupos étnicos que consigan unha síntese razoábel entre globalización e localización –“que logren acadar unha *glocalización*”– poderán sobrevivir na diferenza, “quedando as demais reducidas a meros subgrupos con residuos que, como moito, serán unha reliquia de vellas identidades particulares”. A crecente influencia do inglés como ‘lingua hipercentral’ supón, segundo Fernández Rei (2003: 41-43), que algunhas linguas estatais que posúen só uns poucos millóns de falantes, como o dinamarqués, noruegués, lituano etc., entren en conflito lingüístico con el, sen que linguas con maior peso demográfico como o italiano, francés, español ou portugués fiquen libres de perigo, en canto ás linguas minorizadas ben situadas para aseguraren a súa conservación, “principalmente o catalán ou, en menor medida, o galego”, lles vai resultar difícil avanzar coa progresión actual, sendo máis previsíbel un recuamento no seu status. De as linguas estatais se rearmaren para se defenderen do inglés, as linguas minoritarias van ser tamén vítimas desas políticas, aínda que “a presión do inglés sobre as linguas estatais poderá favorecer, en certa medida, ás linguas minorizadas”, porque así podería diminuír igualmente a que exerce a lingua estatal sobre elas (Fernández Rei, 2003: 43). Porque outra hipótese posíbel, a de que “os actores sociais recorrerán ás linguas minorizadas como categoría de resistencia fronte á uniformación”, só parcialmente se ve confirmada no caso galego cos datos de Iglesias Álvarez & Ramallo (2003: 130), pois constatan que as solucións adoptadas mudan segundo o tipo de hábitat: en canto os ‘ruralitas’ “converten o uso do galego como lingua cotiá no seu principal referente identitario” e no maior factor de diferenza, para os ‘urbanitas’ “o papel do galego como diacrítico é moito máis limitado, pois redúcese a unha función litúrxica ou ritual” que non implica o seu uso cotián, de modo que a identidade galega que se presenta como unha cultura diferenciada integraría desta forma tamén os castelanfalantes.

En conclusión, tendo en conta todo o até aquí exposto, parece que o reforzamento do valor identitario da lingua galega e inclusive o aumento da conciencia nacional dentro da Galiza se tornan elementos fundamentais, e

se callar imprescindíbeis, para a revitalización e supervivencia do galego, pois en xeral os estudos existentes mostran unha directa relación entre eses parámetros e os usos lingüísticos. Polo contrario, calquera discurso tendente a rebaixar o valor identitario da lingua, relativizándoo como máis un factor dentro dunha identidade múltipla caracterizadora dunha sociedade actual inmersa na globalización ou na modernidade reflexiva (Fernández Rodríguez, 2000a), contribuiría para o avance do proceso de substitución lingüística e, en definitivo, para o desaparecemento do galego nun futuro a medio ou longo prazo.

## Modelos de lingua e identidade

Ás diferentes maneiras de ligar lingua con identidade en relación co uso do galego e/ou español, únense no primeiro caso as distintas percepcións sociais sobre as modalidades de galego que están presentes na sociedade.

Regueira (1999: 865-872) sinala tres principais variedades sociais na actualidade: ‘galego popular’, ‘galego estándar’ e ‘novo galego urbano’. Canto ao primeiro, indica que é o modelo de máis baixa valorización social, inclusive entre as propias persoas que o usan, mais tamén que é “un elemento de identidade dos membros destes grupos sociais”. O galego estándar, en troca, é percibido como artificial e pretencioso por sectores máis ou menos amplos da sociedade e tórnase sinal de identidade lingüística de certos grupos urbanos de clase media, como profesorado, persoas do mundo da política, traballadores/as de medios de comunicación públicos etc. O novo galego urbano, por seu turno, é ben valorizado socialmente e confórmase como trazo de identidade lingüística da mocidade urbana galegofalante e comprometida coa lingua.

Os diferentes modelos lingüísticos conteñen, pois, distintos valores identitarios, tanto desde a perspectiva das e dos falantes como do punto de vista da percepción social ao respecto, e xeran determinados conflitos entre grupos sociais.

## O galego estándar e a calidade da lingua

Se no ámbito catalán se produciu un enfrontamento, aínda vigorante, entre os partidarios do ‘català dur’ ou *heavy* e do ‘català tou’ ou *ligh*t (Larreula, 2002:

257), na Galiza esa polémica poderíamos traducila á división existente entre os defensores do ‘galego popular’ e os do ‘galego normativo’; e aínda neste último caso se podería falar de ‘isolacionistas’ ou ‘oficialistas’ e ‘reintegracionistas’ ou ‘lusistas’. Como tamén sinala Larreula para o caso catalán, no fondo desta división entre persoas (ou grupos) menos e máis preocupadas polo proceso de castelanización da lingua latexa outra división de carácter político-ideolóxico entre non-nacionalistas, que ven a lingua só desde unha perspectiva utilitaria, e nacionalistas, que a ven como un símbolo esencial da identidade. Nestes parámetros, tórnase lóxico que os primeiros non se sintan especialmente alarmados pola intensa castelanización do galego, aínda sendo conscientes do perigo de disolución no español, en canto os segundos si o están por veren tamén en perigo a propia identidade cultural e política a que non queren renunciar.

É neste punto onde xorde a calidade da lingua como tema crucial para o galego (Freixeiro, 2014b). Maurais (1999: 64) parte de que non hai ningunha comunidade de falantes dunha lingua onde non haxa prácticas normativas, de que a noción de ‘lingua estándar’ é esencial mesmo como ideal a atinxir, de que se deben ter en conta os constrinximentos ligados ás circunstancias da comunicación e, por último, de que na sociedade operan dúas tendencias opostas, unha cara á unidade que representa o estándar e outra cara á diversidade de grupos máis reducidos que senten a necesidade de reafirmaren a súa identidade. Neste aspecto mesmo semella que as comunidades lingüísticas máis amplas, que teñen por lingua común unha das grandes linguas dos estados, caso do inglés ou español, por exemplo, se identifican máis co estándar que as comunidades máis pequenas de falantes de linguas minorizadas, como é o caso do galego, que careceu de estándar durante séculos e que, no proceso da súa recente conformación, foi sentido, loxicamente, como estraño precisamente polos falantes máis fieis. Non podía ser doutra maneira, a non ser que se escollese como estándar o modelo castelanizado de fala popular.

No entanto, o estándar é imprescindible na situación actual para unha lingua minorizada se normalizar. Neste sentido, a súa aceptación social tórnase un acto de compromiso con ela e de aposta no seu futuro. En certo modo, o esforzo de adaptación ao estándar é unha maneira de recoñecer o valor identitario que representa a lingua propia, pois como simple ferramenta comunicativa xa é funcional a lingua dominante. No caso do galego, alguén

que non acreditar nunha Galiza como suxeito político con capacidade de decisión e con identidade propia, onde a lingua ocupa un papel central, dificilmente podería estar preocupado pola deturpación castelanizadora desta. A preocupación pola construción dun estándar de calidade e a súa progresiva aceptación social parecen acompañar, pois, o proceso de construción e/ou consolidación dunha identidade política propia. En tal sentido, Teresa Moure (2011: 109) sostén que loitarmos pola lingua “é tanto como nos asegurarmos a dignidade, reconstruírmos a identidade colectiva, en nome de quen veña detrás”. E nesa loita pola lingua inclúe a calidade, que achega prestixio e seguranza ás persoas que a empregan; en troca, a falta dun modelo consolidado de galego de calidade e a súa translación adecuada á sociedade constrúe esa “imaxe dominante que a sociedade ten do galego como lingua válida só para o rexistro coloquial” (Formoso, 2013: 154).

### **Perspectiva hibridista: o castrapo**

Face á aposta decidida nun modelo de lingua auténtico e de calidade, cun estándar fortalecido, preséntase na actualidade a ‘perspectiva hibridista’ ou ‘translingual’, que se opón á perspectiva purista e monolingüe ou bilingüe de fases anteriores (Gugenberger, 2013: 20-21). Entraríamos, pois, nun novo paradigma, o da hibridación, que pon en primeiro plano a heteroxeneidade e o contacto, en canto as linguas como sistemas ficarían relegadas a un lugar secundario. Os e as falantes pasan a ser o centro de atención e elas escollen os recursos lingüísticos que teñen ao seu dispor, dentro dun contínuum interlingüístico, de acordo cos seus propósitos comunicativos, de maneira que crean discursos híbridos por combinación de elementos de dúas ou máis linguas ou variedades en distintas proporcións, a expresaren así “diferentes facetas das súas identidades”. Os espazos intermedios pasan a ser o punto de partida, a mestura convértese no primordial e o/a falante expresa unha identidade híbrida. E en lugar de expresións pexorativas como ‘chapurreo’ ou ‘castrapo’, teríamos entón as falas híbridas ou ‘hibridolectos’, que se valorizarían “como manifestación da creatividade do falante”. A hibridación tornariase así un concepto de emancipación social cun “forte compoñente ideolóxico, a saber, antipurista”, que abre “o camiño cara á transgresión de fronteiras e á innovación” (Gugenberger, 2013: 30-32).



De todas as formas, esas falas híbridas na Galiza son coñecidas como ‘castrapo’, termo socialmente moito consolidado. En Iglesias (2013) temos unha boa mostra das opinións existentes sobre el entre a mocidade a través da técnica cualitativa da entrevista grupal con alumnado de entre 13 e 14 anos dunha vila de 9.000 habitantes no curso escolar 2010-2011. A primeira definición que nos mostra a autora é a dunha persoa pertencente ao grupo de galegofalantes e identificada como tal por ela mesma, que di: “eu tamén falo galego pero a veces cando estou cos compañeiros que falan castelán, mezclo castelán e galego e falo castrapo” (Iglesias, 2013: 175); estaríamos aquí perante un castelán intencional de quen ten problemas para o falar correctamente; mais tamén nos deixa ver que ese castrapo se converte nun paso transitorio cara á converxencia co español. Outras definicións de castrapo que aparecen no desenvolvemento das conversas son: “falar castrapo é mezclar as linguas do gallego con palabras do castelán e se estás falando castelán pois mezclar palabras do gallego mentres que estás falando castelán”, “é cando mezclas ghallegho e castellano”, “é unha mezcla”, “un conxunto de castelán” (p. 178). Neste estudo transparece que son as persoas que se consideran galegofalantes as que falan de castrapo e non as castelanfalantes. Mesmo unha persoa explicita esta idea: “Cando nos poñemos a falar... por exemplo eu falo máis castrapo cando falo galego non cando falo castelán”. Este extracto, entre outros, dá pé á autora para afirmar que a oposición se establece entre o castrapo, o galego normativo e o castelán, mais “non ao mesmo nivel, de xeito que por unha parte estaría o castrapo fronte ao galego normativo e estes dous, á súa vez, opostos ao castelán”; e a seguir conclúe:

O galego é percibido como unha entidade multidialectal, no sentido de entidade abstracta que se materializa en diferentes variedades ou dialectos, sexan estes xeográficos, sociais ou situacionais. En contraste, o castelán preséntase de xeito moito máis monolítico, como se non existise variación no seu interior. Como consecuencia, atopamos entre os galegofalantes un maior repertorio lingüístico que entre os castelanfalantes.

(Iglesias, 2013: 180).

O galego multiplícase ou subdivídese por hibridación, en canto o español é percibido simplemente como unha lingua unificada, segundo tamén sostén outra persoa pertencente ao grupo castelanfalante: “es que en gallego hay distintos pero castellanos son todos iguales”. As linguas son

variación e todas a teñen, incluído o castelán, mais as persoas galegas perciben esta lingua como unha unidade estábel e segura, en canto identifican o galego con mestura, como algo que non se sabe moito ben o que é e que, por tanto, non ofrece nin estabilidade nin seguranza.

Se o castrapo é unha “variedade híbrida a medio camiño entre o galego e o castelán”, que non sería “nin galego nin castelán, senón o resultado da mestura entre ambos idiomas”, porén as persoas que din falalo “acaban remitiendo o castrapo ao galego” como “unha variedade híbrida pero integrada no galego”; vincúlase de tal modo o castrapo co galego “que estes dous termos acaban confundíndose nos discursos e son utilizados de maneira alternativa, co mesmo significado” (Iglesias, 2013: 178). Fica entón claro que na conciencia das e dos falantes a lingua que se hibrida, ou que se fala mesturada e mal, é o galego e non o español, de maneira que, por consecuencia, aquel camiño intermedio entre as dúas linguas conduce necesariamente cara á que non se hibrida e que por tanto se fala ben. Disto pódese deducir que os procesos de hibridación son unha ameaza para as linguas minorizadas e unha vantaxe para as linguas dominantes, por un lado, e que a preocupación pola calidade da lingua e a defensa desta se converten nunha necesidade e mesmo nunha exixencia para un idioma subordinado que quixer sobrevivir.

Abórdase igualmente no traballo que estamos a comentar o valor emocional que pode ter o castrapo “como símbolo identitario grupal” (Iglesias, 2013: 187). Isto parece evidente, como tradicionalmente tivo e aínda continúa a ter o galego en xeral tal valor nas comunidades rurais monolingües. Mais ese valor simbólico non implicou maior prestixio nin lealdade lingüística, como demostra a mudanza de lingua dos membros que abandonan o grupo orixinario por se deslocaren a espazos urbanos. De certo, “a hibridación que supón o castrapo” pode ser vista “como un síntoma dun rico repertorio lingüístico” e como unha “ampliación” deste, mais non se percibe nel ningún indicio de revitalización do galego; máis ben todo o contrario, como máis un chanzo no camiño cara ao español, segundo se deduce das propias palabras desta autora: “os que se identifican como falantes de galego-castrapo son os que afirman cambiar de lingua segundo a situación: falan normalmente galego pero adáptanse ás veces ao castelán dos seus compañeiros, é dicir, son bilingües activos e levan este bilingüismo á práctica”. Se o castrapo que utilizan as persoas adolescentes que viven en ambientes galegófonos presupón unha ampliación do repertorio lingüístico, tamén podemos velo

como un paso da diglosia á triglosia: o castrapo como variedade habitual con poder simbólico de identificación grupal, o galego estándar reservado case en exclusiva para as aulas de lingua galega e o español como lingua para case todos os usos formais. As persoas que falan castrapo mostran “resistencia a converxer co estándar” galego, mais non co español, feito que non permite albergar ningún optimismo a respecto das bondades da hibridación como novo paradigma da posmodernidade, sempre, claro está, desde a óptica da revitalización e normalización do galego.

É evidente que todas as linguas son híbridas na súa composición histórica, mais a hibridación nalgún momento pode desembocar na completa integración dunha lingua noutra. Para uns falantes a súa identidade está máis asociada a discursos puros e para outros a discursos híbridos, a se producir así un conflito entre defensores dunha ou doutra posición. Estase a dar agora este debate dunha maneira máis clara na Galiza, aínda que xa estivo presente desde o século XIX (Sánchez Rei, 2014a); na Cataluña tivo o seu punto de efervescencia nos anos 90 co confronto entre o catalán ‘heavy’ e o catalán ‘light’ e tamén se produce noutros moitos contextos de contacto de linguas. Ora, xa advirte Kabatek (2011: 282) de que son diferentes as situacións de contacto entre galego ou catalán e español que a mestura de español e inglés no chamado *spanglish*; este sería un nome que se dá a unha serie de discursos que conteñen elementos de dúas linguas, “pero el *spanglish* no se ha independizado de estas lenguas ni se ha emancipado frente a ellas”, estando o prestixio do lado do inglés (como no caso do castrapo está do lado do español); refírese este autor ás persoas que opinan sobre o purismo e a hibridación sen faceren elas mesmas parte dos grupos afectados e que piden todo o respecto –merecido– para as persoas que están nun espazo híbrido, “pero es fácil predicarlo desde la posición del que tiene acceso al mundo prestigioso del inglés ‘puro’”; ese espazo híbrido ou ‘terceiro espazo’ debe existir, segundo este autor, como opción dos falantes, “no como necesidad o prisión de la que no se puede salir aunque se quiera”.

Con anterioridade o propio Kabatek (1991) afirmara que o galego podería tomar como base a adaptación de tradicións xa existentes no castelán ou na tradición propia, aínda que sexan pouco coñecidas ou pouco valorizadas polos/as falantes. De optar pola primeira posibilidade, o resultado sería “unha lingua híbrida con pouca esperanza de supervivencia” e, de escoller a segunda, “unha lingua con identidade propia, coa consecuente perspectiva

de aceptación igualitaria fronte ás outras linguas románicas”. Na realidade, para o autor tal identidade xa existe porque existen moitos e moitas falantes que actualmente utilizan un “bo galego” tamén no nivel culto (Kabatek, 1991: 48).

### **Outra perspectiva hibridista: a identidade galego-portuguesa**

É preciso aludir tamén a outra identidade lingüística presente na Galiza; ou, se quixermos, a outro tipo de hibridación lingüística. Algunhas persoas, ou moitas segundo se considerar, de relevancia na historia da Galiza asocian a súa identidade lingüística á vinculación entre o galego e o portugués, a se sentiren por tanto identificadas cun modelo de galego próximo, ou o máis próximo posíbel, ao portugués estándar. Na realidade, para moitas persoas coñecedoras ou estudiosas das linguas romances o galego actual preséntase como unha modalidade lingüística situada entre o portugués e o español. Así define Fernández Rodríguez (2000b) a “identidad lingüística del gallego” desde a propia Galiza e, desde fóra dela, Salvador (1987: 57) opina que “el gallego, para un filólogo románico, no es otra cosa que un dialecto arcaico del portugués (o galaico-portugués) fuertemente castellanizado”; mesmo este autor a seguir acrecenta, a lle dar en parte a razón ao reintegracionismo mais confundindo normalización con normativización, que “la normalización ya existe, puesto que el portugués está ahí como modelo”. Ora, é evidente que a relación entre o galego e o portugués é complexa e está suxeita a diferentes perspectivas ou puntos de vista dentro da propia Galiza (Frias Conde, 2014) e tamén desde Portugal.

Neste país destaca o grande interese de Rodrigues Lapa pola lingua galega e pola propia Galiza, que fica ben demostrado tanto en toda a súa obra como na súa correspondencia con diferentes personalidades; as cartas que dirixiu a Fernández del Riego (Lapa, 2001) son só un exemplo, entre outros moitos que se poderían citar. Nelas mostra a súa preocupación pola ausencia de fixación normativa no galego, feito que freaba o incremento da exemplificación en galego nas sucesivas edicións da súa *Estilística da Língua Portuguesa*; así, en carta de outubro de 1963 escribía:

Ando também a fazer nova edição da *Estilística*. Aumentarei um pouquinho a contribuição galega. Receio porém chamar a atenção para um idioma que não dispõe ainda de uma gramática aceitável. Insisto com vocês: isso é de uma urgência suprema. Não

estejam à espera duma gramática ideal, que não existe. Façam uma coisa razoável, de sentido prático; mas primeiro procedam a uma uniformização da ortografia, para evitar os disparates que correm por aí. Também isso não é um instrumento definitivo, nem pode ser. Como vê, sempre penso nessa terra e na sua gente.

(Lapa, 2001: 195).

Manifesta Lapa unha verdadeira preocupación polo evidente estado caótico en que se achaba o galego escrito da altura, o que o desanimaba para dar unha maior visibilidade na súa obra aos nosos autores e autoras. Aínda así, o incremento prodúcese, como reconece en carta de agosto de 1965: “Também tenho aqui um exemplar da última edição da *Estilística*, mais acrescentada na exemplificação galega” (Lapa, 2001: 226). No entanto, a súa preocupación pola falta dun modelo común de galego culto continúa, e con toda a lóxica, como manifesta noutras dúas cartas, de 1969 e 1973 respectivamente:

Ainda há pouco estive aqui o Silvio Santiago, com sua novela, *O silêncio redimido*, que vou prefaciá. Pois no texto encontro uma constante vacilação em formas como *conecer*, *coñecer*, *conocer*, *República*, *República*, etc. Isto não pode consentir-se numa língua que aspira a ser um instrumento literário: tem, necessariamente, de dobrar-se a uma disciplina, em sentido culto, claro está. É uma lei inexorável, por que todas as línguas terão de passar.

(Lapa, 2001: 281).

Mando-lhe hoje o nº 13 de *Colóquio*, que acaba de sair. Leia-o com atenção desprevenida e diga-me francamente a sua opinião. Não acha que deveríamos ventilar esse problema publicamente, enquanto é tempo? O galego está ou não está ameaçado de se converter em “francastropo” e em seguida desaparecer? Estou muito preocupado com isso. Quem está fora vê melhor o perigo

(Lapa, 2001: 330).

Perante o polimorfismo e a falta de criterio existentes na lingua escrita, non percibe Lapa un modelo de galego auténtico que lle outorgue unha identidade ben definida. Isto é, a hibridación do galego co castelán faille perder ao primeiro identidade propia e tórnao inapropiado para os usos cultos. Ao mesmo tempo, estas citacións explican e contextualizan ben o artigo de Lapa “A recuperación literaria do galego” en *Colóquio / Letras* no ano 1973 e a proposta que contén, tendente a lle conceder á lingua galega e por tanto tamén ás persoas galegofalantes unha identidade ‘lusófona’ por

que hoxe traballa e que sente como propia o movemento reintegracionista. Porén, tal identidade vira problemática e difícil mesmo para as persoas e os países que historicamente se veñen cualificando de lusófonos, como se puxo en evidencia á hora de aprobaren e aplicaren o Acordo Ortográfico. O profesor brasileiro José Luiz Fiorin (2010: 28) acha que “a discusión do acordo revela-nos a nosa incapacidade de construír unha identidade lusófona” e apela ao respecto polas diversas modalidades lingüísticas existentes se se quixer que sexa unha realidade:

Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, para que seus membros tenham uma identidade lusófona, é preciso, no que diz respeito à língua, que seja um espaço em que todas as variedades linguísticas sejam, respeitadamente, tratadas em pé de igualdade. É necessário que não haja a autoridade “paterna” dos padrões lusitanos. Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem [...]. A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria, porque deve ser um espaço do sentimento, e será fátia, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido.

(Fiorin, 2010: 28-29).

Realmente é na Gallaecia histórica onde están as orixes lingüísticas comúns e por tanto a Galiza debería ter un lugar nun espazo identitario común que respecte as diferentes variedades lingüísticas. E aínda para quen aspirar –aspirarmos– á inclusión do galego nesa difusa identidade lusófona –mellor deberíamos dicir galego-portuguesa–, haberá que ter en conta o “iberismo lingüístico” de que fala o profesor Venâncio e certa hibridación entre castelán e portugués que a determinada altura se produciu en Portugal, onde o idioma de Castela “chegava ao cidadão pelo púlpito, pola lectura de libros, pola consulta de dicionários, chegava-lhe na sala de aula dos colégios e universidades, nas cantorias dos ‘romances’ de rua, que decorava e depois reproducía, chegava-lhe mesmo no confessionário”; e máis tarde chegaríalle aínda polo “omnipresente teatro” (Venâncio, 2014: 138). Houbo un período de bilingüismo luso-castelán e numerosos castelanismos penetraron na lingua portuguesa ao prezo de desmobilizaren “a creación autóctone como prioridade, as solucións propias como principio” (p. 139). Neste sentido,

a identidade do portugués pódese dicir que se vai tornando híbrida por o castelán, na opinión de Venâncio, se converter en vernáculo daquel. A explicación do proceso por parte do profesor portugués presenta evidentes similitudes co acontecido na Galiza, ben como algunha diferenza:

Os utentes, cultos ou paisanos, nunca chegaram a tomar consciência da castelhanização como fenómeno global. Os castelhanismos introduziam-se no uso de uma elite e, quando se generalizavam, já a sua origem estava esquecida. Vigorava, no máximo, a noção, mais ou menos explicitável, de o idioma estar a enriquecer-se, a internacionalizar-se. Com efeito, o castelhano achava-se demasiado próximo (achava-se na própria *mente* do bilingüe, activo ou passivo) para que alguém o pudesse identificar como ‘fonte’ dum processo.

Esboçemos o seguinte cenário. Em inícios de Quinhentos, o primeiro utente de *alcançável*, de *dadivoso*, de *malogrado*, de *moreno*, de *roçagante*, de *castiço*, pode ter experimentado um minúsculo frémito, um instante de hesitação [...]. O quarto utente pôde já, tranquilamente, jurar que eram palavras portuguesas genuínas, ‘castiças’, talvez aqui e ali um tudo-nada arcaizantes, mas de uma antiguidade ‘nossa’.

Como aquela mancha de adjectivos, centenas de outros, de substantivos, de verbos, fizeram o mesmo exacto percurso. Os escritores usaram-nos, os dicionários acolheram-nos, os normativistas inculcaram-nos. Nenhum português no seu perfeito juízo quis ver-se, a partir daí, privado dessas palavras. Ele tem sobre elas um direito secular adquirido, e isso torna-as hoje tão *patrimoniais* como as do léxico primitivo ou exclusivo.

(Venâncio, 2014: 140).

Este proceso en Portugal “tinha, inevitavelmente, de conservar-se incógnito da consciéncia nacional, ludibriando, com eficácia, quaisquer rebates de consciéncia identitários”, de modo que “a castelhanização histórica do portugués pódese ser ocultada por mecanismos protectores imensamente inventivos, por uma cegueira benfazeja e de sinal positivo”. Con todo, á diferenza do que aconteceu na Galiza, “o proceso de convergência com a língua de Castela foi travado a tempo, assim evitando que, em tal deriva, o portugués atingisse um ponto de não-retorno” (Venâncio, 2014: 142). Por consecuencia, o portugués preservou basicamente a súa identidade, a pesar das pegadas castelás, e o galego, que non conseguiu deter ese proceso de converxencia, olla hoxe para o portugués, como vén ollando cando menos desde o século XIX, na procura da súa propia identidade.

É evidente que na Galiza os diferentes modelos normativos que se foron conformando nos dous últimos séculos, sempre co portugués ao fondo, tiveron e teñen repercusións na definición dunha identidade lingüística para

grupos e individuos. Unha boa mostra é o caso de Ricardo Carballo Calero vs. Carvalho Calero, que mesmo na representación gráfica do seu primeiro apelido reflicte a evolución da súa personalidade lingüística. Cando escribe dunha forma ou doutra está a manifestar en certo modo como sente el a súa identidade, diferente en cada etapa de reformulación do seu pensamento lingüístico e da súa plasmación na escrita, segundo se pode observar, por exemplo, nos modelos subxacentes de lingua que van aparecendo sucesivamente desde artigos de 1933 até aos de 1989 recompilados no volume *Umha voz na Galiza* (Carvalho, 1992).

Aliás, aínda hoxe case poderíamos aventurar diferentes concepcións e identidades lingüísticas a partir da simple pronuncia de determinadas palabras; por exemplo, o propio nome do idioma pode realizarse como [ga'leyo], [ha'leho], [xa'lexo], [ha'leho], [xa'lexo] ou [ga'leyo], isto atendendo só a algunhas realizacións dos sons consonánticos velar e lateral e sen termos en conta o grao de fechazón da vogal átona final nin outras variantes posíbeis na vogal pretónica; outro caso significativo constitúeno as diferentes pronuncias da palabra *crise*, tan invocada actualmente: *crise* - *crisi* - *crises* - *crisis*, con diferentes modulacións na realización da vogal átona final. Está última palabra, que non está suxeita ao variacionismo diatópico, mais si diastrático ou diafásico, vira un expoñente especialmente significativo de distintas maneiras de sentir a identidade lingüística.

## O modelo de lingua como identificación persoal

Após o visto con anterioridade, podemos dicir que “a lingua configura de maneira decisiva a nosa identidade social, e mesmo a nosa identidade como individuos”, de acordo con Regueira (2012: 14), quen, a parafrasear John Joseph, acrecenta que “o noso sentido de quen somos, a onde pertencemos e por que e como nos relacionamos cos que nos rodean, todo ten a lingua no seu centro”. Ao mesmo tempo, as diferentes variedades dunha lingua, ora sexan diatópicas, diastráticas ou diafásicas, cumpren a función de simbolizaren a identidade social e os valores a que as e os falantes se adhíren, a se tornaren deste modo elementos fundamentais de cohesión social dos grupos humanos, como nos di Lesley Milroy (1987: 208-211). Cada persoa, pois, por principio séntese identificada co modo natural de falar do grupo social a que pertence ou a que voluntariamente se adhire e, á hora de se expresar,



ben sexa oralmente ou por escrito, reproducirá total ou parcialmente trazos lingüísticos caracterizadores dese grupo.

A través da fala ou da escritura manifestamos tamén a nosa identidade persoal e grupal; e isto acontece en xeral con todas as linguas, mais de modo particular na lingua galega, onde se produce un auténtico mosaico de variedades tanto orais como escritas, con caracteres singularizadores en cada caso: galego popular, neogalego, galego normativo, galego reintegrado, castrapo etc., cada un coas súas propias variantes (galego popular con gheada e/ou seseo, ou sen ambos; galego normativo con *-bel* ou *-ble*, *ao/ó* na escrita, *Galiza/Galicia* etc.; galego reintegrado na norma AGAL e no acordo luso-brasileiro etc.). Tanto isto é así que inclusive no ámbito académico se dan casos de profesoras e profesores que en ocasións alteran o seu modelo de lingua escrita para non seren identificados/as á hora de emitiren informes anónimos sobre artigos científicos, proxectos de investigación etc.

Así pois, a lingua fai parte fundamental da nosa personalidade e da nosa propia identidade como individuos singulares, de modo que tamén por medio dos trazos lingüístico-estilísticos podemos recoñecer a autoría dun texto, ben sexa oral –neste caso de forma máis doada por outras características que exceden as propiamente lingüísticas– como escrito. Aínda que con máis limitacións do que na oralidade, na lingua escrita tamén se pon en relevo a personalidade dun autor ou autora, tanto por singularidades relativas a escollas lingüísticas como por determinadas opcións expresivas. Se cadaquén fala como quen é, segundo intitoulou Ferro Ruibal (1996) o seu discurso de ingreso na Real Academia Galega, tamén poderíamos dicir que cadaquén escribe como quen é; ou sexa, que a través dos trazos lingüístico-expresivo presentes nun texto podemos descubrir o seu autor ou autora.

É isto o que acontece con tres poemas anónimos atribuídos primeiramente a Noriega Varela e que finalmente resultaron ser da autoría de Filgueira Valverde (Freixeiro, 2015). Alén das circunstancias persoais de quen os escribiu e das ideas neles expostas, tamén os trazos lingüísticos conducen á atribución da autoría a este polígrafo pontevedrés. Na realidade, son igualmente de carácter lingüístico as razóns que descartaban a autoría de Noriega, xa que nos “Xuicios do Ano” publicados n’O *Gaiteiro de Lugo* na década de 30 se confrontaron dous modelos de lingua: un pertencente ao galego mindoniense e baseado na fala popular, sen concesións ás tentativas de elaboración dun galego culto e diferencialista por parte do

movemento galeguista; e outro adscrito ao galego occidental e baseado nese difuso modelo de galego culto en proceso de elaboración. O primeiro é o modelo de Noriega Varela, e o segundo o de Filgueira Valverde. Os tres textos anónimos aparecidos nese calendario lucense durante os anos da Guerra Civil que se someteron a análise coinciden plenamente con este último e presentan características lingüísticas tamén coincidentes entre si, alén das ideolóxicas, que fan presumir unha autoría común.

Tanto no plano gráfico-fónico como no morfosintáctico e léxico confírmase a concorrencia de trazos comúns entre os tres xuízos do ano e o resto da produción escrita de Filgueira Valverde na altura en que aqueles foron escritos e mesmo en época posterior, de modo que se pode concluír que non existen dúbidas a respecto de Filgueira Valverde ser o autor deses tres xuízos do ano atribuídos primeiramente a Noriega Varela. Mais se houberse que sinalar algún trazo especialmente significativo poderíase citar a representación *ao(s)* e *ca(s)* no plano gráfico, a case regularidade no uso do seseo posnuclear no nivel fónico, o emprego constante do infinitivo xerundial no ámbito morfosintáctico e a sistematicidade de *outo/a* (e *outura*), xunto coa presenza ocasional de *ardicia*, no dominio lexical. Con todo, é o conxunto de características lingüístico-expresivas dos tres textos o que apunta directamente á autoría do escritor pontevedrés.

En conclusión, aínda que neste caso o autor publicou os textos como anónimos e posteriormente llos atribuíu a outro escritor porque non lle interesaba que se coñecese a verdade da súa autoría, o modelo de lingua utilizado neles converteuse en elemento chave para descubrir a súa identidade. Que mellor proba queremos para demostrar o valor identitario da lingua? E unha reflexión final: xustamente por ese valor identitario tan marcado, a sociedade galega no seu conxunto, coas persoas con maiores responsabilidades político-institucionais e académicas á cabeza, debería facer un esforzo maior para preservar un modelo de lingua auténtico e de calidade. Non é o mesmo que a lingua e a cultura galegas sexan “elementos fundamentais da nosa *identidaz*”, segundo dixo o actual conselleiro de Educación e Cultura a pouco de tomar pose do seu cargo (García Negro, 2015), como que o sexan da nosa *identidade*.

## Referencias

- BESWICK, J. E. (2007). *Regional Nationalism in Spain. Language Use and Ethnic Identity in Galicia*. Clevedon / Buffalo / Toronto: Multilingual Matters.
- BOIX I FUSTER, E. & VILA I MORENO, F. X. (1998). *Sociolingüística de la llengua catalana*. Barcelona: Ariel.
- CARVALHO CALERO, R. (1992). *Umha voz na Galiza. Artigos de jornal (1933-1989)*. Barcelona: Sotelo Blanco.
- CRYSTAL, D. (2000). *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press. Citado pola edición galega: (2003). *A morte das linguas*. Vigo: Galaxia.
- EDWARDS, J. (2009). *Language and Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERNÁNDEZ REI, F. (2003). As linguas románicas minorizadas e o seu futuro na era da globalización. In A. Bringas & B. Martín (Eds.), *Nacionalismo e globalización: lingua, cultura e identidade* (pp. 25-52). Vigo: Universidade de Vigo.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. A. (1983). Mantenimento y cambio de lingua en Galicia: el ritmo de la desgalleguización en los últimos cincuenta años, *Verba*, 10, 79-129.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. (1998). Lengua e identidade en el tercer milenio. In B. Gallardo Paúls (Ed.), *Temas de lingüística y gramática* (pp. 23-37). València: Universitat de València.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. (2000a). Cuando los hablantes se niegan a elegir: multilingüismo e identidade múltiple en la modernidad reflexiva. *Estudios de Sociolingüística*, 1 (1), 47-58.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. (2000b). Entre castellano y portugués: La identidade lingüística del gallego. In G. Bossong & F. Báez de Aguilar González (Eds.), *Identidades lingüísticas en la España autonómica* (pp. 81-105). Frankfurt / Madrid: Vervuert – Iberoamericana.
- FERRO RUIBAL, X. (1996). *Cadaquén fala coma quen é. Reflexións verbo da fraseoloxía enxebre*. A Coruña: Real Academia Galega.
- FIORIN, J. L. (2010). Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In N. Barbosa Bastos (Org.), *Língua Portuguesa. Cultura e Identidade nacional* (pp. 15-30). São Paulo: EDUC, Editora da PUC-SP.
- FORMOSO GOSENDE, V. (2013). *Do estigma á estima. Propostas para un novo discurso lingüístico*. Vigo: Xerais.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2014a). “A lingua tiveran por lingua d’escravos”. O autoodio como concepto sociolingüístico. *Estudos de Lingüística Galega*, 6, 117-137.

- FREIXEIRO MATO, X. R. (2014b). Lingua oral, calidade da lingua e futuro do galego. In X. M. Sánchez Rei (Ed.) (pp. 13-84).
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2015). *A poesía oculta de Filgueira Valverde. Guerra Civil, literatura franquista e galeguismo* n'O Gaiteiro de Lugo. A Coruña: Baía.
- FRÍAS CONDE, X. (2014). O Galego e a Lusofonia. Dispoñíbel en [https://www.academia.edu/9854435/O\\_Galego\\_e\\_a\\_Lusofonia](https://www.academia.edu/9854435/O_Galego_e_a_Lusofonia). Data de consulta: 12/03/2015.
- GARCÍA NEGRO, M. P. (2015). A nosa identidaz. In *Sermos Galiza* (15/02/2015). Dispoñíbel en <http://www.sermosgaliza.gal/content/print/nosa-identidaz/2015021421163134974>.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, M. (Dir.) (2003). *O galego segundo a mocidade. Unha achega ás actitudes e discursos sociais baseada en técnicas experimentais e cualitativas*. A Coruña: Real Academia Galega.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, M. (Dir.) (2008). *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004*. Vol. 2: *Usos lingüísticos en Galicia*. A Coruña: Real Academia Galega.
- GONZÁLEZ REBOREDO, X. M. (2001). A construción de referentes de identidade etno-nacional. Algunhas mostras sobre Galicia. In X. M. González Reboredo (Coord.), *Etnicidade e nacionalismo. Simposio Internacional de Antropoloxía (Santiago de Compostela, 17-19 de abril de 2000)* (pp. 201-247). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- GUGENBERGER, E. (2013). O cambio de paradigma nos estudos sobre contacto lingüístico: pode ser útil o concepto de hibrididade para a lingüística e a política de linguas en España? In E. Gugenberger *et al.* (Eds.) (pp. 19-47).
- GUGENBERGER, E. *et al.* (Eds.) (2013). *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- IGLESIAS ÁLVAREZ, A. (2003) [2002]. *Falar galego: "No veo por qué". Aproximación cualitativa á situación sociolingüística de Galicia*. Vigo: Galaxia.
- IGLESIAS ÁLVAREZ, A. (2013). "Eu falo castrapo". Actitudes dos adolescentes ante a mestura de linguas en Galicia (estudio piloto). In E. Gugenberger *et al.* (Eds.) (pp. 169-190).
- IGLESIAS ÁLVAREZ, A. & Ramallo, F. (2003). Relocalización, identidades e linguas periféricas: o caso galego. In A. Bringas & B. Martín (Eds.), *Nacionalismo e globalización: lingua, cultura e identidade* (pp. 117-132). Vigo: Universidade de Vigo.
- KABATEK, J. (1991). Interferencias entre galego e castelán: problemas do galego estándar. *Cadernos de Lingua*, 4, 39-48.
- KABATEK, J. (2011). Algunos apuntes acerca de la cuestión de la "hibridez" y de la "dignidad" de las lenguas iberorrománicas. In Y. Congosto & E. Méndez (Coords.),

- Variación lingüística y contacto de lenguas en el mundo hispánico: in memoriam Manuel Alvar* (pp. 271-289). Madrid: Iberoamericana. Dispoñíbel en <http://www.uni-tuebingen.de/kabatek/hibrid.pdf>.
- LAPA, M. Rodrigues (2001). *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*. Vigo: Galaxia.
- LARREULA, E. (2002). *Dolor de llengua*. València / Barcelona: Edicions 3i4.
- LORENZO SUÁREZ, A. M. (2005). Planificación lingüística de baixa intensidade: o caso galego. *Cadernos de Lingua*, 27, 37-59.
- MAURAI, J. (1999). *La qualité de la langue: un projet de société*. [Québec:] Conseil de la Langue Française. Dispoñíbel en <http://www.cslf.gouv.qc.ca/publications/pubbl147/b147.pdf>. Data de consulta: 03/02/2014.
- MILROY, L. (1987). *Language and social networks*. Oxford: Blackwell.
- MOURE, T. (2011). *Ecolingüística. Entre a ciencia e a ética*. A Coruña: Universidade da Coruña.
- REGUEIRA, X. L. (1999). Estándar oral e variación social da lingua galega. In R. Álvarez & D. Vilavedra (Coords.), *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Vol. I (pp. 855-875). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- REGUEIRA, X. L. (2006). Política y lengua en Galicia: la “normalización” de la lengua gallega. In M. Castillo & J. Kabatek (Eds.), *Las lenguas de España. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad* (pp. 61-93). Madrid: Vervuert – Iberoamericana.
- REGUEIRA, X. L. (2012). *Oralidades: reflexións sobre a lingua falada no século XXI*. A Coruña: Real Academia Galega.
- REGUEIRA, X. L. (2013): Estándar oral e modelos de lingua. *A letra miúda*, 2, 1-23. Dispoñíbel en [http://coordinadoraendl.org/aletramiuda/index.php?art=art2\\_n2.html](http://coordinadoraendl.org/aletramiuda/index.php?art=art2_n2.html).
- SALVADOR, G. (1987). *Lengua española y lenguas de España*. Barcelona: Ariel.
- SÁNCHEZ REI, X. M. (2014a). A preocupación por unha lingua de calidade: aproximación histórica ao caso do galego nos anos finais do século XIX e nos inicios do XX. In X. M. Sánchez Rei (Ed.) (pp. 85-149).
- SÁNCHEZ REI, X. M. (Ed.) (2014b). *Modelos de lingua e compromiso*. A Coruña: Baía.
- SILVA VALDIVIA, B. (1991). Tipoloxía das manifestacións de contacto lingüístico en Galicia: algunhas consideracións. *Cadernos de Lingua*, 4, 27-38.
- VALLE, J. del (2000). Monoglossic policies for a heteroglossic culture: misinterpreted multilingualism in modern Galicia. *Language and Communication*, 20, 105-132.

VENÂNCIO, F. (2014). O castelhano como vernáculo do português. *Limite. Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, 8, 127-146.

# MATERIAIS PARA UNHA REVISION CRÍTICA DA SEGMENTACIÓN DE É NO TEXTO DAS CANTIGAS PROFANAS GALEGO-PORTUGUESAS\*

Manuel Ferreiro  
Universidade da Coruña, Grupo ILLA  
<http://illa.udc.gal>

## Introdución

A segmentación textual constitúe, con certeza, unha operación ecdótica absolutamente primaria e fundamental, pois a interpretación das cadeas gráficas dos manuscritos que transmitiron a lírica medieval galego-portuguesa condiciona inevitabelmente a lectura das cantigas. Noutros traballos xa foron expostos os problemas levantados pola segmentación, do mesmo xeito que foi abordada a transcendencia editorial que leva consigo (*vid.* Ferreiro, 2012 e 2014a).

Queremos, agora, centrarnos nun elemento tan axial como é, P3 do presente de indicativo de *seer* a partir, fundamentalmente, dos problemas segmentativos que se perciben en moitas das versións das cantigas incluídas na compilación trobadoresca das cantigas galego-portuguesas (Brea, 1996). Como acontece con todas as segmentacións, en xeral, e sobre todo

---

\* Este traballo inscribíase na terceira parte do proxecto de investigación *Glosario crítico da poesía medieval galego-portuguesa* (FFI2015-63523-P), subsidiado polo “Ministerio de Ciencia y Tecnología” e o “Ministerio de Economía y Competitividad”, a través da “Subdirección General de Proyectos de Investigación”.

coa deglutinación de elementos foneticamente reducidos como <o> ou <a>, ambos con funcións diversas (Ferreiro, 2014b), é evidente que a secuencia <e> final de numerosos vocábulos pode ser interpretada tamén de diversos modos: conxunción copulativa *e* ou forma verbal *é*. Mais, diferentemente da conxunción copulativa, cuxa segmentación pode ter algunhas veces un carácter subxectivo e, por tanto, optativo, en xeral a P<sub>3</sub> do presente do verbo *seer* vén esixida por cada contexto particular a que nos enfrontamos no proceso de edición e de interpretación das leccións transmitidas polos manuscritos.

### Cando a segmentación é unha (mellor) opción

No relativo á segmentación de *é* encontramos pasaxes en que a lección transmitida polos manuscritos é diversa, de modo que serían posibles lecturas diferentes, ambas correctas. Nunha cantiga de Joan Soairez Somesso, presente en A e en B, cuxa edición se debe a D. Carolina Michaëlis (Michaëlis, 1990: 63; cfr. Brea, 1996: 511), a editora xermano-portuguesa, contra a súa práctica habitual, segue nesta pasaxe a lección do apógrafo italiano (<deulo sabe que me me/ter>), fronte á lección de A (<deulo sab eme mui mest'>)<sup>[1]</sup>:

95 / 78,3 JSrzSom [A29/B122], v. 27:  
 pois m'ela perdôar non quer,  
 Deu-lo **sabe, que m'**é mester  
 mui mais mia morte ca viver.

1 Para as referencias ás cantigas da poesía profana, utilizamos o sistema de Jean Marie D'Heur (1975: 10-93), coas correccións achegadas por Montero Santalla (2000: 55-101), xunto coa numeración do *Repertorio metrico* de Tavani (1967), seguido do nome abreviado do trobador, tamén establecido polo mesmo estudoso, e das referencias convencionais dos manuscritos (A, B, V); nas referencias breves é utilizada simplemente a numeración d'heuriana seguida do número de verso (ás veces seguida da referencia aos manuscritos).

Canto á lectura dos manuscritos, utilizamos as edicións facsimilares dos cancioneiros: *Cancioneiro da Ajuda*. Edição Fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda, Lisboa: Edições Távola Redonda, 1994; *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*. Cód. 10991, Lisboa: Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982; *Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cod. 4803)*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos / Instituto de Alta Cultura, 1973.

Os criterios de edición utilizados son os propostos en Ferreiro & Martínez Pereiro & Tato Fontaiña (2007).



Moi probabelmente Dona Carolina non percibiu a posibilidade de, tamén neste caso, dar prioridade á lección de A por medio dunha segmentación que resolve, textual e semanticamente, a pasaxe en causa:

pois m'ela perdôar non quer,  
Deu-lo **sab'**, **é-me** mui mester  
oimais mia morte ca viver.

Ora ben, aínda existen outros contextos na compilación do corpus profano que merecen unha consideración especial por canto, sen ser absolutamente imperativa a segmentación da forma verbal *é*, existen razóns que aconsellan realizar tal operación ecdótica.

En diversas ocasións a segmentación da forma verbal semella necesaria por se tratar de pasaxes en que non existe verbo na versión presente en todas ou na maioría das edicións, como acontece nunha pasaxe de Fernandez Cogominho, fixada por Michaëlis (1990: 832-833; Brea, 1996: 285) –e recentemente tamén en González Martínez (2012a: 97)– do seguinte modo:

323 / 40,10 FeFdZCog [B363], v. 14:  
pero quen s'én quiser' saír  
será ja quite d'ũa ren:  
u a non vir', de veer ben,  
e quite de nunca dormir!

A presenza da estrutura *seer* + adxectivo no v. 12 (*sera ... quite*) reforza a necesidade da segmentación agora proposta para o v. 14 de xeito que se consegue unha estrutura máis harmónica, de tipo quiasmático, e non é necesario supor a elipse de *seer*:

pero quen s'én quiser saír  
sera ja quite d'ũa ren  
du a non vir, de veer ben,  
e **quit'**é de nunca dormir.

Por outra parte, na primeira estrofa dunha cantiga de amor de Don Denis tamén se percibe a ausencia do necesario verbo que dea sentido completo ao período, tal como acontece na clásica edición de Lang (1972:

42; Brea 1996: 197-198), e tamén na posterior edición de Nunes (1972: 142-143). Eis o texto do editor suízo:

538 / 25,45 Den [B521b/V124], v. 4:  
 Mesura seria, senhor,  
 de vós amercear de mí,  
 que vós em grave dia vi,  
 e em mui **grave** voss' amor,  
 tam grave, que nom ei poder  
 d' aqesta coita mais sofrer  
 de que, muit'a, fui sofredor.

Porén, no v. 4 é posíbel segmentar sen problemas unha forma *é* que dá sentido a toda a estrofa, tal como xa aparece na recente edición de Eirín García (2015: 163):

Mesura seria, senhor,  
 de vos amercear de mí,  
 que vos en grave dia vi,  
 e én mui **grav'**é voss'amor,  
 tan grave que non ei poder  
 daquesta coita máis sof[r]er,  
 de que, muit'á, fui sofredor.

## Segmentación e morfoloxía

En ocasións son razóns morfolóxicas as que aconsellan (e obrigan) a practicar unha segmentación que algunhas edicións omiten por consideraren presupostos diferentes (e problemáticos por veces). Tal é o problema levantado nunha cantiga de Airas Veaz, a partir da fixación textual de Lanciani (1974: 114; Brea, 1992: 137), seguida por Lopes (2002: 134), que emenda, erradamente neste caso, a correcta lección de Lapa (1970: 212):

427 / 17,2 AiVeaz [B446], v. 5:  
 e anda ben, pero que **fere** d'unha,  
 e dize[n]-me que traje hũa espunha,  
*Fernan Furado, no olho do cuu.*

Como é sabido, a P3 de presente dalgúns verbos da segunda e terceira conxugación perde, na lingua medieval, o *-e* final etimolóxico após /r/, como acontece tamén nos nomes (cfr. FERIT > fer, QUAERIT > *quer* etc., igualmente que, por exemplo, MAREM > mar). En consecuencia, isto obriga a realizar unha diferente segmentación e interpretación da secuencia <ferē> de B, que terá de ser lida como a crase do adxectivo *fero* e da forma verbal *é*:

e anda ben, pero que **fer'**é d'unha,  
e dize[n]-me que trage ña espunilha,  
*Fernan Furado, no olho do cuu.*

Coidamos, por outra parte, que a forma verbal *é* está tamén presente nunha pasaxe de Pero Garcia d'Ambroa, con un adxectivo *vivedoire* (cfr. *vividoiro* no v. 11), morfoloxicamente anómalo, na edición crítica de Carlos Alvar (1986: 66; Brea, 1996: 841):

1585 / 126,3 PGarAm [B1575], v. 3:  
De Pero Bõo and' ora espantado,  
de como era valent' e ligeiro,  
e **vivedoire** asaz e arrizado.

Tal especie de hapax fonético creado por esta edición certamente non estaba presente en Lapa (1970: 494) –tampouco en Lopes (2002: 393)–, pois o ilustre estudioso portugués emendara a lección manuscrita <uiue doyre> a prol dunha forma *vivedoiro*, regular do punto de vista morfolóxico; con todo, a segmentación de *é* no final desa secuencia resolve ecdoticamente o texto, con respecto á lección manuscrita e á normalidade morfolóxica do adxectivo (*-o/-a*), pois a medida versal é regular, cun decasílabo conseguido coa sinalefa *é\_ assaz*<sup>2</sup>:

De Pero Bõo and' ora espantado  
de como era valent' e ligeiro,  
e **vivedoir'** é as[s]az, e arriçado.

Obsérvese tamén como, na textualmente problemática cantiga 1440, de Joan Servando, é fixada unha forma verbal *jaze* como P3 do presente indica-

2 Sinalefas semellantes a *é\_ assaz* son, por exemplo, *é\_ aqui* ou *é\_ assí*, que poden encontrarse en 509.7, 808.9, 1110.5, 1224.14, 1354.r1 e r3, 1501.14, 1569.39.

tivo de *jazer*. Tal forma resulta, cando menos, inusual no período medieval, pola xeral desaparición de *-e* após a consoante africada dentoalveolar sonora (cfr. DICIT > diz, FACIT > faz etc.)<sup>[3]</sup>. Eis a versión de Lapa (1970: 348-349; Brea, 1996: 502), que foi seguida, máis unha vez, por Lopes (2002: 237-238):

1440 / 77,10 JServ [V1030], v. 5:  
 quand'ela **jaze**, sobinha,  
 mal a roe  
 a grossa pixa misquinha,  
 que lhi no seu cono moe.

Por medio da segmentación de *é* en <iaze> e a pertinente mudanza na puntuación pode restaurarse a xeral e regular forma *jaz* sen menoscabo da sintaxe e da semántica:

quand'ela **jaz é** sobinha:  
 mal a roe  
 a g[r]ossa pixa misquinha,  
 que lhi no seu cono moe.

Por razóns lingüísticas diferentes debe ser reconsiderada tamén unha pasaxe no final dunha cantiga de Pero da Ponte: tanto a edición lapiana (1970: 517; cfr. Brea, 1996: 779) como outras edicións críticas do trovador galego (Juarez Blanquer, 1988: 267; Panunzio, 1992: 145) ofrecen a forma verbal *quite* no derradeiro verso da composición:

1644 / 120,29 PPon [B1632/V1166], v. 28:  
 mais quero ir ben d'el assuar  
 por enviar à mia molher  
 (que morre por el outrossi)  
 da balêa que vej'aqui;  
 e, depois, **quite** quen poder!

No entanto, o anómalo uso de *quitar* como verbo intransitivo aconsella, novamente, a segmentación en *quit'é*, de modo que a expresión fica máis apropiada ao contido da cantiga:

3 A única forma comparábel no corpus lírico profano sería *faze* (só en 1443.4 e 1614.6), pois a forma *feze* (<fecit) aparece, en xeral, condicionada pola presenza dun pronome enclítico.

mais quero ir ben d'el assuar  
por enviar à mia molher  
–que morre por el outrossi–  
da balêa que vej'aqui;  
e, depois, **quit'**é quen poder!"

## Segmentación textual e ritmo do verso

No proceso de revisión e estudo da segmentación textual tamén deben ser considerados outros contextos en que o ritmo do verso aconsella isolar e fixar a forma –tónica– *é*, que pode introducir un necesario acento rítmico na cadea versal. Neste sentido, existe unha segmentación certamente discutíbel, que debe ser impugnada por razóns métricas, xa que presenta unha moi anómala crase de *que* a partir da versión crítica de Barbieri (1980: 45; Brea 1996: 916), que continúa a edición de Michaëlis (1990: 373):

301 / 147,17 RoiPaezRib [A190/B341], vv. 14-15:  
E vej' a muytos aqui razõar  
**qu' é** a mays grave coyta de sofrer  
vee-la **home** e ren non lhi dizer.

Como noutro lugar (de)mostramos (Ferreiro, 2009: 491-492), non é posíbel a crase de *que* na lingua trobadoresca, inexistente no corpus trobadoresco galego-portugués, de modo que é necesario procurar unha lectura alternativa da pasaxe, que neste caso se resolve editorialmente a través da deglutinación de *é* en <ome> A, <home> B no v. 15:

E vej'a muitos aqui razõar  
**que** a máis grave coita de sofrer  
vee-la **om'é**, e ren non lhe dizer.

Outra pasaxe en que debe reverse criticamente a segmentación tradicional por razóns métricas localízase en Pero Larouco, que presenta un verso sen acento na 4ª sílaba nas edicións de Lapa (1970: 587; cfr. Brea 1996: 859) e Lopes (2002: 430):

629b / 130,2bis PLar [B614/V215b], v. 5:  
ainda en fi de cornudo

seja por feito que faça;  
 é el **padre** de mon drudo.

O mesmo verso presentará igualmente unha lección correcta se introducirmos a forma verbal *é* en *padre*, cunha notoria mellora do ritmo, xa que acomoda o acento deste verso aos restantes da estrofa:

O que me d'ansar corrudo  
 á e demais m'ameaça,  
 aínda eu fi'-de cornudo  
 seja por feito que faça,  
 e el **padr'**é do meu drudo.

De modo similar, existe un refrán de Joan Airas que na edición crítica de Rodríguez (1980: 244; cfr. Brea 1996: 390), o mesmo que acontecía na de Nunes (1973: 287-288), mostra ausencia de segmentación en *grave* (vs. *grav'é*) no segundo verso, nivelando os dous adxectivos, a depender da mesma forma verbal *é*:

1042 / 63,40 JAi [B1038/V628], r2:  
*é-mi mui grave de vos ben fazer*  
*e mui **grave** de vos leixar morrer.*

Mais a tendencia á acentuación na 4ª sílaba, así como a posibilidade de facer presente unha elegante estrutura quiasmática neste refrán, aconsellan realizar a segmentación de *grave*, tal como Cohen estableceu na súa edición do cancionero de amigo (2003: 572):

*é-mi mui grave de vos ben fazer*  
*e mui **grav'é** de vos leixar morrer.*

Finalmente, na coñecida cantiga de Fernan Garcia Esgaravunha perccente ao 'ciclo das amas', achamos un contexto en que a opción lapiana foi, como moitas veces acontece, unanimemente aceptada polos editores posteriores (Lapa, 1970: 210-211; Spampinato Beretta, 1987: 141; Lopes, 2002: 141):

1530 / 43,4 FerGarEsg [B1511], v. 8:  
ca sabe ben fiar e ben tecer  
e talha mui ben bragas e camisa;  
e nunca vistes molher de sa guisa  
que mais límpia vida sábia fazer;

**Ant', é oje** das molheres preçadas  
que nós sabemos en noso lugar.

No entanto, sen mudar a interpretación da pasaxe, é posíbel unha segmentación alternativa que confire maior naturalidade á cadea expositiva coa integridade formal da conxunción adversativa *ante*, ao tempo que, de novo, se fai recaer o acento na 4ª sílaba:

Esta ama, cuj' é Joan Coelho,  
per boas manhas que soub' apre[n]der,  
cada u for, achará bon conselho,  
ca sabe ben fiar e ben tecer,  
e talha mui ben bragas e camisa,  
e nunca vistes molher dessa guisa  
que máis límpia vida sábia fazer;

**ante, oj' é** das molheres preçadas  
que nós sabemos en noso lugar,  
ca lava ben e faz boas queijadas  
e sabe ben moer e amassar  
e sabe, muit' á, de boa leiteira.

## Sobre algunhas segmentacións superfluas de *é*

O grupo de textos tratados a seguir caracterízase por presentar unha segmentación da forma verbal *é*, lingüística e semanticamente posíbel, mais que non semella recomendábel por impedir un discurso fluente que discorra con normalidade expresiva. Véxase a seguinte pasaxe dunha cantiga de Nuno Fernandez Torneol na edición de referencia (Michaëlis, 1990: 170; cfr. Brea, 1996: 690):

170 / 106,15 NuFdZTor [A81/B184a], v. 19  
E, Deu-lo sabe, quan grav' a mi é  
de lhes dizer o que sempre neguei;  
mais pois me coitan, dizer-lhe'-la-ei

a meus amigos, e a outros non.  
 Mui gran **verdad'** é ¡si Deus mi perdon!  
*direi-lhes ca ensandeci*  
*pola melhor dona que vi.*

A aparición do feminino *-la-* no v. 17, que obrigatoriamente se debe referir a *verdade*, con anticipación pronominal, provoca que o texto fiquen máis correcto sen segmentar é no substantivo, funcionando *mui gran verdade* como O.D. de *dizer* e non como frase parentética:

E, Deu-lo sabe, quan grav'a min é  
 de lhes dizer o que sempre neguei!  
 Mais, pois me coitan, dizer-lhe-la-ei  
 a meus amigos, e a outros non,  
 mui gran **verdade**, si Deus me perdon:  
*direi-lhes ca ensandeci*  
*[pola melhor dona que vi.]*

Igualmente desnecesaria é a segmentación da forma verbal en *madre* nunha cantiga que conta cunha infeliz edición inicial por parte de Lang (1972: 90; cfr. Brea, 1996: 239-240), con intervencións igualmente desafortunadas nos editores posteriores<sup>[4]</sup>:

605 / 25,134 Den [B588/V191], vv. 4. 10:  
 Valer-vos-ia, amigo, se oj'  
 eu ousasse, mais vedes quem  
 mh o tolhe d' aquest', e nom al,  
 mha **madr'** é que vos a mortal  
 desamor, e com este mal  
 de morrer nom mi pesa[ria].

Valer-vos-ia, Deus, meu bem,  
 se eu ousasse, mais vedes quem  
 me tolhe de vos nom valer,  
 mia **madr'** é que end' [a] o poder

4 Cfr. en Nunes (1973: 40): *Valer-vos-ia, amigu'e meu ben, / se ousasse, mais vedes quen / me tolhe d'aquest': é non al / mia madre, que vos á mortal / desamor, e con este mal / de morrer non mi pesa[ria]*. E o texto editado por Rip Cohen (2003: 624): *Valer vos ia, amigo, <meu ben>, / se |oj'| eu ousasse, mais vedes quen / me tolhe daquest' e non al: / mha madre, que vos á mortal / desamor, e, con este mal, / de morrer non mi pesa<ria>.*



e vos sabe gran mal querer  
e porem mha morte quera.

Como indicamos, é redundante a segmentación nun texto que decorre naturalmente a partir da acaída interpretación da lección transmitida polos manuscritos que se percibe no íncipit recollido no estudo das rimas trobadorescas realizado por Montero Santalla (2000: 421):

Valer-vos-ia, amigo, se  
o'eu ousasse, mais vedes que  
mi-o tolhe daquest', e non al:  
mía **madre**, que vos á mortal  
desamor, e con este mal  
de morrer non mi pesa[ria].

Valer-vos-ia, par Deus, meu ben,  
se eu ousasse, mais vedes quen  
me tolhe de vos non valer:  
mía **madre**, que end'á poder  
e vos sabe gran mal querer,  
e por én mía morte quera.

Máis unha problemática segmentación, por razóns de tipo lingüístico, aparece noutra errada interpretación de H. Lang (1972: 98; cfr. Brea, 1996: 214), que ignora a forma *sé* (< SEDET), documentada en diversas pasaxes trobadorescas, reconvertida agora en crase do pronome *se* cunha forma *é*:

618 / 25,80 Den [B601/V204], v. 15:  
De vos em pesar dereito per é,  
ca diz de mim gram mal, per bõa fe,  
e de vós, amiga, cada u s' é  
falando; ...

Resulta obvio, de todos os puntos de vista (cfr. Nunes, 1973: 52; Cohen, 638), que estamos, efectivamente, perante a forma verbal *sé* (cfr. tamén 776.13, 1050.18, 1453.10)<sup>[5]</sup>, evolución dunha forma anterior *see* non docu-

---

5 Así foi tamén considerado en Montero Santalla (2000: 424 e 1.637).

mentada na poesía profana<sup>[6]</sup>, que procede de SEDET, P<sub>3</sub> do presente de SEDÈRE, que só aparece en rima con *é* e *fe*:

De vos én pesar dereito per-é,  
ca diz de min gran mal, per bõa fe,  
e de vós, amiga, cada u *sé*  
*falando*, ...

E nunha cantiga de Estevan da Guarda pode comprobarse a existencia de diversas posibilidades interpretativas de *e* á hora de fixarmos editorialmente un texto. Véxase a versión lapiana (cfr. Brea, 1996: 246) no que di respecto a esta cuestión (Lapa, 1970: 186-187; Lopes 2002: 511):

1334 / 30,1 EstGuar [B1317/V922], v. 9:  
Diz que, per manhas e per seu sembrante,  
sab' el do mouro que **om'** *é* comprido  
e pera parar-se a tod' arroído  
e que sabe que tal *é* seu talante

No entanto, parece máis acaído interpretar como verbo o elemento inicial do v. 10, ficando, deste xeito, *ome sen* segmentación, tal como edita Pagani (1971: 139):

Diz que, per manhas e per seu sembrante,  
sab'el do mouro que **ome** comprido  
*é* pera parar-s'a todo ruído,  
e que sabe que tal *é* seu talante.

Unha cuestión do mesmo teor pode verse nunha pasaxe de Pero da Ponte, que presenta unha segmentación discutíbel a partir de Lapa (1970: 546; cfr. Brea, 1996: 773):

1665 / 120,17 PPon [B1653/V1187], v. 19:  
non[o] á i, sol lhis ven i, salmon;  
mais pescad'outro, pera despender,  
mui **rafec'***é*, por vos eu non mentir.

6 Véxanse abondosos exemplos nos bancos de datos da lingua medieval; por exemplo, no TMILG, s.v. *see*.

O contexto mostra como *rafece* (tamén en Juárez Blanquer, 1988: 210, e Panunzio, 1992: 200) debe funcionar como cualificativo de *pescad'outro* (isto é, *outro pescado*), sen ningunha necesidade de introducir unha forma *é*, que non sería coherente con *mais* 'senón':

E se de min quiserdes aprender  
qual part'á de cima en esta sazón,  
non á i, se lhis [a]ven i, salmon,  
mais pescad'outro, pera despender,  
mui **rafece**, por vos eu non mentir,  
ca vi eu a Peixota remanir  
i so un leit', assi Deus mi perdon.

Finalmente, existen diversos contextos que teñen en común a segmentación *com'é* da secuencia manuscrita <come>, a partir das edicións (Rodríguez, Marroni, Lapa) recollidas na compilación trobadoresca de 1996 (Brea, 1996: 394, 733, 539, 846):

1011 / 63,47 JAi [V597], v. 10 (cfr. Rodríguez, 1980: 154)<sup>[7]</sup>:  
a muitas donas fara gran pesar,  
mais el fara, **com'é** mui trobador,  
*un cantar en que dira de min ben,*  
*[ou o fara, ou ja o feito ten.]*

1225 / 116,2 PAmigo [B1209/V814], r2 (cfr. Marroni, 1968: 257-258)<sup>[8]</sup>:  
mas já Deus nunca mi pardon,  
*se nunca eu vi tan amigo*  
*d'amiga, **com'é** meu amigo.*

1332 / 30,35 (=84,1) EstGuar & Josep [B1315/V920], v. 39 (cfr. Lapa, 1970 [1965]: 203-205)<sup>[9]</sup>:  
mais era tan certo e apreçado  
**com'é** o vinho forte en Alhariz.

7 Nótase *come* xa en Nunes (1973: 259) e mais en Cohen (2003: 541).

8 De novo *come* en Nunes (1973: 305) e Cohen (2003: 442).

9 A lección de Lapa é seguida en Lopes (2002: 523), contrariamente a Pagani, que mantén *come* (1971: 133).

1426 / 79,34 JSrzCoe [V1016], 19 (cfr. Lapa, 1970 [1965]: 355)<sup>[10]</sup>:  
 que nunca eu achei [molher] tan grave  
**com'ê** Maria –e já o provei–  
 do Grave; ...

1613 / 126,11 PGarAm [B1603/V1135], v. 11 (cfr. Alvar, 1986: 90)<sup>[11]</sup>:  
 que atan bel cuu **com'ê** esse vosso,  
 ainda que o home queira buscar,  
 que o non possan en toda a terra achar,  
 de San Fagundo até Ssan Felizes.

Mais a segmentación realizada polos editores non é imprescindíbel, en ningún dos casos, desde a perspectiva dunha expresión fluída, de modo que, tal como acreditamos, *come* achega unha maior naturalidade ao discurso:

a muitas donas fara gran pesar,  
 mais el fara, **come** mui trobador,  
*un cantar en que dira de min ben,*  
*[ou o fara, ou ja o feito ten.]*

mas ja Deus nunca mi perdon,  
*se nunca eu vi tan amigo*  
*d'amiga **come** meu amigo.*

mais era tan certo e apreçado  
**come** o vinho forte en Alhariz<sup>[12]</sup>.

que nunca eu achei [molher] tan grave  
**come** Maria –e ja o provei–  
 do Grav', ...

que atan bel cuu **come** esse vosso,  
 ainda que o ome queira buscar,  
 que o non possan en toda a terra achar  
 de San Fagundo até San Felizes.

10 Tamén en Lopes (2002: 245).

11 A versión de Rodrigues Lapa (seguida en Lopes, 2002: 401) presenta a crase *com'esse* (Lapa, 1970: 505).

12 Probabelmente haxa que considerar hiato *come / o* (como acontece no corpus trobadoresco profano en todos os encontros da conxunción *come* co identificador *o* (v 483.28, 953.r2, 1110.11, 1414.10 e 12) e sinalefa en *forte\_en*, de xeito que o acento tónico fica na cuarta sílaba.

## A segmentación de *é* como necesidade ecdótica

Como xa vimos, a segmentación de *é* é un proceso que se produce con moita frecuencia, do mesmo modo que a conxunción *e*, de xeito que, ao longo do corpus se poden localizar pasaxes diversas onde a deglutinación desta forma verbal permite resolver problemas ecdótico-editoriais de diverso teor.

Sendo certo que, en ocasións, a deficiente lección dos manuscritos esixe do editor a utilización de prudentes e necesariamente fundamentadas intervencións para resolver pasos conflitivos, tamén é verdade que a segmentación pode evitar ás veces intromisións editoriais espurias, como acontece nunha cantiga de Nuno Fernandez Torneol cunha pasaxe en que existe lección coincidente de AB (Michaëlis, 1990: 155; Brea, 1996: 689) e que foi modificada editorialmente:

161 / 106,13 NuFdzTor [A72/B185], v. 8:  
E ben mi-o per devedes a creer  
que me será mia **morte** [**mui**] mester  
des quando vus eu veer non poder'.

Na realidade, onde a editora, Carolina Michaëlis, introduce *mui*, os manuscritos presentan a lección <me>, que se debe manter, coas pertinentes segmentacións de *morte* e *me*, sen problema ningún de interpretación:

E ben mi-o per-devedes a creer  
que me sera mia **mort'**, **e m'é** mester,  
des quando vos eu veer non poder.

Nunha *finda* de Roi Queimado aparece un problema editorial á hora de interpretarmos a concorrente lección de AB, que na xa antiga edición de Michaëlis (1990: 269; Brea, 1996: 923), acollida no fundamental na recente versión crítica de Lorenzo Gradín & Marcenaro (2010: 128), se modificou para conseguir unha lectura aceptábel do punto de vista semántico:

238 / 148,9 RoiQuei [A132/B253], v. 22:  
Ca se m' algun ben **quisesse** fazer,  
ja quequer m' én fezera entender  
des quand' á que a filhei por senhor.

Nótese como os varios editores se viron obrigados, polo feito de manter *quisesse*, a alterar a lección <ia que quem en> A, <ia q̄ q̄men> B do v. 23 (ao tempo que Michaëlis transformou *quanto* en *quando*). A presenza de *é* no v. 22 a través de *quisess'é*, cunha outra interpretación da secuencia máis problemática (cfr. o indefinido *ja-que*) posibilita unha lectura máis acorde coa lección dos manuscritos, aínda que, de calquera maneira, a expresión continúa a ser un tanto escura:

...; e sei ben que non á  
de fazer a min ben niun sabor,

ca, se m'algun ben **quisess'**, é fazer  
ja-que que m'én fezera entender  
des quant'á que a filhei por senhor!

Outra interesante cuestión derivada da problemática segmentativa de *é* pode estudarse nunha cantiga de Afonso Sanchez, inicialmente editada por Nunes (1972: 21-22), de onde parte o texto da vulgata (Brea 1996: 102):

375 / 9,3 AfSchz [B407/V18], v. 6:  
... que vos ar ffez Deus tal  
que nunca mal faredes e por em,  
quer me queyrades, senhor, bem, quer mal,  
poy **me** de vós non veer mal nem rrem.

Tal como o texto nos aparece na versión nunesiana, percíbese a ausencia do verbo rexente de *veer* (v. 6), que supomos interpretado como P3 de futuro de subxuntivo de *viir*, introducido pola partícula temporal *pois*, que aparece na mesma posición e coa mesma función nas tres estrofas da cantiga.

Perante tal situación, a recente edición de Mariña Arbor (2001: 128), incorporada á versión electrónica da vulgata<sup>[13]</sup>, optou por considerar que na cantiga de Afonso Sanchez falta o derradeiro verso de todas as estrofas da composición<sup>[14]</sup>:

<sup>13</sup> [www.cirp.es/pls/bdo2/f?p=MEDDB2%2](http://www.cirp.es/pls/bdo2/f?p=MEDDB2%2)

<sup>14</sup> O texto fixado en Longo (2003: 74) é substancialmente coincidente co de Arbor Aldea, sen a hipótese do sétimo verso; mais nótese como a editora italiana traduce *veer* como *verrà* sen comentario de ningún tipo (p. 77).

De vos servir, mia senhor, non me val,  
 pois non atendo de vós ren, e al  
 sei eu de vós: que vos ar fez Deus tal  
 que nunca m'al faredes, e por én,  
 quer me queirades, senhor, ben, quer mal,  
 pois **me** de vós non veer mal nen ren  
 .....

Mais coidamos posíbel unha outra solución para o problema levantado: a segmentación de <me> como *m'é*, que introduce o verbo principal ao tempo que obriga a considerar *veer* como forma de infinitivo:

De vos servir, mia senhor, non me val,  
 pois non atendo de vós ren, e al  
 sei eu de vós: que vos ar fez Deus tal  
 que nunca mal faredes, e por én,  
 quer me queirades, senhor, ben, quer mal,  
 pois **m'é** de vós non veer mal nen ren.

Outro problema segmentativo aparece nunha pasaxe da cantiga 761 de Joan Garcia de Guilhade, a partir da edición de Nobiling (2007: 89; Brea, 1996: 441), que é continuada por R. Cohen na súa edición do cancioneiro de amigo (Cohen, 2003: 234):

761 / 70,6 JGarGuilh [B745/V347], v. 13:  
 Se s'el **enfinge** (ca x'ousa),  
 te direy-vos que façades: / ...

Perante a evidente incoherencia sintáctica, cunha frase condicional sen verbo de que depender por causa da existencia da conxunción copulativa no inicio do v. 12, na edición do cancioneiro de amigo, Cohen reconverte esa conxunción en *e[u]* para resolver o verso e o período:

Se s'el **enfinge** (ca x'ousa)  
**e<u>** direi-vos que façades: / ...

Coidamos que á solución é mais simple, coa segmentación de *é* en *enfinge*, xa presente na edición de Nunes (1973: 163) e Domingues (1992: 45):

Se s'el **enfing'ê** ca x'ousa,  
e direi-vos que façades: / ...

A continuar con textos guilhadianos, na vulgata, que parte da edición de Nobiling (2007: 99-100; Brea, 1996: 457) e que coincide neste punto coa edición de Nunes (1973: 172) e de Domingues (1992: 54), aparece o seguinte texto na finda final dunha cantiga de Joan Garcia de Guilhade:

772 / 70,39 JGarGuilh [B755/V358], v. 21:  
E d' essa folia toda  
*ja çafou!*  
ja **çafu[u]** de pan de voda,  
*ja çafou!*

Para nós (e así se recolle en Cohen 2003: 245) resulta evidente que non é necesaria intervención editorial ningunha, agás no relativo á segmentación de *ê*, na secuencia manuscrita <gafade> B, <çafade> V:

E dess'a folia toda  
*ja çafou!*  
Ja **çafad'ê** pan de voda,  
*ja çafou!*

O repertorio de emendas editoriais por ausencia dunha segmentación aínda pode ampliarse a outras pasaxes. Véxase o texto de Paaio Gomez Charrinho, tal como é recolleito na vulgata a partir da versión de H. Monteagudo (1984: 319; Brea, 1996: 718), que continúa a lección anterior de Nunes (1972: 255), coincidente neste punto coa de Cunha (1999: 117):

814 / 114,14 PaiGmzCha [B818/V402], v. 10:  
E, poys non quer a ventura mía  
que vos doades do mal que mh' avén  
por vós, senhor, e **maravilhom'én**  
como non moyr'e morrer devya.

O problema aparece cando comprobamos que a lección manuscrita na secuencia subliñada é <maraujlhemê> B, <māraujlhemê> V, que, na nosa opinión, debe ser mantida cunha outra segmentación:



E pois non quer a ventura mía  
que vos doades do mal que mi aven

por vós, senhor, e **maravilh'-é-m'én**  
como non moir', e morrer devía.

É certo que resulta un tanto anómala a concentración de sílabas tónicas e a propia expresión; de todos os xeitos, similar fórmula expresiva é utilizada por Lopo Lias (cfr. *e pesa-m'én* e *é-m'én mal*, 1358.r1) e por Gil Perez Conde (*é-m'én mal*, 1538.10).

Contrariamente aos casos que estamos a ver, en Joan Airas existe unha pasaxe cunha segmentación de *é* que implica a modificación da lección dos manuscritos. Velaí a edición crítica de Rodríguez (1980: 229; Brea 1996: 393), coincidente coa de Nunes (1973: 282):

1037 / 63,45 JAI [B1033/V623], v. 1:  
O meu amigo **forçad'** é d' Amor,  
pois agora comigo quer viver  
ũa sazon; se o poder fazer,  
non dórmia ja mentre comigo for.

Non existe obstáculo ningún, ao noso xuízo, para manter a lección dos manuscritos e considerar *forçado d'amor* como un cualificativo do *amigo*, tal como Cohen editou (2003: 567), e reestruturar sintáctica e semanticamente todo o período:

O meu amigo **forçado** d'amor,  
pois agora comigo quer viver  
ũa sazon, se o poder fazer,  
non dórmia ja mentre comigo for,  
*ca daquel tempo que migo guarir*  
*atanto perderá quanto dormir.*

Unha outra alteración importante da lección manuscrita pode verse tamén na edición dunha cantiga de Pedr'Amigo de Sevilha, a partir da edición crítica de G. Marroni (1968: 242-243; Brea, 1996: 741), coincidente neste paso coa de Nunes (1972: 470):

1098 / 116,17 PAmigo [B1096/V687], v. 9:  
 Esta dona, que mi faz muyto mal  
 por que non quis nen quer que seja seu,  
**home**, senhor, mays gran coita mi deu.

A editora italiana considera un erro <n>/<h> na transmisión manuscrita (<Nõ me> B, <nõ me> V) e actúa en consecuencia apelando á autoridade de Nunes. Mais, de novo, unha segmentación sobre a lección transmitida por BV permite resolver ecdoticamente con éxito a pasaxe<sup>[15]</sup>:

Esta dona, que mi faz muito mal  
 porque non quis nen quer que seja seu,  
**non m'ê** senhor, mais gran coita mi deu.

Nunha cantiga de amigo de Bernal de Bonaval, con diferentes edicións anteriores (Nunes, 1973: 326) e posteriores (Cohen, 2003: 361) á versión da vulgata, procedente de Indini (1978: 148; Brea, 1996: 167), percíbense dúas modificacións dos manuscritos que todos os editores practicaron, con independencia da disposición da cantiga en versos longos ou curtos:

1137 / 22,9 BernBon [B1135/V726], vv. 1, 3:  
 Fremosas, a Deus **grado**, tan bon día comigo!  
 Ca novas mi dis[s]eron ca ven o meu amigo.  
 Ca ven o meu **amigo**,  
 tan bon día comigo!

Porén, no v. 1 pódese dar prioridade a B (<grade>, face a V (<grado>)) porque *é* semella necesario para indicar que a felicidade do día se debe á compañía do amigo, e o mesmo acontece no refrán, onde os dous cancioneiros presentan a mesma lección <amigue> que deberíamos manter coa debida segmentación de *é*. En realidade, a súa presenza nestes versos é coherente co v. 4 (*Tan bon día comigo é, fremosas, a Deus grado*) onde todos os editores tiveron que expunxilo condicionados pola decisión editorial anterior:

Fremosas, a Deus **grad'**, é tan bon día comigo,  
 ca novas mi dis[s]eron ca ven o meu amigo.  
 Ca ven o meu **amig'**, é tan bon día comigo!

15 Esta corrección xa foi feita por Arias Freixedo (2003: 686) na súa monumental antoloxía das cantigas profanas galego-portuguesas.

Un último exemplo significativo arredor da segmentación de *é* podemos localizalo nos problemáticos versos iniciais da coñecida cantiga 1497, de Airas Perez Vuitoron, que na fixación tradicional de Lapa presenta un texto que se afasta en aspectos importantes da lección transmitida unicamente por B (cfr. Lapa, 1970: 130; Brea, 1996: 130)<sup>[16]</sup>:

1497 / 16,1 AiPrzVuit [B1477/V1088], vv. 1-2:  
A **lealdade** da Bezerra pela Beira muito anda:  
ben é que a nostra vendamos, pois que no-lo Papa manda.

Existen diversos problemas textuais neste dístico, mais no que di respecto á segmentación de *é* queremos salientar a posibilidade de deglutinar a forma verbal en *lealdade* (*lealdad'ē*), tal como xa foi proposto en Montero Santalla (2000: 679), de modo que non sería precisa a expunción do relativo *que*, de certo presente no manuscrito<sup>[17]</sup>.

A **lealdad'**é da Bezerra que pela Beira muito anda:  
ben é que a nostra deviámos, pois que no-l'o Papa manda.

En relación co demostrativo, onde a segmentación de *é* resulta sempre posíbel no final da forma masculina singular das tres formas deste pronome, existen algúns problemas editoriais ao longo do corpus lírico trobadoresco. Véxase o inicio dunha cantiga de Roi Fernandiz de Santiago, presente na vulgata a partir da edición de Nunes (1972: 336; Brea, 1996: 894):

915 / 143,2 RoiFdz [B913/V500], v. 1:  
A**queste** muy gram mal d'amor  
que eu por vós, mha senhor, ey,  
poys outro consello non sey,  
se prouguer a Nostro Senhor,  
*alongar-me querrey d'aquí,*  
*e alongar-ss'á el de mi.*

16 Eis o texto fixado en Lopes (2002: 124): *A lealdade aa Bezerra pela Beira muito anda! / Bem é que a nostra vendamos, pois que no-lo Papa manda.*

17 Remitimos á exposición do problema e ás conseguíntes discusións no web *Locus Criticus* [www.uvigo.es/locuscriticus/?cat=1]. De todos os xeitos, a proposta textual de Montero Santalla é diferente á nosa: *A lealdad' é bezerra | que pela beira muito anda: / bem é que a mantenhamos, | pois que no-l' o papa manda.*

Como se pode observar, en toda a estrofa non existe ningún verbo rexente, que, sen dúbida, terá de ser extraído da forma demostrativa inicial do *incipit*, tal como aparece na recente edición de Arias Freixedo (2010: XVII):

**Aquest'**é mui gran mal d'amor  
que eu por vós, mia senhor, ei,  
pois outro conselho non sei;  
se prouguer a Nostro Senhor,  
*alongar-me querrei d'aqui,*  
*e alongar-s'á el de mí.*

Por outra parte, o texto lapiano dunha cantiga de Martin Soarez (Lapa, 1970: 446; Brea, 1996: 661), seguido por Lopes (2002: 320) modifica de modo importante a lección dos apógrafos italianos:

1387 / 97,44 MartSrz [B1369/V977], v. 10:  
E pois a dona Caralhote viu  
antre sas mãos, ouv' en gran sabor  
e **diss' esto**: – O falso treedor  
que m'ogano desonrou e feriu.

No entanto, os manuscritos non autorizan esa versión editorial, pois presentan a lección <diz efte> BV que só pode editarse como *diz* e *est'é* (presentes en Bertolucci Pizzorusso, 1992 [1963]: 149) no contexto da composición:

E, pois a dona Caralhote viu  
antre sas mãos, ouv'én gran sabor  
e **diz**: “**Est'é** o falso treedor  
que m'ogano desonrou e feriu.

Finalmente, a fixación da forma demostrativa *aquestes*, fronte ao singular <|aqueste> de B, nunha pasaxe de D. Denis torna incomprensíbel a pasaxe e a estrofa enteira (Lang, 1972 [1894]: 101; Brea, 1996: 236):

1553 / 25,127 Den [B1534], v. 11:  
que eu sôo certo de pram,  
quant' **aquestes** amigos meus,  
que por quanto mal em el a, / ...

A manutención, novamente, da lección manuscrita coa segmentación da forma verbal *é* (xa presente en Lapa 1970: 147, e Lopes 2002: 483) devolve o sentido, e a sintaxe, á estrofa de D. Denis:

Tantos son os pecados seus  
e tan muito *é* de mal talan  
que eu sôo certo, de pran,  
quant’**aquest’** *é*, amigos meus,  
que, por quanto mal en el á,  
que ja máis nunca veerá  
en nen un temp’a face de Deus.

## Conclusión

En síntese, a cuestión da eventual segmentación do elemento gráfico <e>, interpretábel como conxunción copulativa *e* ou, alternativamente, como forma verbal *é*, adquire unha grande importancia no proceso de segmentación textual das cadeas gráficas manuscritas medievais –e nomeadamente na edición das cantigas galego-portuguesas–, con transcendentales implicacións lingüísticas, literarias e, en definitiva, interpretativas. Cómpre, pois, un proceso atento de revisión, estudo e conseguinte reconsideración destes procesos segmentativos nuns textos, como as cantigas, que son tan sensíbeis, por razóns semántico-interpretativas, a esta operación ecdótica.

## Referencias

- A = (1994). *Cancioneiro da Ajuda*. Edición fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Edições Távola Redonda.
- ALVAR, C. (1986). Las poesías de Pero Garcia d’Ambroa. *Studi mediolatini e volgari*, 32, 5-112.
- ARBOR ALDEA, M. (2001). *O cancionero de don Afonso Sanchez. Edición e estudio*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- ARIAS FREIXEDO, X. B. (2003). *Antoloxía da lírica galego-portuguesa*. Vigo: Xerais.
- ARIAS FREIXEDO, X. B. (2010). *As cantigas de Roi Fernandiz de Santiago*. Vigo: Universidade de Vigo.
- B = (1982). *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti)*. Cód. 10991. Lisboa: Biblioteca Nacional & Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- BARBIERI, M. (1980). Le poesie di Roy Paez de Ribela. *Studi Mediolatini e Volgari*, 27, 7-104.
- BERTOLUCCI PIZZORUSSO, V. (1992) [1963]. *As poésias de Martin Soares*. Vigo: Galaxia.
- BREA, M. (Coord.) (1996). *Lírica profana galego-portuguesa*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- COHEN, R. (2003). *500 Cantigas d'Amigo*. Edição crítica / Critical edition. Porto: Campo das Letras.
- CUNHA, C. Ferreira da (1999) [1945]. *O Cancioneiro de Paay Gómez Charinho. Trovador do século XIII*. In E. Gonçalves (Ed.), *Cancioneiros dos Trovadores do Mar* (pp. 33-147). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- DOMINGUES, A. (1992). *Cantigas de João Garcia de Guilhade. Subsídios para o seu estudo linguístico e literário*. Braga / Barcelos: Editorial Franciscana & Câmara M. de Barcelos.
- D'HEUR, J. M. (1975). *Recherches internes sur la lyrique amoureuse des troubadours galiciens-portugais (XIIe-XIVe siècle): contribution à l'étude du "corpus des troubadours"*. Liège: Université de Liège.
- EIRÍN GARCÍA, L. (2015). *A visión do amor no cancionero de Don Denis. Estudo e edición de 33 cantigas de amor*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- FERREIRO, M. (2009). Sobre a suposta crase de *que* no trobadorismo profano galego-português. In R. Pontes, R. & E. Dias Martins (Orgs.), *Anais VII EDEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais. Idade Média: permanência, atualização, residualidade* (pp. 487-495). Fortaleza / Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Medievais & Universidade Federal do Ceará.
- FERREIRO, M. (2012). Do manuscrito á edición: consideracións sobre a segmentación textual na poesía profana galego-portuguesa. In P. Lorenzo Gradín & S. Marceño (Eds.), *El texto medieval. De la edición a la interpretación* (pp. 135-158). Anexo 68 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- FERREIRO, M. (2014a). Lección manuscrita e crítica do texto: en torno á segmentación das cadeas gráficas na poesía profana galego-portuguesa. *Revista de Literatura Medieval*, 26, 163-190.
- FERREIRO, M. (2014b). Elementos para unha revisión textual das cantigas trobadorescas: sobre a segmentación de “o” e “a”. *Estudos de Lingüística Galega*, 6, 81-115.
- FERREIRO, M., Martínez Pereiro, C. P. & Tato Fontañá, L. (Eds.) (2007). *Normas de edición para a poesía trobadoresca galego-portuguesa / Guidelines for the Edition of Medieval Galician-Portuguese Troubadour Poetry*. A Coruña: Universidade da Coruña.

- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, D. (2012). *O cancioneiro de Fernan Fernandez Cogominho. Estudo e edición crítica. Anexo 69 de Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- INDINI, M. L. (Ed.) (1978). *Bernal de Bonaval. Poesie*. Bari: Adriatica Editrice.
- JUÁREZ BLANQUER, A. (1988). *Cancionero de Pero da Ponte*. Granada: Ediciones TAT.
- LANCIANI, G. (1974). Ayras Veaz o il trovatore dimezzato. *Cultura Neolatina*, 34, 99-115.
- LANG, H. R. (1972) [1894]. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Hildesheim / New York: Georg Olms Verlag.
- LAPA, M. Rodrigues (1970) [1965]. *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. Vigo: Galaxia.
- Locus Criticus. *Crítica textual en rede*. Dispoñíbel en <https://webs.uvigo.es/locuscriticus/?p=259>
- LONGO, N. (Ed.) (2003). *Dom Afonso Sanchez. Le poesie. Edizione critica, introduzione, note e glossario*. Roma: Bagatto Libri.
- LOPES, G. Videira (2002). *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Lisboa: Estampa.
- LORENZO GRADÍN, P. & Marcenaro, S. (2010). *Il canzoniere del trovatore Roi Queimado*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- MARRONI, G. (1968). Le poesie di Pedr'Amigo de Sevilha. *Annali dell'Istituto Universitario Orientale*, 10, 189-340.
- MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, C. (1990) [1904]. *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MONTEAGUDO ROMERO, E. (1984). Apéndice I. Textos e notas. In A. Cotarelo Valledor (Ed.), *Cancionero de Payo Gómez Chariño, almirante y poeta (siglo XIII)* (pp. 305-38). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- MONTERO SANTALLA, J.-M. (2000). *As Rimas da Poesia Trovadoresca Galego-Portuguesa: Catálogo e Análise*. Tese de Doutoramento, Universidade da Coruña, A Coruña, Galiza.
- NOBILING, O. (2007) [1907]. As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade, Trovador do Século XIII. In Y. Frateschi Vieira (Ed.), *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e estudos dispersos* (pp. 39-143). Niterói / RJ: EdUFF.
- NUNES, J. J. (1972) [1932]. *Cantigas de Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- NUNES, J. J. (1973) [1926-28]. *Cantigas de Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

- PAGANI, W. (1971). Il Canzoniere di Estevan da Guarda. *Studi Mediolatini e Volgari*, 19, 53-179.
- PANUNZIO, S. (Ed.) (1992) [1967]. *Pero da Ponte. Poésías*. Vigo: Galaxia.
- RODRÍGUEZ, J. L. (1980). *El cancionero de Joan Airas de Santiago. Edición y estudio*. Anexo 12 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- SPAMPINATO BERETTA, M. (Ed.) (1987). *Fernan Garcia Esgaravunha. Canzoniere*. Napoli: Liguori Editore.
- TAVANI, G. (1967). *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo.
- TMILG = Varela Barreiro, X. (Dir.). *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Dispoñíbel en <http://ilg.usc.es/tmilg>
- V = (1973). *Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cod. 4803)*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos & Instituto de Alta Cultura.



# **AS UNIDADES DE MEDIDA NAS RECEITAS DE COZINHA, MEDICINA, AGRICULTURA E PECUÁRIA DO MS. 142 DO ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA**

Anabela Leal de Barros  
Universidade do Minho  
aldb@ilch.uminho.pt

## **Introdução**

O manuscrito 142 que do Arquivo Distrital de Braga alberga três cadernos com coleções de receitas que nos séculos XVI-XVII costumavam andar interligadas neste género de códice: receitas de cozinha, o primeiro; receitas de remédios, caseiros mas também aprovados (ou utilizados pelos médicos da época), o segundo, e “receitas” de agricultura, pecuária e veterinária, o terceiro – com indicações muito precisas e pormenorizadas, múltiplos conselhos, fórmulas e segredos para obter os melhores frutos e legumes, para os tratar e conservar, para cuidar das árvores, para as enxertar, para semear e cultivar as plantas e ervas aromáticas, comestíveis, medicinais, para cuidar dos animais que se criavam e consumiam no espaço doméstico, e, enfim, para tirar o melhor partido de tudo isso no âmbito da alimentação e da saúde:

Caderno 1: [Sem o primeiro fólio/sem título] Receitas culinárias (cerca de 281)

- + receitas para dieta
- + dicas de conservação ou de cozinha
- + mezinhas
- + receitas químicas
- + dicas e truques domésticos

Caderno 2: *Remédios varios, e receitas Aprovadas*

- + algumas recomendações para a saúde, vida e morte
- Segredos varios* (rezas, remédios, dietas, mezinhas, receitas químicas, etc.)

*Fastos*

Caderno 3: *De Agricultura*

- conselhos agrícolas, veterinários, pecuários, de conservação e confeção de alimentos

O convívio das receitas culinárias e medicinais era comum à época, sobretudo porque todas elas se confeccionavam nas cozinhas, mas também porque cada qual cuidava de si próprio e da sua família ou comunidade o melhor possível, em especial através de alimentação preventiva e salutífera, mas também garantindo desde cedo, na ausência de médicos, a administração de medicamentos naturais conhecidos entre o povo.

O ms. 7376 da Biblioteca Nacional de Portugal inclui logo no título a evidência dessa interligação dos campos da culinária e da saúde, bem como a prova do caráter familiar e patrimonial do receituário: *Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remedios de conhecida experiencia que fes Francisco Borges Henriques para o uzo da sua caza. No anno de 1715. Tem seo alfabeto no fim.*

Até à data da publicação d'*As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (Barros, 2013), que inclui as cerca de 300 receitas existentes no primeiro caderno (são várias as que oferecem mais de uma alternativa, complexificando a contagem), conhecia-se apenas, da riquíssima e cosmopolita cozinha portuguesa dos Descobrimentos, de finais do século XV e princípios do XVI, o chamado *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, pelo menos meia dúzia de vezes editado, a partir do manuscrito I.E 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, cidade para a qual a Infanta portuguesa o transportou, aquando do seu casamento (Salema, 1956; Gomes Filho, 1963; 1994; Newman, 1964;

Manuppella & Arnaut, 1967; Manuppella, 1986; Hosokawa, 2006). Tanto essa obra pioneira da cozinha portuguesa (Santos, 1992) – mas relativamente escassa, com as suas 67 receitas culinárias, integrando seis de remédios e conselhos domésticos – como *As Receitas de cozinha de um frade português do século XVI* oferecem um campo único de estudo: o do léxico, já que este revela ampla variação e apresenta múltiplos vocábulos, e ainda mais numerosas aceções, ausentes das obras lexicográficas. Um dos mais férteis campos de pesquisa é o das unidades de medida, não só no que diz respeito ao mais restrito campo lexical da nomenclatura de pesos e medidas (Abbade, 1998; 2003; 2009; Barros, 2013), abarcando influências de diferentes épocas, línguas e povos, mas sobretudo no que concerne às indicações analógicas de peso, tempo ou medida, e ao emprego de locuções e expressões relativamente vagas e perifrásticas. A característica que Antonieta Hosokawa (2006) refere a propósito do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, e que consiste na criação das mais requintadas e caseiras metáforas, comparações ou, em geral, analogias para indicação dessas medidas, verifica-se com muito mais fôlego e criatividade nas três centenas de receitas do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga. A cozinha portuguesa dos Descobrimentos deixou-nos, não somente pratos engenhosos, com janelas para o mundo, mas também engenhosas frases e expressões, classificáveis em grupos por critérios temáticos e linguísticos, para a indicação de pesos, medidas e outras instruções culinárias com vista à correta confeção e apresentação dos pratos. O mesmo, aliás, se passava no tocante aos *Remédios vários e receitas aprovadas*, compilados no segundo caderno, de Medicina, conjuntamente com uma secção de *Segredos vários* e outra de fastos – ou do que convinha e não convinha para a manutenção da saúde mês a mês, em paralelo com a calendarização das atividades agropecuárias –, e ainda aos conselhos e receitas de agricultura, veterinária e pecuária, no terceiro caderno. Todos, de qualquer modo, retomando e complementando os demais, num conjunto cuja unicidade nos levará, neste trabalho, a passar também brevemente pelas indicações analógicas de peso e medida nas muitas centenas de remédios e segredos e nas várias dezenas de indicações agrícolas, veterinárias e pecuárias dos dois últimos cadernos de receitas.

## O campo semântico das unidades de medida

Tal como acontece quando se estuda este manuscrito de outras perspetivas, também do ponto de vista das unidades de medida fica evidente que se trata de um conjunto composto por receitas de épocas e lugares distintos.

No Caderno I, publicado como *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (Barros, 2013), as unidades de peso e medida utilizadas são as seguintes:

<b>almude</b>	12 canadas ou 24 litros. Mas também de 16,5 a 26 litros.
<b>alqueire</b>	Cerca de 12 quilos ou de 13,8 litros.
<b>arrátel</b>	459 gramas.
<b>arroba</b>	32 arráteis, ou 14,7 quilos, atualmente arredondada para 15 quilos.
<b>canada</b>	Cerca de 2 litros, ou 2,622 litros; subdividia-se em 4 quartilhos.
<b>libra</b>	12 onças, mas também 1 arrátel.
<b>oitava</b>	Cerca de 60 gramas, a oitava parte do arrátel.
<b>onça</b>	Cerca de 29 gramas, ou seja, 28.961 gramas, a décima-sexta parte do arrátel. Mas também de 24 a 33 gramas.
<b>quarta</b>	Cerca de 125 gramas, a quarta parte do arrátel. Cerca de 7,3 gramas, a quarta parte da onça.
<b>quartilho</b>	Cerca de 1/2 litro, ou 0,665 mililitros, a quarta parte da canada.

Estas medidas convivem muito frequentemente nas mesmas frases e receitas, à exceção das de maior grandeza – o *almude*, usado unicamente numa das receitas químicas que surgem entre as culinárias (na edição destacadas para final, por motivos de segurança alimentar), e a *arroba*, referida somente na receita 151, *Como se conheesse estar o acuque em ponto*:

1. A hu' **alqueire** de flor sinco **arrates** de asuqr<sup>e</sup>, e hua **cannada** de mel. (r. 163, *Florada*)
2. Hu' **arratel** de Gergelim meia **liura** de mel. (r. 212, *Gergelada*)
3. e deitaraõ hua' **canada** de aseite, e 3<sup>ss</sup> **quartilhos** de mel, e hu' **aratel** de amendoas m<sup>to</sup> be' pisadas (r. 255, *Bolos de mel*)

4. então pese' duas **onsas** e **quarta** da folha, e deiteno [sic] e' hu' gral de [89] pedra, e pisen a m<sup>to</sup> be'; pese' hu' **aratel** de asucar e vano deitando pouco, e pouco com esta rosa (r. 274, *Tablilhas de Rosa*)

As variantes de cada um desses substantivos no manuscrito, bem como os contextos em que surgem – permitindo identificar alguns dos ingredientes que mediam, em cada época –, podem achar-se no glossário de que foi imperativo fazer acompanhar a edição (Barros, 2013: 437-496):

**almude** s.m. Medida de capacidade correspondente a 12 canadas, ou 24 litros. Podia corresponder a 25 litros ou variar regionalmente entre 16,5 e 26. quando não ouuer vinho branco, fase com tinto. Pera cada **almude** 4 arrates, e meio de galhas. De caparosa 3 arrate's pera cada **almude**. De goma hu' arratel, e meio p<sup>a</sup> cada **almude** (r. 6\*, *Regimento p<sup>a</sup> faser tinta*)

**alqueire** s.m. Unidade de medida para líquidos e sólidos, mas sobretudo para cereais; variável, podendo corresponder a cerca de 12 quilos ou de 13,8 litros.

1. A hu' **alqueire** de flor sinco arrates de asuqr<sup>e</sup>, e hua cannada de mel. (r. 168, *Florada*)
2. deitaraõ este mel, e azeite por sima de meo **alquere** de poo de farinha (r. 199, *Bolos Podres de Azeite, e Mel*)
3. Tome' poo de meio **alqueire** de farinha, aratel e meio de asucar (r. 229, *Fartens*)

**arrátel** s.m. Unidade de medida de peso equivalente a 459 gramas.

1. se derretera nella meo **arratel** de assucar pera cantidade de duas dusias de gemmas de ouos (r. 145, *Ouos Reaes*)
2. Ha de leuar dous **arrates** de asuquer, e hu' de mermello bem pisado (r. 161, *Mermelada vermelha*)
3. e lhe deitaraõ 4 **arrateis** damendoas pisadas (r. 230, *Fartens da S.<sup>m</sup> D. madalena de Tauora...*)
4. A hu' **arratel** de aros 3<sup>es</sup> canadas de leite (r. 267, *Aros de leite*)

**arroba** s.f. Unidade de medida de peso que correspondia a 32 arráteis, ou 14,7 quilos, atualmente arredondada para 15 quilos.

Pra<sup>te</sup> pomse o tacho com mea **aroba** de acuquer v.g. (r. 151, *Como se conhesse estar o acuqre em ponto*)

**canada** s.f. 1. Antiga unidade de medida correspondente a 2 litros, que se subdividia em 4 quartilhos.

1. Tomaraõ hua **canada** de mel, e meio quartilho de aseite, e poraõ tudo a feruer (r. 199, *Bolos Podres de Azeite, e mel*)
2. e se fore' 3<sup>es</sup> arrates dunto leuaraõ noue de Rosas; e mea **canada** de sumo de Rosas (r. 9\*, *Outra [receita de Vnguento Rosado]*)
3. e deitaraõ hua' **canada** de aseite, e 3<sup>es</sup> quartilhos de mel (r. 256, *Bolos de mel*)

4. A sinco arrates de rosas deite' sinco de asuq<sup>re</sup>, e hua **cannada** de mel (r. 167, *Outro mel e Asuq<sup>re</sup> [com rosas]*)

2. A vasilha de 2 litros que servia de medida.

e teraõ o asuq<sup>re</sup> clarificado, e o mel escumado de hu' dia dantes, e o mediraõ p hua **cannada** e o misturaraõ (r. 167, *Outro mel e Asuq<sup>re</sup> [com rosas]*)

**libra** s.f. Antiga unidade de peso correspondente a 12 onças, mas podendo também equivaler a 1 arrátel, conforme a variação da moeda que lhe conferia o peso.

1. Em des **liuras** de mel v.g. tome' doze claras de ovos anassadas, em agoa (r. 152, *Como se prepara o mel pera confeitar com elle*)

2. Haõ de tomar 3<sup>es</sup> **liuras** de vinho branco, e de seuo de chibarro, carneiro, ou cabrito, hua **liura** [...] e pera cada **liura** de ceuo tomaraõ mea **liura** do miollo dos nabos (r. 7\*, *Seuo Confeito*)

**oitava** s.f. Unidade de peso, cerca de 60 gramas, a oitava parte do arrátel.

1. Tomaraõ 3<sup>es</sup> onsas de Beýoim, meia onsa de storaque e hua **oitaua** dambre, e meia de almisq<sup>re</sup>, e meia de algalea, e hu' piqueno de asuq<sup>re</sup> branco cousa de hua **oitaua** (r. 12\*, *Casuela*)

2. E depois segundo as onsas fore' deitaraõ tantas meias **oitauas** de almisq<sup>re</sup> (r. 15\*, *Poluilhos*)

**onça** s.f. Antiga unidade de medida de peso para sólidos e líquidos, cerca de 29 gramas, ou seja, 28.961 gramas (a décima-sexta parte do arrátel), mas podendo variar entre 24 e 33 gramas.

1. hu' pouco de asucar cantidade de hua **onsa** (r. 121, *Caldo de miollo de paõ*)

2. cantidade de **mea onsa** pouco mais, ou menos, da farinha do amido (r. 124, *Amido*)

3. deitaraõ hua **onsa** de oleo de gergelim, e tantos arrates, tantas **onsas** de oleo (r. 217, *Oleo de flor*)

**quarta** s.f. 1. Unidade de medida de peso, cerca de 125 gramas, a quarta parte do arrátel.

1. Hua **quarta** de bejoim, m<sup>a</sup> **quarta** de storaque, hua 4<sup>ta</sup> dambre, m<sup>a</sup> dalmisq<sup>re</sup> (r. 13\*, *Outra [Casuela]*)

2. e logo tomaraõ hua **quarta** de farinha acugulada, e bem peneirada (r. 256, *Bolos de mel*)

3. e teraõ aratel e **quarta** de ma'teiga de porco, ou de vaca [...] ao lume (r. 258, *Mursellas doces*)

2. Unidade de medida de peso, cerca de 7,3 gramas, a quarta parte da onça.

entaõ pese' duas onsas e **quarta** da folha, e deiteno [*sic*] e' hu' gral de pedra (r. 274, *Tablilhas de Rosa*)

**quartilho** s.m. Unidade de capacidade para líquidos e sólidos, a quarta parte da canada, ou seja, cerca de 0,665 mililitros, hoje correspondendo a meio litro.

1. e enxaguaraõ o alguidar onde o souaraõ, com meio **quartilho** de agoa rosada, e a deitaraõ sobre o asuq<sup>re</sup> rosado (r. 170, *Asuq<sup>re</sup> Rosado*)

2. Hum arratel de asuq<sup>re</sup> clarificado com quantidade de hu' **quartil**.º dagoa rosada, ou de flor (r. 183, *Durasios, e Alperches*)
3. Tomaraõ hua canada de mel, e meio **quartilho** de aseite, e poraõ tudo a feruer (r. 199, *Bolos Podres de Azeite, e Mel*)
4. e hu' **quartilho** de manteiga (r. 227, *Fartens de masa*)
5. e deitaraõ hua' canada de aseite, e 3<sup>es</sup> **quartilhos** de mel (r. 256, *Bolos de mel*)
6. lhe deitaraõ 4 arates de amendoas m<sup>to</sup> bem pisadas, e Crauo, e 10 **quartilhos** de Rolaõ dos bolos que tenho dito (r. 229, *Fartens*)

No *livro de cozinha da infanta D. Maria*, dos séculos XV-XVI, Antonieta Hosokawa (2006: 76-77) refere a presença do *alqueire*, do *arrátel*, da *arroba*, da *canada*, da *oitava* (de *arrátel*), da *onça*, da *quarta* (de *arrátel*), do *quartilho* (de *canada*) e do *salamim* (2,2668 litros), sendo esta a única unidade de medida ausente do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga. Celina Abbade já antes incluía essas unidades absolutas de medida, e ainda a *libra* (uma atestação de *liuras*), entre os campos lexicais ou lexias do primeiro livro de cozinha português, cujo estudo iniciou com a sua dissertação de mestrado (Abbate, 1998) e aprofundou na pesquisa de doutoramento (Abbate, 2003) e na obra que posteriormente publicou (Abbate, 2009). Assim, o *livro da Infanta D. Maria*, ou códice I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, só não inclui o *almude*, de entre as medidas presentes nas receitas de que nos ocupamos.

Já o Caderno II do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga, maioritariamente composto por um tratado de medicina que inclui remédios e práticas médicas até ao século XVII, acrescenta unidades de medida mais subtis – a *dracma* (sempre nas variantes *drama* e *dragma*) e o *escrúpulo* –, não incluindo as de maior grandeza, o *almude* e a *arroba* (Barros, 2016):

<b>alqueire</b>	Cerca de 12 quilos ou de 13,8 litros.
<b>arrátel</b>	459 gramas.
<b>canada</b>	Cerca de 2 litros, ou 2,622 litros; subdividia-se em 4 quartilhos.
<b>dracma</b>	A oitava parte de uma onça; num dos remédios do manuscrito existe uma equivalência mais específica: “60 dramas q’ fase’ 7 onsas e mea” (21, <i>P<sup>a</sup> Stallecido</i> )
<b>escrúpulo</b>	A quarta parte da oitava, ou seja, 15 gramas; no manuscrito refere-se explicitamente: “hua oitava ou 4 escrúpulos” (27, <i>Tercas</i> )
<b>libra</b>	12 onças, mas também 1 arrátel.
<b>oitava</b>	Cerca de 60 gramas, a oitava parte do arrátel.

<b>onça</b>	Cerca de 29 gramas, ou seja, 28.961 gramas, a décima-sexta parte do arrátel. Mas também de 24 a 33 gramas.
<b>quarta</b>	Cerca de 125 gramas, a quarta parte do arrátel. Cerca de 7,3 gramas, a quarta parte da onça.
<b>quartilho</b>	Cerca de 1/2 litro, ou 0,665 mililitros, a quarta parte da canada.

Também neste caso o glossário conjunto dos Cadernos II e III (a publicar brevemente com a edição deste último, dada a sua extensão) inclui as variantes de cada termo e contextos representativos de alguns dos ingredientes a medir ou pesar:

**dracma** *s.f.* Unidade de peso equivalente à oitava parte de uma onça; veja-se a equivalência da época no exemplo 4.

1. Comer galinha se' sal ne' vinagre; e no caldo lhe lanse' hua' **drama** de pos de coral, e agoa de canela (3, *Pera Camaras de sangue ou materia grossa q' parese fas algua chaga nas tripas*)
2. pos de murta, ensenso, cumagre, sangue de dragão, Alquetira, e de almesega, de cada cosa meia **dragma** (*ibidem*)
3. Hua **drama** e mea de mirabolanos setrinos, goma arabia, Ruibarbo de cada hu' meia **drama** (12, *Pa Sangue do Peito*)
4. cantidade de todos os poos q' são **60 dramas q' fase' 7 onsas e mea** (21, *P<sup>a</sup> Stallecidio*)

**escrúpulo** *s.m.* Unidade de medida correspondente à quarta parte da oitava, ou seja, 15 gramas (*vid.* exemplo 3).

1. Hu' **escrupalo** de ceruce, dous de ensenso. dous de almesega (13, *Pa Dor de Dentes*)
2. Meio **escrupulo** de Asucar com hua onsa de xerope Rosado (13v, *Pa Dor de Olhos*)
3. 2 onsas de Canafistola 2 oitauas de leituário de sumo de Rosas desfeito em agoa de jndiuia, Ruibarbo, e' infusão **hua oitaua ou 4 escrupulos** (27, *Tercas*)
4. Milhor he dar ao doente meia onsa de sumo de Albahacha clarificado com meio **scrupulo** de asafraõ e' poó (36v, *Asma*)

No tocante aos demais, observem-se os contextos agora alargados até ao século XVII (de acordo com a datação de algumas das fontes mencionadas no Caderno II):

**alqueire** *s.m.* Unidade de medida para líquidos e sólidos, mas sobretudo para cereais; variável, podendo corresponder a cerca de 12 quilos ou de 13,8 litros.

Meio **alquere** de farinha de trigo. de alenteio m<sup>to</sup> be' peneirado (19v, *Pa Tisicos*)

**arrátel** *s.m.* Unidade de medida de peso equivalente a 459 gramas.



1. ajuntemlhe hu' quartilho, e meio de mel, e hu' **arratel** de asucar do melhor (20v, *Pa Tisicos*)
2. Onsa, e mea de encenso macho, hua onsa de mirra, hu' **arratel** de tromentina (26v, *postemas*)
3. e se lhe quisiere' asucar lansaraõ a cada canada meo **aratel** do da madeira (50, *ventosidades e Malenconia*)

**canada** s.f. 1. Antiga unidade de medida correspondente a 2 litros, que se subdividia em 4 quartilhos; *vid.* **quartilho**.

1. ferua isto e' hua **canada** de agoa, e mea de vº (37v, *Opilados...*)
2. A hua **canada** de sumo de agraso tres arrates de asucar (76, *Sumo de Agraso pª febª malignas*)
3. Feruaõ hua **canada** de agoa da fonte (79, *Tisana Refrigerante...*)
4. Tomaraõ 6 **canadas** de Vº branco muito bou' q' naõ tenha gesso (74, *Receita do Vinho Santo. Frialdades*)

**libra** s.f. Unidade de peso correspondente a 12 onças, mas podendo também equivaler a 1 arrátel, conforme a variação da moeda que lhe conferia o peso.

1. se lhe acrescentare' meia **libra** de poos de sterco de cabra, e hua onsa de Cypero he admirauel pª Hidropesia (37, *Ventosidades [...] Hidropesia*)
2. e metaõ tudo e' hu' vidro com hua **liura** de agoa Rosada (44-44v, *Rosto leproso*)

**oitava** s.f. Unidade de peso, cerca de 60 gramas, a oitava parte do arrátel; *vid.* **arrátel**.

1. hua **oitaua** de pos de Mecleta em hu' pouco de xarope de mortinhos (1, *Remedios pa Cameras*)
2. pos de almesegua **outaua**, e meia (2, *Remedios pª Cameras*)

**onça** s.f. Antiga unidade de medida de peso para sólidos e líquidos, cerca de 29 gramas, ou seja, 28.961 (a décima-sexta parte do arrátel), mas podendo variar entre 24 e 33 gramas (*vid.* exemplo 4).

1. **Meia onsa** de folhas de sene botadas de molho e' hu' quartilho de agoa da fonte (1, *Regimento das Amexas de sene*)
2. e lhe lansaraõ depois 3 **onsas** de Xarope violado de 9 infusoins (1, *Regimento das Amexas de sene, Purga suave*)
3. e lhe tiraraõ 5 **onsas** de sangue (7, *Tabardilho*)
4. Pª faser a enfusaõ se tome do millhor vinho branco q' se achar, e naõ o hauendo, seja vº tinto as **onsas** q' quisiere', as **onsas** seiaõ as das buticas, e naõ outras (22-22v, *Modo de faser a infusaõ do antimonio...*)

**quarta** s.f. 1. Cerca de 125 gramas, a quarta parte do arrátel; *vid.* **arrátel**.

e depois coada a manteiga lhe misturaraõ hua **quarta** de enxundia de galhinha (70, *Asma*)

**quartilho** *s.m.* Unidade de capacidade para líquidos e sólidos, a quarta parte da canada, ou seja, cerca de 0,665 mililitros, hoje correspondendo a meio litro; *vid. canada.*

1. Meia onsa de folhas de sene botadas de molho e' hu' **quartilho** de agoa da fonte (1, *Purga suave*)
2. hu' **quartilho** de agoa de tanchage' e hua onsa de chumbo, meia oitaua de pedra hume posto tudo ao fogo ate q' comese de feruer (15v, *Pa Partes Inflamadas de humor quente*)
3. ajuntemlhe hu' **quartilho**, e meio de mel, e hu' arratel de asucar do melhor (20v, *Pa Tisicos*)

Apesar de específicos como unidades de peso, volume ou, em geral, medida, nem mesmo estes substantivos permitiam clareza e rigor absolutos no doseamento dos ingredientes, já que muitas dessas medidas foram variando ao longo do tempo (veja-se a *onça*), enquanto outras eram parte de várias unidades, podendo resultar equívocas (como a *quarta*). Por outro lado, as unidades de medida revelam-se variáveis até numa mesma época:

Pª faser a enfusão se tome do milhor vinho branco q' se achar, e não o hauendo, seia vº tinto as onsas q' quisiere', **as onsas seiaõ as das buticas, e não outras** (22-22v, *Modo de faser a infusão do antimonio*)

Por outro lado, certos recipientes caseiros eram por tradição considerados em cada época como medidas conhecidas de todos e eventualmente exatas, contudo, com o passar dos séculos deixámos de poder fazer mais do que uma estimativa dos tamanhos em questão. Vejam-se, por exemplo, *colher de prata*, *porcelana*, *púcaro* (e sobretudo *púcaro de real*), *quarto* e *tigela* no glossário d' *As receitas de cozinha...* (Barros, 2013):

**colher** *s.f.*

**colher de prata:** A colher deste metal que, tendo um tamanho padrão, servia de medida, e também para derreter ou retirar substâncias, por não se corromper.

1. deste leite tire' hu' pequenno pa faser o polme com estes ouos todos, e sinco **colhers de prata** de farinha (r. 272, *Tigellas de leite*)
2. e o dereteraõ em hua **colher de prata** (r. 10\*, *Banha de flor*)
3. e depois de tirado todo a o torno apuraloaõ a o lume m<sup>to</sup> brando em hu' tachinho vidrado, e assim apararaõ com hua **culher de prata** (r. 9\*, *Outra [receita de Vnguento Rosado]*)

**colher de buracos:** Espumadeira ou outro tipo de colher com furos.

Costumaõ os q' fase' bem isto lancare' os ouos por hua **colher de buracos**, ou por hua casca de ouo com buracos (r. 145, *Ouos Reaes*)

**porcelana** *s.f.* 1. Tigela ou terrina de porcelana, de tamanho variável, geralmente importada da China.

1. e tiraraõ as talhadas, e pollasaõ em hua **porcolana**, e cobrilasaõ de canella pisada, e assim faraõ a cada cama dellas q' pusere' na **porcelana**, entãõ deitallasaõ na vasilha em q' ouuere' de estar (r. 157, *Marmellos de Mel*)

2. entãõ tiralaõ fora, e deitalaõ em hua **porçolana** (r. 173, *Maçapaõ*)

3. e daixaloaõ estar em hua **porcelana** ate q' qualhe (r. 10\*, *Banha de flor*)

4. Deitaraõ a hua dusia de mermellos m<sup>to</sup> bons quatro arrates de asuq<sup>re</sup>, mal pesados [...] e como estiuere' bem cosidos, e m<sup>to</sup> vermelhos destapalosaõ, e pollosaõ na **porcelana**, ou no q' ouuere' de estar (r. 159, *Mermellos em quartos*)

2. Tigela de porcelana pequena como unidade de medida de líquidos e sólidos, podendo equivaler a uma chávena grande, ou almoçadeira.

1. entãõ a cada 6 **porcelanas** dasuquer quatro de mel (r. 160, *Flor de Laranja*)

2. e deitarlheaõ hua **porcelana** de sumo dos mermellos (r. 161, *Mermelada vermelha*)

3. Tigela de porcelana de maior capacidade usada como unidade de medida.

Cosidas as peras na agoa depois de apparadas, pisanas m<sup>to</sup> be', entãõ as mede' por hua **porcolana** grande, e pella mesma midiraõ outras tantas de asuq<sup>re</sup> clarificado (r. 172, *Perada*)

**púcaro** *s.f.* 1. Recipiente de barro, folha ou outro metal, com asa, de tamanho variável, que pode ir ao fogo.

e cosido isto em vinagre se pora hu' panno a o redor da bocca do **pucaro** no qual pondo os beisos, e tomando aquelle bafo vai se a dor (r. 5\*, *Mesinha p<sup>a</sup> dentes*)

2. Copo, taça. Fr. João Pacheco define-o assim em 1734: "É vaso, a modo de taça, em que se bebe. *Púcaro de água* se diz ordinariamente um comer, que nem é jantar nem ceia, mas um misto de uma e outra cousa" (Coelho, 2006: 29).

3. Este recipiente enquanto unidade de medida, cerca de uma chávena ou copo.

e quando se quer acabar lhe deitaõ hu' **pucaro** de agoa (r. 164, *Asuq<sup>re</sup> Rosado*)

**um púcaro de real**: Púcaro que custava esta soma, eventualmente o de tamanho médio e mais comum na cozinha; *vid.* **real**.

a o qual deitaraõ 16 **pucaros** de agoa destes **de real** (r. 151, *Como se conheesse estar o acuqre em ponto*)

**quarto** *s.m.* Quarto de pipa, vasilha que leva a quarta parte de uma pipa, com capacidade variável de 1 a 20 almudes, mas também meia pipa, que é um quarto de tonel. e as deixaraõ arefesar, e as meteraõ no **quarto**, ou vaso que pareser, conforme a cantidade dellas (r. 280, *Conserua de perdises...*)

**tigela** *s.f.* 1. Caçarola, tacho ou panela de barro ou metal que vai ao fogo; *vid.* **tigela de fogo**.

e desfeitos os alhos com vinagre se aõ de lançar na **tigella** q' ferua com tudo, o assima ditto (r. 16, *Sarapatel*)

2. Este recipiente, habitualmente o de tamanho médio, usado como unidade de medida.

O qual se lançara depois em hua **tigella** panella com 3<sup>as</sup> **tigellas** de agoa, e temperarsea de sal, como se fora mea **tigella** (r. 53, *Caldo m<sup>to</sup> Esforçado*)

**3.** Forma, forminha, caçarola de metal ou barro que vai ao forno.

1. deitalo e' **tigellas**, e va ao forno (r. 272, *Tigellas de queixo*)

2. e como o polme estiuer be' cosido deiteno e' **tigellas**, e com lume brando os meteraõ no forno (r. 272, *Tigellas de leite*)

**4.** Tigelada [o prato doce ou salgado feito em tigelas, caçarolas ou formas redondas]; *vid. tigelada.*

1. deitalo e' **tigellas**, e va ao forno (r. 272, *Tigellas de queixo*)

2. deiteno e' **tigellas**, e com lume brando os meteraõ no forno (r. 272, *Tigellas de leite*)

**tigela de fogo:** Caçarola ou qualquer outra vasilha de barro ou metal que vai ao lume; *vid. tigela de frigar, tigelada.*

1. deite' tudo na **tigella de fogo** com seus adubos [...], e poraõ a **tigella** a feruer (r. 26, *Tigellada de Perdises*)

2. Fregese o figado feito e' pedasos e' hua **tigella de fogo** com manteiga de vaca, ou porco (r. 237, *Figado de Carn<sup>o</sup>*)

**tigela de frigar:** Caçarola de barro ou metal para fritar ou ir ao forno; *vid. tigela de fogo.*

Tomaraõ hua **tigella de frigar** noua, e vntemlhe o fundo com manteiga [...] entaõ leuaraõ a **tigella** a o forno (r. 200, *Tigellada de queixo*)

Alterna com **panela** e **tacho**.

1. E tomaraõ vinagre, e o deitaraõ e' hua **tigella**, ou **panella**, ou **tacho** grande com adubos [...] e ferua tudo (r. 281, *Escabeche de Sardinhas...*)

2. Escamadas, deixandolhes da cabesa so o toutiso e muito bem compostas em hu' **tacho** ou **tigella** (r. 80, *Sardinhas Cosidas*)

No *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* figuravam igualmente a *colher*, e muito especificamente a *colher de prata* (“duas **colheres** de farjnha **de prata**”, “acuquar e farjnha que Sera cimquo **colheres de prata**”; sigo a edição de Hosokawa, 2006: 290; 302), o *púcaro*, a *porcelana* e a *tigela* (já mencionados por Abbade, 1998; 2003; 2009). A estes e outros utensílios se regressará mais adiante.

## Indicações de quantidade vagas ou aproximadas

Antonieta Hosokawa (2006: 76) refere a omissão nas receitas do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* de informações importantes para a execução e sucesso dos pratos, aludindo, nestas, à falta de exactidão na indicação de medidas (*fatias, pouco, talhadas*), não sendo possível determinar rigorosamente a que tamanho ou quantidade correspondem (Hosokawa, 2006: 77). O mesmo ocorre em *As receitas de um frade português do século XVI* (Barros,

2013), com indicações tão vagas como *ao olho, a quantidade que parecer, proporcionada quantidade, menos de uma tigella, pouco menos de hu' punhado, menos quantidade muito do que, aserca de, etc.:*

1. e as amendoas seiaõ **a o olho segundo as titelas, e menos hu' pouco** (r. 220, *Roma's*)
2. e deitemlhe nesta calda, crauo, pimenta, sal tudo muito be' pisado, **a quantidade que parecer conforme a quantidade das perdises** (r. 280, *Conserua de perdises...*)
3. Deitada hua pequenna de manteiga de vaccas com pporcionada quantidade de mel, e agoa em pporcionada tigella se pora a feruer (r. 147, *Almoso p' engordar mosos fracos*)
4. botarlhehaõ, huas pedras de **pouco sal conforme a quantidade das sardinhas** (r. 281, *Escabeche de Sardinhas...*)
5. Porsea a feruer **menos de hua tigella** de agoa p<sup>a</sup> cada hum (r. 121, *Caldo de miollo de paõ*)
6. e irsea deitando, e mexendo em **menos de hua tigella** de agoa q' estara feruendo (r. 124, *Amido*)
7. e irsea lançando em **pouco menos de hua tigella** de agoa de poeios cozidos (r. 123, *Caldo de Poejos*)
8. e **pouco menos de hu' punhado** de farinha (r. 257, *Mursellas de sangue de minha tia*)
9. o pan relado **menos quantidade muito do q' era a agoa** (r. 121, *Caldo de miollo de paõ*)
10. Desfarseá com **mui pouca** agoa fria **quantidade de mea onsa pouco mais, ou menos**, da farinha do amido (r. 124, *Amido*)
11. Cosidas as peras na agoa depois de apparadas, pisanas m<sup>to</sup> be', entaõ as mede' **por hua porsolana grande**, e pella mesma midiraõ outras tantas de asuq<sup>te</sup> clarificado, e se asertar de ser m<sup>to</sup> delgado **seiaõ m<sup>to</sup> bem medidas**, e se for grosso, **naõ seiaõ ta' bem medidas** (r. 172, *Perada*)
12. e lhe lancaraõ **aserca de hu' quartilho** de <cumo de>[†] rosas (8\*, *Vnguento Rosado*)

Mesmo unidades mais concretas, como as resultantes da segmentação de frutos, carnes, legumes, pão ou doces secos (*talhada, talhadinha*), e ainda as que correspondem a um exemplar inteiro ou à parte central e mais tenra de um vegetal ou legume (*olho*), acabam por oferecer grande variabilidade, não apenas devido às aceções distintas das atuais que podem complexificar as equivalências, mas também por causa do tamanho variável dos produtos naturais; no caso dos *bocados, ladrilhos* e, sobretudo, *talhadas*, frequentes no livro de cozinha, uns e outras podiam corresponder a diferentes configurações, acabando por oferecer pouca informação quanto ao tamanho exato:

**bocado** *s.m.* Quadrado, ladrilho, talhada, cada um dos pedaços manualmente cortados de marmelada, perada, pessegada, etc., normalmente depois de secas [nesta época em que alternativamente podiam secar em formas ou grades, o ladrilho podia distinguir-se do mero bocado por ter formato regular, fosse cúbico, triangular ou de paralelepípedo]; *vid. ladrilho, talhada*.

1. **Bocados** desta mesma maneira se faze', senão q' lhe daraõ mais hua feruura p<sup>a</sup> q' seiaõ mais cosidos (r. 159, *Marmelada*)
2. e os **bocados** de perada se fase' tambe' desta mesma maneira; entã fasenos em **bocados**, e poe'nnos em tauoleiros a secar ao sol (r. 162, *Perada de Peras Carualhae's*)
3. e deitalloaõ em hu' tauoleiro m<sup>to</sup> bem consertado, e estara no sol hu' pedaso atte q' se fasa duro, e cortaloaõ em talhadas, e tornaloaõ a por a o sol q' se enxugue tudo em hu' dia (r. 166, *Bocados de Asuq<sup>re</sup> Rosado*)
4. o asuque rosado não ficara m<sup>to</sup> cosido porq' lhe haõ de dar huas voltas no fogo quando o mexere' com as amendoas, e faraõ **bocados**. (r. 192, *Bocados de Asuq<sup>re</sup> Rosado*)
5. entã botaraõ isto no taboleiro, e polasaõ ao sol, e como estiuere' enxuttas, cortalasaõ em **bocados** (r. 193, *Outro modo melhor [de Bocados de Asuq<sup>re</sup> Rosado]*)

**ladrilho** *s.m.* Quadrado, quadradinho, cada um dos cubos, retângulos ou triângulos de marmelada, pessegada, perada, limoada, etc., sendo estas logo colocadas em formas ou grades compartimentadas, sobre tabuleiros, ou então partidas depois de secas; *vid. bocado, talhada*.

1. Depois de be' cosida a deitaraõ em hua gradinha destas de **ladrilhos**, ou em caixas, como quisiere' (r. 180, *Outra pessegada de asuq<sup>re</sup> em poó*)
2. e cosera como a outra marmelada q' se fas de caixas, e bocados, e deitalaaõ em formas de pao do tamanho q' quere' sobre hu' taboleiro, e como se esfriar cobrena com hua beatilha, e anda assim a o sol dias atte pareser q' esta enxutta p<sup>a</sup> se cortar, ou desapegar das formas, e tirados dellas andaraõ a o sol mudados cada dia em taboleiros, e reuoltos atte estare' m<sup>to</sup> be' enxuttos q' os guardaraõ dentre pannos q' não humedesaõ. [...] As formas fasemse de taboinhas de bordo pregadas, quadradas, ou de 3<sup>es</sup> quinas, ou compridas, como quere' (r. 158, *Ladrilhos de Marmelada*)

**talhadinha** *s.f.* Tirinha, rodelinha ou fatia, pequena ou muito fina (diminutivo de *talhada*); *vid. talhada*.

1. e deitarlheã **talhadinhas** de toucinho [...] e **talhadinhas** de limaõ (r. 35, *Galhinha Mourisca*)
2. e teraõ cortado queixo dos framengos e' **talhadinhas** m<sup>to</sup> delgadas (r. 279, *Receita de sopa de queixo*)

**talhada** *s.f.* 1. Cada secção, tira ou fragmento que se corta ou talha, normalmente mais comprido ou largo do que grosso.

M<sup>to</sup> limpa e feita em **talhadas**, e todas as peuides fora deitalaaõ na agoa dous dias, e hua noite (r. 153, *Abobera em Conserua*)

2. Cada pedaço de marmelada ou outro doce compacto, seco numa forma ou grade compartimentada sobre um tabuleiro, ou então cortado à mão, muitas vezes em cubos ou paralelepípedos; *vid.* **ladrilho**, **bocado**.

1. Meio alquere de flor, e 3<sup>es</sup> arrates de açúcar, e a flor ha de ser machucada, e escaldada (r. 169, *Talhadas de flor*)

2. tiralo[s]ão e deitalos[a]õ ou em caixas, ou em taboleiro p<sup>a</sup> **talhadas** (r. 181, *Mara-cotoins*)

3. e deitalloaõ em hu' tauoleiro m<sup>to</sup> bem consertado, e estara no sol hu' pedaso atte q' se fasa duro, e cortaloaõ em **talhadas**, e tornaloaõ a por a o sol q' se enxugue tudo em hu' dia (r. 166, *Bocados de Asuq<sup>re</sup> Rosado*)

3. Tira, tirinha.

e deitarlheão **talhadinhas** de toucinho (r. 35, *Galhinha Mourisca*)

Alterna com **tira**.

Se tenras assadas metendolhe **tiras** de tousinho p muitas partes (r. 21, *Galhinhass do Peru*)

4. Rodela [de cenoura, rabanete, limão, etc.]; *vid.* **em talhadas** (1).

5. Cada fatia, normalmente cortada de alto a baixo [de pão, queijo, etc.].

Tomaraõ gemmas de ovos duros, e picallasaõ com hua **talhada** de queijo (r. 37, *Outro modo de Rechear frangos*)

**em talhadas**: 1. Às rodela (alternativa que nunca se usa).

1. Tomaraõ hu' pipino grande, [...] e assim cortado **em talhadas** (r. 40, *Pombos Ensoppados*)

2. Cortadas **em talhadas** como de rabaons se poraõ a coser com seu sal (r. 107, *Cinouras*)

2. Em fatias, às fatias.

1. e feito o figado **em talhadas** depois de assado (r. 15, *Sarapatel*)

2. e entaõ cortaõ os limois com hua tisoura **em talhadas** compridas, e **estrellas** e [sic] estreitas (r. 171, *Limoada*)

Para final do códice alterna com **fatia**.

1. Fasaõ huas **fatias** de paõ grosinhas (r. 279, *Receita de sopa de queijo*)

2. e por entre as **fatias** lhe poraõ as mesmas **talhadas** de queijo delgadas (r. 279, *Receita de sopa de queijo*)

A quantidade de ingredientes como as plantas em geral, ou os legumes, vegetais e produtos deles extraídos (condimentos, etc.), expressa-se frequentemente por unidades como a *fêvera*, a(s) *folha(s)*, o *molho*, o *olho* (*de couve*, *alface*, etc.), podendo este, por exemplo, corresponder quer a um exemplar inteiro quer à parte central e mais tenra do vegetal ou legume, enquanto a primeira poderá referir restritamente uma só *fêvera* ou, mais liberalmente, algumas; acabam, pois, estas unidades por oferecer grande variabilidade, não apenas devido ao tamanho desigual dos próprios produtos naturais como também devido à forma de expressão vaga ou só aparentemente rigorosa:

**fêvera** *s.f.* Fibra, filamento [cada estame da flor do açafraão, para condimentar].  
e se quiserer' hua **feuera** de asafrão (r. 121, *Caldo de miollo de pão*)

**olho** *s.m.* 1. Ligeira concavidade, círculo, depressão ou bolha em forma de olho [num líquido, substância a ferver ou massa].

1. Porsea a feruer brandamente atte q' fasa hum **olho** no meo, e afastese da escuma (r. 135, *Manteiga*)

2. e este sangue ha de cair na agoa, he se fiser **olhos** de gordura a modo de graixa esta se pode caldejar q' he a melhor (r. 283, *Pescadas*)

2. Qualquer centro ou meio tenro de legume repolhudo, como a alface ou a couve, ou cada unidade, habitualmente pequena; *vid.* **olho de couve, alface, etc.**

**ao olho:** A olho (medido aproximadamente, por avaliação visual).

e as amendoas seiaõ **a o olho** segundo as titelas, e menos hu' pouco (r. 220, *Roma's*)

**olho da farinha:** Farinha-flor, a flor da farinha, a farinha mais fina e mais branca que se peneira, separando-a do pó; *cf.* **pó da farinha.**

Tomarseha o pó, e o **olho da farinha** de trigo anafil, ou tremes, ~~eu~~ <ou↑> de mou-risco quando não ouuer outro (r. 3, *Cuscus*)

**olho de couve, alface, etc.:** A parte do meio da couve troncha, da alface e demais legumes repolhudos, mais tenra, sem as folhas exteriores, ou a couve, a alface, etc. inteiras mas ainda pequenas e tenras, significando *olho* cada unidade.

1. lhe metem dentro hum ou dous **olhos de coues** [...], e como a couue he cosida fase' as soppas com aquelle caldo pondolhe a couue ensima (r. 42, *Soppas de Vacca Contrafeitas*)

2. fase de folhas de varias eruas, e do mais tenro dellas. *sc.* De **olhos de alface**, guiabelhas, erua estella (r. 104, *Mescolança*)

Para contextualizar formas dispensadas de figurar no glossário, vejamos-se, por exemplo, “**hum molho** de cheiros” (r. 1, *Arros...*); “**hu' molho** de cheiros, coentro, endro, segurelha ortela”, r. 42, *Sopas de Vacca Contrafeitas*); “**huas folhas** de ortela” (r. 2, *Panetella*); “**huas folhas** de erua cidreira” (r. 50, *Sumo de Carner<sup>o</sup>, Lombo, ou Galinha*), “com **suas folhas** de louro” (r. 90, *Eyros, e Emguias*), “com ouregaons, **folhas** de louro, e cidreira (r. 141, *Aseitonas de Conserua*).

No campo semântico das quantidades, o coloquialmente vago traduz-se, com frequência, não só pela ausência de quantificador (“e **ouos** bem anassados”, r. 2, *Panetella*), ou pelo determinante inquantificável *seu, sua*, e o quase tão indeterminado *huns, huas*, mas também por *pouco, mais pouco* (“menos”), *mui/muito pouco, algum*:

1. **huas gemmas de ouo** anassadas com **sua agoa de flor** (r. 1, *Arros...*)

2. **huns pós** de canella (2, *Panetella*)



3. e poraõ hua cama dellas e' baixo, e outra e' riba com **huns poos** de pimenta (r. 279, *Receita de sopa de queixo*)
4. Boa cantidade de salsa cebolla, e ~~agoa~~ **alguns coentros** tudo be' piccado, e posto a cozer com **seu aseite, e sal** e no cabo **seu vinagre, pimenta, crauo, acafrão**. (r. 113, *Soppas Verdes*)
5. e temperada com **pouco sal** (r. 121, *Caldo de miollo de paõ*)
6. e em todas a agoa quanto **mais pouca** tanto melhor (r. 120, *Soppas de Alhos*)
7. temperalhoã com **seo adubo, limas e sal** e ponta de pimenta, e **m<sup>to</sup> pouca** agoa (r. 36, *Frangos assados, e Recheados*)
8. Desfarseã com **mui pouca** agoa fria (r. 124, *Amido*)

No âmbito das pequenas quantidades, destaca-se o substantivo *pequeno* e o abundante *um pequeno de, uma pequena de*, com flexão de género e número conforme o ingrediente que acompanha, equivalente do também muito comum *um pouco de, uma pouca de...* (Barros, 2013: *Glossário*):

**pequeno, - a** s. Bocadinho, pedacinho [é *m.* ou *f.* conforme o ingrediente, matéria ou substantivo que acompanha]; *vid.* **pouquechinho**.

1. Cortada a carne em **pequennos** se ha de lançar em conserua (r. 17, *Lengoisas*)
2. Podemse assar com tousinho feito em **pequennos** (r. 28, *Tordos*)
3. e tomaraõ hu' **pequenzo** [de massa] como hua nos, ou menos, e estendersea q' fique como papel, e mais transparente (r. 95, *Orelhas dabade*)
4. deste leite tire' hu' **pequenzo** p<sup>a</sup> faser o polme com estes ouos todos, e sinco colhers de prata de farinha (r. 272, *Tigellas de leite*)
5. e quando vir q' se fas a masa em correa proue hua **piquenna**, e estenda (r. 201, *Alcorcas*)

**um pequeno de, uma pequena de, uns pequenos de, umas pequenas de:**

1. Um bocadinho, um pedacinho, um pouco de, uma pouca de, uns poucos de, umas poucas de.

1. "e porsea a coser com caldo, e se o não ouuer em agoa com **hua piquenna de manteiga**" (11, *Outro Genero de Picado*)
2. e misturaraõ **hu' piquenzo de** tousinho (r. 39, *Outro modo [de recheiar frangos]*)
3. e deitarlheã **hua piquena de** manteiga (r. 47, *Pasteis de Leite*)
4. poraõ hu' par de gemmas douos aqueutar nas mesmas cascas com **hu' pequeno de** asucar dentro (r. 60, *Ouos Mexidos*)
5. Primeiram<sup>te</sup> tomaõ **hua pequena de** gordura de Carneiro, e **hu' pequeno de** tousinho gordo mui be' picado [...] **hua pequena de** cebolla (r. 221, *Mondongo de Carneiro, e de Cabrito, q' he o mesmo*)
6. lhe deitaraõ **hu' pequenzo de** sal (r. 257, *Mursellas de sangue de minha tia*)
7. lhe botaraõ **hu' pequenzo de** qualho de cabritto desfeito no leite (r. 278, *Queixos frescos pa asar se' sal*)

2. Um pouco de, uma pouca de, uns poucos de, umas poucas de.

**huns pequennos de** oregaons [...] e **huas pequennas de** amendoas... (r. 221, *Mon-dongo de Carneiro, e de Cabrito, q' he o mesmo*)

Não é necessariamente equivalente de **pouco, pouca, poucos, poucas e pouca quantidade; um pequeno, - a ou um pouco, - a** podem incluir alguma quantidade, a necessária, a razoável, não forçosamente pouca.

1. A farinha be' peneirada se amasa com agoa, **pouca** manteiga, asucar, e hu' pouco de vinho (r. 268, *Masa de pasteis*)

2. temperada de seu sal, especies, salsa verde, cebola, crauo, pimenta asafraõ, a pimenta **pouca** (r. 44, *Vacca anojada*)

Pode, aliás, combinar-se com algum pequeno recipiente ("quanto caiba em uma casca de ovo") para melhor orientação relativamente a essa quantidade razoável, ou ser acompanhado de "cousa pouca" ou "pouco, muito pouco" para indicar menor quantidade:

1. **hum pequeno** de salsa, e ortela', **cousa pouca** (r. 223, *De Como se fase' os mulinhos da pança do Carneiro*)

2. desfeito com **hua pequenna** de agoa quente **pouca**, e lhe botaraõ [...] **hu' pequeno** de vinho branco **quanto caiba e' hua casca de ovo**, e **hua pequena** de agoa de flor (r. 223, *Biscoutinhos doces*)

Alterna com **um pouco de, uma pouca de, uns poucos de, umas poucas de** (alguma, não necessariamente pouca):

1. com os quais he bou' deitar **hu' pouco de** sal (r. 96, *Grao's cosidos*)

2. daraõ hua feruura com **hu' pouco de** leite de amendoas e **hu pouco de** asucar (r. 115, *Borragens*)

3. lhe deitaraõ **hua pouca** despecie de cardamo'<sup>9</sup>. (r. 259, *Lingoais*)

4. **hua pouca de** agoa que ferua (r. 3, *Cuscus*)

5. Tomarsea **hua pouca de** massa (r. 94, *Beilhos*)

6. Lauarseaõ **huns poucos de** farellos de trigo em 9. agoas (r. 127, *Taluina*)

7. e deitarlheãõ p sima muito asuq're, e canella, e **hua pouca de** manteiga feruendo (r. 43, *Jgoaria facil*)

Veja-se numa mesma receita toda a flexão de *hu' pequeno de*:

Primeiram<sup>te</sup> tomaõ **hua pequena** de gordura de Carneiro, e **hu' pequeno** de tou-sinho gordo mui be' picado [...] **hua pequena** de cebolla [...] **huns pequennos** de oregaons [...] e **huas pequennas** de amendoas... (r. 219, *Mondongo de Carneiro, e de Cabrito, q' he o mesmo*)

Existe um caso de alternância de *hu' pequeno*, etc. com o diminutivo, *hu' pequenino*, no mesmo contexto em que se pode observar o uso excecional do masculino *pequeno* com um ingrediente no feminino, *salsa*:

**pequenino, - a s.** Bocadinho, pedacinho; *vid.* **pequeno.**

**um pequenino:** Um bocadinho, um pedacinho.

hum pequeno de salsa, e ortela', cousa pouca e **hu' piquinino** de pimentaõ (r. 223, *De Como se fase' os mulinhos da pança do Carneiro*)

Como diminutivo de *hu' pouco*, *hua pouca*... regista-se também *hu' pouquechinho*, *hua pouquechinha* (neste caso ainda como advérbio e substantivo masculino, enquanto medida de tempo), e *hu' tamanino*, *hua tamanina*:

**pouquechinho**, - a *adj. e s.* Muito pouco, pouquinho, bocadinho, poucochinho (diminutivo de *pouco*).

**um pouquechinho de**, **uma pouquechinha de**: Um pouquinho de, um bocadinho de.

Posto sobre o lume lhe deitaraõ **hua pouquechinha** de agoa (r. 133, *Mel e Assucar coado*)

e deitarlheão **hua pouquechinha** de agoa de flor (r. 159, *Marmelada*)

**pouquechinho** *adv. e s.m.* Pouquinho, muito pouco, poucochinho (diminutivo de *pouco*).

**um pouquechinho**: Um bocadinho, por pouquinho tempo.

e feruera **hu' pouquechinho** com seu asucar (r. 126, *Tisana*)

**tamanino**, - a *s.* Bocadinho, tamanhinho (pequena porção); *vid.* **pequenino**, **pouquechinho**.

**um tamanino de**, **uma tamanina de**: Um bocadinho de, um pouquinho de, uma pouquinha de.

1. tudo isto deitado na presa da farinha com a mais agoa q' ouuer mester m<sup>to</sup> quente, e **hum tamanino** de formento (r. 205, *Bolos Podres*)

2. leua hu' pouco de asuq<sup>te</sup> em poó, e de manteiga, e hu' ouo, e **hua tamanina** de agoa de flor (r. 214, *Farte's*)

Tanto (*um/uma*) *pequeno(a)* e (*um/uma*) *pouco(a)* como (*um/uma*) *pouquechinho* e (*um/uma*) *tamanino(a)* surgem igualmente no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* (já enumerados por Abadde, 1993; 2003; 2009): “huã pequena de manteyga E dagoa de froll E **hũ pouquechinho** dasafram”, “muito **pouquechinha** agua”, “**huña pouqua** de manteiga e **hũu tamanyno** de sal” (da edição de Hosokawa, 2006: 264, 266, 294).

As formas muito abundantes *hu' pequeno*, *hua pequena*... e *hu' pouco*, *hua pouca*... alternam também muito pontualmente com os substantivos *bocadinho* e *pedacinho*:

Tomaraõ a banha do porco, e falaão em **bocadinhos** se' pelle (11\*, *Outra [Banha de flor]*)

Hu' aratel de tousinho bou' be' lauado e limpo, tirada a codia, e feito e' **pedasinhos** (r. 226, *Torta de tousinho*)

Quando se trata de elementos separáveis em grãos ou gotas, seccionáveis, doseáveis ou lançáveis num breve movimento de mão, dedos ou recipiente, temos outras unidades imprecisas, como *golpe*, *granito* ou *ponta*:

**golpe** *s.m.* Bocadinho, a quantidade de líquido que sai do recipiente ou garrafa num movimento rápido; *vid.* **ponta**.

aratel e meio de asucar, seo **golpe** de agoa de flor, e hu' quartilho de manteiga (r. 227, *Fartens de masa*)

**um golpe**: Um bocadinho, virando a garrafa ou recipiente só um instante.

1. se deitara em agoa q' tenha feruido com seu sal, salsa, coentros, cebolla, e se não for be' fresca **hu' golpe** de vinagre (r. 68, *Pescada fresca*)

2. se cosera, e deitara em agoa q' este feruendo com **hu' golpe** de vinagre e pporcionada cantidade de sal (r. 110, *Perrexil do mar*)

**granito** *s.m.* Grãozinho, areiazinha, bocadinho na ponta dos dedos. Castelhanismo, com manutenção da consoante nasal alveodental intervocálica e sufixo *-ito*.

Fase feruer m<sup>o</sup> o leite, e nelle se lhe deita hu' **granito** de agoa goma (r. 235, *Natilhas de madrid*)

**ponta** *s.f.* 1. Um bocadinho, (uma) pequena porção [de ingrediente sólido ou em pó]; *vid.* **granito**.

1. temperalloom com **seo** adubo, limas e sal e **ponta de** pimenta (r. 36, *Frangos assados, e Recheados*)

2. e leuara **ponta** de alho (r. 90, *Eyros, e Emguias*)

2. Um bocadinho, uma gota ou umas gotas; *vid.* **golpe**.

Os fígados não serão muito assados ne' feruerao muito tempo, pq' se seccaõ muito, quere' **ponta** de vinagre (r. 129, *Fresuras*)

As próprias gotas tampouco oferecem maior precisão, já que não costumam ser quantificadas: “**huas gotas** de agoa” (1, *Arros...*); “**huas gottas** de agoa de rozas, ou flor” (r. 55, *Ouos Mexidos*).

Noutros casos, esse doseamento em partículas é simples e vagamente indicado pelo próprio verbo, como *orvalhar* e *hissopar*, ou por uma expressão analógica com base no substantivo (*como um orvalho*):

e ponhase a o fogo e mexase sempre p toda a casuela p q' se não pegue atte q' seja a erua bem enxutta de maneira q' se posa moer, [...] e pasalaõ p hua pineira de seda m<sup>o</sup> espesa, e depois de passada **orualhalaaõ** com boa agoa de cheiro, q' este recente (r. 15\*, *Poluinhos*)

e deitandolhe **como hu' orualho** de aseite, sal, e vinagre (r. 104, *Mescolança*)

Quanto a *hissopar*, de *hissope*, vejam-se no glossário (Barros, 2013):

**hissopar** *v.tr. e i.* Aspergir ou borrifar com um hissope, neste caso um “Jsope de quarqueixa”, ou seja, um raminho de carqueja; *vid. hissope*.

e deitandoa em hu’ alguidar se borrifara com hu’ Jsope de quarqueixa, estando a agoa temperada com sal, e não muito quente [...] e a farinha q’ cair da peneira se tornara a **Jsopar** (r. 3, *Cuscus*)

Alterna com **borrifar** (também no exemplo anterior).

1. e deitandoa em hu’ alguidar se **borrifara** com hu’ Jsope de quarqueixa (r. 3, *Cuscus*)

2. **Burrifarsea** com vinagre, q’ tenha algua agoa, e sal (r. 3\*, *Remedio p<sup>a</sup> as moscas não pore’ bareja*)

**hissope** *s.m.* Ramo, raminho [da erva *ysope* ou *hysopo*, que deu o nome ao pequeno utensílio para aspergir com água benta; neste caso um “Jsope de quarqueixa”, ou seja, um raminho de carqueja para borrifar com água]; *vid. hissopar*.

1. e deitandoa em hu’ alguidar se borrifara com hu’ **Jsope** de quarqueixa, estando a agoa temperada com sal, e não muito quente [...] e a farinha q’ cair da peneira se tornara a Jsopar (r. 3, *Cuscus*)

2. e se trabalha be’ no mesmo graal, e com hu’ **hisope** se vai molhando (r. 20\*, *Poluera*)

No campo lexical e semântico das quantidades maiores, equivalentes de *muito* (por ex., “se encrauara com **multos** crauos”, 15, *Presunto cosido*) ou de *bastante* (*vid.* “desfeitas as amendoas com **bastante** agoa”, 122, *Caldo de Paõ com amendoas*), registam-se substantivos e sintagmas tão familiares ou imprecisos como *quantidade*, *boa quantidade*, *copia*, *boa copia*, *bou’ quinhão*:

**cópia** *s.f.* Quantidade relativamente grande, bastante, muito.

q’ este vinagre hauia de ser destemperado com hua parte de agoa, e duas de vinagre, e que nelle se hauia de lancar **copia** de gengibre (r. 25, *Perdis*)

**boa cópia**: Boa quantidade, abundância de algo.

Aduirtase, q’ se o arros for da India de graons compridos feruera meia hora com caldo de vacca, e com **boa copia** (r. 1, *Arros...*)

Alterna com **cantidade**, **boa quantidade**, **bom quinhão**; *vid. quinhão*.

1. no fim **cantidade** de ouos anassados com hu’ pouco de caldo p<sup>a</sup> se não qualhare’, e serão como dous pera 4.<sup>o</sup> pessoas (r. 11, *Outro Genero de Picado*)

2. e **boa quantidade** de cominhos (r. 23, *Lebre*)

3. Postas a coser se temperarão logo com **boa cantid<sup>e</sup>** de cebola, salsa aseite, sal, e seu vinagre como nos graons, e vltima<sup>te</sup> asafraõ. (r. 98, *Lentilhas*)

**quinhão** *s.m.* Quantidade, porção; *vid. cópia*.

**bom quinhão**: Boa quantidade, boa porção.

pq' então he melhor coserse se' molho, com **bou' quinhaõ** de salsa, cebolla, vinagre (r. 74, *Peixes de molho*)

## Uso de alfaias de cozinha como unidades de medida

Não raras vezes, as quantidades são medidas n' *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (Barros, 2013) por alfaias, utensílios ou recipientes de cozinha e mesa (alguns já acima referidos) cujos tamanhos e capacidades nem sempre se mostram hoje facilmente determináveis, como a *salseira de mostarda*, a *colher* e a *colher de prata*, a *tigela*, a *escudela*, a *porcelana*, o *copo* ou o *púcaro*:

1. tudo isto piccado, e afogado em manteiga, ou aseite cantidade de hua **salseira de mostarda** pera 20 (r. 7, *Carne de vacca, ou Carno com molho*)
2. afogarseão os cheiros primeiro em cantidade de manteiga de hua **salceira de mostarda** pera 20 (r. 10, *Piccado de Vacca*)
3. e coandoa, e espremendoa **hua colher** della a deitaraõ em cantidade de **hua tigella** dagoa pera hu' (r. 126, *Tisana*)
4. O qual se lançara depois em hua **tigella** panella com **3<sup>es</sup> tigellas** de agoa, e temperarsea de sal, como se fora **mea tigella** (r. 53, *Caldo m<sup>to</sup> Esforçado*)
5. e depois q' coser lhe deitaraõ **mea escudela** de cumos de mermellos (r. 188, *Mermelada de Cumos*)
6. não dis se lhe aõ de deitar a **meia escudela** de çumo, mas parese q' sim. (r. 189, *Mermelada Vermelha*)
7. deste leite tire' hu' pequenno p<sup>a</sup> faser o polme com estes ouos todos, e **sinco colhers de prata** de farinha (r. 272, *Tigellas de leite*)
8. Cosidas as peras na agoa depois de apparadas, pisanas m<sup>to</sup> be', entã as mede' **por hua porsolana grande**, e pella mesma midiraõ outras tantas de asuq<sup>re</sup> clarificado (r. 172, *Perada*)
9. alguns lhe botaõ **hu' coppo** de vinho branco (r. 87, *Lamprea*)
10. e quando se quer accabar lhe deitaõ **hu' pucaro** de agoa (r. 164, *Asuq<sup>re</sup> Rosado*)

Ou ainda estimando a medida pelo preço da vasilha, à época:

a o qual deitaraõ **16 pucaros de agoa destes de real** (r. 151, *Como se conheesse estar o acuqre em ponto*)

O mesmo se verifica no Caderno II, de *Remedios...*, quando se recorre ao *copo*, ao *garfo* (ou *garfada*), à *salseira*, à *porcelana* ou à *chávena da Índia*:

1. Tomar caparosa tamanha como hu' caroso de hua sereja, **meio copo** de agoa de cisterna, lançada dentro no copo deixandoa estar hua noite, e depois coada lauar os olhos com ella com hu' pan'õ delgado (II: 13v, *Pª Dor de Olhos*)
2. Asucar Rosado enuolto em almeseга traser isto na bocca, e cuspir fora as humidades q' ve' a ella; e se ha estallecido a noite depois de deitado tome **dous garfos** de Asucar rosado, e se for quente he melhor (14, *Pª Catarro*)
3. e depois tomaraõ **hua boa salseira** de aseite e vinagre partes iguais (19, *Pª Sarna, lepra, comichaõ*)
4. destes tomase **meia porcelana** hu' dia sim, e outro não e' caldo de galinha (66, *Figado*)
5. **tanta cantidade delle quanta caiba e' hua jauena da India** morno (74, *Receita do Vinho Santo*)

Algumas destas vasilhas antigas, por vezes também utilizadas como medida no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* (“huña **escudella** de acuquar”; “hũa **escudela** de bõa cinza pineyrada”, da edição de Hosokawa: 2006: 288; 324), figuram no glossário d' *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (Barros, 2013) com os respectivos contextos e variantes, para mais fácil orientação do leitor e executor das receitas:

**escudela** s.f. Tigela ou pratinho covo.

1. Coado o leite por hu' panno de laa' ou dous, e dous de linho, e qualhado pello modo sobredito, se tira com hua **escudella** (r. 252, *queixos*)
2. Vacca fresca muito bem piccada deitallaõ em hua panella piquena com caldo gordo q' ferua, [...] e nas **escudelas** deitelhe canella p sima (r. 44, *Vacca anojada*)
3. e depois q' coser lhe deitaraõ mea **escudela** de cumos de mermellos (r. 184, *Mermelada de Cumos*)
4. e em hua **escudela** banhada em agoa rosada faraõ a forma do ditto ceuo (r. 7\*, *Seuo Confeito*)

Alterna com **tigelinha**.

e ha de ter canella ao feruer, e por sima nas **escudelas** asuqr.ª, e canella. deitase en **tigelinhas** (r. 202, *Manjar Real*)

**salseira** s.f. Molheira, recipiente para servir molho (em espanhol ainda *salsa*).

e o pingo deretido, e desfeitos com elle os alhos pisados, se ha de ir espremendo o sangue da mesma agoa, e pondo nas **salseiras** (r. 15, *Sarapatel*)

**salseira de mostarda**: Recipiente para servir (molho de) mostarda, usado também como unidade de medida, mostardeira. Bluteau (1716, s.v. **mostardeira**) define-a como “o pires, ou outro vaso, em que se poem mostarda na mesa, como nos refeitórios dos Conventos, &c.”.

1. tudo isto piccado, e afogado em manteiga, ou aseite cantidade de hua **salseira de mostarda** pera 20 (r. 7, *Carne de vacca, ou Carnª com molho*)
2. afogarseão os cheiros [7] primeiro em cantidade de manteiga de hua **salceira de mostarda** pera 20 (r. 10, *Piccado de Vacca*)

## Uso de ingredientes como medida de outros

É igualmente comum o recurso a outro tipo de unidades de medida *caseiras*, com quantidades doseadas pelo invólucro ou casca de um ingrediente, como a *casca de noz*, a *casca de ovo* ou a *casca de avelã*:

1. e nesta cantidade de polme deitaraõ **duas cascas de ovo** de agoa de flor (r. 216, *Fatias Castelhanas*)
2. e como feruer se lhe deite **tanto** sumo de limaõ **como caiba e' hua casca de auela** (r. 274, *Tablilhas de Rosa*)

Essa medida por outros ingredientes, cujas metades são usadas como recipiente, recomenda-se igualmente nos *Remedios...*, *Segredos varios* e conselhos agro-pecuários (Caderno II), registando-se o recurso frequente à *casca de noz* e à *casca de ovo*:

1. tomar os poos de semente de beldroegas **quanto seia meia casca de nos** e lancallos haõ em agoa de beldroegas, e tome' isto pellas menhas (15, *P<sup>a</sup> Lombrigas*)
2. A que' morder caõ danado tome flor de cardo siluestre seca a sombra, e feita em poos se de a beber e' v<sup>o</sup> branco **cantidade q' caiba e' meia casca de nos** (45v, *Caõ danado*)
3. se lhe deite' duas gemmas de ouos frescos anasadas e huas feueras de asafrão < cortado† > e **hua casca de ovo de oleo rosado, e outra de agoa rosada** (68, *Gota*)
4. No cabo dos 30 dias se lhe de **meia casca de ovo** de sumo de antrecasco de Zabugo (69, *Alporcas*)

Por outro lado, no caso da casca destinada a medir ingredientes líquidos, quer a unidade quer a meia unidade corresponderão muito provavelmente à mesma metade de uma casca inteira, como se vê acima nos exemplos 3 e 4.

Por vezes, as doses ou quantidades são calculadas a partir do tamanho desses mesmos ingredientes, frutos ou produtos, quando inteiros; nas receitas de cozinha utilizam-se como referência dois frutos, a *noz* e o *medronho*:

1. e tomaraõ hu' pequenno [de massa] **como hua nos**, ou menos (r. 95, *Orelhas da Bade*)
2. tome' pedassos desta masa **do tamanho de medronhos** (r. 265, *Beilhos de Requeixaõ*)

No Caderno II referem-se o *caroço de cereja*, a *noz inteira*, o *miolo de avelã* ou a *avelã inteira*, e a *fava*:



1. Tomar caparosa **tamanha como hu' caroso de hua sereja**, meio copo de agoa de cisterna, lançada dentro no copo deixandoa estar hua noite, e depois coada lauar os olhos com ella com hu' pan'õ delgado (13v, *Pª Dor de Olhos*)
2. Dez onsas de calda comua, 3<sup>as</sup> de sumo de celgas, hua de jerepiga, 2<sup>as</sup> de azeite, hua de mel, sal **como o miolo de hua auela** (31v, *Purgatiuo*)
3. e depois tomaraõ hua boa salseira de aseite e vinagre partes iguais, azougue **tamanho como hua auela'** (19, *Pª Sarna, lepra, comichaõ*)
4. lancemlhe oleo de amendoas doces, e amido, alfenim, asucar **tamanho de hua nos** de cada cousa (20v, *Pª Stallecidio*)
5. Leua cosim<sup>to</sup> de seuada se' casca, e 2 gemmas douos, asuq<sup>te</sup> **como hua nos**, 2<sup>as</sup> onsas de oleo ~~rosado~~ auiolado, e 8 onsas de cosim<sup>to</sup> de ceuada (31v, *De Meyoadada*)
6. duas gemmas de ouo, e asuq<sup>te</sup> **como hua nos**, duas onsas de oleo rosado, e 2<sup>as</sup> de auiolado (32, *De mejoada pª resfriar*)

Hua minha, q' he licor de Aruore de arabica bebido **em quantidade de hua faua** com agoa e pime'ta duas horas antes, q' venha a cesaõ a atalha (31, *Cesaõ*)

Noutros casos, as quantidades são as correspondentes ao preço que se pagava por determinado peso de um ingrediente (sendo receitas de antiguidade variável e copiadas de geração em geração sem atualização dos valores ou preços, o tamanho e quantidade do ingrediente provavelmente diminuirão, acompanhando as moedas, que poderão ajudar a datá-las):

1. e entaõ lhe deitaraõ **hu' vinte' de almisquar** desfeito m<sup>to</sup> be' e' agoa de flor (r. 258, *Mursellas doces*)
2. os quais se pisaõ m<sup>to</sup>, com **hu' miolo de pão de 10 reis** (r. 228, *Torta de tousinho*)
3. tomaraõ **sínco reis** de gergelim, e **hua moeda** de erua dose (r. 199, *Bolos Podres de Azeite, e Mel*)

A indicação do peso ou quantidade dos ingredientes pelo preço da sua aquisição ou pelo peso da própria moeda surge igualmente no Caderno II:

1. deste poó hauemos de tomar pera cada onsa de vinho **peso de dous graons ordinarios de escudo, ou de bou' trigo** (53v, *De Como se fara o Vinho do Antimonio...*)
2. de' ao enfermo hua colher de mel de enxame nouo, e nella **cantidade de peso de dous vinteins** de canina de caõ moida (69, *Alporcas*)

Trata-se de uma operação complexa, já que a quantidade recomendada equivalerá a um produto ou volume adquirível com certo valor em dinheiro numa época e lugar específicos:

1. leuara formento tamanho, **como hu' paõ de sinco Rees** (r. 224, *Biscoutinhos doces*)
2. botelhe fromento **como hu' pao' de des reis** (r. 225, *Bolos de manteiga*)

Noutros casos existe ambiguidade entre a referência ao valor da moeda ou ao seu tamanho e formato:

tomaraõ sinco reis de gergelim, e **hua moeda** de erua dose (r. 199, *Bolos Podres de Azeite, e Mel*)

O mesmo se passa no Caderno II:

Tome' a erua lombrig<sup>ra</sup> **cantidade de hua moeda de real** (15, *P<sup>a</sup> Lombrigas*)

O tamanho das moedas parece ser indicador direto da quantidade em certas receitas, figurando o *real*, o *real de prata*, o *escudo* e o *patacão*:

1. deitemlhe huna ajuda antes de comer, e seia somente de vinho branco aseite comu' mel arobe, e sal **quanto cubra hu' real** (23, *De Como, e quando se ha de tomar... [o antimónio]*)
2. com tantos poos de Assaro (a q' Amato chama Assarabauaro) **quantos cubraõ 2<sup>as</sup> veses hu' real de prata** (33v, *Quartans*)
3. estando algu' tocado fasaõ e' poó os dittos graons e' hu' gral limpo, e delles daraõ em meio coppo de v<sup>o</sup> branco quentes ~~eubraõ~~ **cubraõ meio escudo ou mais** (43v, *Peste*)
4. tome' **cantidade** de pimenta **q' cubra real e meio** e ponhase e' meio coppo de vinagre, e aseite (45, *Suar faz*)
5. botando no fundo sandalos vermelhos **altura de hu' patacão** (66, *Figado*)

Na mesma receita indicam-se duas unidades de medida analógicas a partir de moedas diferentes:

tome' destes poos **cantidade q' cubra hu' Real de patra**, e os bebaõ e' vinho branco puro, e logo abrandara a dor, e a pedra p mais pegada q' este nos rins se desaparega. P<sup>a</sup> Preseruar dos accidentes de pedra se tome' **cantidade de hu' vinte'** hu' dia sim, e outro naõ (45v, *Pedra e Remedio p<sup>a</sup> preservar*)

## Doseamento através das mãos ou dedos

Observa-se ainda o recurso às mãos e dedos como unidades de medida, seja para doseamento de ingredientes, seja para cálculo da altura de um líquido pela grossura do dedo, tanto no Caderno I como no II:

1. e sobre ellas **hu' dedo** de vinho (r. 55, *Ouos Mexidos*)
2. não esquea deitarlhe sal cosido, e **seia somente com dous dedos** (r. 216, *Fatias Castelhanas*)
3. hua papas de farinha com poejo deitando lhe hua colher de mel, e hu' pouco de aseite; e tanto de poos de polipodio **quanto<sup>1</sup> se poder tomar com tres dedos** (II: 80, *Estamago*)
4. a cantidade de poo sera **quanto posa caber e' hua mão** (II: 21v, *Pª Quartans*)

## Outras indicações de quantidade analógicas

São discursivamente muito curiosas, embora por norma algo incontrolláveis, as referências analógicas tanto com respeito à quantidade, peso ou volume como à medida temporal. No que toca às primeiras, vejamos-se, por exemplo, os seguintes casos:

1. e crauo **a cantidade q' baste a saber a elle** (r. 257, *Mursellas doces*)
2. Farsea hua salmoura Em agoa do Rio **q' possa sustentar hu' ouo** [...]. O ouo basta apparecer delle a ponta (r. 141, *Aseitonas de Conserua*)
3. Farsea hua salmoura q' tenha **tanto sal q' se va hu' ouo asima** (r. 172, *Outra* [receita de *Diacidraõ*])

Unidades específicas de medida, utensílios domésticos de capacidade mais ou menos determinável e indicações analógicas de quantidade convivem harmoniosamente em cada receita de cozinha ou remédio; vejamos-se, por exemplo, os remédios para as *Alporcas* (II: 69):

as Alporcas abertas, e por abrir por spasso de 30 dias continuados de' ao enfermo **hua colher** de mel de enxame nouo, e nella **cantidade de peso de dous vinteins** de canina de caõ moida, e sobre isto se lhe de **meio quartilho** de agoa de marroios stillada.

No cabo dos 30 dias se lhe de **meia casca de ouo** de sumo de antrecasco de Zabugo

No que concerne a unidades de tempo (de cocção ou preparação de ingredientes, pratos e remédios), são igualmente frequentes as referências pouco explícitas, como é o caso de *em breve*:

**breve** *adj.*

**em breve:** 1. Pouco tempo, rapidamente.

e limada se pode faser de molho, cosese em breue e quando for frita dalhe graça o alho (r. 77, *Raia*)

1 No manuscrito, *quando*.

2. Em pouco tempo, rapidamente.

1. Pomse a feruer a agoa [...], e depois de feruer hu' pouco, metidas nella cosemse em breue, e conhessemse estar cosidas quando lhe ve' saltar os olhos fora (r. 89, *Trutas*)
2. e he comida q' se faz em breue (r. 119, *Cebollas*)

As indicações temporais analógicas registam-se de modo eloquente tanto nas receitas de cozinha como nas receitas químicas que se entrelaçam nelas (*vid.* 2), e que foram publicadas destacadamente no final das primeiras (Barros, 2013: 414-435):

1. e se ouuer de ser comido logo **estara atte q' mude a cor**, e se for pera guardar feruera menos (r. 110, *Perrexil do Mar*)
2. deitaraõ em hu' tacho com estes pos misturados, e **ferua tanto ate q' este a agoa tinta** (r. 18\*, *Pastilhas*)
3. **tanto q' aleuantar feruura** afastallo do fogo (r. 124, *Amido*)
4. porseaõ sobre o fogo com pouca agoa, e **como estiuier perto de querer feruer**, mexerseaõ muito (r. 131, *Trippas de Porco*)

O próprio tempo habitual de cocção de um peixe bastante popular é apresentado como referência temporal para outras fervuras:

e ferua tudo **por espaso de hua feruura de pescada** (r. 281, *Escabeche de Sardinhas e mais peixe p<sup>a</sup> levar pa a Jndia se for neces<sup>o</sup>*)

Antonieta Hosokawa (2006: 77) refere igualmente que no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* a execução das receitas fica dificultada pela falta de indicações temporais exatas para a preparação ou confeção dos alimentos, e o exemplo que oferece é a mesma indicação de tempo analógica da *cozedura da pescada*:

lançarão a conserua em hũu tacho e darlheão hũa feruura **em que se posa cozer hũa pescada fresqua** e tornarão a enfrjar a conserua [I.952-954]

No Caderno II, esse tempo analógico é mais um indício de que o autor anónimo do manuscrito pertencia à Igreja (Barros, 2013: 14-37; 2014: 38-40; 2016), achando-se muito familiarizado com o tempo que se demora a pronunciar cada oração (a unidade de tempo é, neste caso, o *Credo*):

e tirado do fogo, se lhe deitara a mirra, e encenso moido, e peneirado por pene<i>ra de seda, e tornese ao fogo **p spaso de dous credos**, e afastese abafandoo, e enroupandoo m<sup>to</sup> bem (26v, *postemas*)

As indicações temporais são, regra geral, vagas, apelando à experiência do cozinheiro:

1. e [os nabos] pom **menos** em se coser **q' as couues** (r. 111, *Nabos*)
2. e ferueraõ **hu' pouco** (r. 125, *Amendoada*)
3. e feruera **hu' pouquechinho** com seu asucar (r. 126, *Tisana*)

Indicações analógicas de procedimentos ou passos do processo de confeção também surgem frequentemente, e por vezes apontam no mesmo sentido clerical no tocante à autoria das receitas:

1. e tenhaõ asuq<sup>re</sup> quente **quanto posa sofrer hu' dedo**, e deitarlhoaõ dentro (r. 196, *Diacidraõ com casca*)
2. Farseha hu' polme de farinha **como p<sup>a</sup> hostias** (r. 92, *Filhos [Filhós]*)
3. e desfeito em polme **mais rallo q' de ostias** (r. 143, *Amido*)

Quer o tempo quer as medidas alternam frequentemente entre a precisão das unidades expressas e a imprecisão das indicações analógicas:

#### 161

#### Bocados de Asuq<sup>re</sup> Rosado.

##### Ingredientes:

Rosas (1 arrátel)

Açúcar (1 arrátel e meio por cada arrátel de rosas; clarificado 1 dia antes)

Amêndoas esmagadas

**Arratel, e meo** de asuq<sup>re</sup> **bem pesado** a **hu'** de rozas, escaldaraõ as rozas com agoa feruendo, e b e abafalasaõ **hu' pouco**, e espremelasaõ m<sup>to</sup> be' nas maons, e teraõ o asuq<sup>re</sup> clarificado do outro dia dantes p<sup>a</sup> q' esteia <be'↑> frio e deitarlheaõ **huas poucas de** amendoas machucadas, e dara com ellas **hu' par de** feruuras atte q' ande bom, e deitalloaõ em hu' tauoleiro m<sup>to</sup> bem consertado, e estara no sol **hu' pedaso atte q' se fasa duro**, e cortaloaõ em talhadas, e tornaloaõ a por a o sol q' se enxugue tudo em hu' dia.

Ao invés, revela-se não raras vezes grande precisão numérica, quase que de valor hermético:

1. e ferueraõ o Asuq<sup>re</sup> **noue dias**, e deitarlhoaõ dentro feruendo cada dia (r. 210, *Peras em Conserua*)

2. Tomaraõ o Vnto de porco m<sup>to</sup> be' lauado e' **noue agoas** e deitaraõ a cada **arratel** de vnto **3<sup>es</sup>** de rosas m<sup>to</sup> be' amasado como paõ, e se fore' **3<sup>es</sup> arrates** dunto leuaraõ **noue** de Rosas (r. 8\*, *Outra [receita de Vnguento Rosado]*)

3. Tomaraõ a banha do porco, e falaõ em bocadinhos se' pelle, e teraõ **3<sup>es</sup> dias** nagoa mudandolha cada dia duas veses, e no cabo dos **3<sup>es</sup> dias** deretelaaõ no lume m<sup>to</sup> brando [...] e tela aõ no mesmo alguidar **noue dias** no fim dos quaes deitalaaõ em hu' tacho, e deretelaaõ, e tornalaaõ a coser, e tornarlhe aõ a deitar outra flor, e faraõ isto **3<sup>es</sup> veses**, e de cada ves q' lhe deitare' a flor hade estar **noue dias** (r. 11\*, *Outra [Banha de Flor]*)

Tudo depende, na verdade, da experiência e conhecimentos do cozinheiro; com ele, nada é impreciso:

Posta a coser limpa p fora da casca e p dentro quanto dise' as piuides, e feita em talhadas se temperara com seu sal e aseite coentros cebola, salsa piccados, e seu mel ou agraso no cabo com seu asafraõ. **no veraõ, ou quando levar qualquer asedo o mel não sera mais q' a terça parte do q' leuara se não tiuera aseite o asedo. e o Azeite com o mel sempre sera menos do q' fora sem mel.** Fase tambem em secco deitandolhe **algua agoa com a qual, e com a que de sim lança se cosa da qual, se for muita se podera tirar alguma** (r. 102, *Abobera de Cabasa*)

São, todavia, muitas as receitas que contam com a sua experiência e critério em relação às quantidades de todos os ingredientes. Observe-se apenas o início de uma delas:

Alardaraõ os frangos, e picaraõ carneiro e afogalloaõ com toucinho derretido com **seus** cheiros e cebola, e como estiuer afogado temperallosaõ com **seo** adubo, limas e sal e **ponta de** pimenta, e **m<sup>to</sup> pouca** agoa; teraõ gemmas de ovos cosidas feitas em pedasinhos, e misturallasaõ com este recheio (r. 36, *Frangos assados, e Recheados*)

## Conclusão

As muitas centenas de receitas culinárias e medicinais contidas, respetivamente, nos Cadernos I e II do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga revelam grande aproximação no tocante aos substantivos que exprimem unidades de medida das épocas e fontes englobadas nesses tratados, e o mesmo tratamento relativamente impreciso de todo o conjunto das referências a medidas (relativas a quantidades, peso, volume, tempo, ponto ou grau de um procedimento), que também podemos observar na primeira obra conhecida de receitas em português, o *Livro de cozinha da Infanta D.*

Maria (Hosokawa, 2006: 76-77). Essa *imprecisão* é, contudo, muito rica do ponto de vista discursivo ou textual, e desde logo no que toca ao léxico e à formulação analógica das medidas, uma vez que mesmo as unidades mais específicas evidenciam variedade e variação do maior interesse, relacionáveis com o seu carácter patrimonial, percorrendo várias épocas e sugerindo várias fontes, com influência de diversas línguas e de gastronomias de distintas nacionalidades.<sup>[2]</sup>

## Referências

- ABBADE, C. M. de Souza (2009). *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Baía: Quarteto.
- ABBADE, C. M. de Souza (2003). *Campos lexicais no livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Tese de Doutoramento, Universidade Federal da Baía, São Salvador da Baía, Brasil.
- ABBADE, C. M. de Souza (1998). *Três Campos lexicais no vocabulário do livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Baía, São Salvador da Baía, Brasil.
- BARROS, A. Leal de (2013). *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI*. Com Prefácio de Raquel Seça e Colaboração de Joana Veloso e Micaela Aguiar. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BARROS, A. Leal de (2014). Remédios vários e receitas aprovadas (ms. 142 do Arquivo Distrital de Braga): entre a História da Medicina e a História da Língua, a Ecdótica. In A. G. Macedo, & C. M Sousa & V. Moura (Eds.), *As Humanidades e as Ciên-*

---

2 Aquando da publicação de *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (Barros, 2013), dificuldades de ordem editorial e tipográfica (como a de manter estáveis os caracteres especiais), aliadas à necessidade de cumprir o calendário do seu lançamento a 1 de Junho, no âmbito do I Colóquio Luso-brasileiro de História da Alimentação – Património & Cultura (Universidade de Coimbra), acabaram por não permitir a inclusão desta secção no estudo introdutório que acompanha a edição do Caderno I do referido manuscrito, a qual veio a apresentar-se em Maio de 2014 no XVIII Encontro Internacional de Reflexão e Investigação, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob o título “O campo semântico das unidades de medida n’ *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI* (ms. 142 do ADB)”. O presente artigo desenvolve esse trabalho e complementa-o com a informação da mesma índole presente no Caderno II, de *Remédios varios e receitas aprovadas e Segredos Varios* (Barros, 2016, no prelo), todavia, permanece para trabalho futuro o estudo contrastivo destes dados com os que apresentam outros receituários manuscritos e impressos da época, bem como posteriores, o que promete aclarar e aprofundar a questão.

- cias: Disjunções e Confluências, XV Colóquio de Outono* (pp. 25-57). Braga: Húmus & Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 25-27.
- BARROS, A. Leal de (2016). *Remédios vários e receitas aprovadas. Segredos vários - Edição semidiplomática e edição interpretativa do Caderno II do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga*. Coimbra: Universidade de Coimbra & Fundação Calouste-Gulbenkian. No prelo.
- BLUTEAU, R. (1712-1721). *Vocabulário Portuguez, e Latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*. Vols. I, II (1712), III e IV (1713). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Vols. V (1716), VI, VII (1720) e VIII (1721). Lisboa: Pascoal da Silva.
- GOMES FILHO, A. (1963). *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV*. [Rio de Janeiro]: Instituto Nacional do Livro.
- GOMES FILHO, A. (1994). *Um tratado de cozinha portuguesa do século XV*. Leitura diplomática e modernização por Antonio Gomes Filho, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- HOSOKAWA, A. B. de Souza (2006). *O tratado da cozinha portuguesa – I.E.33: Aspectos culturais e lingüísticos*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- MANUPPELLA, G. & Dias Arnaut, S. (1967). *O “livro de cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal*. Primeira edição integral do códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MANUPPELLA, G. (Ed.) (1986). *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria: códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- NEWMAN, E. Thompson (1964). *A critical edition of an early Portuguese cookbook*. Texto policopiado, Dissertação de Doutoramento, University of North Carolina at Chapel Hill, North Carolina, USA.
- COELHO, L. F. (Ed.) (2006). *Frei João Pacheco. Dos termos da Arte de Cozinha*. Lisboa: Apenas.
- SALEMA, M. J. da Gama Lobo (1956). *Tratado de cozinha - século XVI – Manuscrito I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- SANTOS, M. J. Moura (1992). O mais antigo livro de cozinha português. *Revista Portuguesa de História*, 27, 63-95.



## Manuscritos

Cod. 7376 da Biblioteca Nacional — *Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remedios de conhecida experiencia que fêz Francisco Borges Henriques para o uzo da sua caza. No anno de 1715. Tem seo alfabeto no fim.*

Ms. 142 do Arquivo Distrital de Braga — [Caderno I: *Sem título*]. Caderno II: *Remedios varios, e Receitas Aprouadas. Segredos varios*. Caderno III: *De Agricultura*.



# APROXIMAÇÃO GERAL AOS MARCADORES DISCURSIVOS DE CONTROLO DE CONTATO \*

Xosé Manuel Sánchez Rei  
Universidade da Corunha, Galiza  
Grupo ILLA (<http://illa.udc.gal>)

## Introdução

A partir do desenvolvimento sob diversas orientações teóricas das novas correntes linguísticas no último quartel do século XX, tais como a análise do discurso ou a gramática textual, percebeu-se o texto ou discurso como uma unidade linguística que sobordava os limites tradicionais da cláusula e que ficava submetida às vontades da comunicação entre falantes, assim adquirindo uma essencial responsabilidade na interação mediante a linguagem. O texto, pois, é entendido como mais uma unidade linguística

---

\* O presente trabalho insere-se no projeto investigador derivado de uma estadia no Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (Braga) intitulado *Os marcadores discursivos na oralidade do galego e do português: aproximação contrastiva*. Essa estância pesquisadora foi desenvolvida entre o dias 1 de fevereiro e 15 de março de 2015 e, quanto às pessoas que a fizeram possível, o autor quer agradecer à Profa. Dra. Maria Aldina Marques a sua excelente acolhida na instituição minhota e a sua criteriosa orientação do projeto. Os primeiros resultados dessa investigação são os que se expõem neste contributo, de modo que devem ser percebidos como uma versão inicial de uma pesquisa mais ampla que continuará a se desenvolver nos próximos tempos.

Este estudo foi realizado no marco dos projetos FFFI2012-32801 e FFI2015-63523-P.

dotada de significação, susceptível de ser estudada de um posicionamento sintático-semântico, de uma perspectiva pragmática, de um ponto de partida cognitivista ou até sociocognitivo-interacionista, conforme nos lembra Koch (2004: 13-33). Para desta forma ser considerado, deve apresentar uma série de características textuais: tem de possuir uma estrutura determinada, estar dotado de coerência discursiva, adequar-se ao contexto comunicacional, ficar internamente coesionado por uns necessários elementos que lhe proporcionem a conetividade, etc. Para isto último, precisamente, existe uma heterogénea gama de formas que se ocupa de desenvolver as tais responsabilidades de proporcionar ao texto essa compactação interna: são os marcadores discursivos (doravante MD) e caracterizam-se por um alto grau de utilização em muitos tipos de registos linguísticos e por um grande número de contextos de emprego devido à polifuncionalidade deles. Muitas dessas formas acham-se já gramaticalizadas, fixadas numa fórmula invariável (*i.e., a este respeito, depois, neste sentido, pois, portanto*, etc.), e outras encontram-se no caminho da gramaticalização com diferentes degraus nesse processo (*i.e., Entendes?, Estás a ver?, Ouviste?*, etc.).

Influem no uso dos MD factores que dizem respeito à variação linguística tais como a modalidade dialetal, idade, o grau de formação, o sexo, o contexto, o próprio idioleto de cada falante, etc. No português, por exemplo, e em particular no usado na área de Braga, é muito comum entre a mocidade uma inovação consistente no emprego da forma *tipo* como marcador equivalente funcionalmente a *portanto* ou *pronto*, conforme tem assinalado Marques (2015), nunca se atestando entre pessoas idosas da região nem também nas falas galegas; por sua vez, um exemplo proveniente do galego que se poderia expor neste sentido é o que se acha com a forma *meu*, sobre a qual voltaremos mais abaixo, que se atesta preferencialmente entre a gente nova, não se registando na linguagem de falantes de idade. Na realidade, os percursos diacrónicos que deram origem ao aparecimento de MD e até à utilização que se faz na atualidade deles permitem ver que o âmbito da pragmática é um dos campos em que opera uma maior dinamização e em que melhor se mostra a plasticidade da língua, bem mais que noutros âmbitos como a fonologia, a morfologia flexional ou a sintaxe.

A finalidade fundamental do presente contributo assenta em formularmos uma aproximação a uma tipologia particular de MD, como são os marcadores discursivos de controlo de contato (em adiante MCC) que se

detetam nas falas galegas e nas falas portuguesas setentrionais, nomeadamente na variedade bracarense. Ao levarmos a cabo este estudo, decidimos que fosse a bracarense precisamente a modalidade de português com que trabalharmos, fundamentalmente pelos seguintes motivos: (i) as falas lusitanas setentrionais são, dentro das modalidades de português contemporâneo, as mais parecidas com o galego, conforme se deduz dos estudos clássicos de linguística geográfica galego-portuguesa (cfr. Cintra, 1995); (ii) os falares setentrionais do português europeu, os mais próximos dos galegos, não se acham na mesma situação sociolinguística que estes ao não contarem com a pressão do espanhol, artífice de muitas mudanças gramaticais e lexicais que se têm produzido no galego, também na dimensão pragmático-discursiva, o que pode servir como mais um contraponto para se analisar.

Para desenvolvermos isto, utilizámos diversas fontes, as mais delas orais e compiladas nos últimos anos do século XX e nos primórdios do atual. Relativamente ao português nortenho, usámos os textos recolhidos no projeto *Perfil sociolinguístico da fala bracarense* (doravante PSFB; vid. [http://cehum.ilch.uminho.pt/fala\\_bracarense](http://cehum.ilch.uminho.pt/fala_bracarense)), elaborado por uma equipa da Universidade do Minho coordenada por Pilar Barbosa: trata-se de um conjunto de “entrevistas sociolinguísticas”, isto é, “interações verbais semiplaneadas, face a face, efetuadas por participantes que não partilham uma história discursiva, mas constroem uma relação discursiva que se pretende normal” (Marques, 2014: 97); a informação que se achega é o número de informante (01, 14, etc.), o seu sexo (H ou M), a sua faixa etária (1, 2, 3 e 4) e o seu nível de formação (A, B, C ou D).

No tocante aos documentos galegos, empregámos os materiais da obra editada por Fernández Rei & Hermida Gulías (1996) *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (doravante ANF; disponível em <http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>): correspondem a textos de diferentes gerações de informantes, registados em finais do século XX; o sistema com que recolhemos esses dados informa do lugar e da província administrativa em que foi efetuada a gravação (Cedeira, Corunha; Sober, Lugo, etc.). Também trabalhamos com os textos do Arquivo do Galego Oral (em adiante AGO e disponível em <http://ilg.usc.es/ago/>), um “corpus de interesse multidisciplinar para estudar a situación da lingua galega” dirigido por Francisco Fernández Rei; o modo de referenciar os dados tem em conta os mesmos dados que no caso anterior.

Finalmente, também para textos da Galiza, empregámos várias gravações realizadas por nós próprios ou que chegaram a nós no marco de pesquisas académicas, provenientes de diversas regiões do país galego (Bergantinhos, Costa da Morte, Ortegal, Fonsagrada, etc.); constituem uma rica polifonia de textos orais de gerações distintas, obtidas através de entrevistas planeadas e semiplaneadas, na linha dos modelos clássicos deste tipo de entrevistas (cfr. Sánchez Rei, 2011: 272-289). Neste caso, a informação fica referenciada pelo número de gravação (G1, G5, etc.) e por um sistema de localização geográfica equivalente aos textos anteriores.

Também acudimos às vezes a exemplificações procedentes de textos literários contemporâneos, especialmente para o caso do galego. Convém assinalarmos que, nalgumas contadas ocasiões, a única informação que pudemos obter provém justamente de textos escritos, o que explica que fossem empregados aqui. Trata-se, no geral, de obras redigidas com uma grande proximidade dos registos orais coloquiais, nas quais aparecem frequentemente os tipos de marcadores analisados.

No tocante ao valor gramatical e sociológico das diferentes fontes de dados orais que usámos, evidencia-se, como a mais relevante característica, a diferente situação sociolinguística do galego face à variedade bracarense, tema já afluído mais arriba. Ao passo que as pessoas que intervêm como informantes no PSFB usam com normalidade a língua, não se detetando erosões procedentes de outros idiomas e verificando só ocasionalmente traços linguísticos locais convenientemente marcados (*i.e.*, *tínhanos* por *tínhamos*, *antão* em vez de *então*, etc.), nas falas galegas documenta-se tanto uma notória quantidade de elementos forâneos provenientes do espanhol (*i.e.*, *\*bueno*, *\*salir*, *\*solamente*, *\*iglesia*, *\*verdá*, etc.) como uma também alta presença de características dialetais e populares (*i.e.*, *algúns* e *algunhos*, *cando* e *cuando*, *oito* e *uito*, *para*, *pra* e *pa*; etc.). Nos textos compilados em ANF, decidimos manter tanto essa atestação de formas bárbaras como as singularidades diatópicas morfológicas e lexicais, mas não assim as fonéticas, em harmonia co PSFB, que também as não reflete; para o caso das gravações recolhidas em AGO, reproduzimos, quando a houver, a transcrição em galego padrão, ofertada também como possibilidade nessa compilação em rede ao lado da versão semifonológica.

## Os marcadores discursivos de controlo de contato (MCC)

Os MD, pela sua origem, vinham sendo normalmente agrupados em advérbios, conjunções, locuções, interjeições, pronomes, substantivos com uma utilização como vocativos, etc. Um percurso pela tradição gramatical galega revela como foi o seu desigual tratamento, embora, no geral, possa afirmar-se que as referências a quaisquer elementos que excedessem os limites da cláusula têm sido pouco representativas. Presentemente, essas unidades têm recebido bastantes nomes na literatura especializada (do tipo *conectores do discurso*, *conectores textuais*, *partículas supra oracionais*, *processadores textuais*, etc.), o que prova a sua nem sempre fácil classificação; na Galiza são comumente conhecidos como *marcadores discursivos* (cfr. Freixeiro Mato, 2005; 2006, IV: 137- 174) e é com esta denominação que serão preferencialmente referidos nestas páginas.

A própria existência de várias possíveis denominações, todas elas relativamente vigorantes na atualidade, pode dar uma ideia da complexidade do seu funcionamento e do difícil que se torna sistematizar uma catalogação de tais unidades<sup>[1]</sup>, em parte causado pela sua notável polissemia: um mesmo MD é capaz de possuir valores diferentes, o que faz com que, não raro, esse mesmo elemento apareça classificado em diversos inventários de formas. A este estado de coisas vem sumar-se a deteção de unidades que agem como marcadores e que, quando menos aparentemente, são empregues só em determinadas áreas do espaço linguístico galego-português, quer na variedade lusitana, quer dentro da variedade galega. Em Sánchez Rei

1 Veja-se Freixeiro Mato (2005: 8) quando assinala que as “dificultades para os agrupar e clasificar ponse de manifesto no momento mesmo de lles querermos atribuír unha denominación, entre as que se viñeron utilizando algunhas como *partículas (discursivas)*, *conxuncións* ou *locucións discursivas*, *conectores discursivos*, *operadores pragmáticos*, *ordenadores do discurso*, *enlaces extraoracionais*, *relacionantes supraoracionais* [...] *elementos de cohesión*, *marcadores textuais* ou *do texto*, *marcadores discursivos* ou *do discurso* etc.”. Consequências derivadas dos problemas da sua classificação são as que se atestam quando, dependendo do autor ou da autora, achamos o mesmo marcador catalogado em epígrafes diferentes; tal é o que se passa, ponhamos por caso, com o galego-português bo ou bom e o seu equivalente espanhol bueno, pois enquanto se acha agrupado no trabalho de Freixeiro Mato (2005) entre os operadores de formulação, no estudo de Martín Zorraquino & Portolés Lázaro (2000: 4171) figura entre os marcadores conversacionais de modalidade deontica e também nos focadores de alteridade. Cfr. o assinalado por Garcés Gómez (2014: 15) quando afirma ao respeito que as “*propuestas de caracterización de los marcadores discursivos no son homogéneas*; existen acercamientos diversos, con inclusión y exclusión de distintas unidades, según los distintos enfoques teóricos desde los que se ha abordado su estudio”.

(2011: 451-456), por exemplo, já expusemos para o caso do galego algumas dessas unidades agrupadas como “dialectalismos pragmático-textuais”, isto é, formas que, embora sejam conhecidas por uma relativa quantidade de falantes, são típicas apenas de algumas regiões da Galiza. Na realidade, pela orientação maioritária que os estudos de variação têm tido, quase sempre norteados para a análise fonética e morfológica e às vezes lexical, não vira tarefa tão fácil delimitarmos com clareza a existência de nítidos territórios que facilitem a atestação de elementos diferenciais na análise do texto<sup>[2]</sup>.

Dentro dos MD, nos MCC ficam agrupados uns elementos muito heterogêneos que assinalam as relações existentes entre as pessoas participantes no ato de fala e as destas com os seus próprios enunciados. São também utilizados para comentarem o excerto do discurso a que remetem e para mostrarem a perspetiva do falante relativamente ao texto. Tencionam marcar ou implicarem o interlocutor com o qual se está a conversar, daí também outros nomes que possuem, tais como, por exemplo, “focadores de alteridade”, segundo a proposta de Martín Zorraquino & Portolés Lázaro (2000), também adotada por Sánchez Avendaño (2005), ou como a hipótese recolhida em Garcés Gómez (2014: 17), investigadora que os agrupa numa epígrafe mais ampla ao expor uma tipologia de marcadores que desempenha funções interpessoais. Conhecem igualmente a denominação de “marcadores fáticos” (Marques, 2002), por serem os que com maior eficácia desenvolvem a função apelativa, ao passo que também são etiquetados como “interactivos”.

Veremos mais abaixo que os MCC, pelas suas múltiplas procedências, admitem certa variação morfológica e que, ao mesmo tempo, possuem determinadas restrições e características dêiticas. Daí que estas unidades sejam umas das que melhor exemplificam, dentro dos diferentes tipos de marcas do discurso, a interação mediante a linguagem: entendida a língua preferencialmente como um meio para o ser humano projetar as suas interações sociais em vez de somente como um mecanismo de simples transmissão de ideias ou pensamentos, e ainda que a maior parte dos marcadores seja polifuncional (a termos em conta a sua origem, os contextos em que podem ser utilizados,

2 Na realidade, vários têm sido os autores que repararam na enorme descompensação existente entre a análise do fenómeno dilaletal desde pressupostos fonéticos e morfológicos e o estudo para outras componentes da gramática, tais como a sintaxe, a pragmática ou até a prosodia. Cfr., neste sentido, o exposto nos trabalhos de Francis (1989: 41) ou de Chambers & Trudgill (1994: 151), a indicarem estes dois últimos que as isoglossas que delimitam fenómenos sintáticos são bastante raras.



etc.), os MCC, porém, ilustram com clareza que tipo de vinculações se estabelecem com as pessoas com que se está a agir através da linguagem. Pode dizer-se, portanto, que são uns dos mais externos ao funcionamento sintático do discurso, mas muito necessários para concretizarem essas marcas com o alocutário e para o envolverem na progressão da conversa. Esta característica verifica-se não só para o caso dos falares galego-portugueses, mas também para outras línguas, como o espanhol, o francês, o inglês, o italiano, etc., nas quais existem elementos dotados de equivalentes responsabilidades (cfr. esp. ¿Entiendes?, ¿Sabes?, fran. *Tu sais?*, ing. *You know?*, it. *Sai?*, etc.).

## Uma heterogénea origem

Quando se fala na procedência geral dos MD, temos de nos referir necessariamente a um processo (decerto complexo) em termos históricos que faz com que determinadas formas com um significado particular, seja gramatical ou lexical, e também com umas responsabilidades sintáticas particulares, experimentem uma evolução no seu uso que as projeta na dimensão do discurso, onde passam a desempenhar funções de tipo pragmático (cfr. Garcés Gómez, 2014: 17). Sem renunciarem a elas, secundarizam, portanto, as suas iniciais conexões com a morfologia, a sintaxe e a semântica para desenvolverem labores na conectividade do texto e na interação com as pessoas intervenientes no ato de fala. Por isso, a gramaticalização dos MD é capaz de envolver disciplinas tais como (i) a gramática histórica, ao ser uma mudança que se produz com o passar do tempo; (ii) a gramática sincrónica através das suas diferentes disciplinas, ao se verem atingidos nessa evolução saberes como a morfologia, a sintaxe ou a semântica; (iii) a gramática textual, ao ser o texto concebido como uma unidade linguística dotada de uma estrutura, funções e características concretas; e (iv) a pragmática, ao se partir do ato de fala e das relações que se estabelecem entre as pessoas que intervêm nele.

Segundo ficou dito mais acima, a tradição gramatical vinha considerando o que presentemente se identifica como MD com elementos pertencentes a uma variada gama de unidades, isto é, advérbios, interjeições, conjunções, etc. E precisamente, dentro dessa diversidade quanto à origem, sobranceiam os MCC por se poderem classificar em vários grupos: aqueles que provêm de formas verbais, os que ingressam nas listagens de MD desde vocativos

nominais, aqueloutros que procedem de unidades adverbiais, os que provêm de interjeições e os que combinam algum destes elementos. Como se torna lógico imaginarmos, nem as responsabilidades deles para a progressão discursiva, nem as funções que desenvolvem relativamente aos elementos argumentais nem às pessoas intervenientes na conversa, nem os registos em que se podem detetar uns e outros, etc. os fazem sempre equivalentes. E essa diferente procedência explica muito bem o seu comportamento dentro do texto.

### Marcadores procedentes de verbos

Um número bem representativo de marcadores desta índole provém de tempos verbais, o que contribui para os singularizar face a outros, em que tal procedência não resulta tão notável: estamos a pensar, por exemplo, nos marcadores reformuladores explicativos, em cujas tabelas há com efeito elementos com origem verbal (*i.e., isto é, ou seja, quer dizer*, etc.), ainda que com uns traços flexionais bem diferentes. No âmbito dos MCC, esta circunstância vira um dos seus mais salientáveis traços, o que resulta normal em termos de acionalidade para implicarem ativamente o interlocutor: os verbos, pelas suas características semântico-sintáticas, estão dotados de potencialidades agentivas que estimulam a acionalidade, o que não acontece com elementos nominais, que, pela sua natureza semântica, costumam ser mais passivos. Assim, quanto aos tipos de verbos donde procedem os MCC, são os mais representativos os seguintes:

a) Em primeiro lugar, uma notável parte desta tipologia de marcadores provém de predicados verbais que exprimem a percepção sensorial. É o caso de *escutar* ou *escoitar*, *mirar* e *olhar*, *ouvir* e *oír*, *ver*, etc., os quais podem aparecer combinados nas interações verbais mesmo<sup>[3]</sup>. Embora não tenhamos ainda dados estatísticos, temos o intuito de que, de todos eles, os verbos *oír* e *mirar* são os mais documentados nos falares galegos, ao passo que nas falas portuguesas, particularmente na bracarense, corresponde ao verbo *olhar* ser o mais registado:

3 A respeito de MCC como *olha* ou *mira* no âmbito galego-português, ver, entre outros, os trabalhos de Rost-Snichelotto (2008), Domínguez Portela (2009) ou Martins & Lacerda (2013).

- (1) Se eu fose crego, había zampar cada domingo un sermón, que había poñerlle de pé os cabelos ó máis valente. Solamente había tratar máis, namais ca do inferno. **Olla!** Non hai fábrica que tanto diñeiro teña dado (ANF, A Estrada, Pontevedra)
- (2) **Mira**, hoxe, por exemplo, aquí en Boiro, pois vai haber o desfile de..., de murgas e de carrozas, se hai algunha, choqueiros..., por aí, a ver. Imos ver se..., intentar que Sonia faga as filloas e mais as orellas (AGO, Boiro, Corunha)
- (3) E entónces vin, a muller estaba preocupada e dixo:  
-**Oi**, canto tardaches e tal!  
Dixen:  
-**Mira**, collín unhas nécoras, -e collera centolos tamén, que había centolos-, collín unhas nécoras (ANF, Cervo, Lugo)
- (4) I3: Pero iso non o cre naide, xa, que non... iso... I1: **Oiche** muller. Non o cre naide, **escoita** (ANF, Cedeira, Corunha)
- (5) I. -Necesidades antes, miña filla, ves... Cando che houbo a guerra, **oiches**, a xente vestiuse todo diso. E. -De liño? (AGO, Guntín, Lugo)
- (6) Como quem diz: - **Olha**, cuidado vocês se forem lá para cima, • • tenham muito cuidado. Mas não, • • porque se a gente for à cidade de Braga acontece esse tipo de coisas. E se for se for preciso todos os dias acontece isso. • • Esse tipo de coisa. • • Mas aqui pronto. As pessoas é que pensam: - **Olha**, vamos lá para cima aquilo é é um sítio • • fechado, é escuro, é isto (6oM2B)
- (7) E mesmo assim ninguém apareceu. Foi abandonada. E, **olha**, adaptou-se aqui bem com a minha mulher. Não faz me/ • • nada sem ela. Ó, foi por opção dela, mas eu eu toda a minha vida tive animais, lá ((hesitação)) quando estava com os meus pais (27H3B)
- (8) Posso, depois e/ eu/ outra coisa que eu/ • • dão-me chocolate ao... Eu, **olhe**, eu levo eu levo sempre se/ • • um bocadinho de chocolate todos os dias para diálise Assim: - Ó mãe, **olhe** não se preocupe que eu às duas, • • mas se não for às duas, **olhe** eu antes das três estou em casa (16H2)
- (9) ¡Moino!, ¡ven acó! Moino, ven, choca a man! ¿Onde vai papá? ¿No millo? ¿sí?. Lámbeme esta ferida. Moiniño, amigo. ¿**Ves?**, fíxena no colexio (CR, 15)

b) Há outros cuja origem assenta nomeadamente em verbos do tipo *entender*, *perceber*, *reparar* ou *saber*, os quais se situam no âmbito da percepção intelectual e servem também para marcarem noções como proximidade afetiva e confiança no campo das relações entre as pessoas que intervêm no ato ilocutivo:

- (10) E veña co, co pé a machacala. De casualidá, collías unha pa comer; si collías unha, **non sabes?**, se estaba (...) pero non valía a pena eso. E empezamos un día, empecei eu de, de casualidá, aquí, porque quedeime a ver si se pescaba máis centolo de noite (ANF, Cervo, Lugo)

- (11) –Lola, muller, manter mantense calquera, **¿entendes?**... manter mantense calquera; pero hai máis cousas có bandullo, ¿non?... E algunhas ben máis importantes (CR, 69)
- (12) Como é que se chama a empresa do ((risos)) Jeró/ Jerónimo... •• Como é que é? •• Jerónimo quê? **Não sabes?** Jerónimo de Martins, acho eu. Que é que é o grupo do do Pingo Doce, acho eu (04H1)
- (13) Mas nós tam/ ((hesitação)) também temos que tirar algum partido disto. •• Não é só no Sameiro, não é só no Bom Jesus, em todo lado existe isso. •• **Percebe?** Só que quando existe no Bom Jesus e no Sameiro vêm logo/ fazem logo aquelas/ aqueles filmes (60M2B)

Não estão sem exemplo amostras do participio passado de *entender* nas falas galegas com valores total ou parcialmente equivalentes aos de um marcador discursivo de alteridade no ato de fala; de se adotar esta possibilidade de interpretação, achar-nos-íamos com mais um exemplo da enorme diversidade morfológica que caracteriza os MCC, especialmente no caso daqueles provenientes de predicados verbais:

- (14) –¡Quita as mans de aí, langrán!  
 –Loliña, nena, ¿que mal hai en quererse?  
 –Eu a ti quérote, pero lonxe, **¿entendido?** (CR, 70)
- (15) Outra vez resoan acedas as palabras de seu irmán.  
 –¡A calar!, **¿entendido?** Eu fago o que me peta (CR, 136)

c) Em terceiro lugar, temos de fazer referência a determinados usos do verbo *desculpar*, os quais, sem se acharem quiçá num estadio de gramaticalização tão avançado como nos exemplos anteriores, não desconhecem empregos que partilham comportamentos equivalentes aos dos MCC. *Desculpar*, nestes casos, serve para chamar a atenção do alocutário, de uma forma similar a como o faz *olhar* nas falas portuguesas e *mirar* nos territórios galegos:

- (16) Pedir desculpa e dar-lhe um beijinho. •• Eu fui para trás. ((onomatopeia)) ((risos)) Ah. Chamei pela criada e disse: - Olhe, •• **desculpe**, dê-me um beijinho. Claro que a criada pegou em mim ao colo, eu não sei quantos beijinhos ela me deu porque... ((hesitação)) Eu ia lá pedir desculpa à criada e dar-lhe um beijinho era... (88M4D)
- (17) Sempre muito independente e e gostava de ter as minhas coisas e dizia sempre e continuei a dizer às minhas filhas •• um curso é um curso. Ó menino! •• Ai, filhas, **desculpai! Desculpai**, tendes de cortar isto. E... •• está? •• E, como era muito independente, não... •• O casamento para mim não era grande coisa (86M4C)

(18) Sou bem conhecida por todo lado, às vezes ne/ •• até vou distraída •• e as pessoas falam para mim ((incompreensível)): - Olha, **desculpa**, quando for assim chama, porque às vezes •• não é por mal (67M3A)

No entanto, ainda que aparentemente se trate de usos marcados pela vontade de utilização cortês da linguagem, o certo é que nem sempre exprimem tais valores, mas os de involuírem a linha argumentativa anterior iniciada pelo alocutário ou os de reprovarem o discurso deste, o que se pode identificar por amostras de “cortesia” (negativa (cfr. Martín Zorraquino & Portolés Lázaro, 2000: 4190); e com esses valores de cortesia negativa ou falsa cortesia é como se utilizam nos casos que se seguem:

(19) arranjou a coisa, que a mãe lá tinha já as coisas •• mais ou menos arranjada, •• iam para comer/ a comer e ela •• pegou •• que disse: - Olhe, olhe mãe, •• **desculpa**, mas •• vamos comer à minha sogra. - Então tu vieste de lá e este ano toca... •• - Olhe, vamos comer à minha sogra, porque •• o Vieira nós fomos lá desejar bom bom natal e ele ficou a chorar (68M3A)

(20) Para uns é, para outros não é. •• Está claro, a justiça, na minha opinião, **desculpe**, eu não quero... •• Na minha opinião, a justiça •• é ((onomatopeia)) •• procurar •• fazer as coisas de maneira que nós •• sintamos que não fica no nosso raciocínio, •• na nossa alma, na nossa maneira de pensar, nada a acusar-nos de termos prejudicado os outros (44H4D)

(21) -Olha que eu •• quero perder um bocado de tempo CONTIGO. •• Depois veremos se será para casamento se não será. - Ei! •• Olha, •• **desculpa** lá mas somos muito novos. •• E até porque ((hesitação)) eu não encaro a tua mãe, tem as suas manias. •• A tua mãe quer ((hesitação)) uma mulher rica. •• Eu sou pobre (81M4A)

Para o caso do galego, ocorre também com estes valores o verbo *perdoar*, possivelmente introduzido em tais contextos pela influência do espanhol:

(22) ¿Por que non un libro, pequeno e rexo, como un xoven abeto ben agromado, ás veces ialbo e cangado de neve, sobre Schopenhauer, corifeo, derradeiro corifeo da traxedia? Ben sei voso pensamento. **Perdoade**, pro tamén será o do público letrado si o libro, no tído, aparece nos escaparates -soio un- co nome de Nietzsche (FT, 184)

d) Por último, documenta-se na Galiza atualmente a forma invariável *vale?*, que se situa significativamente próxima de outras fórmulas como *de acordo?*, e a qual, do nosso ponto de vista, se atesta preferencialmente na fala das pessoas jovens ou de mediana idade. É muito provável que este MD

chegasse ao galego através do espanhol, língua que o também conhece e onde se emprega igualmente nessas mesmas faixas etárias:

(23) –Daquela, logo, como faremos pa ir á súa casa? Eu non podo desa hora..., non creo que poda, non podo.

–Pois ímoste buscar, **vale?**, e xa imos, ímoste buscar, despois, e imos.

–Ah, bueno, daquela... Xa quedamos así, ben (G4, Corunha, Corunha)

### Marcadores provenientes de elementos nominais

A segunda modalidade, algo menos ilustrativa que a anterior a respeito do número de formas, é aquela que os classifica em MD procedentes de unidades nominais. Mais uma vez, assistimos a um processo em que elementos dotados inicialmente de outras funções conseguem gramaticalizar-se e passarem assim a desenvolver responsabilidades na esfera pragmático-textual. Um pequeno grupo dentro desta tipologia é aquele constituído por elementos que eram inicialmente vocativos e que, através também de um processo de gramaticalização, vieram acrescentar as listagens de MD; foi o que aconteceu com o caso dos galegos *ché* (< *Xosé*), *home*, *ho* ou *hom* (< *home*), *muller* e *né* (< *nená*) ou do português *pá* (possivelmente < *rapaz*). Uma rápida olhada de confronto entre as falas galegas e as portuguesas facilita repararmos na menor relevância quantitativa que esta tipologia de marcadores possui nos falares lusitanos, em que sobranceia com muito a forma *pá*. Do ponto de vista de em que tipos de variedades se podem atestar, interessa aqui pormos em destaque que tanto *ché*, como *ho* e *pá* podem ser empregues referidos a homens e a mulheres e também por pessoas de ambos os sexos.

O primeiro deles, *ché*, utiliza-se quando o tratamento com o interlocutor é por *tu* e quando denota um alto grau de familiaridade no ato conversacional. Pela procedência geográfica dos documentos de que dispomos, parece existir uma relativa distribuição territorial, pois unicamente podemos atestá-lo em textos orais da Costa da Morte, segundo se pode observar no terceiro dos exemplos a seguir, proveniente de Bergantinhos:

(24) Era día. No piso de arriba escoiteille dicir á muller: -¡Eliseo, **che**, que son máis das oito! ¿Limpaches as orellas? (D, 66)

(25) -Facía segundo, tiña que telos. Mira que es puritano, **che**. Faláralle duns libros e iamos collelos para emprestarllos (D, 114)

(26) E taban alí sentados, diante da casa, e dixo ela, dixo así falando, dixo:

-E logo, que fais, **che**? Xa acabastes por hoxe?

E o rapás dixo:

–Pois tábamos esperando por ti, a ver si viñas (G12, Malpica, Corunha)

Ao mesmo tempo, em não poucas ocasiões, a partícula *che* é empregada para reprovar a linha argumentativa do alocutário ou para fazer uma chamada de atenção marcada por uma certa agressividade ou descortesia; nestes casos, a sua área de procedência já não parece circunscrever-se exclusivamente à região anterior de que falamos, mais achamos que pode documentar-se em mais zonas do país:

(27) Calisto: (*De mal xenio*) ¡Que te zurzan con agulla albardeiral! (Vaise) *Melibea baixa e queda no portal á espreita de que pase o Reverendo. Veleí vén facéndose o parvo, apegado ás paredes, a coberto do posíbel axexo de Elvira. Ao pasar frente á porta de Melibea ista xurde de sutaque e córtalle o paso. Recata a identidade no consabido manto negro.*

Melibea: **Che, che**, irmán lego ¿no levará por eí algúns ollos para os artigos mortis. Teño á miña tía nas boquexadas do tránsito (PT, II, 290)

(28) –Bailamos, si señor, tamén aí levas razón; que por algo eramos novos, e ti un arroutado.

–E logo, ¿todo iso xa non conta, nena?

–**Che, che**. Para o carro, compañeiro. Que uns bailes bótaos calquera, e de aí tam-pouco pasamos moito.

–Non sería porque eu non quixese (CR, 21)

*Home*, por seu turno, corresponde a uma partícula dotada de uma polis-semia certamente notória e provém de um substantivo empregado como vocativo, do qual se diferencia no facto de que, quando usado como vocativo, admite determinação nominal (*i.e.*, *home de feitos*, *home de confiança*, *home pensativo*, etc.) e quando utilizado como marcador não a tolera.

(29) díxolle un compadre del:

E. –Unha festa de parroquia.

I. -Exactamente, como unha festa de parroquia.

E se levabas sesenta persoas ou setenta xa levabas moita xente.

E. -**Home**, tiñas todo na casa.

I. -Claro, segundo as casas, outras facíanas nun alpendre, vaia, por exemplo na miña casa, era unha casa grande, non?, e daquela ben collían, pero..., ó que non lle collían pois facían nun alpendre. As casas..., as festas eran na casa (AGO, Abegondo, Corunha)

De *home* provém *ho*, o qual seja quicá o marcador desta índole mais universal no galego. Ainda que também se emprega a indicar familiaridade, porém conhece um abano de usos bem mais amplo que o anterior *home*:

- (30) –Vente, home, vente, vente. Vente.  
 El saleu no medio da máis xente, todo tranquilo.  
 Dixo:  
 – Pero que queres, **ho**? (ANF, A Estrada, Pontevedra)  
 (31) E. –Vostede viu algunha vez a Compañía?  
 I.1 –Ai, non, **ho**, non a quero ver! A Compañía, agora que...  
 I.2 –Esa era unha bóla que vos... (AGO, Brión, Corunha)

Também provém de *home* a variante minoritária *hom*, própria de terras ourensanas e lucenses. Talvez por ter nado em Ourense, o presbítero Saco Arce (1868: 215) documentava na sua *Gramática* esta forma durante a segunda metade do século XIX combinada com *ai*: “De *ai* se forma la interjeción compuesta *ai hom* (*ai home*), que se usa en tono irónico para manifestar extrañeza de alguna cosa”. Ainda que a variante *ho* é com muito a forma mais estendida pela Galiza e a mais idiosincrática, o certo é que *hom* também tem uma relativa atestação na língua contemporânea, de onde se projetou em vultos literários como Cunqueiro, Blanco Amor, Otero Pedrayo, etc.:

- (32) –El quén será o teu dono, **hom**? (XA, 24)  
 (33) *Alberte* –Nos tamén somos curas.  
*D. Marcial* –¿Curas de que, **hom**? (PT, II, 367)  
 (34) –¿Qué dices, **hom**? Collínlle a man e púxenlla aberta sobor da pozanquiña mol no meio do óso, seguido e forte (XL, 130)  
 (35) –“Vences, **hom**. Vai dar unha volta pol-a viña.” (LA, 12)

Pelo contrário, *né* só se utiliza com mulheres normalmente de poucos anos, nunca com pessoas idosas, e está sujeito a uma relativa distribuição diatópica ao não se atestar para além de em certos falares ocidentais. O seu uso denota um notável grau de familiaridade na conversa. O seguinte exemplo provém da vila marinheira de Caión, na região corunhesa da Costa da Morte:

- (36) E ela díxome:  
 –Oíches, contáronme que [...] se separou da muller hai xa tempo.  
 E eu lle dixen:  
 –Ai, **né**, ti que dis? E ela volví, díxome que llo contaran..., hai xa... había tempo xa (G7, Caión, Corunha)



Mas a procedência deste tipo de partículas não fica reduzida a elementos estritamente substantivais, pois outros têm origens em pronomes, segundo verifica a forma usada no galego com esta função *meu*, gerada possivelmente por elipse do substantivo em vocativos do tipo *meu amigo*, *meu colega*, *meu home*, *meu vello*<sup>[4]</sup>, etc.; até onde chegam as nossas averiguações, *meu* aparece principalmente em idioletos de gente nova, não se costumando registar em falas de faixas etárias mais altas. *Meu* verniza com um poderoso óleo afetivo tanto o ato ilocutivo quanto a pessoa com que se conversar, não se atestando na sua esperável equivalência feminina *miña*:

- (37) Enfim, que ao dia seguinte estou acabando de comer com uma ressaca de três pares e aí me soa a musiquinha do telemóvel. O mamão do Lucas. Mecagoem.  
 –Que foi, **meu**?  
 –Nada, que estou no hospital.  
 E vai e bota a chorar (RP, 32)  
 (38) É que estou a escrever uma história... O outro dia chamei uma colega psicóloga para lhe consultar o final dum poema e hoje tocou-che! Grazie mille!  
 Pois de nada, **meu**! (RP, 87)

Próprio também de variedades linguísticas singularizadas pelo registo informal e coloquial e por pertencerem a falares de gente de poucos anos é o MCC que se atesta no galego *tío*, *tía*, aplicado a uma amizade, colega, etc., de provável origem no espanhol. Nalguns casos pode mesmo ser percebido como pouco cortês ou pouco elegante por certas pessoas, especialmente referido ao sexo feminino ao se identificar a voz *tía* com a significação de ‘prostituta’, ainda que à margem da esfera discursiva. À diferença do anterior, possui flexão genérica e, embora possa proporcionar ao texto uma notável dose de coloquialidade, não chega a impregnar o alocutário dese óleo afetivo que consegue *meu*:

- (39) –Óstia, **tio**, sabes esses dias que tens ganas e queres provar algo diferente [...].

4 Cfr. o seguinte comentário de Saco Arce (1868: 221) quando trata certos “modismos notables” do galego: “*Meu vello*. Expresión familiar que denota á la vez cariño y burla, y equivale en alguna manera á *amigo mío*”. Outras expressões similares são *meu amantiño*, *meu amigo*, *meu pobre*, *meu rei*, *meu santo*, etc., as mais delas com documentações literárias em textos propositadamente vernizados de estilo coloquial: *Non o sei, meu amantiño*; *ise afogado non é do meu tempo* (OC, I, 84); *¡Meu probe!* *¡Veleiquí co que quixo matarme!* (OC, I, 332); *–¿E logo qué queres, meu rei?* *¿Que non nos riamos coa fartura dista codia resésiga que non enche unha moa?* (XL, 57); *¡Que Deus o ampare, meu santo!* (OC, I, 352); etc.

–Óstia, **tio**, que as lendas urbanas so isso, lendas, que so verosímeis, porque podem parecer verdade, que semelha que puderam passar em realidade nalgum sitio... Mas nao, **tio**: as lendas urbanas sao lendas, len-das (RP, 33)

(40) –Home, non, eu pedinche un quinto, un quinto de cervexa. Oes **tio**, non te mosques. E non me mires con esa cara que eu non che teño culpa (P, 128)

Também se documentam marcadores com origens decerto mais problemáticas, como as do também galego *aieu*, forma hoje em desuso que caracteriza nomeadamente a fala de pessoas idosas e que indica respeito, servindo como marca de certo tipo de dêixis social. Como já indicámos em Sánchez Rei (2011: 453), pode pensar-se em duas explicações para a sua origem. Em primeiro lugar, não descartamos que a génese de *aieu* deva ser posta em relação com pronúncias populares e dialetais da P3 do pretérito do indicativo do verbo *ouvir* na sua forma *oír* (*oeu*, *oieu*, *oiu*, etc.)<sup>[5]</sup>, sobretudo a termos em conta os seguintes aspetos: (i) a sua frequente documentação nas zonas em que a VT da C2 e da C3 se neutraliza em *-e*; (ii) a existência no português do MD *ouviu*. E em segundo lugar, a continuarmos numa prudentiosa cautela, também não rejeitamos a sua vinculação com a forma francesa *aïeul*, que significa ‘avô’ ou ‘antepassado’, isto é, um membro da família precisamente marcado pelo respeito e pelo distanciamento afetivo que proporciona a idade.

Por seu turno, a partícula *pá* emprega-se em conversas informais, no geral com familiares, colegas ou amigos. Semântica e pragmaticamente, situa-se próxima de elementos usados no galego do tipo *ho*, *meu* ou *tío*. Não se atesta na Galiza, o que contribui para marcar um contraste entre as atuais variedades galaica e a lusitana:

(41) Mas o meu pai sempre me deixou... ••• Dizia:- Ó **pá** •• queres ir ver o mundo? Vai ver o mundo, •• mas cuidado. O meu pai sempre disse: - Ó **pá**, porta-te mal, mas com juízo. •• A minha mãe, não. E o meu pai sempre me disse:- Porta-te mal, mas com juízo. O meu pai sempre confiou em mim, •• sempre. ••• A minha mãe é que é: - Juizinho, cuidado, vê lá o que é que fazes. Não sei quê. O meu pai não. - Ó **pá** •• siga, •• faz-te ao mundo (20H2D)

(42) não sei, mas para quem tem a cabeça no lugar aquilo aquilo uma pessoa percebe: –Oh **pá**, isto dá para rir, mas não é uma coisa que nós queiramos fazer e

5 A opinião de Carballo Calero (1979: 261, n. 216) relaciona a génese deste elemento de cortesia com o antecitado verbo *oír* quando expõe que “*aieu*, *aiu*, *oieu*, *oiu* [...] no son sino formas del verbo *oír*”. Fora do domínio linguístico galego-português, também se tem documentado um *¡Ayó!* em certas falas asturo-leonesas usado para chamar a atenção (cfr. Sánchez Rei 2011: 453).

eu rio-me imenso com aqueles. Aquilo é mesmo palhaçadas que eles fazem. Mas não mas não me não me dá vontade de fazer o que eles fazem de todo (47M1B)

Dentro das unidades discursivas que têm a origem em elementos nominais, por último, ocorre no galego também a fórmula *verdade?* com uma relativa frequência, empregada como um marcador com função apelativa para ativar a atenção do interlocutor e para corroborar a linha argumentativa da pessoa que estiver a falar. No entanto, o facto de a não documentarmos assim mas como integrante de uma cláusula interrogativa nos textos orais do português bracarense[6] faz-nos pensar se a sua utilização no galego não se deverá a mais uma influência do espanhol, que sim conhece, com efeito, esta expressão com os mesmos ou parecidos valores que os que apresenta nas falas galegas:

(43) Depois veu a guerra e..., e xa cambiou todo, xa non che había tampouco..., así alegría coma antes, **verdade?**, xa acabou iso do Carnaval; porque aí Santo Adrao..., armábanche cada bandada de..., de disfraces e de..., pero non, non ben preparados, non ben preparados (AGO, Lourenzá, Lugo)

(44) I.2. -E vén xente velo todo...

E. -Vén moita xente, **verdade?**

I.2. -Si (AGO, Vilariño de Conso, Ourense)

De qualquer maneira, onde se percebe melhor esse ifluxo do castelhano, não só unicamente no âmbito pragmático mas também formal, é na variante *verdá*:

(45) E2: Cando, cando amenazaron ó, ó arzobispo con facer a capilla aí en Sabucedo, eso fai, fai pouco tempo, **verdá?**

I1: Pouco foi, que cando os curas dixeron que o que había na iglesia, que era pra eso (ANF, Cerdedo, Pontevedra)

6 Cfr. os seguintes (e embora únicos) exemplos tirados do PSFB: já não dou para falar em mais coisas, dava para alimentar muitas crianças aqui em ATLS e escolas. •• Que se lhe são retiradas as comidas. •• **Não é verdade?** (60M2B); Porque errar, •• toda gente erra. •• ((hesitação)) Dizer asneiras toda gente diz ou de uma maneira ou de outra, •• **não é verdade?** (60M2B); a menina está a estudar, para ter ((incompreensível)), •• mas •• os nossos/ •• ((hesitação)) •• para médico, seja para o que for, mas a nossa ciência é o que nos dá, é ou **não é verdade?** (67M3A); Eu então, •• a minha maneira, •• foi com a minha fé, •• sou sinceramente, •• ia agradecer/ oferecer-lhe a missa, •• a nosso Senhor, porque lhe corresse bem à menina, porque a gente está sempre preocupada com ((hesitação)) as coisas que acontece, **não é verdade?** (67M3A).

## Marcadores procedentes de advérbios

Mais um tipo de marcadores desta natureza canto à sua origem é aquele que os identifica a serem procedentes de elementos adverbiais. São menos abundantes que os anteriores e merecem salientar-se unidades como *non?* e *não?* ou *non si?*, esta última localizada, embora non unicamente, na falas de Pontearreas e nas da comarca de Bergantinhos (cfr. Freixeiro Mato, 2005: 110). Pela sua própria proveniência, nem podem identificar a pessoa gramatical com que se está a falar, como de facto sim acontecia para o caso dos marcadores de origem verbal através das suas características morfológicas, nem são capazes de exprimirem valores de cortesia ou de respeito, segundo também se passava com os de proveniência verbal e com alguns de procedência nominal.

(46) alí están mui abertos, **non?** Sempre foi unha isla pos que se caracterizou eso, por, por os hippies e por toda esta xente, **non?** E alí podíaste atopar de todo; o sea que, xente de mui, mui diferente, **non?** O sea, mui ben (ANF, Chantada, Lugo)

(47) E. -Iso si que..., esa si que ten para un cacho, **non?** Esa si que foi boa. Esa foi gorda!

I. -Si, teño moitos recordos. <Levár>onnos en tren a Sevilla, estivemos tres meses en Sevilla, a aprender a instrución, e despois de aí fomos destinados a Valdetorres, á provincia de Badaxoz (AGO, Gondomar, Pontevedra)

(48) E que se prive de dereitos políticos a tódolos que chegamos ó uso da razón no século XIX e que o xuízo derradeiro se faga con xurados **¿Non si?** Non che faga mal a copa que bebiches (TI, 63)

(49) Ademais, ¿que saberás ti destas cousas? Pensas que se che dan un bico e che fregan as tetas xa te queren para sempre, **¿non si?**, pero a verdade é que non pensan máis ca en elas mesmas. Iso asegúrocho eu (CR, 170)

(50) Espera! Está a gravar, **não?** Espera aí. OK. Dona Conceição, muito obrigada por ter acedido a dar-nos esta entrevista. • • Nós basicamente gostaríamos só de falar • • um bocadinho consigo (55M2A)

Recentemente, apareceu no galego a fórmula *si?*, a qual apresenta uns valores muito próximos da outra partícula adverbial *non?* (e mesmo da substantival *verdade?*, já vista mais acima) e que se deteta de preferência, segundo as nossas observações, na fala de gente nova e com uma certa formação. Comparando ambos os elementos, *si?* e *non?*, não pode deixar de nos parecer tremendamente surpreendente que duas formas, totalmente antitéticas quando usadas como advérbios, acabem por confluír semanticamente numa esfera significativa tão próxima.

## Marcadores procedentes de combinações de elementos

Outrossim, mais uma origem para esta tipologia de marcadores é aquela que permite a combinação de várias, gerando elementos formados por um verbo e um advérbio. A mais representativa é a fórmula *non é?* ou *não é?*, muito próxima tanto semântica como contextual e pragmaticamente das anteriores comentadas em 2.3:

(51) Colle un pano da man e tenta limpase-. Ti eras o que sabia, **non é?**; e o que me queria tanto e todo iso –engade chorando e nerviosa. Ponse de pé e segue a limpase (CR, 177)

(52) Non me decatei de que de desmaiaras, iso foi todo.

–E deiche un susto, **non é?**, deiche un susto.

–Nena... (CR, 178)

(53) É, acho que (atingiu/) é passar completamente os limites. •• Agora, •• ((incompreensível)) claro que entre nós, entre a equipa, tem que se falar sobre os utentes, **não é?** E... •• Tudo o que seja para o bem... Acho que uma coisa é fazer... (07H1D)

(54) Bem, isso houve uma influência muito grande, quer dizer, ou melhor, influência de vários •• de vários aspetos, **não é?** Família, como tal, •• ((hesitação)) ver outros colegas lá meus vizinhos que também •• vieram para o seminário e depois, em férias, nós convivíamos com eles. •• E achamos que, eu pelo menos, quer dizer, vi que •• pois, que era um meio •• de •• poder, também, seguir, como eu segui. Eu vi que eles tinham/ andavam •• com alegria no seminário, et cetera. •• E como, naquele tempo, praticamente não havia outros meios de/ para o ensino superior, **não é?** (43H4D)

## Outras origens

Finalmente, documentam-se outras fórmulas, muitas delas consideradas tradicionalmente nas gramáticas como interjeições<sup>7</sup> ou conjunções, mas que, na realidade, desenvolvem responsabilidades nas estruturas conversacionais. Estamos a falar de elementos como *ca*, *eh?* e *eh!*, *oh!*, etc., os quais, segundo se pode deduzir dos seguintes exemplos, cumprem papéis como MCC de controlo de contato no sentido de se dirigirem, é certo que com diferentes valores, para a atenção do interlocutor:

7 As interjeições têm sido recorrentemente agrupadas nas gramáticas de orientação tradicional como mais uma complexa classe de palavras. Porém, nos trabalhos mais recentes são excluídas dessa classificação ao serem consideradas elementos equivalentes a enunciados, ficando à margem, portanto, da sua homologação com aquelas. Note-se que a própria identificação das “classes de palavras” se presta a ponderar um certo grau de incongruência ao se terem em conta, numa sorte de princípios, critérios tais como a flexão, a função delas em unidades superiores, os vínculos que estabelecem com outras palavras, as suas características semânticas, etc.

(55) hai misiañas, bótanse misas, e bótase tal; agora a xente de agora non, non lle sinto nada deso, que nin que ven, nin que, nin que sinten, nin, nin nada. Ai, antes sentíana! **Ca!** Tódolos días ó cerrar da noite, e así acerca do día. Inda un, unha vez taban unhas poucas mozas alí nunha eira e sentírona vir (ANF, Coristanco, Corunha)

(56) Ás oito marchar pó mar, pá nécora **eh?**, pá nécora. Entónces traballar toda a noite, a lances, cada lance unha hora, cada lance unha hora (ANF, Camariñas, Corunha)

(57) E non levaba nada. Era fodido ese pedrés, ese Pedro, e logo inda volveu outra vez pra aquí, era, era xoscado... **Eh?** No tempo dos carabineiros, carabineiros, agora tamén é bo que lle corten o pescozo alá a, a Eta, **eh!** (ANF, Tomiño, Pontevedra)

(58) –**Oh** neve!, ti tan forte eres, que derréte-lo sol, no!, que derréte-la neve, que fai som[bra], que o meu pé prende?

–Eu son tan forte, que a parede me fai sombra.

–**Oh** paredel!, ti tan forte eres, que fas sombra ó sol, que derrete a neve, que o meu pé prende?–Eu son tan forte, que o rato me fura.

–**Oh** rato!, ti tan forte eres, que fúra-la parede, que fai sombra ó sol, que derrete a neve, que o meu pé prende?–Eu son tan forte, que o ghato me come.

–**Oh** gato!, ti tan forte eres, que come-lo rato, que fura a parede, que fai sombra ó sol, que derrete a neve, que o meu pé prende?

–Eu son tan forte, que o can me corre.

–**Oh** can! ti tan forte eres, que comel[o], que córre-lo ghato, que come o rato, que fura a parede, que fai sombra ó sol, que derrete a neve, que o meu pé prende? (ANF, Salvaterra de Miño, Pontevedra)

(59) veio um moço à minha beira: - Olha, ••• paga-me ali o pequeno-almoço. •• Eu assim: - Não querias mais nada, **oh** não? - Eu ainda estou em jejum. •• - Estás em jejum é porque queres (70M3B)

(60) caiu numa numa emboscada ((hesitação)) •• e... Mas houve um um soldado que disse: - **Ó, ó** fulano, olha olha... •• Mas já não foi a tempo porque era uma mina comandada •• comandada de fio à distância •• e e ele ficou todo desfeito (28H3C)

Finalmente, existe no galego a partícula *ou*, que, em aparência, parece provir de uma construção clausal disjuntiva interrogativa (*Vés ou vas?*), ainda que Carballo Calero (1979: 330) quer procurar a sua origem numa prolongação da vista anteriormente *ho*<sup>[8]</sup>. Este *ou* é usado não a fazer parte dessa modalidade de cláusula disjuntiva, mas com um valor intensivo na formulação da interrogação: *Ves, ou?* O cotejamento dos etnotextos dialetais faino corresponder fundamentalmente ao interior do país, pois está pouco ou escasamente representado na faixa ocidental: desta maneira, as gravações

8 Os exemplos que cita Carballo (1979: 331) de interrogativas com este marcador são “*¿es a filla do alcalde, ho?*” e “*¿poderei hoxe te ver à noite, ho?*”, ainda que nestes casos, segundo o nosso ponto de vista, não corresponde com total acerto o uso deste *ho*, pois encaixaria muito melhor a utilização de *ou* como reforço interrogativo: *es a filla do alcalde, ou?*; *poderei hoxe te ver à noite, ou?*

de que dispomos detetam-no na zona de Sobrado dos Monxes e Melide, na comarca da Terra Chá, nas proximidades da cidade de Lugo, na região da Límia, nos arredores de Cedeira (e mesmo na vila), nalgumas falas costeiras de Lugo, etc.:

(61) E. -Ganábanse cartos, **ou**? Vós que tiñades taberna?

I. -Non, e o que xuntaba tamén che ganaba ben, caramba! Os que entraban á mina, era que..., fíxose unha vaguería, pensaron que nunca se ía acabar (AGO, Lalín, Pontevedra)

(62) facíase unha gaitada, vaia, había unha..., unha ringleira de..., de xente coma de aquí a acolá, bailaban a xota e bailaban todo, porque agora xa, por aquí, a xota ninguén a baila, **ou**? E así che era (AGO, Lourenzá, Lugo)

(63) E logo, xa... Xa me dixeron que andabas de novo por aquí. Cando...? Viñeches..., chegaches onte, **ou**? Eu pensei que viñas hoxe, así, así o entendera. Que tal a volta? (G1, Sobrado dos Monxes, Corunha)

(64) E dixo:

-Veña, vamos botarlle unhas pezas aí... aí ao bar do outro día, que penso que hai xente tocando pola Feira do Butelo e... Veña, ho, hai tempo que non coincidimos... Non..., non queres ir, **ou**? Tu non queres tocar, **ou**? (G2, A Fonsagrada, Lugo).

## Os traços flexionais dos MCC e a gramaticalização

Segundo foi aflorado antes, os MCC admitem certa variação morfológica, o que se faz singularmente evidente no caso daqueles provenientes de formas verbais. Esta situação não condiz uma das características fundamentais dos MD, como é o facto de serem elementos “prototipicamente” invariáveis (cfr. Garcés Gómez, 2014: 13; Meneses, 2000: 318), circunstância que sim se verifica com a maior parte dos MD e mesmo com os procedentes de formas verbais; repare-se, segundo já foi assinalado mais acima, nos reformuladores explicativos, que correspondem a elementos absolutamente invariáveis, fixados apenas numa forma (i.e., *quer dizer*, mas não *\*querem dizer* ou *\*queres dizer*; *isto é*, mas não *\*estes são* ou *\*aquelas eram*; etc.). A existência dessa variação parece repercutir diretamente no seu processo de gramaticalização, já que o emprego de todas as formas verbais como MD mostra um processo em curso, muito avançado ainda que não concluso, mas paralelo ao que já se tem produzido com outros do tipo *isto é*, *quer dizer*, etc.

Tal singularidade flexional entende-se com facilidade a termos em conta os seguintes fatores. Em primeiro lugar, explica-se através da própria conjugação verbal, que facilita a existência de várias fórmulas discursivas

(por exemplo, no Presente do Imperativo e no do Conjuntivo achamos *olha, olhe e olhem*, no português padrão, e *olla, ollade* ou *ollai, olle e ollen*, no galego comum); quanto aos tempos verbais que ocorrem com tais funções, atestam-se o Presente do Imperativo (*desculpe, olha, mira, mirade*, etc.), o Presente do Conjuntivo com valor imperativo (*olhe, olhem, mire, miren*, etc.), o Pretérito do Indicativo (*ouviu, oíches, entendiches*, etc.) e, em menor medida, o Futuro do Indicativo (*verás*), ao qual talvez haveria que acrescentar certos participios (*entendido?*) que parece assumirem tais valores.

Em segundo lugar, essa variação provém também da documentação de pares lexicais de carácter local, nomeadamente no caso das falas galegas (*oír* e *ouvir, mirar* e *ollar*, etc.), ou de variantes regionais para o mesmo verbo, também especialmente frequente no caso dos falares galegos (gal. com. *escoitar*, gal. dial. *escuitar, escutar*), ou de modelos conjugacionais morfematicamente locais para o caso das falas da Galiza (gal. com. *entendiches*, dial. *entendiche, entendeches, entendeste, entendestes*)<sup>[9]</sup>. Tal facto tem de se pôr em relação com os avatares históricos que atravessou o galego e com algumas das suas consequências, como são, por um lado, a falta de fixação normativa até há apenas uns anos e, por outro lado, a subsequente proliferação de alternativas locais que se espalharam livremente pelo território e que serviram para caracterizarem também regionalmente a flexão verbal.

E em terceiro lugar, mais um motivo que dá conta dessa situação provém do facto de ocorrer a hipótese da conjugação perifrástica ao lado da não perifrástica (*i.e., Percebes? / Estás a perceber?, Vês? / Estás a ver? ~ Estás vendo?*, etc.), o que se não produz com o caso dos marcadores provenientes de elementos nominais ao carecerem desta possibilidade.

Assim, do ponto de vista da gramaticalização de tais unidades, achamos que uma variação formal tão espantosa faz necessária uma matização do grau da tal gramaticalização. Evidentemente, a nosso ver, bem melhor pode achar-se num estadio avançado desse processo uma só unidade (*che, home, ouviu, pá*, etc.) do que uma ocorrência notável de formas, em muitos casos prática ou totalmente sinónimas (*Estás a ver? / Estás a perceber?, Ollade e ollai / mirade e mirai*, etc.). De qualquer forma, falarmos em termos de

9 Para a distribuição regional na Galiza destes fenómenos lexicais e morfológicos, veja-se ILG (1990). Para uma visão de conjunto da flexão verbal da variedade padrão, cfr. Freixeiro Mato (2006, II: 307-336), em que também se fazem referências em notas a rodapé a outras alternativas locais não estandardizadas, algumas com grande atestação no galego literário contemporâneo.



gramaticalização deste tipo de unidades leva a ponderarmos duas questões: (i) há marcadores que só podem funcionar no âmbito pragmático-textual (como *ho* ou *pá*, etc.), ao passo que outros, pela sua origem, quer desempenham labores nessa mesma esfera (*Olhe, a como são esses carapaus?*), quer desenvolvem funções noutras âmbitos (*Olhe esses carapaus*); (ii) os verbos, quando são empregues como MD, perdem habitualmente as características sintático-semânticas dos seus quadros atanciais.

## O envolvimento coloquial ou cortês do alocutário: formas de dêixis social

Apesar de o funcionamento de cada MCC não ter de coincidir necessariamente com o dos outros elementos discursivos, há, porém, uma característica comum que os identifica, como é servirem para implicarem ou ativarem emocionalmente o interlocutor. Pretendem, portanto, captarem a sua atenção e de uma maneira ou de outra envolverem-no na conversa, o que explica que esta casta de MD apareça particularmente em textos orais, dialógicos, e que não costumem estar presentes em textos norteados para um alocutário universal. Assim, dentro das diferentes tipologias de textos (argumentativos, explicativos, descritivos, etc.), vão ter uma presença notória nos conversacionais, sejam orais ou escritos, o que resulta fácil de compreender, pois pretendem atingir o interlocutor no ato de fala, um interlocutor que obviamente não existe fora dos textos dialógicos. Por isso, dentro das diversas possibilidades de análise textual e discursiva, as que localiza Koch (2004) dentro do que ela denomina “virada pragmática” e “sociocognitiva-interacional” resultam aqui as mais recorrentes, já que o ato de fala envolve não só o texto, mas o próprio contexto, as pessoas intervenientes nesse ato e os saberes que estas possuem (culturais, enciclopédicos, linguísticos, históricos, etc.). Deriva-se daqui com facilidade que na interiorização de segundas línguas vão desempenhar um labor nada desimportante a correta assimilação e utilização de tais elementos textuais dadas as responsabilidades que desenvolvem relativamente ao alocutário.

Ao mesmo tempo, embora alguns deles possam exprimir valores dentro do tratamento cortês, o certo é que costumam todos eles predominar em textos marcados por um acusado tom de coloquialidade. Como é bem sabido,

o significado pragmático da coloquialidade e o da cortesia não se acham necessariamente encontrados, pois há textos que podem ser qualificados de cortesês e de coloquiais ao mesmo tempo. No entanto, o certo é que vários MCC unicamente se detetam em textos caracterizados por um notável verniz de oralidade coloquial, sobretudo os procedentes de elementos nominais (*ho* ou *hom*, *meu*, *pá*, etc.):

(65) e despois había un, un que levaba o centolo, que era de aí do Barqueiro e, e levábanos o centolo, e entónces díxémoslle si quería as nécoras:

–Si **ho**. Quero.

Porque en Xixón, xa o vendía ben daquela; pero aquí non se andaba daquela e tal (ANF, Cervo, Lugo)

(66) Não, de maneira nenhuma. Não concordo. Cada qual sabe das suas, mas...  
••• E às vezes até ainda digo, **pá** eu também sou um... ••• **Pá**, não sei... Até tenho falado com o padre Nuno ••• quando entramos um bocadinho na na política. ••• ou ou ((risos)) sobre os governos (39H9B)

Obviamente, os textos literários total ou parcialmente dialogais favorecem também o aparecimento de toda esta sorte de elementos discursivos, ao tempo que uma maior ou menor proximidade da linguagem coloquial vai orientar a atestação deles para umas determinadas formas em detrimento de outras; os seguintes exemplos provenientes de textos da literatura galega contemporânea, coadjuvam na forte identificação entre registos populares e coloquiais e deteção deste tipo de marcadores:

(67) –Agora ti non digas a ninguén o que fun eu, nin á túa muller. ¡**Entendiches?**, Eu son un reloxeiro que chega da Franza, e nada máis (OC, I, 282)

(68) –Eiquí tedes outro revólve como o do “Vámpiro”.

–¿E il estará cargado?

–**Mira**, chacho, que lle teño moito medo á túa mala sorte (HNC, 61)

(69) –¡Déixame, Xacobe! ¡Déixame Xacobe ou diaño que te leve! ¡Déixame que non estou para lerias! ¡**Mira** que non che quero esas bromas! ¡Ten vergonza, ten sentido! (E, 76)

(70) –¡**Oi**, non penséi que era tan tarde! Téñome que ir, xa viréi por ahí outro día con máis calma (CPL, 170)

(71) Despendínme dil e cando xa iña pola estrada camiño da cibdade, oín que me chamaba dende a porta do cemeterio.

–¡**Oia**, veña acá! (OC, 32)

(72) –**Oies**, a ver cándome pagas ese mil pesos que che prestéi (CPL, 145)

(73) E o crego respondéulle:

–Non, **ho**, Esa pódela comer a confianza (CPL, 79)

(74) –Non seas apurado, **hom**, inda non teñen o rabo murchado, apodrecerían no curro e non é bon darllos verdes ós renchos... (TI, 81)

(75) –Xa non son un mamón **¿sabe?** E si maméi até tan comprido foi culpa súa que ma deu, **¿sabe?**, que aínda ben me lembro que mamaba de pé, que me facían a bulra, **¿sabe?**, i eso da envexa (íaseme a crebar a voz si non falaba lixeiro) faga o favor de non o decir, **¿sabe?** (XL, 129)

(76) O Tumbarón arrechegouse a min. Botándome o bafo na orella, díxome con voz baixiña:

–A miña muller tammén o viu... **¿Sabes?** Viña do ouro mundo (LC, 31)

No tocante a outros traços que identificam o funcionamento pragmático desta tipologia de marcadores, há que fazer referência à sua possibilidade de se comportarem como elementos rendíveis que exprimem diferentes valores dentro da conhecida como “dêixis social”<sup>[10]</sup>. Trata-se de um conceito devido a autores como Lyons e Fillmore e consagrado durante a década de 60 e de 70 do passado século, desenvolvido, entre outros investigadores atuais no âmbito galego-português, por Fonseca (1996: 443), Vilela (1999: 409) ou Ramallo (2000: 475). De acordo com este último, as línguas são capazes de chegarem a gramaticalizar certos aspetos que têm que ver com os roles sociais assignados às pessoas que intervêm nos atos de fala. Em tais casos, achamo-nos com a antedita dêixis social, a qual marca com efeito diferentes graus de hierarquia, distâncias e proximidades afetivas entre as pessoas que fizeram parte do discurso.

O sistema de tratamento é, se calhar, o exemplo mais representativo desta tipologia deíctica. No português, sobranceia a distinção básica entre *tu* e *você*, o primeiro empregado para os usos mais ou menos familiares e o segundo para aqueles contextos em que a intimidade não é tão acusada. Por meio dessas formas transparecem no uso linguístico noções como familiaridade, formalidade, relações de poder, respeito, educação, etc. As relações sociais e o tipo de educação podem modificar, como é óbvio, esta chamada dêixis social e os elementos com que se manifesta; assim, por exemplo, a diferenciação entre *tu* e *você* está sujeita aos condicionantes que a própria sociedade marca: como indica Ramallo (2000: 477), durante muito tempo na

10 A este respeito, Vilela (1999: 409) prefere falar de “deixis de base”, determinada por um “conjunto de elementos que marcam o espaço e o tempo criados pelo discurso e a sua relação entre falante e ouvinte”, e opô-la à “deixis social [...]”, a que diz respeito à relação social entre os participantes no discurso, como é a escolha, nas formas de tratamento, entre *Tu-Você-Vocemeçê-Senhor* e o uso dos tratamentos honoríficos como *professor, sôr dôtôr, doutor, vª excia, vª senhoria, eminência*”.

Galiza uma criança dirigia-se ao seu pai ou à sua mãe utilizando o pronome de respeito, especialmente no mundo rural, embora na atualidade este uso esteja praticamente desaparecido; em ambientes citadinos o pronome da segunda pessoa está a deslocar gradualmente o correspondente pronome de respeito, facto que pode perceber-se “como unha transformación sintomática das relacións sociais cara á igualdade”.

Assim, graças à hipótese do tratamento cortês que se verifica nomeadamente nos verbos (*i.e.*, *ouviste / ouviu*, *percebes / percebe*, *olha / olhe*, etc.), assistimos nos MCC a amostras de dêixis social como exemplos de distâncias afetivas a respeito do alocutário identificadas gramaticalmente pelo emprego de P2 e P3:

- (77) Não. **Olhe**, eu/ uma uma preocupação que eu tive mesmo nesse tempo foi •• não as prejudicar. ••• ((hesitação)) •• Entretive-me como qualquer outro, mas sem as prejudicar, **estás a perceber?** Não não não não não. •• Se elas estavam direitinhas assim ficaram porque •• ((hesitação)) tudo o que fizemos foi exterior (28H3C)
- (78) Mas depois ((hesitação)) pensava assim: –Ei pá, eu até faço isto, **percebes?** E e e acabei por por •• por por fazer tudo, logo em três anos, e •• e não vou dizer que seja um curso muito complicado, é complicado (54M1D)
- (79) E, quando aparecia alguém com umas divisas amarelas nos ombros, era um senhor. •• E ((hesitação)) •• e elas, as miúdas, eram como hoje são pelo Ronaldo. •• **Está a ver?** •• O que lhes interessava é... Todas todas todas estavam interessadas, **está a perceber?** •• E e pronto. É/ não não era preciso andarmos atrás delas (28H3C)
- (80) Este ano, •• **olhe**, eu não sei bem. Parece que vamos •• vamos parar ao mesmo sítio, o Tó Luís. •• É o meu filho. •• Mora em Nogueira (35H4A)

Mas, na linha do assinalado anteriormente, o tratamento cortês / não cortês e as suas relações com a dêixis social atestam-se também noutros MCC, muito embora de uma maneira menos evidente: uma unidade como *meu* sim que revela uma proximidade afetiva com o alocutário, ao passo que a fórmula *aieu* exprime precisamente a noção de afastamento no tratamento, mas tanto uma como outra distam muito de exprimirem a dêixis social com a clareza com que se manifesta através do uso das formas verbais de P2 e P3 (*ouviste / ouviu*, etc.). Outras hipóteses, como *Não?*, *Não é?* ou *Non si?* já não podem dar conta dessa dêixis social, ainda que se atestem também em textos coloquiais. As outras unidades (*ché*, *ho*, *né* ou *pá*), segundo o comentado anteriormente, denotam diferentes graus de proximidade com o alocutário.

## Recapitulando

Entendendo que o texto é uma unidade linguística que soborda os limites da cláusula e que se situa no domínio da pragmática, os MD são elementos imprescindíveis para favorecerem a conectividade dele. Um tipo particular dentro deles corresponde aos MCC, cuja função principal é implicarem ativamente as pessoas intervenientes no discurso, segundo se pôde ver nos exemplos anteriores de (1)-(80). Têm um comportamento singular dentro dos MD, pois enformam uns dos mais externos à predicação oracional; isto fá-los normalmente prescindíveis na estruturação sintática, mais são muito relevantes para as funções pragmático-textuais que desempenham, que são envolverem o alocutário. Muitos dos MCC, ao serem capazes de exprimirem conteúdos semântico-pragmáticos tais como proximidade ou afastamento afetivos, coloquialidade ou formalidade discursiva, confiança e desconfiança, cortesia e descortesia, etc., abrem igualmente a porta para serem pesquisados no marco da dêixis social.

Os MCC têm uma muito variada origem, pois ocorrem elementos de diversas procedências que conseguem enformar as listagens desta tipologia de elementos: achamos conjunções e locuções conjuntivas, verbos, nomes, etc. Nesse processo, evidenciam-se vários degraus de gramaticalização que dão forma a diversos percursos históricos, daí que os MD sejam também susceptíveis de se estudarem não só desde a órbita da pragmática ou da gramática sincrónica, mas também de uma perspectiva histórica. O caminho que levou elementos como *não é?*, *óíches?*, *ouviu?*, *percebes?*, *sabes?*, etc. a fazerem parte dos inventários das unidades discursivas patenteia uma viagem pela diacronia dessas formas que oferece uns muito interessantes pontos para a investigação na mudança linguística. A este respeito, o caso dos verbos, formas nomeadamente recorrentes na origem dos MCC, constitui um evoluir bem particular, pois ilustram uma notória variação morfemática que os afasta da rígida formalização de outras unidades dessa índole.

Quanto à tipologia de textos em que costumam figurar, os MCC aparecem em textos dialógicos, conversacionais, normalmente em registos coloquiais (raras vezes em textos dirigidos a um alocutário universal), bem como em obras literárias que se aproximam conscientemente desse tipo de variedades linguísticas. Relativamente à sua adscrição etária, também se pode entrever que há elementos discursivos de uso mais ou menos geral (*i.e.*, *ho*,

*mira, olha, olhe*, etc.), ao passo que há outros mais facilmente documentáveis em determinadas faixas de idade (*i.e.*, *meu, tipo*, etc.).

Finalmente, ao compararmos as falas galegas com as portuguesas, é fácil detetarmos um grande nível de variação local e de registo nos MCC galegos, como produto das circunstâncias históricas em que sobreviveu a língua, que se faz mais evidente naqueles MCC procedentes de tempos verbais (*i.e.*, *entendiches, entendeches, entendeste*, etc.). Ao mesmo tempo, atesta-se um certo nível de hibridação com o espanhol nos MCC (*i.e.*, *verdá? / verdade?, perdoa, perdoade*, etc.), o que, enquanto permite corroborarmos de novo a grande plasticidade do idioma nestes domínios, serve, no entanto, para comprovarmos mais uma vez a erosão da língua dominante na dimensão pragmática. Convém notarmos que é na esfera sintática e na pragmática onde este tipo de influências se fazem mais daninhas, bem mais que noutros âmbitos como o lexical ou o fonético; por isso, uma restauração social e gramatical plena do galego deverá também ter em conta o correto uso dos MD.

## Referências

- CARBALLO CALERO, R. (1979) [1966]. *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia.
- CINTRA, L. F. Lindley (1995) [s.d.]. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- CHAMBERS, J. K. & Trudgill, P. (1994). *La dialectología*. Barcelona: Visor.
- DOMÍNGUEZ PORTELA, S. (2009). *Olla e mira*, dous marcadores discursivos en tres linguas: portugués, galego e español. *Cadernos de Lingua*, 31, 27-74.
- FERNÁNDEZ REI, F. & Hermida Gulías, C. (Eds.) (1996). *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. Disponível em: <http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>
- FONSECA, F. I. (1996). Deixis e pragmática linguística. In I. Hub Faria *et al.* (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 429-445). Lisboa: Caminho.
- FRANCIS, W. N. (1989) [1983]. *Dialectology. An introduction*. London: Longman.
- FRASER, B. (1999). What's are discourse markers. *Journal of Pragmatics*, 31, 931-952.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2005). *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*. Monografía 3 da *Revista Galega de Filoloxía*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña.

- FREIXEIRO MATO, X. R. (2006) [2000/2002]. *Gramática da Lingua Galega*. Vol. II. *Morfosintaxe*. Vol. IV. *Gramática do Texto*. Vigo: A Nosa Terra.
- GARCÉS GÓMEZ, M. P. (2014). *Diacronía de los marcadores discursivos y representación en un diccionario histórico*. Anexos da *Revista de Lexicografía*, 28. A Coruña: Universidade da Coruña.
- ILG = Instituto da Lingua Galega (1990). *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. I. *Morfoloxía verbal*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- KOCH, I. G. Villaça (2004). *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARQUES, M. A. (2002). Conectores fáticos e construção da relação interlocutiva. In I. M. Duarte *et al.* (Eds.), *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (pp. 31-39). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- MARQUES, M. A. (2014). Linguagem coloquial e modalização. *Redis. Revisa de Estudos do Discurso*, 3, 94-106.
- MARQUES, M. A. (2015). “Tipo”. *Référentiation et modalisation dans des interactions verbales orales*. No prelo.
- MARTÍN ZORRAQUINO, M. A. & Portolés Lázaro, J. (2000). Los marcadores del discurso. In I. Bosque & V. Demonte (Orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua española*. Vol. 3 (pp. 4051-4213). Madrid: Espasa-Calpe.
- MARTÍN ZORRAQUINO, M. A. (1998). Los marcadores del discurso desde el punto de vista gramatical. In M. A. Martín Zorraquino & E. Montolio Durán (Coords.), *Los marcadores del discurso. Teoría y análisis* (pp. 19-53). Madrid: Arco libros.
- MARTINS, L. F. & Lacerda, P. F. A. C. (2013). Marcadores discursivos derivados dos verbos de percepção visual “olhar” e “ver”: uma análise a partir da Sociolinguística Variacionista. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 55 (2), 84-106.
- MENESES, A. (2000). Marcadores del discurso en el evento “conversación”. *Onomazein*, 5, 315-331.
- RAMALLO, F. (2000). Pragmática. In F. Ramallo *et al.* (Eds.), *Manual de Ciencias da Linguaxe* (pp. 443-512). Vigo: Xerais.
- ROST-SNICHELOTTO, C. A. (2008). A emergência dos marcadores discursivos *olha* e *vê*: investigação entre línguas. *Anais do CELSUL*, 1-10. Disponível em [http://celsul.org.br/Encontros/08/olha\\_ve.pdf](http://celsul.org.br/Encontros/08/olha_ve.pdf).
- SACO ARCE, J. A. (1868). *Gramática gallega*. Lugo: Imprensa de Soto Freire.
- SÁNCHEZ AVENDAÑO, C. (2005). Los conectores discursivos: su empleo en redacciones de estudiantes universitarios costarricenses. *Filología y Lingüística*, 31 (2), 169-199.

- SÁNCHEZ REI, X. M. (2011). *Lingua galega e variación dialectal*. Ames: Laiovento.
- VILELA, M. (1999) [1995]. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

## Textos escritos citados

- CPL = CENTRO DE ESTUDOS FINGOY (ED.) (1972) [1963]. *Contos populares da provincia de Lugo*. Vigo: Galaxia.
- CR = BORRAZÁS, X. (1998) [1994]. *Criminal*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- D = BORRAZÁS, X. (1999). *O desintegrasta*. Vigo: Xerais.
- E = LESTA MEIS, X. (1981) [1927]. *Estebo*. Vigo: Galaxia.
- ES = BLANCO-AMOR, E. (1978) [1959]. *A esmorga*. Vigo: Galaxia.
- HNC = FOLE, Á. (1987) [1981]. *Historias que ninguén cre*. Vigo: Xerais.
- LA = OTERO PEDRAYO, R. (1928). *A Lagarada. Farsada trágica para lér*. A Cruña: Nós, Publicacións Galegas e Imprenta.
- LC = FOLE, Á. (1983) [1953]. *Á lus do candil. Contos a carón do lume*. Vigo: Galaxia.
- OC, I = (1975). *Castelao. Obra completa. Narrativa e Teatro*. Madrid: Akal.
- PT, II = BLANCO-AMOR, E. (1992). *Obra en galego completa. Poesía. Teatro*. Vigo: Galaxia.
- RP = SENDE, S. (2015). *A república das palabras*. Santiago de Compostela: AGAL.
- TI = MARCO, A. (Ed.) (1991). *Ramón Otero Pedrayo. Teatro ignorado*. Santiago de Compostela: LAIOVENTO.
- P = TORO, S. de (1987) [1986]. *Polaroid*. Vigo: Xerais.
- FT = SÁNCHEZ REI, X. M. (ed.) (1999). *O fidalgo e o teatro. Tres textos dramáticos de Ramón Otero Pedrayo*. A Coruña: Biblioteca-Arquivo Teatral “Francisco Pillado Mayor” & Departamento de Filoloxía Francesa e Galego-Portuguesa da Universidade da Coruña.
- XA = CUNQUEIRO, Á. (1981) [1971]. *Xente de aquí e de acolá*. Vigo: Galaxia.
- XL = BLANCO-AMOR, E. (1976) [1972]. *Xente ao lonxe*. Vigo: Galaxia.



## **UM OLHAR DA SOCIOLINGÜÍSTICA INTERACIONAL PARA COMUNIDADES DE PRÁTICA VIRTUAIS: CONSTRUINDO IDENTIDADES NUMA LISTA DE TRADUÇÃO**

Sandra Maria Pérez López

Universidade da Corunha, Galiza | Universidade de Brasília, Brasil

sperlo@bom.com.br

### **Comunidades de prática na pesquisa sociolingüística e no Brasil: um locus privilegiado para observar a construção de identidades**

Nas últimas décadas tem se verificado, em diversas áreas das ciências humanas e sociais, uma atenção cada vez mais intensa por uma concepção de identidade voltada, de forma acentuada, para a ação. Se, dum lado, sociólogos concebem gênero, por exemplo, como uma atividade, mais do que uma categoria prévia, por sua vez a língua também é vista por estudiosos e estudiosas de diversos campos da Linguística de modo predominantemente performativo, num fazer que, pela sua recorrência, gera uma ilusão de produto, de “coisa”, para se utilizar a ideia durkheimiana que envolve o “fato social”.

Graças a essa ilusão objetos construídos como as línguas podem ser imaginados – sentidos como existentes –, sem que, por isso, quem as usa precise validar as hipóteses que essa crença implica, como o seu caráter essencialmente comum à totalidade de membros duma mesma comunidade

linguística. Afinal, fazer língua nada mais é do que fazer comunidade, um processo em que determinados elementos são destacados e outros apagados (Anderson 2008), de modo semelhante àquele que serve de alicerce à construção das comunidades nacionais.

No dilema tradicional da Sociolinguística laboviana –a mudança linguística e o confronto entre unidade e diversidade–, o problema da delimitação do lócus de pesquisa à denominada comunidade de fala se resolveu de início, pela afirmação da premissa da coincidência no que tange à avaliação da variação linguística (Labov, 2008: 287). No entanto, perante a constatação de divergências quanto à avaliação encontradas no seio de comunidades de fala consideravelmente reduzidas e fechadas em si mesmas, impõe-se a relevância da pesquisa acerca das ideologias linguísticas de componentes das comunidades, que podem ser tão distintas no seu seio quanto as próprias práticas linguageiras (Woolard & Schieffelin, 1994).

Diversas têm sido as abordagens metodológicas adotadas para o estudo das ideologias linguísticas das comunidades, diversas até no próprio conceito operacional de comunidade, relacionado aos seus limites e filiações teórico-metodológicas. Até porque, já na leitura laboviana, a comunidade não constitui um âmbito isolado, desvinculado dum conjunto maior composto doutras como ela. Conforme afirma Wiedemer (2008: 6) a respeito da diversidade e do sistema relacional,

as comunidades encontram-se encaixadas umas dentro das outras, pois um falante pode participar ao mesmo tempo de mais de uma comunidade (...). Além disto, outras comunidades podem estar interligadas, como sub-comunidades que são definidas por relações de vizinhança, classe social, etnia, religião, ocupação etc. Assim, uma pesquisa sociolingüística recebe um recorte de acordo com a abordagem metodológica definida, e esta pode partir de uma comunidade local, geral, das duas ou, ainda, dos cruzamentos lingüísticos existentes.

No entanto, tal como afirma Wiedemer (2008: 10), não se deve esquecer que:

a noção de comunidade de fala não pode ser um conceito fechado, e que sua definição não é menos problemática do que os conceitos de língua, dialeto, grupo e variedade. Desta maneira, a definição de uma comunidade de fala está atrelada à definição de grupo, língua ou dialeto e norma.

Isso se dá pelo fato de essas categorias se constituírem ainda num nível predominantemente abstrato no tocante à ausência dum compartilhamento direto, visto que os membros duma comunidade de fala determinada não precisam se conhecer, embora compartilhem características. Fazem parte da mesma “comunidade imaginada”.

Para afunilar os vínculos entre indivíduos e justificar a dita confluência de elementos, as coincidências que apresentam, têm sido propostos os conceitos das redes sociais [originário da Sociologia, segundo Calvet (2002: 120), e depois usado na Sociolinguística] e das comunidades de prática (Eckert, 2000), pelos quais se passa duma visão *top-down*, para outra *bottom-up* (Britain & Matsumoto, 2005: 15), de caráter mais etnográfico (Eckert, 2000: XIII). Pretende-se, por meio destas últimas, trazer para a vivência direta, a troca *in loco*, o encontro entre falantes que explicaria a existência das confluências conformadoras duma comunidade concreta, composta de pessoas que efetivamente interagem entre si.

As dimensões e natureza das redes sociais e das comunidades de prática não coincidem. Para pertencer a uma rede social, basta interagir com membros duma comunidade determinada, de forma mais ou menos intensa (múltipla ou densa). Já para fazer parte duma comunidade de prática, essas interações devem ser significativas para quem participa delas, dado que requer o engajamento do sujeito numa atividade que pode terminar produzindo repertórios de recursos linguísticos compartilhados com base nas negociações realizadas no seu interior (Eckert, 2000). Se as redes sociais focam predominantemente o que as pessoas “são”, as comunidades de prática olham sobretudo para o que elas “fazem” (Britain & Matsumoto, 2005: 10). Além disso, a pertença a uma rede social pode se dar de modo inconsciente, mas não assim a uma comunidade de prática (Britain & Matsumoto, 2005: 11). Contudo, nem por isso aqui comunidade deixa por completo de ser um conceito construído metodologicamente, “imaginado”, mais do que um elemento dotado duma suposta existência física. Não é outra coisa que um novo intento de operar um recorte para concretizar uma unidade, não necessariamente homogênea, mas de compartilhamentos constantes e mais intensos, onde os papéis individuais se aproximam em maior grau dos de habitantes do que dos de visitantes, demarcando lugares e falas.

O panorama anterior remete para a delimitação das três ondas sociolinguísticas nas quais Eckert (2012) propõe organizar os intentos de conhecer

o que é esse fazer língua em comunidade, duma perspectiva com foco no social: o variacionismo clássico, de matriz laboviana, iniciado em 1966 com a pesquisa desenvolvida por Labov em lojas de departamentos de Nova Iorque (Eckert, 2012: 88); o modelo de redes, difundido a partir de Milroy (1980 *apud* Eckert, 2012: 91); e a proposta das comunidades de prática, a qual, com base nas contribuições de Lave & Wenger (1991), a própria Eckert & McConnell-Ginet (2010) trazem para os estudos sociolinguísticos em 1992. Essa múltipla articulação da perspectiva de análise sociolinguística é resolvida por Severo (2007) mediante a articulação de duas dimensões, uma macro (as comunidades de fala) e outra micro (que compreende os modelos de redes e das comunidades de prática).

No Brasil, vêm se desenvolvendo, desde finais do século XX, estudos sociolinguísticos representantes das três tendências anteriores – as quais, embora costumem se suceder do ponto de vista diacrônico, não necessariamente o fazem:

a) Por um lado, pesquisas filiadas ao variacionismo de matriz laboviana, a linha mais prolífica no país, trazem luz nas últimas décadas sobre a diversidade linguística brasileira. Consoante Salomão (2011: 192-3), esta rama “predomina hoje, sobretudo nas Américas do Sul e do Norte, regiões onde tende a ser considerada como a Sociolinguística propriamente dita<sup>[1]</sup>”. Tanto é assim que Mollica & Braga (2003) intitulam *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação* um manual que aborda exclusivamente questões ligadas ao variacionismo quantitativo. Também é indicativo do predomínio dessa perspectiva nos estudos sociolinguísticos brasileiros o grande número de grupos de pesquisa que adotam essa abordagem, difundidos em especial a partir de 1990 (Salomão, 2011: 193-4). Não se nega com isso o fato de que também se fazem presentes no país trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores da área com um viés qualitativo, “investigando as atitudes e crenças linguísticas implicadas na variação linguística” (Salomão, 2011: 193). Desse ponto de vista, o núcleo de interesse predominante aborda questões relacionadas ao (des)encaixe das modalidades cultas e não cultas em contexto escolar.

b) Por sua vez, dentro do paradigma de redes, destacam os trabalhos de Bortoni-Ricardo (em especial 2011), que descrevem um contexto urbano,

1 Dos grupos de pesquisa mapeados por Salomão (2011), apenas um, o número 47 (formado em 2010 e liderado por Patrícia Lacerda) se dedica ao estudo de questões sociolinguísticas ligadas ao âmbito da tradução. O artigo de Lacerda (2010) é um produto do grupo.

Brazlândia, cidade na periferia do Distrito Federal. Em Bortoni-Ricardo (2004), essa pesquisadora propõe ainda organizar a diversidade linguística do português do Brasil em três *continua*: rural/urbano, oralidade/letramento e de monitoração estilística.

c) E, já no âmbito da pesquisa em comunidades de prática, vale mencionar estudos de cunho teórico que questionam o próprio termo, como Severo (2007, 2009), outros com foco em questões de gênero (Severo, 2006) e, em especial, mais alguns voltados para o campo da formação docente, fundamentalmente de professorado de língua estrangeira (Calvo, 2013; Calvo *et aliae* 2014). Nesta última categoria estão compreendidas pesquisas ligadas, portanto, ao âmbito profissional –em concreto, à implementação duma comunidade de prática de formadores de professorado de inglês como língua estrangeira.

O recurso ao termo comunidade de prática, do ponto de vista sociolinguístico, pretende ser uma constatação do fato de que as identidades, incluída a linguística, constituem construtos derivados de vínculos relacionais concretos e de práticas relevantes que sujeitos estabelecem no seio das comunidades por que transitam. Para Eckert & McConnell-Ginet (2010), é nesse entrelaçamento de identidades (como as de gênero, as étnico-raciais, de origem nacional, adscrição socioeconômica ou faixa etária, por exemplo) que ocorre a constituição da identidade dos sujeitos, a qual inclui a sua identidade linguística.

Nas práticas é que se elaboram identidades junto a conhecimentos e competências, incluídos os linguísticos, pois é neles que se dá forma às atuações linguísticas. As comunidades concretas são o lócus em que as identidades são (re)construídas, o espaço em que falantes se entrecruzam na realização de práticas diversas, algumas meramente circunstanciais, enquanto outras estão impregnadas duma importância essencial para aqueles e aquelas que delas participam. Para explorar com algum nível de detalhamento como a prática social e o “lugar” individual na comunidade se interligam, sociolinguístas necessitam de uma concepção de comunidade que articule lugar e prática. Dito conceito retira da noção de comunidade a sua caracterização em termos de localização ou população, e define uma comunidade pelo seu engajamento social –afinal de contas, a linguagem serve a esse engajamento –, e não em função do lugar pelo qual as pessoas, lidas como uma coleção de indivíduos, transitam. Nos meios delimitados pelas diferentes comunidades

é que se (re)criam e, sobretudo, se praticam as crenças, valores, relações de poder, e modos de fazer, de falar e de falar sobre a linguagem que constituem as identidades dos seus membros, pois é nessas práticas que se articulam todos eles. Por isso, uma comunidade de prática não é somente um conglomerado de indivíduos, mas de sujeitos motivados pela importância das práticas que realizam, num fazer que os converte em comunidade.

Contudo, não é inerente à ideia de comunidade a existência duma harmonia entre os seus membros, nem a ausência de relações marcadas pela segmentação em grupos/identidades ou pela hegemonia duns setores sobre outros. Precisamente por isso, as comunidades de prática são, sim, um lugar privilegiado para se acompanhar a configuração das relações de poder estabelecidas no seu seio, pela observação dos modos como elas se concretizam nas práticas que organizam a comunidade, desde a sua estrutura normativa às dinâmicas específicas dos subgrupos na vivência diária.

Especialmente para algumas práticas que, como a tradutória, tradicionalmente têm visto reduzida a sua existência a um fazer em grande parte alienado do fato de se pensar essa atividade, e a um ofício marcado, também, por um labor predominantemente solitário, nunca é demais ponderar as repercussões identitárias derivadas do afastamento da aprendizagem social, até porque focar no nível das comunidades de prática não implica glorificar o local, mas perceber como os componentes anteriores se articulam em processos que envolvem complexas interações entre o local e o global (Wenger, 1998: 133). A abordagem situada que localiza o conhecimento (e a aprendizagem) em comunidades de prática não nega em modo algum o âmbito maior do social; muito pelo contrário, ao ligar indivíduos às comunidades permite associar o cognitivo ao social, a fim de “compreender melhor os processos locais que constituem o nosso quotidiano (e que nos constituem ao participarmos nele) na interligação com a dinâmica mais ampla do mundo social em que as nossas práticas sociais têm lugar” (Santos, 2002).

## **Comunidades de prática e os ambientes virtuais: relações de poder no ciberespaço**

Desde sua primeira aparição (Lave & Wenger, 1991), os posteriores desenvolvimentos do conceito das comunidades de prática, além de maior refina-

mento, trouxeram consigo revisões críticas que vieram incidir em especial nas relações de poder gestadas no seu interior, na sua necessária historicização e na demanda de serem olhadas com maior atenção as práticas propriamente ditas. O devir interno e inerentemente problemático das comunidades provém das relações significativas que quem delas faz parte precisa manter entre si, atreladas a níveis de experiência diversos e a interesses individuais nem sempre coincidentes. O processo de reelaboração identitária e, então, de aprendizagem que as comunidades de prática geram é imbuído por tensões que derivam do fato de que “[a] aprendizagem nunca é simplesmente um processo de transferência ou assimilação: aprendizagem, transformação e mudança estão sempre impactando umas nas outras” (Zaccarelli & Godoy, 2013: 31).

Na contemporaneidade, os questionamentos acima não podem deixar de ser complementados com mais uma colocação: fala-se no papel dos estudos sociolinguísticos em relação à firme inserção da língua no “espaço social”. Mas onde ele se localiza, em qual territorialidade?

A influência das inovações técnicas sobre as diversas sociedades tem constituído um foco de destaque da reflexão historiográfica tradicional: desde a descoberta do fogo e a pedra lascada, os avanços na técnica serviram de elementos que pontuam e segmentam, na reflexão do discurso historiográfico, o *continuum* da história humana. Semelhante percepção se tem no campo da Sociologia, em que estudiosas e estudiosos como Castells (2000) acompanharam o impacto, nos últimos 250 anos, de inovações tecnológicas com potencialidade para produzirem revoluções desse tipo, dentre as quais, a das Tecnologias da Informação.

Sempre se voltando para o passado, diversas áreas científicas têm se interessado pelo diálogo entre a inserção de novas tecnologias e a organização do corpo social, quer no tocante às práticas do cotidiano, quer, em determinados casos, às representações sociais do sujeito e do coletivo em que está inserido, numa dinâmica que constitui já, ela própria, um lugar comum. “Todos reconhecemos que inovações tecnológicas dos mais variados tipos introduzem transformações em nossas vidas”, aponta Nicolaci-da-Costa (2002: 193), ao mesmo tempo em que associa o grau de percepção da mudança ao fato de o indivíduo ter (con)vivido com a fase de trânsito, o qual lhe permite, a partir da sua experiência subjetiva, desnaturalizar a sua

relação com o fenômeno em questão e construir um relato do *antes e o depois*, em relação ao seu momento de emergência.

As novas dinâmicas da Internet costumam ser concebidas como marcadas por um processo de remodelação da identidade caracterizado pelo alargamento, pela suspensão das barreiras espaço-temporais no novo lugar do não lugar. Afinal, “o ciberespaço é para a Revolução da Internet aquilo que a metrópole foi para a Revolução Industrial” (Nicolaci-da-Costa, 2002: 197). Mas o âmbito em que se estabelecem as relações virtuais vai se moldando progressivamente, ao se passar de relações mais restritas nos anos 1990, com um foco identitário mais exclutor e específico, rumo a articulações que no século XXI parecem mais gerais, não necessariamente mais integradoras, mas sim mais difusas:

A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política característica da década de 1990 era a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e geografia, ou recém-construídas, em uma busca ansiosa por significado e espiritualidade. Os primeiros passos históricos das sociedades informacionais parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional (Castells, 2000: 57).

As dinâmicas de interação iniciais eram, então, mais restritas porque nessa fase a configuração de trocas virtuais ainda era em boa parte herdeira das identidades da modernidade. Desde esse momento, a conformação das distintas sociedades do ponto de vista informacional poderá divergir até certo ponto, adquirindo contornos particulares em cada caso, mas tenderá a atingir âmbitos comparativamente alargados em relação ao momento anterior:

o Japão, tanto quanto a Espanha, a China, o Brasil e os EUA são e serão, ainda mais no futuro, sociedades informacionais, pois os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político/militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. Portanto, todas as sociedades são afetadas pelo capitalismo e informacionalismo, e muitas delas (certamente todas as sociedades importantes) já são informacionais, embora de tipos diferentes, em diferentes cenários e com expressões culturais/institucionais específicas (Castells, 2000: 57).

A própria origem na rede mundial de computadores ilustra essa adscrição da diferença na forma de se atuar no espaço virtual. Entre o MINITEL



francês e a ARPANET estadunidense, ambos pioneiros na Internet, ainda havendo convergências – já que são os dois de origem estatal – as divergências são notáveis, e não somente nos aspectos técnicos, mas sobretudo no seu escopo: a França naquele e o mundo nesta.

Em 1999 (: 392), Castells questionava as potencialidades de universalização da Internet, cujo acesso, limitado num primeiro momento a *“un segmento culto de la población de los países más avanzados”*, seria *“probablemente incapaz de alcanzar a grandes segmentos de las masas incultas y los países pobres”*. O alvo da sua avaliação em 1999 – retirada na tradução brasileira (Castells 2000: 446 – residia nos custos de implementação e utilização, em comparação com os de tecnologias como a televisão, e, implicitamente (*“masas incultas”*), na precariedade do letramento dos “países pobres”, fatores que considerava empecilhos a uma difusão do nível alcançado pelos televisores.

De fato, as desigualdades existem e persistem, mas as dinâmicas de extensão de acesso à Internet vêm se intensificado nos últimos anos também fora dos países ricos. Assim, o relatório anual para 2014<sup>[2]</sup> da União Internacional de Telecomunicações (ITU), agência da ONU, indica que no mundo são já quase três bilhões as pessoas que usam a Internet – cerca de 40% da população mundial. Os dados mostram que o número de pessoas conectadas cresceu 6,6% em 2014, impulsionado principalmente por países em desenvolvimento, onde a cifra duplicou desde 2009, quando a quantidade de usuários e usuárias da Internet era de dois bilhões de pessoas.

Seria um óbvio anacronismo, logicamente, criticar com o olhar de hoje os comentários de Castells (1999). Porém, não deixa de ser relevante recontar como determinados espaços de interação virtual em emergência eram retratados numa época próxima do seu surgimento. Como apontava Castells em (1999: 395):

los observadores han detectado el fenómeno de la formación de comunidades virtuales. (...) [P]or ellas suele entenderse una red electrónica autodefinida de comunicación interactiva, organizada en torno a un interés o propósito compartido, aunque a veces la comunicación se convierta en sí misma en la meta.

Trata-se dum relato inicial do que viria a ser um dos espaços mais povoados no universo da Internet, pelo menos no caso brasileiro, embora gestado

2 O relatório está disponível em: [http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014\\_without\\_Annex\\_4.pdf](http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2014/MIS2014_without_Annex_4.pdf). Acesso em: 12/04/2015.

a princípio nos EUA. Afirma Castells por aquela época (1999: 395): *“Decenas de miles de estas ‘comunidades’ existían por todo el mundo a mediados de los noventa, la mayoría situadas en los Estados Unidos, pero su alcance se hace cada vez más global”*. Herring (2013: 95) confirma a afirmação anterior quando diz: “Os anos 1990, particularmente, testemunharam um crescimento dramático das interações textuais entre muitos participantes por meio das listas de correio eletrônico”, entre outras modalidades de trocas via Internet. Ainda escasseiam os estudos que, na área da Linguística, tenham se voltado para a pesquisa acerca dessas, então, novas formas de interação. Pelo menos assim o entende Crystal (Shepherd & Saliés, 2013: 24), pioneiro na área, que declara em entrevista: “Em relação à descrição, a Linguística da Internet encontra-se no mesmo estágio em que se encontravam os estudos da língua inglesa nos anos 1960”.

Em casos específicos, como o contexto brasileiro e o da língua portuguesa (Shepherd & Saliés, 2013: 263), em especial no caso das listas de discussão, a atenção parece ter sido ainda menor do que a dedicada a outras línguas e modalidades de trocas virtuais, inclusive com o seu apagamento discursivo no relato acadêmico sobre esse campo (Fernandes, 2009). As listas de discussão constituem, com efeito, um modelo em boa medida hoje deixado para trás e substituído por outros espaços de interação, fato esse que não elimina a sua importância, não só na reconstrução do relato da socialização na Internet, mas enquanto arquivo dum momento especialmente rico pelo seu caráter inaugural, muito mais ainda no caso específico de comunidades como a dedicada à prática tradutória profissional, pelas suas formas tradicionais de socialização –ou pela ausência delas.

No tocante aos estudos sociolinguísticos sobre listas de discussão, a contribuição mais destacada corresponde a Herring (2013), que centra as suas pesquisas em listas acadêmicas e na reflexão acerca da configuração que nelas adota a tomada de turno. Trata-se de refletir sobre até que ponto as reflexões da Linguística alheias ao campo da Internet são automaticamente válidas nesse novo contexto (Shepherd & Saliés, 2013: 263), ou se precisam ser revistas à luz de dados originários dos ambientes virtuais. Em concreto, Herring (2013) dedica a sua atenção aos procedimentos de tomada de turno –aos quais se refere como “conseguir o piso conversacional”–, à luz, predominantemente de problematizações ligadas a questões provenientes dos Estudos de Gênero.

O primeiro questionamento que põe em xeque as categorias e conclusões da Análise da Conversação no contexto da Comunicação Mediada por Computador (CMC) remete para a dificuldade de se delimitar de forma rígida a tradicional atribuição das diversas formas de interação nesse contexto às categorias “síncrono” e “assíncrono”, pois as condições de recebimento das mensagens não são condicionadas necessariamente pela vocação inicial da modalidade de interação. O correio eletrônico, cujo nome provém da correspondência tradicional, ao ser recebido instantaneamente após o envio, pode funcionar como interação síncrona, já que “é comum que e-mails (tecnologia assíncrona) transmitam mensagens quase em tempo real, e obtenham respostas imediatamente, transformando em síncrona uma mídia que é, na essência, assíncrona” (Baron, 2013: 125).

Por outro lado, a distinção de gêneros textuais virtuais (Baron, 2013: 125) entre os da modalidade “individual para individual” (ou “um para um”) e “coletiva para coletiva” (ou seja, “muitos para muitos”) não se encontra atrelada necessariamente ao suporte da mensagem, visto que diversos sistemas admitem formas de uso grupal e privado – como no caso das listas de discussão. Porém, todos eles operam alguma forma de suspensão do espaço/tempo, que Bauman (2001: 15) considera definitiva da modernidade:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca.

A modernidade é marcada, segundo Bauman (2001: 17), pela sua natureza pós-panóptica, em contraste com o mundo pré-moderno, que prendia os sujeitos independentemente do lado do poder em que se localizassem: fosse como vigias ou no grupo vigiado, todas e todos estavam limitados pelo espaço-tempo – na rotina, o primeiro coletivo, da atividade monitorada, ou, o segundo, numa vigilância “que abarcava ampla gama de tarefas administrativas custosas e complicadas”.

Assim, utilizando a reflexão de Bauman (2001), verifica-se que a prática tradutória encaixa com facilidade nas dinâmicas pós-panópticas<sup>[3]</sup>. Agentes por antonomásia dum mercado cada vez mais deslocalizado, resulta frequente que tradutoras e tradutores trabalhem predominantemente ou apenas para uma clientela com residência num país diferente daquele onde se encontram. E, talvez por essa intensa inserção num mercado deslocalizado, pós-panóptico, também é esperável uma certa vocação de profissionais da tradução para se voltarem às novas formas de interação, em que se inverte a relação do “individual para coletivo” no “coletivo para individual” – onde muitas pessoas são as observadoras, poucas as observadas. Conforme afirma Bauman (2001: 101): “Mudamo-nos agora, sugere Mathiesen, duma sociedade do estilo panóptico para uma sociedade do estilo sinóptico: as mesas foram viradas e agora são muitos que observam poucos”.

Essa – “muitos observando poucos” – parece ser antes a configuração das interações nas listas de discussão, melhor do que os “muitos para muitos” que aponta Baron (2013: 125). Enquanto poucas pessoas falam, muitas leem ou podem ler o que outras disseram. Muitos e muitas – estas especialmente – são aquilo que Goffman (2002: 118) chamaria “circunstantes”<sup>[4]</sup>. A comunicação mediada por computador não é, então, tão democrática como se costuma alegar, pois, diferente da interação face-a-face, não basta “postar uma mensagem” para conseguir um piso conversacional. Mesmo sendo as listas, por definição, espaços de encontro<sup>[5]</sup> – que reúnem participantes com uma orientação conjunta – e não meros agrupamentos, visto que a presença nelas dificilmente será produto do acaso, nem todos, e especialmente todas as

3 Sobre as dinâmicas laborais contemporâneas, de que tão profundamente participam agentes profissionais da tradução, Bauman (2001: 141) afirma: “O trabalho foi libertado do Panóptico, mas, o que é mais importante, o capital se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo; o capital ficou livre da tarefa que o prendia e o forçava ao enfrentamento direto com os agentes explorados em nome de sua reprodução e engrandecimento. O trabalho sem corpo da era do software não mais amarra o capital: permite ao capital ser extraterritorial, volátil e inconstante”.

4 Trata-se de pessoas cuja participação num encontro não é ratificada, embora se encontrem dentro do campo visual e auditivo de quem participa dele (Goffman, 2002: 119).

5 No contexto da comunicação face-a-face, Goffman (2002: 17-8) distingue entre os termos “agrupamento” – que faz referência às pessoas que, embora no mesmo ambiente, “pareçam estar divididos, calados e distantes, ou somente momentaneamente presentes” –, dos “empreendimentos em orientação conjunta [que] podem ser chamados de encontros, ou comprometimentos de face”. Estes implicam uma “maior ou mais extensa estruturação de conduta” em que mais de um ou uma participante se ratifica na sustentação autorizada dum “único foco de atenção cognitiva”.

presentes, como se verá no caso aqui estudado, são igualmente reconhecidas como agentes cuja interlocução –ou, melhor, locução propriamente dita– seja esperável. Dentro da lógica dos encontros face-a-face, Philips (2002: 28) lembra que “os ouvintes que estão presentes a uma interação, mas a quem, num dado momento, o falante não está dirigindo a palavra, são chamados de interlocutores ‘não-ratificados’, ao passo que aqueles a quem o falante está de fato dirigindo a palavra são chamados de ‘interlocutores ratificados’”.

Nem todos os procedimentos da interação face-a-face estão disponíveis no mundo virtual. A direção e a sustentação do olhar de quem fala ou um leve movimento do corpo em direção a falantes com legitimação para a tomada de turno não existem como tais nas interações via Internet, onde o recurso de ratificação remete implicitamente aos “mecanismos de categorização de grupo social” (Philips, 2002: 29) e ao universo das formações discursivas construídas pela comunidade. É claro que “a única maneira de sabermos se uma dada mensagem tomou e sustentou o turno (ou deteve o piso conversacional) é observarmos se as respostas subsequentes fazem referência ao conteúdo nela presente (ou se houver *feedback* por parte de um destinatário)” (Herring, 2013: 96), mas isso não mostra senão um argumento circular que não explica por que apenas determinadas postagens são legitimadas, ou ratificadas, e outras não.

As listas de discussão ilustram com facilidade o fato de que, por um lado, a simples postagem duma mensagem não abre necessariamente um piso conversacional – já que muitas não são nem sequer lidas – e, por outro, que nem todas merecem o mesmo nível de atenção pelas demais “listeiras” e “listeiros”. Como lembra Herring (2013: 96), “[a]lgumas adquirem *status* mais central por prover mais respostas e podem até mesmo nomear o tema de uma linha de discussão que envolva dezenas de participantes ao longo de semanas ou meses”.

Na tentativa de validar instrumentos com potencial explicativo para entender a regulação dos processos de constituição de pisos conversacionais nas listas de discussão, Herring (2013) analisa três listas de caráter acadêmico observando a adscrição das sequências de mensagens a dois tipos de piso conversacional:

a) Um individual (Piso 1), caracterizado pela tomada de turno dum ou duma falante por vez – “linear” –, em que participantes, com maior presença masculina, se comunicam dum modo relativamente formal e organizado; e

b) Um colaborativo (Piso 2), em que um número maior de participantes parece engajar-se simultaneamente numa conversa – com “sobreposições” –, caracterizada pela fala informal e com presença de homens e mulheres.

As mensagens predominantes em séries com maioria do tipo Piso 1 terminam sendo mais longas e da autoria dum número reduzido de participantes, que controlam hierarquicamente a interação. Já as linhas conversacionais baseadas no Piso 2 tendem a ter postagens com um tamanho mais breve e os turnos que as compõem são distribuídos de forma mais democrática, entre uma quantidade maior de interlocutores e interlocutoras (Herring, 2013: 96-7).

Visando a confirmar ou infirmar a vinculação entre os tipos de piso conversacional (quantidade e tamanho das mensagens) e o gênero, Herring (2013) analisa o modo como são operacionalizadas seis categorias com que descreve o piso conversacional nas interações que compõem o seu *corpus*: duração do episódio, densidade (ou número de participantes e postagens por dia), foco temático e subtópicos, número de trocas concordando ou discordando, percentagem de participação por número de mensagens e de tópicos novos, e quantidade de respostas recebidas por participante.

Conforme os resultados obtidos, a adscrição à categoria Piso 1 das trocas realizadas por interlocutores homens é confirmada no atinente às três primeiras categorias, mas não às três últimas. A divergência pareceria estar relacionada ao empoderamento de determinadas pessoas, as quais adotam práticas de poder que correspondem, do ponto de vista conversacional, ao Piso 1, independentemente de ser homens ou mulheres. No entanto, em termos percentuais, “a masculinidade aumenta a possibilidade de um participante postar ou receber respostas” (Herring, 2013: 120). Portanto, na leitura de Herring sobre o *corpus* pesquisado por ela, o gênero parece ter maior poder explanatório do que o tipo de piso *per se* ou o fato de se tratar de indivíduos empoderados no seio da comunidade.

As conclusões de Herring (2013: 120-1), obtidas com uma abordagem qualitativa, não são generalizáveis do ponto de vista quantitativo, estatístico. Como ela própria afirma, podem estar ligadas ainda a padrões de interação característicos do momento da coleta de dados –começos de 1990– e ter mudado com o passar do tempo, ou também ser específicas das listas de discussão acadêmicas e não verificáveis noutros espaços de comunicação

mediada por computador como os blogues, ou ainda relacionadas a características culturais –talvez nacionais– das comunidades pesquisadas.

Constituem, entretanto, uma das escassas contribuições sobre formas de pensar, sociolinguisticamente falando, âmbitos de interação virtual e, em especial, as listas de discussão. Essa é precisamente a modalidade a que pertence TRAD-PRT, uma lista a que se recorrerá logo a seguir para observar as interações que, sobre assuntos dentro do domínio no qual foi construída –como o Português e a norma linguística–, estabelecem tradutoras e tradutores que o Português têm como uma das línguas de trabalho.

### **Interações virtuais numa lista de tradução: o caso de TRAD-PRT**

Língua e tradução são focos de interesse que congregam em TRAD-PRT<sup>[6]</sup> desde 1996 mais de 4000 associados e associadas, na que afirma ser, na sua página de abertura, a lista de discussão mais antiga das que reúnem profissionais da prática tradutória que trabalham com o português. Nesse espaço virtual “de confronto simbólico em ascendência” (Irala 2004: 40) são construídos saberes sobre o afazer tradutório, num âmbito com capacidade para pôr em contato constante tradutoras e tradutores profissionais duma forma que dificilmente poderia ter sido encontrada antes do advento da Internet<sup>[7]</sup>. TRAD-PRT, como outros espaços semelhantes, constitui uma fonte de valor inestimável para a pesquisa no seio desta comunidade profissional, acerca de técnicas de trabalho, crenças e tantos outros aspectos com os quais, doutro modo, não se conseguiria manter uma aproximação tão estreita e historizável como a fornecida pelas intervenções constantes em TRAD-PRT. Os dados analisados aqui foram extraídos, assim, dum robusto universo de pesquisa, com perto de 300.000 intervenções arquivadas desde o início da sua atuação pública, em outubro de 1998.

6 O arquivo está disponível em <http://br.groups.yahoo.com/group/trad-prt/>.

7 O pioneirismo de TRAD-PRT –inaugurada em 1996 e em funcionamento público desde 1998– em relação à entrada em funcionamento da Internet no Brasil é posto de relevo pelas palavras de Carvalho (2006: 143-4), que lembra: “A Internet comercial no Brasil chegou ao ano de 1996 com uma infra-estrutura insuficiente para atender à demanda dos novos provedores de acesso comercial e, principalmente, dos seus usuários”. Nesse mesmo ano “começaram a funcionar os provedores de serviços de Internet no Brasil”.

O caráter conflituoso com que intensamente se vivenciam as trocas em TRAD-PRT – que a fez merecedora do seu mais famoso apelido, TRAD-BARRAC – sugere a relevância de se observarem com cuidado as dinâmicas nela mantidas em termos de piso conversacional. Trata-se de verificar se há algum fator de gênero ou empoderamento que valha a pena ser destacado a fim de melhor entender as configurações que as interações assumem nesse espaço.

Como foi dito, para pesquisadoras como Herring (2013) as dificuldades de construção de interações colaborativas nas listas de discussão – caracterizadas pelo denominado por ela F2, aqui Piso 2<sup>[8]</sup> – podem estar relacionadas a aspectos tecnológicos ligados ao seu funcionamento. “Entre eles encontram-se a ininterruptabilidade dos turnos e a tendência de as mensagens aparecerem estritamente em ordem cronológica, o que predispõe o discurso das listas por correio eletrônico a assumir uma orientação linear e turnos ‘fala um por vez’” (Herring, 2013: 116). No entanto, quando observadas de perto, as linhas de mensagens das listas de discussão, como as de TRAD-PRT, combinam, de fato, Piso 1 com Piso 2, com o qual fica em aberto – seguindo a Herring (2013) – quais os fatores que incidem sobre a adscrição das interações a um piso ou o outro, e à presença de dinâmicas mais ou menos colaborativas: gênero (seja de quem inicia a linha, seja o predominante no coletivo de participantes da lista ou numa linha conversacional concreta – dado que “o sexo ‘majoritário’ associa-se a certos comportamentos do piso F1 e o ‘minoritário’ a certos comportamentos do piso F2”), ou lugar de fala a partir do qual é gerada a intervenção, pois “indivíduos empoderados tendem a exibir comportamentos F1” (Herring, 2013: 116), isto é, Piso 1.

No caso de TRAD-PRT, a lista não disponibiliza diretamente dados sobre participantes em termos de gênero, unicamente o número de inscritos e inscritas, que oscila segundo quem participa, ingressa ou se retira dela a cada momento. A impossibilidade da obtenção desse tipo de informações com caráter definitivo deriva, então, para além das limitações do servidor, do caráter flutuante do volume total de participantes, cujas entradas e saídas não

---

8 Para evitar a ambiguidade entre modalidades de piso e gênero dos participantes (M para homens e F para mulheres), não será adotada a terminologia empregue na tradução brasileira (Herring, 2013) para denominar os pisos conversacionais: F1 e F2 (relacionadas com a inicial do inglês “floor”, piso). No seu lugar, as duas modalidades aparecerão aqui referidas, respectivamente, como Piso 1 e Piso 2.



são guardadas nem podem ser averiguadas, ao menos através dos arquivos públicos da lista.

Visando, então, a acompanhar em maior profundidade as dinâmicas de interação em TRAD-PRT no que tange a pisos conversacionais, passa-se em seguida a analisar um recorte da lista que servirá para, dum ponto de vista qualitativo, observar de perto como essas dinâmicas se concretizam na organização e configuração das intervenções lá presentes. Para tanto, foram localizadas, em primeiro lugar, as linhas conversacionais mais longas dentre aquelas em que a unidade NORMA CULTA aparece citada em TRAD-PRT. Trata-se das iniciadas pelas mensagens 161765 (de 19/09/2005), 238604 (de 31/03/2009), 213878 (de 29/11/2007) e 266707 (de 14/05/2011). Segundo os arquivos da lista, estão compostas, respectivamente, de 98 mensagens, a primeira das linhas, 65 mensagens, a segunda, e 25 mensagens, as duas últimas linhas.

Para a análise, escolhe-se a primeira das quatro linhas conversacionais acima citadas pelo seu tamanho, o maior das quatro, e pelas mudanças de tópico para que os sucessivos títulos adotados parecem apontar. Nela, o primeiro título, “Subjuntivo”, será substituído, sucessivamente, por “Colocação pronominal”, “Servir-se” e “Quem cuida da língua?”.

A primeira ressalva a se fazer é que a linha conversacional em questão é composta de 95 mensagens e não das 98 que a lista refere. A divergência no cômputo total é devida a dois fatores. Por um lado, embora identificadas pelo arquivo de TRAD-PRT como pertencentes à linha em questão, há nela cinco postagens, duas no começo e três no final, que versam acerca de assuntos diversos aos abordados na sequência, como os próprios títulos das mensagens indicam: 161769 e 161773 (ambas de 19/09/2005), intituladas “EN>PORT Security Charges”; e 162521, 162522 e 162524 (todas três de 26/09/2005), sob o título “EN>PT: química - hydrocarbon backbones”. Por outro lado, duas mensagens que não constam como pertencentes à linha conversacional estudada fazem parte dela se observado o seu título: “Quem cuida da língua? (era: servir-se - era: Subjuntivo)”. Trata-se das postagens nº 162328 e 162347 (as duas de 23/09/2005), que foram integradas ao corpus delimitado como correspondente à sequência em questão.

No total, 25 sujeitos diferentes participam da linha estudada: 12 mulheres e 13 homens. O número de mensagens, 95, é distribuído entre 59 postadas por participantes homens e 36 por mulheres. Esses dados iniciais deixam

transparecer desde já um desequilíbrio de gênero no tocante à participação nessa linha em concreto:

**Quadro 1.** Participantes e mensagens por gênero

Participantes			Mensagens		
M	F	Total	M	F	Total
13 52%	12 48%	25 100%	59 62,1%	36 37,9%	95 100%

A distribuição das mensagens ao longo do tempo também aponta para dois picos de interesse, dispostos na data do início e no penúltimo dia da série, tanto no que diz respeito ao número de participantes por dia, quanto ao volume de mensagens postadas. A denominada densidade de atividade, segundo Herring (2013: 106), é, portanto, superior nesses dois momentos. No último dia da série, 23/09/2005, ecos da discussão aparecem numa troca de duas postagens que, ao menos em público, não gerou novos debates:

**Quadro 2.** Quantidade de participantes e mensagens por gênero e dia

Data	Participantes			Número de Mensagens		
	M	F	TOTAL	M	F	Total
19/09/2005	8 47,1%	9 52,9%	17 100%	22 61,1%	14 38,9%	36 100%
20/09/2005	4 66,6%	2 33,3%	6 100%	7 53,8%	6 46,2%	13 100%
21/09/2005	4 57,1%	3 42,9%	7 100%	9 75%	3 25%	12 100%
22/09/2005	7 53,8%	6 46,2%	13 100%	19 59,3%	13 40,7%	32 100%
23/09/2005	2 100%	0 0%	2 100%	2 100%	0 0%	2 100%

A quantidade diária de mensagens/participante oscila entre 1 e 3, sendo a mínima representada por participantes mulheres (no dia 21/09/2005) e a máxima, por homens (em 22/09/2005). Foge a essa tendência o último dia da série, em que somente dois listeiros<sup>9</sup> retomam os assuntos debatidos num momento em que o interesse por eles parece ter se esgotado, pelo que

9 É essa a denominação que se dá a quem participa duma lista de discussão.

a interação não se prolonga. Nesse dia, 23/09/2005, a relação de mensagens/participante é 1, ainda que ambos sejam homens.

Com a exceção do segundo dia da linha conversacional em questão, sempre a participação dos listeiros homens, em termos de percentagem de mensagens enviadas por participante, superou a das participantes mulheres.

**Quadro 3.** Rácio diária de mensagens por participante e gênero

Data	Rácio diária de mensagem/participante	
	M	F
19/09/2005	2,75	1,55
20/09/2005	1,75	3
21/09/2005	2,25	1
22/09/2005	2,71	2,16
23/09/2005	1	0

A concentração de mensagens no primeiro dia de interação se vê reforçada se levar em consideração a quantidade de horas ao longo das quais se estenderam de fato as trocas. Será entendido aqui “dia” como unidade referida ao período compreendido entre a primeira postagem diária e a última enviada (independentemente de o horário ter ultrapassado as 00:00 e a mensagem estar localizada tecnicamente, portanto, no dia seguinte). Essa decisão é tomada por se entender que é desse modo que, de fato, se organizam as dinâmicas de interação para a maioria participante, que costuma residir no Brasil, tanto na lista em geral quanto na linha estudada em concreto. Certamente, é possível haver certa distorção nesse sentido por existirem participantes que moram fora desse país. No entanto, na série que se comenta, os primeiros e últimos envios de cada dia foram, pelo menos declaradamente, postados por listeiros ou listeadas residentes no Brasil. Outro elemento que pode interferir na contagem da duração diária do episódio guarda relação com a distância temporal que há entre a primeira e a segunda postagens dos dias 21 e 22/09/2005: 5:23:13, no primeiro caso; e 6:01:09, no segundo.

**Quadro 4.** Período compreendido e horário da primeira e da última postagem por dia

Data	Horário da primeira postagem	Horário da última postagem	Total de Horas
19/09/2005	17:31:44	01:23:28	6:28:11
20/09/2005	14:40:27	02:16:32	1:36:056
21/09/2005	06:56:29	21:23:02	14:26:33
22/09/2005	05:35:39	00:52:23	11:36:05
23/09/2005	20:45:00	22:09:29	1:24:29

Novamente, pela natureza específica da troca realizada no dia final da série, 23/09/2005 – os últimos estertores do debate –, as duas últimas mensagens da série foram enviadas à lista com uma margem duma hora e meia. Estão separadas, logo, pelo maior promédio de distância em minutos de toda a série.

**Quadro 5.** Quantidade de mensagens e promédio de minutos entre elas por dia

Data	Minutos em média entre mensagens	Mensagens por hora	Total de Horas
19/09/2005	11min	5,73	6:28:11
20/09/2005	53min	1,12	1:36:056
21/09/2005	72min	0,83	14:26:33
22/09/2005	21min	2,78	11:36:05
23/09/2005	84min	0,7	1:24:29

O primeiro elemento que vem complementar essas informações remete para o número total de palavras transmitidas de fato nas mensagens postadas por homens ou mulheres. A esse respeito, ressalva-se desde já que, para o cômputo das palavras que compõem cada mensagem, são desconsiderados aqueles segmentos em que os participantes reproduzem mensagens anteriores em resposta às quais tecem as suas considerações.

**Quadro 6.** Número de participantes, mensagens e palavras por gênero e dia

Data	Participantes			Número de mensagens			Número de palavras		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
19/09	8 47,1%	9 52,9%	17 100%	22 61,1%	14 38,9%	36 100%	2867 71,2%	1157 28,8%	4024 100%
20/09	4 66,6%	2 33,3%	6 100%	7 53,8%	6 46,2%	13 100%	682 54,2%	574 45,7%	1256 100%
21/09	4 57,1%	3 42,9%	7 100%	9 75%	3 25%	12 100%	1682 86,1%	270 13,8%	1952 100%
22/09	7 53,8%	6 46,2%	13 100%	19 59,3%	13 40,7%	32 100%	2437 65,3%	1448 37,2%	3885 100%
23/09	2 100%	0 0%	2 100%	2 100%	0 0%	2 100%	670 100%	0 0%	670 100%
TOTAL	25 55,6%	20 44,4%	45 100%	59 62,1%	36 37,9	95 100%	8338 70,7%	3449 29,3%	11787 100%

Assim, ainda sem coincidir com exatidão, o volume de palavras postadas não destoa essencialmente, se tomada a variável do gênero, do número de mensagens enviadas. Quando se leva em consideração para o cálculo geral o intercâmbio realizado no dia 23/09/2005, os resultados obtidos apontam para o fato de que 70,7% das palavras que compõem a série analisada foram escritas por listeiros homens, frente a 29,3%, da autoria de listeiros mulheres. Se se desconsideram as mensagens do dia 23/09/2005, obtêm-se as seguintes percentagens: dum total de 11117, 69% de palavras são postadas (7668, ao todo) por participantes homens e 31% (correspondente a 3449) no caso de listeiros mulheres. Não ocorre, então, uma distorção de vulto quando computadas as postagens do último dia da série.

Percebe-se, então, até este ponto, que, mesmo com uma participação semelhante à das mulheres em termos de número de pessoas, os listeiros homens postaram mais mensagens e, também, mais palavras. Vale, então, determinar se também a sua atividade se destaca no tocante ao tamanho das mensagens; isto é, trata-se de localizar quem são os autores ou autoras das mensagens mais longas da série. E, a esse respeito, os dados convergem de novo com a tendência que sugerem as conclusões anteriores: o predomínio da voz masculina na linha analisada.

As maiores mensagens enviadas a TRAD-PRT nos cinco dias ao longo dos quais se prolongam as interações estudadas foram escritas por parti-

cipantes homens. Vejam-se a seguir quais as maiores postagens por dia, associadas ao gênero do listeiro que as enviou:

**Quadro 7.** Mensagens mais longas por dia e gênero

Data	Ordem	M	F	Número da mensagem	Número de palavras
19/09/2005	1ª	x		161800	473
	2º	x		161791	414
	3º		x	161795	288
	4º	x		161788	228
	5º	x	x	161765	226
	6º	x		161799	207
20/09/2005	1ª	x		161877	422
	2º		x	161874	150
	3º		x	161900	132
	4º		x	161863	114
	5º	x		161867	81
	6º		x	161860	73
21/09/2005	1ª	x		162037	581
	2º	x		162010	299
	3º	x		162073	296
	4º	x		161991	165
	5º	x		162086	143
	6º		x	162049	96
22/09/2005	1ª	x		161131	526
	2º		x	162179	468
	3º	x		162148	446
	4º	x		162170	328
	5º		x	162152	241
	6º	x		162154	215
23/09/2005	1ª	x		162347	340
	2º	x		162328	330
	3º	-	-		
	4º	-	-		
	5º	-	-		
	6º	-	-		

Em termos individuais, diversos fatores precisam ser considerados para determinar o papel dominante de cada participante. Trata-se de determinar a quantidade e o volume das postagens enviadas e recebidas por ela ou ele, como também o seu posicionamento individual (de alinhamento ou desalinhamento em relação a interlocutores). Desse ponto de vista, uma listeira coincide no número máximo de envios durante a linha com outro participante homem.

**Quadro 8.** Número de participantes por gênero segundo a quantidade de mensagens enviadas

		Total de mensagens enviadas							
		13	10	9	5	4	3	2	1
Número de participantes	M	1	1	1	1	3	2		4
	F	1			1	2		2	6

Entretanto, mesmo tendo postado o mesmo número de mensagens, a listeira (denominada F1, doravante) que enviou 13 delas à linha analisada postou um volume de palavras inferior não apenas ao listeiro homem que também enviou 13 mensagens (M1), mas aos outros dois participantes homens (M2 e M3), que postaram, respectivamente, dez e nove envios. As cifras são as seguintes, ordenado esse coletivo de participantes agora segundo mais a menos palavras postadas:

**Quadro 9.** Participantes por gênero que enviaram mais mensagens e palavras

	M2	M3	M1	F1
Número de mensagens	10	9	13	13
Número de palavras	1814	1660	1417	1132

Portanto, apenas na categoria de quantidade de postagens, e não atendendo ao volume de palavras postadas, é que as cifras de F1 ultrapassaram as dos participantes homens. Porém, como se verá, na linha pesquisada não se localizam divergências semelhantes associadas ao gênero no que tange às atitudes de alinhamento ou desalinhamento do coletivo listeiro, isto é, ao seu posicionamento interpessoal. Os dados levantados não coincidem,

portanto, com os obtidos em pesquisas citadas por Herring (2013: 110), consoante os quais “os homens em fóruns da internet tendem a ser mais contenciosos e suscetíveis a ‘inflamar’ os outros (i. e., postam mais mensagens diretas e hostis ou insultos), em contraste com as mulheres, que tendem a tomar um alinhamento mais amigável *vis-à-vis* com os interlocutores”. Essas conclusões genéricas, cuja exatidão já foi ponderada por Herring (2013) à luz da comparação de interações em três listas de discussão com diversas composições em termos de gênero de quem participa nelas, também são questionadas pelos resultados da análise da linha de TRAD-PRT que se estuda aqui. Cabe frisar, contudo, que as informações obtidas se baseiam, naturalmente, nas falas e não nos silêncios, que talvez seja um espaço de TRAD-PRT intensamente explorado por vozes femininas.

Assim, a análise da postura assumida por participantes nas linhas das listas de discussão, denominada alinhamento, é entendida por Herring (2013: 110) como a adoção de posições de concordância ou discordância em relação ao turno ao qual dá resposta uma dada mensagem. São interpretadas aqui como discordâncias as postagens em que listeiras ou listeiros enviam postagens de autocorreção das suas próprias postagens. Entendem-se igualmente como discordâncias os envios cujo posicionamento geral, mesmo existindo neles certo nível de convergência (que costuma aparecer no início ou final do texto), contradiz a postagem à qual respondem.

No caso da linha estudada, os números e percentagens de concordâncias e discordâncias são os seguintes:

**Quadro 10.** Quantidade de concordâncias e discordâncias por gênero

	Concordâncias	Discordâncias	Total
M	21 (36,2%)	37 (63,8%)	58 (100,0%)
F	13 (35,1%)	24 (64,9%)	37 (100,0%)
Total	34 (35,8%)	61 (64,2%)	95 (100%)

Desponta dos dados a existência de grande quantidade de desalinhamentos nas trocas da linha de TRAD-PRT, que ilustram a sua natureza enquanto locus de conflito, mesmo com a proscrição, segundo a Netiqueta



da lista, dos âmbitos considerados não só polêmicos, mas inviabilizadores da interação: política, religião e futebol. Ao mesmo tempo, o nível de discordâncias existente é indicativo da diversidade de pontos de vista que se encontram na lista e que é herdeiro da heterogeneidade dos e das participantes que por ela transitam. Igualmente, a elevada frequência dos desalinhamentos confirma a relevância de TRAD-PRT como espaço de pesquisa, por constituir um lugar de (re)construção do pensamento no máximo sob a forma de coincidências, mas raramente de unanimidades.

Por outro lado, os números de concordâncias e discordâncias não se diferenciam de forma notável atendendo ao gênero de quem participa. Não se pode afirmar aqui, diferentemente dos resultados obtidos por Herring (2013: 110), que “a tendência para o alinhamento ou desalinhamento em listas públicas de discussão advém do gênero dos participantes”, além das posições de poder. Pela natureza, em termos de quantificação, da participação na lista observada até à análise do alinhamento, poder-se-ia afirmar que as vozes masculinas predominam na linha de TRAD-PRT. No entanto, os resultados do alinhamento parecem apontar para o fato de que o fator empoderamento, independentemente do gênero, também precisa ser levado em conta de forma intensa neste contexto, pois só o gênero não explicaria as coincidências levantadas nos índices de alinhamento em comparação aos anteriores.

Vale, nesse sentido, levar em consideração os números de intervenções ratificadas na linha em questão. Segundo os dados de Herring (2013: 109), as mulheres têm maior probabilidade de não receber resposta às suas mensagens, quer dizer, de ter o seu turno ratificado. Contudo, os dados da linha estudada indicam haver um total de turnos não ratificados por outros ou outras participantes (no qual se inclui, logicamente, a última postagem da linha) muito superior no caso dos listeiros homens (66,7%) do que das mulheres (33,3%).

**Quadro 11.** Turnos não ratificados por gênero

	M	F	Total
Turnos não ratificados	22 (66,7%)	11 (33,3%)	33 (100%)

Já no tocante ao volume de turnos ratificados mais duma vez, aparece sim uma maior presença masculina, visto que, das 19 mensagens ratificadas mais duma vez, 14 (73,7%) foram enviadas por listeiros homens e 5 (26,3%), por mulheres.

**Quadro 12.** Turnos ratificados mais duma vez por gênero

Turnos ratificados 7 vezes			Turnos ratificados 4 vezes		
M	F	Total	M	F	Total
1 (33,33%)	2 (66,7%)	3 (100%)	10 (83,3%)	2 (16,7%)	12 (100%)

Turnos ratificados 3 vezes			Turnos ratificados 2 vezes		
M	F	Total	M	F	Total
2 (66,7%)	1 (33,3%)	3 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)

As cifras anteriores, com marcada presença masculina em termos de percentagem geral (73,7%), precisam ser contrastadas com as dos autores das mensagens ratificadas mais duma vez. A seguir junta-se tabela em que aparecem dispostos por gênero os autores e autoras das mensagens da linha analisada que conseguiram mais duma ratificação, na sequência em que as postagens foram enviadas à lista:

**Quadro 13.** Identificação de quem teve um turno ratificado mais duma vez por gênero

Turnos ratificados 3 vezes		Turnos ratificados 2 vezes		Participantes com ratificação 3 vezes		Participantes com ratificação 2 vezes	
M	F	M	F	M	F	M	F
M1		M2, M3	F1	M1, M4, M5	F1, F2, F1	M6, M1, M3, M4, M6, M5, M6, M7	F3

É composto, então, de sete listeiros homens e três mulheres o grupo cujas intervenções foram ratificadas em mais duma ocasião por outras ou outros participantes. Confirma-se, assim, a tendência masculina apontada pelas cifras de mensagens ratificadas mais duma vez: 70% dos membros do

coletivo listeiro que conseguiram mais duma ratificação são homens, frente a 30% de mulheres. No entanto, a distribuição de ratificações na tabela acima também ilustra que as listeiras mais atuantes (F1 e F2) só obtiveram menor índice de ratificação que M1, o listeiro que deu início à linha.

A relevância de F1 em termos de poder é ainda apontada pela sua gestão da estrutura de tópicos da linha em questão, no relativo aos títulos das mensagens que a conformam. F1 é a listeira responsável por renomear a linha em duas ocasiões a partir do título inicial –“Subjuntivo”–, nas mensagens 161900 –“que + de + ao (qual)”, em que também é responsável pela introdução do tópico, embora abandonado em seguida– e na 162109– “servir-se”, onde a mudança de título apenas vem reconhecer qual o assunto que de fato está sendo abordado no momento. Neste último caso, a discussão inicial, relacionada ao uso em português do Brasil de tempos verbais do modo subjuntivo, envereda pelo debate acerca de questões relativas ao uso dos clíticos, em especial no que diz respeito à colocação pronominal (ênclise e mesóclise) – tópico que tinha sido introduzido na linha já pela mensagem 161775, a quinta da sequência, e que virá a ocupar uma boa parte das trocas de mensagens realizadas na linha em questão, mesmo amiúde, sob o título “Subjuntivo”. O último título da linha –“Quem cuida da língua? – é introduzido pela mensagem 162328 por M4, um listeiro ratificado neste caso somente por uma mensagem, a última da linha, doutro participante, também homem.

Portanto, F1 assume “certas práticas poderosas de gerenciamento de piso disponíveis para indivíduos empoderados de ambos os gêneros” (Herring, 2013: 120), tanto pelo índice de ratificação que recebem as suas intervenções quanto pelo seu papel na gestão dos tópicos abordados. A formação acadêmica e o percurso profissional de F1, não apenas as suas práticas interacionais, podem contribuir para explicar a sua adscrição ao grupo de indivíduos empoderados dentre os participantes na linha, e na própria lista em que se integra: TRAD-PRT. Sobre essa listeira, a página da Associação Brasileira de Tradutores –Abrates– informa que é tradutora pública desde 1980, com habilitação para inglês/francês/português, além de atuar como tradutora autônoma na cidade de São Paulo, com especialização nas áreas jurídica e societária. A sua atuação conta ainda com a participação em congressos no Brasil e no exterior, ministrando palestras relacionadas à prática tradutória e ao ofício da tradução pública.

Trata-se, então, duma profissional que, no campo da tradução, faz parte precisamente do setor que M1 parece querer criticar desde a primeira mensagem da linha (161765). Nela, diz: “a média das idades dos participantes na lista faz a desculpa de ‘evolução’ da língua parecer bem furada”. O eixo temporal resulta essencial na forma como M1 organiza a sua concepção em TRAD-PRT, de dois pontos de vista: por um lado, no relativo à idade dos participantes e, por outro, no tocante à antiguidade nela.

Nas suas intervenções, M1 bate insistentemente na tecla da questão da faixa etária dos participantes da lista, como o faz na própria postagem 161765, de 19/09/2005, no mesmo sentido em que o diz, no ano seguinte: “eu não vivi os anos de chumbo como vocês que são mais velhos, respeito esse trauma que vocês parecem ter, mas na minha cabeça de 30 anos e dentro do contexto em questão, essa ideia me parece uma bela excursão à terra da maionese” (mensagem 175918, de 27/03/2006).

Pelas informações postadas na lista, percebe-se também uma evolução no quesito experiência na lista, onde M1 deixa de integrar um grupo mais próximo dos novos –posição donde mais parece falar na mensagem 161791, enviada a TRAD-PRT no primeiro dia da linha estudada, 19/09/2005–, para se considerar fazendo parte do grupo de participantes antigos, como ilustra a mensagem 247454, de 08/10/2009. Na primeira delas, afirma: “Quem for novo na lista, experimente. Experimente apontar um erro de legenda ou dublagem que TENHA VISTO em algum filme, ou batatada de algum encanador, manobrista ou zelador de edifício, para ver quantos “causos” vêm logo em seguida. Experimente”.

Já na segunda, envolvendo um possível conflito derivado do tempo de participação na lista, reflete sobre a questão posicionando-se do seguinte lugar de fala: “Eu sou ‘veterano’, participo há dez anos, conheço vários ‘veteranos’ pessoalmente e sou capaz de garantir que não há entre eles esse suposto desprezo por participantes novatos. Muito pelo contrário”[10]. Esse sentir solidário com iniciantes na profissão fora expresso antes na postagem 174228 (de 11/03/2006) pelo seu depoimento acerca do coletivo “biqueiro” –denominado “buquitu” em TRAD-PRT, por ser-lhe normalmente atribuída uma suposta limitação no atinente aos conhecimentos linguísticos de que

---

10 Na mensagem 247470, de 08/10/2009, M1 lembra ainda já ter participado do coletivo de administração da lista: “eu já fui moderador desta lista. Faz muito tempo”, diz.

dispõe. A aproximação desse coletivo é efetuada a partir da sua experiência pessoal, pois, conforme informado pelo seu perfil profissional em LinkedIn (<https://br.linkedin.com/>), partindo da área de Engenharia da Computação, M1 iniciou as suas atividades como tradutor a tempo parcial em 1996 até 2001, quando começou a se dedicar exclusivamente à tradução, localização e revisão. Contudo, também desenvolve tarefas como “programador amador nas horas vagas”, deslocando o perfil inicial de engenheiro para a identidade de tradutor, conforme consta em LinkedIn e na mensagem 172852 (de 24/02/2006) de TRAD/PRT.

Apesar dessa evolução em termos do status derivado da antiguidade enquanto participante de TRAD-PRT, M1 sempre ficará distante daqueles e daquelas que fizeram parte da lista desde o primeiro dia. É o que acontece com F1, a quinta mulher a postar mensagens em TRAD-PRT –autora da nº 9– no primeiro dia arquivado, 16/10/1998.

Dadas as limitações em termo de empoderamento de M1 (no tocante a experiência profissional, idade e antiguidade na lista), procede, então, questionar o que teria ocasionado o sucesso do turno inicial de M1, que deu lugar à maior linha de discussão em TRAD-PRT com a unidade NORMA CULTA. A resposta pode estar na relevância do tópico para essa comunidade de prática. Afinal, ainda que pesem as diferenças de perfil, não há conflito direto entre M1 e F1 na linha em estudo, onde não trocam nenhuma mensagem desalinhada. O conflito geracional que M1 sugere na mensagem 161765 (de 13/09/2005) é ignorado até pelo destaque que listeiros e listeadas concedem ao foco temático abordado.

## Para sintetizar o dito

Tendo refletido sobre a sua constituição como conceito operacional e a sua inserção em âmbitos virtuais, neste trabalho são apontadas as comunidades de prática como um *lôcus* onde se articulam identidades diversas, como as de gênero e profissionais, cujas camadas se entrecruzam na construção da *persona social*. Esse processo implica reconhecer que as identidades não são inerentes ao indivíduo, mas produto da sua inserção nos contextos sociais e geradas pelo contraste com o Outro, com a diferença e a alteridade, donde

a importância destes e da natureza dos vínculos estabelecidos no seu seio por parte de quem por eles transita.

No caso específico da lista de discussão donde provêm as trocas de mensagens aqui analisadas –TRAD-PRT–, ao implicarem a configuração de relações intensamente marcadas por lutas de poder, as identidades se constroem no e pelo confronto, não por um encontro mitificado enquanto harmônico e livre de disputas. Acerca desse espaço, vale se questionar quais são, então, os contornos que assume o conflito em termos interacionais e, portanto, a forma como as identidades de quem se insere nelas são (re) elaboradas.

Para tanto, uma linha conversacional é observada em detalhe atendendo à perspectiva da Sociolinguística Internacional, lida no contexto da Internet. Naquela, pese embora o predomínio observado da voz masculina –matizado nesta análise atendendo aos contornos concretos, e um tanto difusos, que assume–, os desalinhamentos presentes nas interações que lá se celebram são divididos a partes iguais por mulheres e homens, contrariamente aos resultados obtidos por Herring (2013) no *corpus* por ela pesquisado.

Como os relacionamentos no seu seio não evidenciam traços predominantes de afinidade, senão de discórdia, vale se perguntar qual o motivo por que se mantém viva a comunidade de TRAD-PRT. Caracterizada por antagonismos e divisões, a sua pervivência não parece se dar em função da convergência de identidades, mas da relevância de articulações, embora conjunturais, de diferenças, sentidas como prolíficas para o coletivo que a integra. Tanto é assim que, como foi apontado, os protagonistas da linha conversacional estudada, apesar das divergências de gênero e de perfil, não trocam entre si mensagens desalinhadas.

Trata-se, portanto, de vivenciar tensões cujo preço compensa pagar em prol da construção duma comunidade sentida como necessária, enquanto ambiente útil para elaborar concepções que o coletivo considera relevantes na prática à volta da qual os seus membros se encontram: o afazer tradutório.

## Referências

- ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BARON, N. (2013). Enunciados segmentados em Mis. In: T. G. Shepherd & T. G. Saliés (Eds.), *Linguística da Internet* (pp. 125-156). São Paulo: Editora Contexto.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2004). *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (2011). *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BRITAIN, D. & Matsumoto, K. (2005). Languages, Communities, Networks and Practices. In M. J. Ball (Ed.), *Clinical Sociolinguistics* (pp. 3-14). Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- CALVET, L.-J. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CALVO, L. C. S. (2013). *Reflexões sobre uma comunidade de prática constituída a partir das interações de formadoras de professores de inglês em um grupo de estudos*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- CALVO, L. C. S. et al. (2014). *Comunidades de Prática Aspectos de Formação de Professores de Línguas em Foco*. Campinas: Pontes.
- CASTELLS, M. (1999). *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. La sociedad red*. Vol 1. México: Siglo XXI Editores.
- CASTELLS, M. (2000). *A sociedade em rede*. Vol. 1 (8ª ed. totalmente revista e ampliada). São Paulo: Paz e Terra.
- ECKERT, P. (2000). *Linguistic Variation as Social Practice*. Oxford: Blackwell.
- ECKERT, P. (2012). Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Annual Review of Anthropology*, 41, 87-100. Disponível em <http://web.stanford.edu/~eckert/PDF/ThreeWavesofVariation.pdf>. Data de consulta: 15/12/2015.
- ECKERT, P. & McConnell-Ginet, S. (2010). Comunidades de práticas: lugar onde habitam linguagem, gênero e poder (1992). In A. C. Ostermann & B. Fontana (Eds.), *Linguagem, gênero, sexualidade* (pp. 93-108). São Paulo: Parábola Editorial.
- FERNANDES, F. P. G. (2009). *O sujeito tradutor e intérprete na rede digital de socialização Orkut*. Franca: Universidade de Franca. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=155696](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=155696). Data de consulta: 15/12/2015.

- HERRING, S. (2013). Piso conversacional e gênero na CMC. In T. G. Shepherd & T. G. Saliés (Eds.), *Linguística da Internet* (pp. 19-124). São Paulo: Editora Contexto.
- GOFFMAN, E. (2002). A situação negligenciada. In B. T. Ribeiro & P. M. Garcez (Eds.), *Sociolinguística interacional* (pp.13-20). São Paulo: Edições Loyola.
- LABOV, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- LACERDA, P. F. A. C. (2010). Tradução e sociolinguística variacionista: a língua pode traduzir a sociedade? *Tradução e Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores*, 20, 127-142. Disponível em <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/view/1990>. Data de consulta: 15/12/2015.
- LAVE, J. & Wenger, E. (1991). *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation (Learning in Doing: Social, Cognitive and Computational Perspectives)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOLICA, M. C. / Braga, M. L. (2003). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (2002). Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 193-202. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n2/a09v18n2.pdf>. Data de consulta: 15/12/2015.
- PHILIPS, S. U. (2002). Algumas fontes de variabilidade cultural na ordenação da fala. In B. T. Ribeiro & P. M. Garcez (Eds.), *Sociolinguística interacional* (pp. 21-44). São Paulo: Edições Loyola.
- SALOMÃO, A. C. B. (2011). Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da Sociolinguística variacionista no Brasil. *Fórum Lingüístico. Revista Eletrônica de Linguística Teórica e Linguística Aplicada*, 8 (2), 187-207. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2011v8n2p187/21673>. Data de consulta: 15/12/2015.
- SANTOS, M. P. (2002). Um olhar sobre o conceito de ‘comunidades de prática’. Disponível em [http://www.academia.edu/1483472/Um\\_olhar\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_Comunidades\\_de\\_pr%C3%A1tica](http://www.academia.edu/1483472/Um_olhar_sobre_o_conceito_de_Comunidades_de_pr%C3%A1tica)Data de consulta: 15/12/2015.
- SEVERO, C. G. (2006). O papel do gênero/sexo nos estudos sociolinguísticos de variação/mudança. *Revista de Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, 8. Disponível em <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/8cristine.htm>. Data de consulta: 15/12/2015.
- SEVERO, C. G. (2007). A questão da identidade e o lócus da variação/mudança em diferentes abordagens sociolinguísticas. *REVISTA LETRA MAGNA. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, 7 (2).



- 1-15. Disponível em <http://www.letramagna.com/variacaomudan%E7asocio.pdf>. Data de consulta: 15/12/2015.
- SEVERO, C. G. (2009). O estudo da linguagem em seu contexto social: um diálogo entre Bakhtin e Labov. *D.E.L.T.A.*, 25 (2), 267-283. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/delta/v25n2/a03v25n2.pdf>. Data de consulta: 15/12/2015.
- SHEPHERD, T. G. & Saliés, T. G. (2013). *Linguística da Internet*. São Paulo: Editora Contexto.
- WENGER, E. (1998). *Languages in contact. Findings and problems*. Haia: Mouton Publishers.
- WIEDEMER, M. L. (2008). As faces da comunidade de fala. Community faces of speech. *Linguagens. Revista de Letras, Artes e Comunicação*, 2 (1), 21-35. Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/viewFile/810/865>. Data de consulta: 15/12/2015.
- WOOLARD, K. A. & Schieffelin, B. B. (1994). Language Ideology. *Annual Review of Anthropology*, 23, 55-82. Disponível em <http://uk-online.uni-koeln.de/remarks/d5134/rm2169695.pdf>. Data de consulta: 15/12/2015.
- ZACCARELLI, L. M. & Godoy, A. S. (2013). “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades de uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 6 (3), 25-36. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/buscaedicao/periodico/revista-gestao-organizacional/idedicao/3221>. Data de consulta: 15/12/2015.



## **A VARIACIÓN DIATÓPICA COMO ESTRATEXIA PRAGMÁTICA NA ESCRITA ELECTRÓNICA GALEGA**

Estefanía Mosquera Castro  
Universidade da Corunha, Galiza  
Grupo ILLA (<http://illa.udc.gal>)

### **Unha abordaxe sociolingüística da escrita electrónica galega**

A revolución no ámbito das telecomunicacións excede a esfera tecnolóxica en que se orixinou e afectou enormemente múltiples ámbitos da nosa realidade, tanto que na actualidade vira complexo imaxinarmos o noso día a día sen recorrermos a elas para interaccionarmos socialmente. Neste punto, a área lingüística non constituíu ningunha excepción e viuse igualmente afectada por esta transformación. Ao ser a lingua un dos indicadores que mellor dá conta das mudanzas sociais, o que sería realmente insólito é que un fenómeno tan singular e innovador non tivese implicacións na lingua e no modo en que as persoas se comunican. Neste sentido, e desde as primeiras aplicacións que privilexiaban a esfera gráfica para a interacción –como os chats ou o sistema de mensaxes curtas– fíxose evidente a proliferación dunha nova variedade lingüística que se distanciaba do código normativo para se adaptar ás características e ás limitacións do novo soporte (Mosquera Castro, 2012).

E a pesar de que no ámbito tecnolóxico as transformacións son continuas e as novas modalidades comunicativas acaban por tornaren obsoletas as anteriores<sup>[1]</sup>, o certo é que as prácticas lingüísticas alternativas ao uso da variedade estándar continúan aínda plenamente vixentes nos sistemas de interacción máis modernos. En consecuencia, e de acordo con Fiormonte (2003: 112), podemos afirmar que a modalidade gráfica presente nos chats (Mayans, 2002), nas mensaxes de texto (Otemuyiwa, 2011), nas redes sociais (Tascón & Abad, 2011) e nos novos sistemas de mensaxaría instantánea (Alcántara, 2014) conforman variedades diatécticas<sup>[2]</sup> dunha nova modalidade de comunicación á que denominamos escrita electrónica. Seguindo Álvarez Martínez (2008: 105), estaríamos perante unha macroclase que, por súa vez, se dividiría en subclases que se corresponderían cos distintos xéneros electrónicos e cuxas diferenzas textuais estarían determinadas polo poder modalizador de cada aplicación.

Nas últimas décadas o interese polas distintas tipoloxías textuais e polas estratexias lingüísticas presentes en cada unha delas aumentou de forma considerábel e na actualidade é xa frecuente aludirmos a unha nova esfera da Lingüística encargada de reflexionar sobre os novos modos de interlocución que se atestan no contexto electrónico (véxase Yus, 2010 e Crystal, 2011). Con todo, as investigacións existentes focalizaron o seu interese nas linguas maioritarias e na descrición gramatical dos mecanismos lingüísticos presentes nesta variedade, secundarizando ou mesmo obviando outros aspectos directamente vinculados co medio social en que a lingua se utiliza. Neste sentido, e desde a óptica dunha lingua minorizada –moito máis sensíbel con este tipo de aproximacións–, xulgamos fundamental examinar as características desta modalidade gráfica reparando tamén nos posíbeis condicionamentos sociolingüísticos, na medida en que estes poden ter implicacións na configuración ou no desenvolvemento de determinadas estratexias lingüísticas.

- 
- 1 Así por exemplo, o correo electrónico deixou en moitos casos obsoleta a correspondencia postal (Vela Delfa, 2005: 212), en tanto que un xénero xa dixital como o das mensaxes de texto, que até hai uns anos constituía un dos sistemas de comunicación máis utilizados, converteuse na actualidade nunha modalidade textual en retroceso que está sendo progresivamente reempazada polos novos sistemas de mensaxaría instantánea como o Line, o Whatsapp ou o Instagram, en tanto que ofrecen maiores funcionalidades e menores restricións (Mosquera Castro, 2015: 74).
  - 2 Este autor denomina *variación diatéctica* a unha nova perspectiva desde a que analizar a mudanza lingüística que atende ás variacións provocadas polo material técnico que se utiliza como base para a comunicación lingüística (pedra, papel, aplicación dixital etc.).

En Mosquera Castro (2015) xa tivemos oportunidade de comprobar as consecuencias que na escrita electrónica galega provocaba a situación de contacto e de conflito lingüístico entre o galego e o español, en tanto que máis unha estratexia para as interaccións se tornaren nuns casos máis áxiles e noutras máis expresivas. E nesta liña camiña tamén o uso de variantes dialectais que, como veremos nas próximas páxinas, nin sempre son utilizadas para reproducir a variedade diatópica das persoas que interaxen no contexto electrónico. Ao contrario, en moitos casos a súa presenza nesta variedade lingüística persegue finalidades certamente similares ou equiparábeis ás sinaladas para a presenza do español.

## **A variación diatópica na escrita electrónica**

### **Obxectivos da investigación e metodoloxía**

O obxectivo fundamental do presente estudo será, pois, a análise da variación lingüística a nivel interno e, neste sentido, reflectiremos con certo pormenor sobre as causas que motivan a aparición de dialectalismos na escrita electrónica e sobre a súa rendibilidade pragmática no marco da interacción dixital. Esta aproximación servirá non só para valorizarmos esta modalidade desde unha perspectiva máis ampla e integral, mais tamén para comprendermos a importancia que as circunstancias sociolóxicas e contextuais teñen na creación ou na transformación dos códigos lingüísticos. E aínda que o foco de atención se centra exclusivamente nesta variedade gráfica e na lingua galega, puntualmente poderanse contrastar os resultados obtidos para outras realidades, na medida en que nos permitan verificar, refutar ou matizar as teses que manexamos para o caso galego.

Neste sentido, os datos con que trataremos de as formular son o resultado dunha análise pormenorizada dun corpus de 803 mensaxes de texto, nas que para alén dos datos de tipo lingüístico, contamos tamén con información relativa á idade, ao sexo e á procedencia xeográfica do usuariado. En concreto, será esta última, xunto coa análise lingüística das mostras a que nos permitirá aproximarnos cun maior rigor ao ámbito do variacionismo nestes contextos. Así mesmo, tamén serán de utilidade os resultados dunha enquisa de percepción realizada en 2013 sobre a escrita electrónica, embora

o variacionismo non sexa nela o ámbito que máis atención recibe (Mosquera Castro, 2013).

Cómpre, con todo, sermos conscientes de que ofrecer unha análise exhaustiva do fenómeno dialectal nas mensaxes de texto baseándonos exclusivamente nos datos do corpus constitúe unha tarefa complexa, pois carecemos en moitos casos de información necesaria para valorizarmos de modo cualitativo e, sobre todo, cuantitativo se as mostras son ou non representativas. Quere dicir, aínda coñecendo a procedencia da mensaxe e a extensión xeográfica de determinados fenómenos dialectais<sup>[3]</sup>, descoñecemos as preferencias individuais do usuariado, que nin sempre incorpora no seu idiolecto as variedades locais ou tamén se a localización que achegan se corresponde ou non con aquela da que procede a súa variedade lingüística.

En todo o caso, coidamos que os resultados do noso corpus e os datos obtidos a través do inquérito serven para realizarmos unha panorámica que dea conta da situación en que se achan os usos lingüísticos dialectais tradicionais no soporte electrónico e tamén das novas tendencias que se detectan nesta esfera. E se ben que a falta de maior cantidade de datos non permite realizarmos afirmacións categóricas, concordamos con Crystal (2008: 62) en que “text dialectology is going to be a big subject one day”. Por tanto, a nosa intención é contribuír neste sentido desde e para a lingua galega.

## Novas tendencias nos usos lingüísticos dialectais

As mensaxes de texto presentan unha serie de propiedades lingüísticas máis ou menos estandarizadas. Porén, o corpus de SMS que manexamos permite, igualmente, observarmos unha grande variabilidade estilística, que reflicte de modo xeral os gustos persoais do usuariado, igual que acontece noutros ámbitos de uso. Quere dicir, unha persoa pode ser lingüisticamente innovadora e, por tanto, é posíbel que mostre preferencia polas estratexias de redución e de ampliación propias da variedade electrónica, en canto outra,

33 Sobre este particular, debemos ter tamén en consideración que as análises máis exhaustivas do variacionismo dialectal da lingua galega son as que figuran en Fernández Rei (1990) e nos diversos volumes do *Atlas lingüístico Galego* (ILG, 1990-2005). Porén, a información que achegan estes traballos pode non corresponder xa, de modo exacto, coa realidade lingüística da Galiza actual, dado que pasaron máis de dúas décadas desde entón e as isoglosas, por norma, non son estáticas, máis retroceden ou avanza en función de determinadas variábeis (véxase Sánchez Rei, 2011: 299).

máis conservadora, probablemente manterá un modelo de lingua próximo da variedade estándar. Mais, en calquera caso, as diferenzas individuais nin sempre serven para explicaren todos os fenómenos de variación que encontramos na escrita electrónica.

De acordo con Crystal (2008: 61), “some of it undoubtedly reflects dialect differences of a regional, social, or ethnic background”. Así, este autor detecta diferenzas entre as mensaxes de texto en inglés británico e aqueloutras en inglés americano<sup>[4]</sup>. E aínda que no galego a variación non sexa tan evidente como no exemplo sinalado polo escritor galés, tamén existen abundantes mostras de diversidade dialectal, xa que, como sinala acertadamente Sánchez Rei (2011: 37), o galego que se utiliza nas Rías Baixas non coincide totalmente co que se emprega na Terra Chá ou nas serras orientais do país. Noutras palabras, calquera lingua presentará diferenzas rexionais se ben que, a depender do alcance internacional do idioma en cuestión, estas serán máis ou menos notorias. E nese sentido, o das mensaxes de texto e, por extensión, tamén o contexto electrónico, constitúe un medio propicio para as persoas usuarias vehiculizaren e visibilizaren este tipo de solucións lingüísticas diverxentes da lingua padrón, dado que teñen lugar nun contexto de natureza interpersonal e, por tanto, eminentemente familiar e informal.

A Internet e o ciberespazo non só contribúen para reforzar a lingua da comunidade do usuariado, na medida en que constitúe o principal sinal da súa identidade virtual, mais tamén permiten unha certa permeabilización da lingua e das súas variedades dialectais. Neste medio as relacións interpersoais acaban por viraren intensas e habituais, o que o converte nun contexto inmejorable para a introdución das variedades locais, máis propias de situacións coloquiais. Porén, o realmente interesante no estudo da variación dialectal na escrita electrónica é analizarmos as causas e os obxectivos que motivan a súa aparición, pois, como xa foi apuntado, en moitas ocasións os dialectalismos non reproducen a variedade lingüística da rexión da persoa usuaria, mais tamén son utilizados por cuestións pragmáticas, isto é, ou ben como mecanismo de simplificación para aforrar espazo e tempo ou

4 Tamén en Sánchez Rei (2011: 39) se subliña a importancia da procedencia xeográfica para explicar determinados fenómenos lingüísticos dalgunhas variedades, como acontece no francés do Quebec, que conserva singularidades picardas e normandas, ou nalgunhas modalidades de español sudamericano, en que é evidente a pegada dos falares andaluces.

ben como estratexia expresiva para marcar énfase sobre un determinado elemento ou enunciado.

E, en relación con isto, torna importante o concepto da *experiencia* defendido por Cortés Conde (2010: 4), quen afirma que embora existan gramáticas prescritivas que marcan os límites entre o correcto e o incorrecto ou catalogacións dialectolóxicas que vinculan determinados fenómenos lingüísticos a un territorio concreto, as persoas en moitas ocasións recorren á experiencia que teñen da lingua se esta lles permite nun determinado momento comunicaren de modo máis eficaz, aínda a risco de se distanciar do que establecen as normas lingüísticas. No caso galego, a experiencia permitiría explicar, por exemplo, que escritores galegos decimonónicos utilizasen variedades propias doutras zonas ou doutros autores nos seus textos (Mosquera Castro, 2015: 76).

E neste punto, vira tamén moi útil a clasificación realizada por Carvalho Calero (1974: 31-40) en relación ás fases da formación do galego literario, isto é, a dialectal, a interdialectal e a supradialectal, con que se poden establecer certas analogías. Así, podemos observar que no contexto informal da escrita electrónica o usuariado emprega a súa experiencia lingüística e, para alén de transmitir a súa variedade local (dialectal), ás veces tamén emprega outros fenómenos rexionais que coñece (interdialectalismo) se estes lle permiten mitigar algunha das limitacións que desde a perspectiva comunicativa presentan uns medios en que a interacción é vehiculada fundamentalmente a través da grafía. O seu uso permitirá á persoa ser máis expresiva ou mostrar énfase, reducir tempo e caracteres, crear vínculos ou simplemente brincar–, en canto relega a variedade padrón (supradialectal) para contextos de comunicación máis formais<sup>[5]</sup>.

Con todo, cómpre indicarmos que a porcentaxe de presenza de dialectalismos nas mensaxes de texto do noso corpus é relativamente baixa, tan só 68 das 803 que o compoñen, o que supón un 8,4%. Igualmente, resulta sorprendente que o 63,2% das ocorrencias correspondan ao usuariado

5 Sobre esta cuestión, Cassany & Sala Quer & Henández (2008) afirman que a propagación das tecnoloxías da comunicación ampliou enormemente as posibilidades e as funcións das prácticas lingüísticas alternativas á norma. De acordo con estes autores, ao constituír un fenómeno voluntario que non vén imposto por ningún axente externo –escolas, academias etc.– goza de maior liberdade, de maior creatividade e pode dar pé a novos tipos de prácticas letradas (Mosquera Castro, 2015: 77). E neste punto é onde podemos situar na maioría dos casos o uso de dialectalimos na escrita electrónica galega.



máis novo (15-25)<sup>[6]</sup>. Poderíamos pensar que a tendencia máis natural sería que a xente de maior idade, que non tivo tantas facilidades para acceder á educación en lingua galega, utilizase nas súas interaccións un modelo de galego popular cun alto grao de dialectalismos, sobre todo se descoñecen a normativa estándar. Non obstante, tamén non é menos certo que a xente cun grao de alfabetización medio-alto pode ver nestas prácticas diatópicas un elemento estigmatizante e prefira optar por utilizar un modelo de lingua próximo do padrón.

Pola súa banda, as persoas máis novas son –como a propia existencia desta variedade lingüística evidencia– lingüisticamente máis innovadoras e, por tanto, adoptan e adaptan todos aqueles elementos da lingua que lles permiten achegar novos matices á comunicación. Así, embora posúan un maior coñecemento da variedade estándar debido á escolaridade, utilizan os dialectalismos para marcaren a individualidade e para se desmarcaren dalgunha forma dos usos homoxéneos da comunidade lingüística en que se integran. Do mesmo modo, e como veremos a seguir, as novas tendencias no uso de dialectalismos están ligadas principalmente ao contexto electrónico, o que explica que sexa a mocidade aquela que con maior facilidade tirará proveito ás características intrínsecas da lingua ou a aquelas que xa presentan usos específicos para as amoldar aos seus propios intereses comunicativos.

## Análise da mostra

As mensaxes de texto do corpus permitirán constataremos, pois, tres tendencias claras no uso de dialectalismos nas interaccións dixitais. A primeira delas coincide coa atestada na lingua común e consiste na permeabilización da variedade local dos usuarios e das usuarias, favorecida polo contexto eminentemente informal en que se desenvolven as comunicacións nestes medios. A segunda presenta unha finalidade simplificadora, na medida en que a súa introdución lles permite aforraren espazo e tempo para así salvaren as restricións técnicas dos soportes – especialmente nos sistemas con límite de caracteres como as SMS ou o Twitter – e, por súa vez, aproximarse no posíbel da fluidez propia das conversas face a face. A terceira complementa a anterior na medida en que o seu obxectivo é compensar a ausencia do

---

6 Os datos apuntados por Ling (2005: 341) camiñan tamén nesta liña: “interestingly, the data also shows that teens are more inclined to use the dialects than older users”.

corpo –que ten voz e que se move–, e da paralinguaxe, tan relevante para a interpretación dos enunciados. Nestes medios, e co obxectivo de comprobar cal é a finalidade principal que motiva a presenza da variación dialectal introduciremos xunto coa mensaxe de texto a orixe xeográfica da persoa que o redixe.

A respecto da primeira, convén salientarmos que son certamente frecuentes os casos en que o uso de dialectalismos na escrita electrónica responde principalmente á vontade de reflectir a variedade local do usuariado. De feito, o 63,9% das persoas entrevistadas no noso inquérito afirma utilizar de forma habitual dialectalismos nas súas mensaxes. Observamos, por tanto, que son conscientes de que aínda sendo necesario interiorizarmos a variedade estandarizada para certos contextos, nomeadamente os académicos, as modalidades diatópicas son perfectamente válidas en ámbitos máis informais (Sánchez Rei, 2011: 528). E neste punto achamos dúas interpretacións que embora poidan parecer contraditorias, se complementan. Así, o emprego de dialectalismos entre persoas pertencentes á mesma variedade dialectal constituirá unha marca de (sub)grupo e terá, consecuentemente, certo carácter cómplice, en tanto que o seu uso entre persoas xeograficamente afastadas se erixe como unha marca de individualidade. En calquera caso, o acceso a variedades diatópicas diversas contribuirá tamén para reforzar as propias cualidades grupais dos utentes<sup>[7]</sup>. Eis algúns exemplos de usos dialectais no corpus manexado en que a variante utilizada coincide coa zona xeográfica de que procede a mensaxe:

- (1) Chiki, spero q ests mllor...Nn m gusta vrt asi! eu nn tño nada d sono...votams 1partidiña o trivial? jejeje! **mañan** voum arreptnr disto...boas noits! durm bn! bks! (**Arteixo**)
- (2) Nn e algo que se aprenda no colexo pero se nn **aprndexs** o sgnfcado do NADAL,nn **aprendexes** nada Bo nadal!Vivamos como galegos!! ☆☆ (**Cabana de Bergantiños**)
- (3) olaaaaaaa! Como vos vai co ekipaje??? Si nn che coye todo mndcho eu por correos!!!! Jjjj levad **bn** viaxe e tede cuidado...xa chamaredes...chao... (**Monfero**)
- (4) E nn hai nada mais light? jajaja! Senn a dieta vai ir ao carallo! nn e x –prezar os **xixarros!** jaja (**Pontedeume**)
- (5) **xegastedes** ben? stams no dscanso do curs e fai 1 clor... (**Monfero**)
- (6) Feliz nadal a todos e ted cuidao en fin d ano xa nn solo co alcohol senon tamen coas uvas.E recordad o q **faigads** 100PRE CN PRCAUCION.FELIZ NADAL (**Foz**)

7 Na opinión de Teixeira (2006), “hoje em dia a instantaneidade, a frequência e a globalização das comunicações parecem tender para unificar registos linguísticos falados em regiões muito distantes e não acelerarem o processo inverso de divergência e diferenciação que acontecia em séculos passados”.

Ás veces, os dialectalismos aparecen mesmo en mensaxes de texto que, por regra xeral, deberían estar redixidas na normativa estándar, dado que proceden de entidades ou organismos públicos e van dirixidos a toda a poboación. Neste caso, e malia carecermos da localización xeográfica, parece que o uso da forma dialectal é en certo modo inconsciente na medida en que xulgamos que constitúe unha solución totalmente asumida pola persoa que creou o texto, situación que contrasta coas que logo veremos en que a presenza de dialectalismos se erixe como un fenómeno reflexivo e motivado:

(7) En BLOQUE podemos, domingo 12 da **mañan**. Pazo de Congresos (San Lazaro-Santiago). NON FALTES!!! (Teremos espazo infantil)

Este uso contrasta cunha outra mensaxe da mesma organización, en que a forma *mañán* aparece grafada segundo as convencións normativas. Pode que non fose a mesma persoa quen redixiu ambas as mensaxes ou que nunha ocasión deixase translucir, involuntariamente, fenómenos lingüísticos da súa zona de procedencia.

(8) Lembra a convencion dos 30 anos do BNG. **Maña** domingo as 12h, no Palacio de Congresos de Santiago. Non faltes! En Bloque, Podemos!

Noutras ocasións, o usuario da escrita electrónica incorpora na súa praxe lingüística formas dialectais que lle permiten aforrar no número de caracteres. E aquí convén salientarmos fundamentalmente aquelas variantes que non coinciden cos usos dialectais da zona de procedencia indicada por quen cedeu as súas mensaxes; mais tamén pode acontecer que aquelas persoas que non utilizan de forma habitual estas solucións nas súas interaccións orais, embora sexan propias da súa xeografía, as empreguen neste contexto se estas lles permiten gañar tempo e espazo. Así, por exemplo, é relativamente frecuente o uso de *te* por *che* en zonas en que de partida distinguen o acusativo do dativo<sup>[8]</sup>:

(9) ai cariño, a mochila!! :-@ nn t fai falta?! (**O Temple**)

8 Non obstante, cómpre analizarmos este caso particular con certa cautela, pois tamén poderíamos considerar o uso de *te* nestes contextos por influencia do español, en que esta forma é a única opción posíbel. Outrosí, existen mecanismos de redución propios desta variedade, cal a simplificación dos dígrafos –en particular, o paso de *ch* a *x*– que permitirían resolver as motivacións espaciais sen recorreremos ao uso de formas dialectais (Mosquera Castro, 2012).

- (10) Faltanme as horas! Moitas! Jajaja. E o que **te** dixen, ao mellor esta semana me sae todo xenial e si que teño tempo, mais non podo arriesgarme a dicir que si e logo non poder. (**O Temple**)
- (11) Maña vams scoyrt as patacs e vou encher 2 caixas, xa vireds buscalas. Bks (**Monfero**)
- (12) Mrda coma smpre nn me ntereí e nn t cntxto ata agora xamam s qres a partir das 8.30 bks (**Feáns**)
- (13) Kntas +volts lle dou, peor m sinto. Nn podo kmbiar o día n q nacin. Oxala nn fose co voso, facilitaria as cousas...Prdoa x amrgart smpr o día! Qtm! Boas noits! (**Arteixo**)

Nesta liña é tamén moi habitual o uso da forma verbal *tar*, variante reducida do verbo *estar*; segundo Fernández Rei (1990: 95), é propia do galego de Asturias, do leste de Lugo, do occidente da Coruña e da zona da Ulla da Coruña e Pontevedra, mais na actualidade é xa unha solución moi estendida noutras zonas, sobre todo para a P1 e a P2. Por esta razón, nalgúns casos é difícil discernir se se trata dun fenómeno dialectal *stricto sensu* ou dun recurso de simplificación, mais noutros a presenza de formas completas no mesmo texto a alternar coa reducida contribúe para nos decantarmos pola tese reduccionista:

- (14) Mona! Q tal? Nrviosa? Ont nn m deu tmp a xamart! Asiq snn falams ants pasao bn no kncrto! \*\*\*\*\* **ta** bn! Xa me kntras maña q tal. Vai amdo! Bks. Qtm (**Pontedeume**)
- (15) Ola! **Tou** bn! Xla maña kedei kn \*\*\*\*\* e nn m ntereí do movil e kndo o vin pensei q xa **tarias** na voda! E xla tard **stiven** durmindo ata agora! Q tl tí? Bks! (**Arteixo**)<sup>[9]</sup>
- (16) Ola chorvi! Pois n s. Xoan tokou riazor! Oxe **tou** d kmunion n meson pastoriza! E maña a kasa da miña avoa! **Stou** morta! Isto d levar tkons e idport d risiko! Admirot (**Pontedeume**)
- (17) Xa cheguei! E **tou** rndida! (**A Coruña**)
- (18) O marts xantams n ksa da mdriñ de \*\*\*\* q xa **tams** convidads! Xa m dixra \*\*\*\*\* q mpezaras! Maña **stads** x ai xq igual m paso? (**Pontedeume**)

Igualmente, no relativo ás formas verbais, destaca a preferencia polo uso da terminación *-che* en lugar de *-ches* referido á segunda persoa do singular dalgúns verbos. De acordo con Fernández Rei (1990: 87), na variedade común as formas con *-s* concéntranse no occidente e avanza cara ao oriente

9 Se cadra neste caso a alternancia das formas reducidas “*tou*” e “*tarias*” e da completa “*stiven*” en lugar de “*tiven*” pode derivarse da posíbel homonimia que se tería producido coa forma pretérita do verbo *ter*, embora existan exemplos –sobre todo na oralidade– en que esta solución é frecuentemente utilizada.

–favorecidas por seren a escolla normativa–, onde se refuxian as solucións con *-che*. Non obstante, o usuariado distánciase desta tendencia e aproveita a súa experiencia sobre a variación no seu propio beneficio. A seguir figuran algunhas mostras que evidencian esta situación:

(19) Q tal d kmpras? **Kurraxe** m8? Dsknsa 1 pk anda, q o merecs! Eu tou pntdeume e logo irei ksa papa! Muaka baby! Sta smana cofe? (**Pontedeume**)

(20) \*\*\*\*\* , **ekivocachete** de persoa. Son \*\*\*\*\* (**Pontedeume**)

Mais en ocasións a presenza de dialectalismos non pode ser explicada atendendo ben á proxección da variedade local na escrita, ben a unha estratexia de simplificación, senón que debe entenderse en termos de expresividade. Quere dicir, utilízase cando queremos pór énfase sobre un determinado elemento ou enunciado. Na opinión de Freixeiro Mato (2013: 207), “os dialectalismos posúen [...] un grande poder evocativo e unha carga afectiva que dota de expresividade o texto en que se insiren, pois emotivamente deslócannos ao mundo das nosas vivencias máis íntimas e persoais”. E, neste sentido, son moi produtivos o *seseo* e a *gheada*, seguramente por se tratar de dous fenómenos dialectais amplamente coñecidos ao longo do territorio. A respecto do *seseo*, cómpre sinalarmos que fronte ao primeiro exemplo, en que o seu uso podería ser tamén considerado como dialectal, nos restantes e especialmente en 23 a súa aparición parece non poder xustificarse sen remitirmos para criterios de efusividade, de elocuencia ou mesmo de xogo lingüístico:

(21) nsts dias de xiada qu tat frio vai x eso eu pa qcer acrdm dti mamaa e do teu caldinho de grelos !!:)) **Flis** Nadaal muaka pataka!! (**Mazaricos**)

(22) nos momntos tristes tabas ai :) ns momnts d scaxada partiamns as caixs. so qria q souberas q nsts dias d ndl Krt comij. **Felis** 2m11!! (**A Laracha**)

(23) Escriboxe sto xa q sei cm s, e sei q os teus oios sn = q o teu interior, sn **pesiosos**[10] XD. Es 1 rapas q vals moito e merecs todo o mejor (**Arteixo**)

10 A presenza do *seseo* neste termo tamén podería ser entendida como recurso á linguaxe infantil. De acordo con Millán Chivite (1979), nas primeiras fases de realización infantil sobre o modelo de creación lingüística non inflúe a tonicidade da sílaba, mais a facilidade articulatoria, de aí que sexan frecuentes as secuencias provistas dun alto grao de concentración homonímica. Pola súa parte, Spilioti (2009: 407-408) explica a súa rendibilidade nestes contextos ao afirmar que “baby talk is employed as a resource for self-presentation; invoking, thus, the informal and affective context of care-giving and reinforcing the participants’ intimate relationship”.

A *gheada*, pola súa banda, manifesta unha finalidade similar, patente sobre todo nos casos en que este recurso só é utilizado para enfatizar un elemento concreto. E para representar por escrito este fenómeno documentamos dúas tendencias: por unha parte, o uso da grafía española <j>, pola súa similitude acústica coa consoante fricativa velar xorda á que representa e, por outra parte, o uso de <gh>, forma con que comunmente se representa por escrito a *gheada* no ámbito galego. Eis algúns exemplos:

- (24) Bo Nad!!!! e coidd co xampn k nn e **augh!** (**Coristanco**)  
 (25) Pois vai tirndo! Tño 1 bo nfermeir!! jaja! A vr s m kra pra o kngres snn vou ir **ghuapa...**e x ai q tal? Alg1 novidd? Bks (**Pontedeume**)  
 (26) Con unha ganba e un mexillon **rejaloxe** un besucon!Cun percebe e a miña amizade, Feliz nadal! E co meu cariño qe vale un huevo ! FELIZ NADAL! (**Cerceda**)

Por seren variantes dialectais propias das rexións indicadas en 24 non existen indicios claros que nos permitan afirmar que se trata dun uso premeditado ou consciente por enfatizar o texto; e o mesmo acontece en 22, en que tamén se atesta a *gheada* (“comij”), se ben que neste caso a presenza doutras formas dialectais impropias da zona como *Felis* poden achegar algo de luz. Non obstante, en 25 e 26 observamos que a *gheada* se reserva unicamente para subliñar vocábulos concretos e non é extensíbel a toda a mensaxe, o que constitúe unha mostra evidente da finalidade expresiva da dita estratexia.

## Conclusiones

A reflexión feita até o momento permite observarmos a importancia que na conformación da escrita electrónica teñen tamén os elementos de natureza sociolingüística. Concretamente a modalidade galega evidencia en boa medida este fenómeno, como resultado da súa particular situación social. Así, de igual modo que as mostras do noso corpus evidencian, por exemplo, as repercusións do contacto lingüístico entre o galego e o español, o contexto dixital vira tamén un espazo propicio para o usuariado desenvolver por escrito a súa variedade diatópica en situacións comunicativas que a pesar do soporte que as sustenta tratan de se aproximar da oralidade, modalidade en que o galego sobreviviu até se normalizar. Neste sentido, a presenza de dialectalismos pode tamén considerarse como un acto de reivindicación das variedades locais para determinados contextos, face á norma culta que

é moito máis recente e que, por definición, idealiza un modo de falar específico que converte –cando menos na escrita– os utentes en apóstatas se a transgrediren nalgún aspecto.

Non obstante, o que resulta certamente significativo non é a visibilidade que a esfera dixital outorga aos falares locais –que tamén–, mais sobre todo as novas funcións que a súa aparición adquire nesta modalidade gráfica, diverxentes en moitos casos das que asumen na lingua común e cunha finalidade eminentemente pragmática. En consecuencia, o innovador nestes casos será, por unha banda, a irrupción de fenómenos propios da oralidade na variedade escrita e, por outra, o uso consciente de fenómenos sociais que na lingua efectiva actúan de xeito involuntario ou irreflexivo. En definitiva, as variedades dialectais, en tanto que modalidades paralelas ao código estándar, encaixan perfectamente na tendencia subversiva da escrita electrónica, que foxe das normas e dos usos prescritivos. E consciente do seu potencial, o usuariado galego tirará partido da súa competencia a respecto do variacionismo para conseguir a máxima eficacia comunicativa, nun contexto que desde unha perspectiva interactiva pode considerarse de partida adverso.

## Referencias

- ALCÁNTARA, M. (2014). Las unidades discursivas en los mensajes instantáneos de wasap. *Estudios de Lingüística del Español*, 35, 223-242.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, S. (2008). *Interacciones sincrónicas escritas en línea y aprendizaje del español: caracterización, perspectivas y limitaciones*. Tese de doutoramento, Universidade de Lleida, Lleida, Catalunya. Dispoñíbel en [http://www.galanet.eu/publication/fichiers/Alvarez2008\\_tesis.pdf](http://www.galanet.eu/publication/fichiers/Alvarez2008_tesis.pdf). Data de consulta: 31/01/2012.
- CARVALHO CALERO, R. (1974). La construcción del gallego como lengua escrita. *Verba*, 1, 31-40.
- CORTÉS CONDE, F. (2010). El lenguaje en Internet. La búsqueda de la lengua perfecta y el miedo a los nuevos medios. Dispoñíbel en <http://www.diegolevis.com.ar/secciones/Articulos/cortesconde.pdf>. Data de consulta: 13/05/2012.
- CRYSTAL, D. (2008). *Txtng: The Gr8 Db8*. Oxford: Oxford University Press.
- CRYSTAL, D. (2011). *Internet Linguistics: a student guide*. Abingdon / Oxon / New York: Routledge.
- FERNÁNDEZ REI, F. (1990). *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.

- FIORMONTE, D. (2003). *Scrittura e filologia nell'era digitale*. Milano: Bollati Boringhieri Editore.
- FREIXEIRO MATO, X. R. (2013). *Estilística da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- ILG [= Instituto da Lingua Galega] (1990-2005). *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. I. *Morfoloxía verbal*. Vol. II. *Morfoloxía non verbal*. Vol. III. *Fonética*. Vol IV. *Léxico. Tempo atmosférico e cronolóxico*. Vol. V. *Léxico. O corpo humano* (I). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LING, R. (2005). The socio-linguistics of SMS: An analysis of SMS use by a random sample of Norwegians. In R. Ling, R. & P. Pedersen (Eds.), *Mobile Communications: Renegotiation of the social sphere* (pp. 335-349). London: Springer.
- MAYANS, J. (2002). De la incorrección normativa en los chats. *Revista de investigación lingüística*, 2 (5), 101-116.
- MOSQUERA CASTRO, E. (2012): Novos retos da Lingüística: as textualidades electrónicas. Consideracións sobre a escrita dos chats e das SMS. *LLJournal* 7 (1). Dispoñíbel en <http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/lljournal/article/view/1147/1250>. Data de consulta: 16/07/2012.
- MOSQUERA CASTRO, E. (2013). A escrita SMS desde a perspectiva dos seus utentes. Unha achega sobre a lingua galega. *Madrygal*, 16, 63-71.
- MOSQUERA CASTRO, E. (2015). Linguas en contacto na escrita electrónica galega: entre a Sociolingüística e a Pragmática. *Madrygal*, 18, 73-82.
- OTEMUYIWA, A. (2011). The emergence of New Linguistic Features in SMS Text Messages among University Undergraduate Students in South/western Nigeria. *International Journal of African Studies*, 4, 61-69.
- SÁNCHEZ REI, X. M. (2011). *Lingua galega e variación dialectal*. Ames: Laivento.
- TASCÓN, M. & Abad, M. (2011). *Twittergrafía. El arte de la nueva escritura*. Madrid: Catarata.
- TEIXEIRA, J. (2006). Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas. In A. G. Macedo (Org.), *Colóquio de Outono – Novos Cosmopolitismos. Identidades Híbridas (2004)* (pp. 169-186). Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- YUS, F. (2010). *Ciberpragmática 2.0. Nuevos usos del lenguaje en Internet*. Barcelona: Ariel



## Anexo

### Mensaxes de texto citadas

- (1) Chiki, spero q ests mllor...Nn m gusta vrt asi! eu nn tño nada d sono...votams 1partidiña o trivial? jejeje! mañan voum arrepntir disto...boas noits! durm bn! bks!
- (2) Nn e algo que se aprenda no colexo pero se nn aprndexs o sgnfcado do NADAL,nn aprendexes nada Bo nadal!Vivamos como galegos!! ☆☆
- (3) olaaaaaaa! Como vos vai co ekipaje??? Si nn che coye todo mndocho eu por correos!!!!!! Jjjjj levad bn viaxe e tede cuidado...xa chamaredes...chao...
- (4) E nn hai nada mais light? jajaja! Senn a dieta vai ir ao carallo! nn e x -prezar os xixarros! jaja
- (5) xegastedes ben? stams no dscanso do curs e fai 1 clor...
- (6) Feliz nadal a todos e ted cuidao en fin d ano xa nn solo co alcohol senon tamen coas uvas.E recordad o q faigads 100PRE CN PRCAUCION.fELIZ NADAL
- (7) En BLOQUE podemos, domingo 12 da mañan. Pazo de Congresos (San Lazaro-Santiago). NON FALTES!!! (Teremos espazo infantil)
- (8) Lembra a convencion dos 30 anos do BNG. Maña domingo as 12h, no Palacio de Congresos de Santiago. Non faltes! En Bloque, Podemos!
- (9) ai cariño, a mochila!! :-@ nn t fai falta?!
- (10) Faltanme as horas! Moitas! Jajaja. E o que te dixen, ao mellor esta semana me sae todo xenial e si que teño tempo, mais non podo arriesgarme a dicir que si e logo non poder.
- (11) Maña vams scoyrt as patacs e vou encher 2 caixas, xa vireds buscalas. Bks
- (12) Mrda coma smpre nn me ntereí e nn t cntxto ata agora xamam s qres a partir das 8.30 bks
- (13) Kntas +volts lle dou, peor m sinto. Nn podo kmbiar o dia n q nacin. Oxala nn fose co voso, facilitaria as cousas...Prdoa x amrgart smpr o dia! Qtm! Boas noits!
- (14) Mona! Q tal? Nrviosa? Ont nn m deu tmp a xamart! Asiq snn falams ants pasao bn no kncrto! \*\*\*\*\* ta bn! Xa me kntras maña q tal. Vai amdo! Bks. Qtm
- (15) Ola! Tou bn! Xla maña kedei kn \*\*\*\*\* e nn m ntereí do movil e kndo o vin pensei q xa tarias na voda! E xla tard stiven durmindo ata agora! Q tl ti? Bks!
- (16) Ola chorvi! Pois n s. Xoan tokou riazor! Oxe tou d kmunion n meson pastoriza! E maña a kasa da miña avoa! Stou morta! Isto d levar tkons e 1dport d risiko! Admirot
- (17) Xa cheguei! E tou rndida!

- (18) O marts xantams n ksa da mdriñ de \*\*\*\* q xa tams convidads! Xa m dixra \*\*\*\*\* q mpezaras! Maña stads x ai xq igual m paso?
- (19) Q tal d kmpras? Kurraxe m8? Dsknsa 1 pk anda, q o merecs! Eu tou pntdeume e logo irei ksa papa! Muaka baby! Sta smana cofe?
- (20) \*\*\*\*, ekivocachete de persoa. Son \*\*\*\*
- (21) nsts dias de xiada qu tat frio vai x eso eu pa qcer acrdm dti mamaa e do teu caldi-nho de grelos !!:)) Flis Nadaal muaka pataka!!
- (22) nos momntos tristes tabas ai :) ns momnts d scaxada partiamns as caixs. so qria q souberas q nsts dias d ndl Krt comij. Felis 2m11!!
- (23) Escriboxe sto xa q sei cm s, e sei q os teus oios sn = q o teu interior, sn pesiosos XD. Es 1 rapas q vals moito e merecs todo o mejor
- (24) Bo Nadl!!! e coidd co xampn k nn e augh!
- (25) Pois vai tirndo! Tño 1 bo nfermeir!! jaja! A vr s m kra pra o kngres snn vou ir ghuapa...e x ai q tal? Alg1 novidd? Bks
- (26) Con unha ganba e un mexillon rejaloqe un besucon!Cun percebe e a miña amizade, Feliz nadal! E co meu cariño qe vale un huevo ! FELIZ NADAL!

# **DÊIXIS E VALORES ENUNCIATIVO-PRAGMÁTICOS DOS PREDICADOS VERBAIS NO DISCURSO ACADÉMICO**

Maria Aldina Marques  
Universidade do Minho  
mamarques@ilch.uminho.pt

Isabel Margarida Duarte  
Universidade do Porto  
iduarte@letras.up.pt

## **Introdução**

O discurso académico e o discurso científico não se recobrem. A indistinção que, no entanto, ainda se pode encontrar em estudos sobre discurso académico data de um tempo em que a investigação estava confinada às universidades. O discurso científico, entendido como o discurso produzido num quadro de investigação científica, fazia parte, portanto, do discurso académico, por sua vez considerado como o discurso produzido no quadro de ensino e investigação universitários<sup>[1]</sup>. Estreitamente relacionados, a verdade é que constituem atividades discursivas diversas, especialmente nos seus objetivos e nos géneros discursivos que os constituem.

---

1 Sobre esta questão, Boch & Rinck (2010: 8) afirmam que “L’academic discourse’ prend en compte conjointement le discours des chercheurs, sa transposition didactique à l’université et les écrits des étudiants dans leur parcours universitaire et leur formation à la recherche.”

Como objeto de investigação, os discursos académicos e científicos têm mobilizado cada vez mais os investigadores, que veem nos discursos, não meros meios de “transmissão de conhecimentos”, antes parte integrante do processo de fazer ciência. A par da chamada “genre analysis”, praticada nomeadamente por Swales (1990, 2004) e Hyland (1996, 2008 e 2011), e que se distingue, no quadro teórico de suporte, dos trabalhos no domínio da *language for specific purposes*, foi a análise do discurso, globalmente chamada de inspiração francesa, mas recobrando diferentes abordagens e disciplinas nem sempre facilmente conciliáveis, que deu visibilidade à importância da materialidade discursiva na construção dos sentidos aí incluindo, obviamente, o saber científico e pedagógico. Na área da ciência, enquanto atividade verbal social, a afirmação de Lefebvre (2006), retomada por vários investigadores (Grossmann, 2010; Rinck, 2010) dá conta desse novo estatuto do discurso, que, mais do que um simples meio de divulgação da ciência, é “un dispositif matériel participant directement à la production des savoirs” (Lefebvre, 2006: 4). Deve, no entanto, salientar-se, que é do texto escrito que se trata, tal como atesta o excerto seguinte: “Les études s’inscrivent dans cette démarche<sup>[2]</sup> ont montré que l’activité scientifique devait être analysée comme un travail dont l’écriture constitue l’une des dimensions essentielles et quotidiennes” (Lefebvre, 2006: 2) (itálico nosso).

Parece-nos fundamental, ainda que não seja o objetivo do presente trabalho, ir mais longe nesta pesquisa para dar conta da construção discursiva da ciência enquanto processo cumulativo no tempo, que implica vários géneros e vários suportes, escritos, orais, digitais.

## Objeto e objetivos

Na sequência de um trabalho anterior (Marques & Ramos, 2015), já dedicado à análise das marcas deícticas “eu, nós, se” em dissertações de mestrado, determinámos como objetivo nuclear da nossa investigação a análise da presença do investigador-iniciante no seu próprio discurso, nas marcas

2 Completamos esta citação com este outro excerto de Lefebvre (2006: 2): “Ce n’est que dans les années 70, que des sociologues, des anthropologues, des historiens et des linguistes ont cherché à rendre simultanément compte du contexte social et du contenu scientifique, en se demandant comment le savoir scientifique est élaboré, en s’interrogeant sur les conditions nécessaires aux développements scientifiques ou encore sur les relations qu’entretiennent la science et la société”.

verbais de primeira pessoa do plural, em cinco dissertações de mestrado de diferentes áreas de investigação das ciências sociais e humanas, mas que partilham o discurso como objeto de análise, realizadas em universidades portuguesas entre 2005 e 2012 e disponíveis *on-line*. É este, pois, o *corpus* de análise selecionado:

– Universidade do Minho: (D1) Estratégias de argumentação e construção da imagem pessoal no debate político televisivo (2005); (D2) Um Certo Olhar: polifonia e modalização na Tertúlia radiofónica (2009) (Ciências da Linguagem); (D3) Jornalismo de Saúde: Prevenir ou Remediar? Análise dos textos de saúde dos jornais: Público, Jornal de Notícias e Expresso de 2011 (2012) (Ciências da Comunicação); (D4) O Papel da Escrita na Construção das Aprendizagens: Perceções e Conceções dos Professores do 3.º Ciclo do Ensino Básico (Ciências da Educação).

– Universidade Nova de Lisboa: (D5) As Estratégias Argumentativas no Discurso Político Eleitoral: o Caso das Eleições Legislativas de 2011 (2013) (Ciência Política).

A dissertação de mestrado constitui um género híbrido entre o discurso científico e o discurso académico, pois “conjuga características do discurso científico com características do discurso académico, duas áreas discursivas cujos géneros mostram um alto grau de ritualização” (Marques & Ramos, 2015: 147).

Justifica-se esta categorização pela existência de um conjunto de características que ora constituem uma aproximação ao discurso científico ora ao discurso académico:

Num quadro comunicativo complexo, sobressai o facto de se tratar de um discurso sujeito a avaliação (que sendo inerente ao ato de comunicação, tem neste caso um momento de avaliação explícita), que compreende a prova presencial perante um júri de especialistas, constituindo-se, simultaneamente, como um dos primeiros textos científicos a ser realizado por qualquer investigador e/ou, no modelo de Bolonha, a prova académica final do segundo ciclo de estudos universitários. Assim, sobressai a especificidade do locutor, que assume o papel social de jovem investigador e finalista de um ciclo do ensino universitário. Legitimar a sua imagem, na interseção de duas áreas de atividade da linguagem verbal, a área académica com a área da investigação científica, é um objetivo

central e unificador do locutor, tendo em conta que, em ambas, ele se constrói enquanto “aprendiz”

(Marques & Ramos, 2015: 147).

O modo como o locutor se apresenta, as escolhas lexicais que realiza são fundamentais na construção da sua imagem, são fulcrais na construção da sua argumentação discursiva (Amossy, 2000). Não basta, para o compreendermos, a análise dos verbos usados na 1ª p/pl, dado que a subjetividade se inscreve, no texto, por outros mecanismos mais subtis, mas recortámos este ângulo de estudo, por nos parecer primordial para a construção da imagem discursiva do jovem investigador.

Pusemos como hipótese central que os predicados verbais selecionados pelos diferentes locutores, as categorias semânticas, enunciativas e pragmáticas a que pertencem, a distribuição que têm na estrutura da dissertação, os tempos e modos verbais usados, associados à forma de primeira pessoa do plural, constituem uma estratégia fundamental na construção deste género discursivo, determinada pelo estatuto do locutor e da relação que estabelece com o seu alocutário.

Pretendemos pois contribuir para responder ao desafio de Boch & Rinck (2010: 7) sobre o tipo de subjetividade<sup>[3]</sup> que caracteriza os discursos científicos, no caso vertente, as dissertações de mestrado, um género híbrido, como já salientamos.

Assim, estabelecemos como objetivos de investigação:

- identificar os valores semânticos, enunciativos e pragmáticos dos predicados verbais que ocorrem em dissertações de mestrado em usos deícticos de 1ª pessoa/plural<sup>[4]</sup>.
- analisar essas ocorrências verbais em função da organização textual global.
- analisar os seus valores em função da construção discursiva das relações interpessoais.
- apontar o contributo destas categorias para a construção da imagem do locutor enquanto estudante universitário e investigador.

3 Rinck (2010 : 440) especifica que diferentes estruturas linguístico-discursivas ao serviço de “notions souvent citées d’attitude, d’*ethos*, d’image de soi, de figure, de posture, de position, d’*autorité*” são marcas características do discurso científico.

4 Sobre os usos deícticos de EU / NÓS / SE, ver Marques & Ramos (2015).

## Quadro teórico e metodológico

Na linha dos trabalhos sobre os discursos científicos e académicos de Tutin (2010), Fløttum (2004), Rinck (2010), Grossmann (2010), entre outros, situamos a nossa análise num quadro teórico enunciativo-discursivo. Ganha, por isso, centralidade a construção discursiva do locutor, o seu posicionamento no discurso, em função do seu estatuto académico e dos objetivos discursivos, a partir de marcas de subjetividade (os subjetivemas, como propõe Kerbrat-Orecchioni, 1980). Como lembra Sousa (2015: 44), tendo em conta “as teorias enunciativas, o texto aborda-se pensando a enunciação (quem, para quem, onde, quando)” na sua indissociabilidade com o próprio texto (o quê, para quê, como).

Se a noção de género discursivo é fundamental na constituição do *corpus*, ela é sobretudo central como princípio teórico-metodológico (Bakhtine, 1984); tendo em conta os seus parâmetros enunciativos, partimos das constricções globais do género estudado para as construções locais, a fim de melhor compreender as particularidades deste funcionamento discursivo.

## Predicados verbais e construção da subjetividade

### Ocorrências verbais e características globais

Recolhemos as ocorrências das formas verbais de 1ª pessoa do plural (mais de 930 ocorrências e de 115 verbos diferentes<sup>[5]</sup>, desigualmente distribuídas pelas 5 dissertações) em função do plano da dissertação para o qual determinámos a seguinte estrutura: *Agradecimentos; Resumo; Introdução; Quadro teórico e metodológico; Análise; Conclusões* (Marques & Ramos, 2015: 153).

Este foi, portanto, o ponto de partida para a análise das categorias verbais que constituem o objeto da presente investigação.

Não podemos deixar de sublinhar, mais uma vez, o facto de esta ser uma análise parcelar, dada a constrição de partida que estabelecemos, relativamente à ocorrência da forma verbal na 1ª pessoa do plural. Assim, outras construções apontam para a identificação de um sujeito plural, sem que a forma verbal correspondente ocorra. É o caso dos verbos expositivos (Rou-

5 Todas as quantificações que apresentamos devem ser lidas como totais aproximados, dado que a recolha dos dados foi totalmente manual e, por isso, sujeita a pequenas lacunas que, no entanto, não influenciam a análise que aqui fazemos.

let,1978: 442), em construção de V+inf, quando os dois verbos têm o mesmo sujeito. No nosso *corpus*, destacam-se os verbos *propor*, *querer* e *pretender* (D2 e D5, em particular), que passamos a ilustrar: “*propomo-nos* analisar”; “*corpus* que nos *propomos* estudar”; “se *quisermos* transpor para um registo diferente”; “*pretendemos* contribuir para”; “*pretendemos* considerar as diferenças entre a imprensa e a televisão”; “O primeiro elemento das campanhas positivas que *queremos* destacar”. Estes compostos verbais, tal como acontece com ir + infinitivo, marcam a intencionalidade explícita do locutor no que concerne a certos movimentos de organização discursiva ou de investigação.

A forma como é construída a investigação, no *corpus* em análise, carrega não só o resultado da pesquisa, mas também a posição pessoal do jovem investigador face aos dados a que vai chegando<sup>[6]</sup>. Podemos verificar que a estratégia de inscrição do sujeito no texto é muito variada: faz-se por meio do uso da 1ª pessoa do plural, mas também utilizando outras estruturas como acontece em D3. Nesta dissertação, a posição do locutor face ao que expõe serve-se da estrutura geralmente epistémica *parece* + infinitivo (16 ocorrências), através da qual o autor se protege de eventuais críticas às suas descobertas científicas, atenuando a força assertiva das afirmações que faz, numa tentativa de apagamento enunciativo do eu face ao dito. Estamos perante um mecanismo linguístico-discursivo que, limitando a opinião do locutor, mitiga a sua força assertiva: “*Parece não existir* um espírito preventivo na imprensa portuguesa”; “*parece dar* especial valor”; “*parece inventar* “uma solução”; “A interpretação do conceito de promoção da saúde *parece*, então, *ser* uma consequência”; “Este conceito *parece ter* origem na”, etc. Outras estruturas impessoais (por exemplo: “é de salientar”, com valor deóntico, equivalendo, portanto, a *devemos salientar*), que não iremos analisar, têm uso semelhante, embora com efeito contrário: servem para sublinhar, destacar as ideias centrais, mas sem que o sujeito se inscreva diretamente no texto que escreve.

6 Se é inquestionável a presença do locutor-investigador no seu discurso, essas marcas de subjetividade são, a nosso ver, sobredeterminadas pelo género. Por isso, o modo de construção do locutor se faz na relação com a comunidade científica.



## Características semântico-pragmáticas dos verbos mais frequentes

Do total de verbos referenciados, centrámos a nossa atenção nos verbos mais frequentes<sup>[7]</sup>. A diversidade de situações verificadas não nos permitiu estabelecer um número igual de verbos mais frequentes para todas as dissertações analisadas, nomeadamente para D3 e D4, que se diferenciam pelo menor número de verbos e de ocorrências. Essa limitação inicial não impede, no entanto uma perspetiva global da questão, de que a Tabela 1 dá conta:

**Quadro 1.** Verbos com maior número de ocorrências<sup>[8]</sup>

Verbos	D1	D2	D3	D4	D5	Total
ver	17	31	4	4	12	68
considerar	13	9	0	3	24	49
analisar	17	15	0	2	14	48
referir	4	24	0	1	12	41
apresentar	11	13	0	4	12	40
ter	2	6	17	0	14	39
observar	1	19	1	0	7	28
verificar	4	16	1	2	3	26
encontrar	6	16	0	1	0	23
concluir	5	4	0	3	10	22
dizer	4	12	0	1	1	18
propor	0	14	0	0	1	15
pretender	1	4	0	0	10	15
querer	0	2	0	0	11	13
entender	9	2	0	0	2	13
debruçar	0	0	1	0	11	12

Apesar de algumas tendências gerais que a contagem de verbos globalmente pode revelar, devemos ter em conta que há verbos que correspondem a idiossincrasias de estilo, como é o caso de *debruçar* e *ter*, por exemplo, que são empregues predominantemente por um locutor particular e nunca ou

7 Esta restrição não invalida que pontualmente possamos recorrer a exemplificações com outros verbos do *corpus* global.

8 Não tivemos em conta, neste quadro, o verbo modal *poder*, que trataremos em 2.4.

quase nunca pelos restantes. Do mesmo modo, o emprego de outros verbos decorre do próprio tema da tese, como é o caso de *transcrever*, que apenas ocorre numa dissertação que tem o discurso radiofónico como objeto de estudo.

O primeiro dado interessante é que *verificar* e *ver* são os únicos verbos comuns às 5 dissertações, sendo *ver* o verbo que mais ocorrências tem. Tal facto justifica uma atenção especial ao uso destes verbos, neste género concreto.

Por outro lado, como se verifica na Tabela 1, os dez verbos mais frequentes são, por ordem decrescente do número de ocorrências: *ver* (68), *considerar* (49), *analisar* (48), *referir* (41), *apresentar* (40), *ter* (39), *observar* (28), *verificar* (26), *encontrar* (23) e *concluir* (22).

### Categorização tipológica dos verbos mais frequentes

A categorização destes verbos levanta alguns problemas, dada a profusão de tipologias existentes, ora discordantes ora complementares, e, sobretudo, a polissemia categorial dos verbos, que só em contexto pode ser destrinchada. Contudo, mais do que perspectivas incompatíveis, as tipologias ora se sobrepõem ora se complementam, pondo em relevo e clarificando características que, podendo ser parcelares, não são antagónicas e, por isso, concorrem para explicar o funcionamento dos verbos que estamos a analisar.

Poderemos dizer, genericamente, dos dez verbos mais utilizados na 1ª p. do plural que, frequentemente, “ils signalent l’acte linguistique et servent à le structurer” (Charolles, 1976: 83). Não sendo, na sua maioria, verbos *dicendi*, são verbos que organizam o texto, acumulando portanto uma dimensão meta-discursiva e, simultaneamente, remetem para operações cognitivas; mostram a inseparabilidade da investigação académica e do modo de a dizer<sup>[9]</sup>:

- (1) Assim, começamos por observar que a interacção discursiva que *analisamos* aponta para dois espaços: o estúdio de rádio, onde o moderador e os participantes se encontram fisicamente face a face e, por outro lado, o espaço exterior ao estúdio, onde se encontra o público ouvinte (D2)
- (2) Se compararmos as respostas dadas pelos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, *verificamos* que nelas os objetivos da escrita obedecem àquela ordem de frequência (D4)

9 Em todos os exemplos, colocamos em itálico os excertos em que incide a nossa análise.

Passamos, então, a uma rápida observação das propostas de algumas das tipologias existentes, em função dos usos destas formas verbais frequentes.

Segundo a classificação de Leech, alguns verbos seriam “‘cognitive verbs’, describing the human processing of thoughts and experiences” (Leech 1996: 207); são os casos de *analisar*, *verificar*, *observar*, *concluir*. Não estamos longe, também, dos verbos argumentativos de Ducrot (1972):

(3) Pelo supracitado, *concluímos* que os meios de comunicação de massa alteraram a forma de se fazer campanhas eleitorais e contribuíram para a personalização da política (D5)

(4) De facto, aquilo que *verificamos* em *Um Certo Olhar* é a ocorrência de algumas coligações temporárias (D2)

Muitos desses verbos pressupõem a verdade do que a seguir se afirma (são verbos factivos), contribuindo para dar como ponto assente alguns resultados da investigação e como credível o sujeito que os propõe, reforçando nesta operação as afirmações e a imagem que o jovem investigador de si transmite. Como refere Ladislava Miličková sobre os verbos argumentativos por si considerados (examiner, montrer, prouver, démontrer, conclure, réfuter), “si l’on met un verbe argumentatif devant un énoncé c’est pour souligner le caractère véridique de cet énoncé” (Miličková, 1986: 77):

(5) Dos casos de estudo feitos sobre o ethos, *verificámos* que os autores se baseiam muitas vezes nas biografias dos oradores, as quais não são igualmente conhecidas pelo auditório (D1)

É pertinente notar que essa dimensão argumentativa é sobretudo “demonstrativa”, isto é, argumentativamente orientada; não há (quase) lugar à contra-argumentação, ainda que encontremos uma preocupação com a prevenção de objeções ao trabalho realizado, numa atitude que suporta a imagem de rigor própria da função de investigador<sup>[10]</sup>:

<sup>10</sup> Mas não é uma estratégia generalizada. A objeção ocorre frequentemente no quadro de uma teoria e, por isso, é mais o relato de uma argumentação com a qual o locutor concorda: “Por regra, a Educação em Saúde é desenvolvida num nível interpessoal, nomeadamente em ambientes como escolas ou consultórios. Contudo, ao nível impessoal também se pode fazer um bom trabalho, através da utilização de meios de comunicação de massas. Segundo Reid (1996), as duas hipóteses são válidas e podem contribuir para “implementar conhecimentos, atitudes e habilidades relacionadas com comportamentos ligados à saúde”. No entanto, a sua contribuição na mudança de “comportamentos é de mais difícil avaliação, uma vez que mudanças em estilos de vida

(6) Esta necessidade vai levantar alguns problemas e obrigar a opções metodológicas *que passamos a apresentar e justificar, deixando, contudo, a advertência para o facto de que a transcrição não pode substituir nunca o enunciado oral que a antecede e origina...* (D2)

As estruturas adversativas-concessivas são um mecanismo privilegiado na construção desta argumentação de credibilidade científica, cautelosa. Nos exemplos abaixo, colocamos em *itálico* as expressões que mitigam o (potencial) desacordo:

(7) *Embora* não seja um dado comprovado, *a verdade é que* os elevados valores que o Norte apresenta podem ser explicados pelo facto de o Jornal de Notícias – jornal com mais textos preventivos, *como vemos* na tabela 32 – ser um jornal tipicamente do norte. *Ainda assim*, este aspeto, por si só, não justifica completamente os valores encontrados, *embora* sejam um forte indicador (D3)

(8) Da análise estrutural de *Prós e Contras* podemos concluir, *embora havendo procedido a alguns ajustes devido a uma maior complexidade deste debate*, que se aproxima claramente da definição de sequência dialogal proposta por J. M. Adam, *não obstante esta definição parecer cingir-se bastante* à dimensão estrutural do texto, dando menor importância à configuração semântica e pragmática do texto como um todo (D1)

Esta organização discursiva e posicionamento do locutor estão também presentes em relatórios de Mestrado em ensino de línguas (Duarte & Pinto, 2015); verifica-se uma quase ausência de contra-argumentação, tendo os jovens investigadores tendência para demonstrarem teses, frequentemente com apoio de outras vozes citadas ou referidas, mas nunca discordando delas.

Os verbos de atitude proposicional e de percepção descrevem representações subjetivas do locutor. *Considerar*, por exemplo, é classificado como verbo de atitude proposicional de juízo, segundo a categorização de Kerbrat-Orecchioni (1980). Mas, como temos vindo a defender, a categoria verbal em que enquadrámos *considerar* remete, simultaneamente, para a organização do próprio texto e para a organização da construção do raciocínio científico tendo, por isso, uma dupla função metadiscursiva e cognitiva-argumentativa. As ocorrências de *considerar* tornam preferencial o valor semântico de “ter em consideração” face a *achar*, a vertente semântica que justifica a integração feita por Kerbrat-Orecchioni nos verbos de atitude proposicional:

---

são usualmente alcançadas através da combinação de diversos fatores” (in Schuch *et al.* s/d: 2).” (D5) (*itálico* nosso)

(9) Este fator é exatamente aquele que *consideramos*, na nossa tese, como a potencial causa das dissemelhanças observadas. Desta forma, esperamos que as diferenças nas estratégias argumentativas de Passos Coelho e de Sócrates estejam relacionadas com o posicionamento no espectro político do PSD e do PS (D4)

*Analisar e ver*, por exemplo, fariam parte da classe dos verbos de juízo que descrevem o conteúdo do discurso, tal como exemplificamos em (10) e (11). Em consequência, na 1ª pessoa do plural, sobretudo no presente do conjuntivo ou no futuro do indicativo, são também verbos de operação, isto é, apresentam e “descrevem operações discursivas objectivas realizadas no discurso produzido pelo locutor.” (Duarte, 2003: 383):

(10) *Analisemos* um segmento da edição de 26 de Outubro de 2007 de Um Certo Olhar, que nos dá conta dos constrangimentos (D2)

(11) Ao longo do discurso, *veremos* muitas vezes irrupções de outras facetas / imagens dos participantes (D1)

A maior parte destes verbos, portanto, estruturam o texto, configurando aquilo a que Joaquim Fonseca chamou “actos de composição textual/discursiva” (Fonseca, 1994: 127)<sup>[11]</sup>. O autor divide esses atos em quatro tipos: atos de comentário / avaliação, atos de pontuação, atos de planificação e de reformulação. Nos usos no presente do conjuntivo e no futuro do indicativo, os verbos são parte, indubitavelmente, de *atos de planificação que organizam a exposição textual*, convocando o alocutário para que siga o raciocínio do locutor e a indissociável discursivização desse raciocínio. Nalgumas ocorrências, porém, serão verbos que contribuem para atos de pontuação textual, que não deixam, a nosso ver, de organizar também a exposição. Os verbos em causa, tal como os atos a que Joaquim Fonseca (1994: 127) alude, “apresentam [...] uma saliente natureza metalinguística / metacomunicativa, e todos eles se vinculam à gestão empreendida pelo locutor, em cooperação com o alocutário, do espaço discursivo, da construção do discurso e do seu sentido”. Esta afirmação é adequada, também, ao discurso académico-científico em causa neste trabalho, porque o autor deve expor o seu raciocínio de forma a ser bem compreendido e aceite e o alocutário segui-lo-á tanto mais facilmente quanto

11 Mortara Garavelli (1985: 50), citando Caffi (1981) fala de verbos sinais para designar os que introduzem o mundo textual.

mais explícitas e lógicas forem as operações textuais propostas. O facto de o serem em 1ª pessoa do plural envolve o alocutário nessas operações cognitivas e processuais, num contexto em que o envolvimento deste no processo de investigação tem claros fins persuasivos, algo que está presente no discurso científico (Tutin, 2010; Hyland, 2008)[12], e é, neste caso, exacerbado pela situação particular de realização simultânea de provas académicas.

Martins-Baltar (1976) considera, além dos verbos de fala, verbos de descrição que subdivide em verbos de atitude proposicional ou modais, verbos de percepção e verbos de operação, que nos informam sobre o modo como o discurso se processa, verbos de opinião e verbos de consciência. A designação de *verbos de operação* parece-nos interessante, por focar o processo do raciocínio científico que se desenrola cognitivamente, mas por meio da sua discursivização:

(12) *De seguida, analisamos* uma das componentes da comunicação política: o discurso político eleitoral. Este conceito é fundamental na nossa dissertação, como se depreende do título da mesma, pelo que queremos apresentar as suas características (D5)

(13) *Observamos* ainda que a construção argumentativa não é independente da manifestação de emoção, em repetições, interrupções e outros mecanismos prosódicos (D2)

Salientemos que o verbo que mais ocorrências tem, *ver*, não é, nestes usos, um verbo de percepção visual, é antes, na maior parte das ocorrências, sinónimo de *verificar*, ou então, noutras ocorrências, sinónimo de *mostrar*, *apontar*. *Ver* implica uma operação cognitiva complexa, pela qual uma conclusão é apresentada pelo locutor, como resultado da sua reflexão e estudo:

(14) Ora, e se não considerarmos estes dois apelos, *vemos* que há uma utilização bastante similar dos restantes...(D5)

(15) *Veremos*, sobretudo, o modo como estes processos discursivos são accionados pelo moderador (D2)

12 O texto de Hyland parte dessa constatação: “The view that academic writing is persuasive is not news. It dates back at least as far as Aristotle and is widely accepted by academics themselves. The ways that this persuasion is achieved however is more contentious, and raises a number of important issues, not least those concerning the relationship between reality and accounts of it, the efficacy of logical induction, and the role of social communities in constructing knowledge.” (2008: 2). Por sua vez, Tutin (2010: 440) refere: “la dimension persuasive du discours [scientifique] (prise au sens d’habileté du locuteur à se mettre en scène et à impliquer son auditoire)”.

Estes usos que fomos elencando mostram portanto a fragilidade das tipologias, porque não correspondem, no *corpus* em apreço, à descrição de verbos de percepção visual em que costumam ser encaixados. Mais adequadas a estes usos são, sem dúvida, outras designações categoriais referidas por Valentim (2004: 47) como “verbos de percepção cognitiva” (Borkin, 1973) ou “verbos cognitivos” (Radford, 1988).

Mais do que designações mais ou menos adequadas, é fundamental ter em conta que o facto de se usar quase metaforicamente o verbo *ver* que tem, na base, um sentido percetivo, contribui para a construção de um discurso que se quer científico no sentido em que as conclusões a que o investigador chega têm de ser provadas e objetivas, como se fosse preciso que decorressem da visão, de acordo com uma objetividade doxalmente consagrada na expressão “ver para crer”.

Como apontámos, *ver* equivale, muito frequentemente, a *comprovar* / *confirmar*, não sendo alheio a este valor argumentativo o significado base de *ver* como verbo de percepção sensorial, depois metaforicamente alargado aos usos referidos:

(16) De um modo mais específico, pode-se também analisar a especialidade das fontes de informação, conforme *vemos* na tabela 43 (D3)

O seu significado base, de cariz percetivo, confere-lhe peso como fator de responsabilização enunciativa, porque fica mais nítida a fonte do conhecimento, o seu carácter evidencial. Se *ver*, *verificar*, *observar* parecem, pelo seu valor base, mais percetivos, outros verbos, como *analisar*, *concluir* ou mesmo *considerar*, remetem para processos diretamente cognitivos.

No caso de *observar* e de *ver*, mas também no de *analisar* e de outros verbos usados na 1ª p.pl, quando temos o presente do conjuntivo ou o futuro do indicativo, o verbo permite restringir, quase sempre, através do objeto direto selecionado, o âmbito daquilo sobre que se estava a falar, correspondendo a um focalizador, isto é, a uma forma de apontar, ou indicar com mais precisão, um tópico restrito dentro de outro mais lato (“a seguinte passagem”, “os seguintes pares de enunciados”, “a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema”, “que PSD e PS partilham um mesmo objetivo eleitoral primordial, que é persuadir”), frequentemente como exemplo que confirma algo que foi afirmado pelo locutor, ou seja, como argumento em

favor de uma posição defendida pelo autor da dissertação. Teriam, assim, um efeito de *zoom* ou de lupa, direcionando a atenção do alocutário para um aspeto específico no qual o raciocínio se deve concentrar:

- (17) *Observemos*, a título ilustrativo, a seguinte passagem, em que Inês Pedrosa se manifesta acerca de uma notícia do jornal Público de 4 de Dezembro de 2007 (D1)
- (18) *Observemos*, a título ilustrativo, os seguintes pares de enunciados (D2)
- (19) *Vejamos*, então, a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema (D3)
- (20) *Veremos* posteriormente que PSD e PS partilham um mesmo objetivo eleitoral primordial, que é persuadir (D5)

Similarmente, ao serviço do modo como os autores dos textos organizam os dados que disponibilizam aos leitores, revestem-se de particular importância as inúmeras ocorrências do verbo *ter*, no presente do indicativo, 1ª p. pl, sobretudo usado numa das dissertações (D3), em que se utiliza com frequência “temos” seguido de dois pontos, com o valor específico de um apresentativo, equivalendo ao advérbio designativo “eis”, ou a “eis aqui”.

- (21) Assim, relativamente ao apuramento da informação e às ferramentas de acesso às fontes *temos*: 1) nível primário, envolvendo “as fontes consultadas durante o desenrolar dos acontecimentos [...]” (D3)

Finalmente, Kerbrat-Orecchioni (1980) fala, de entre os verbos subjetivos que tem em consideração, em verbos de opinião e de percepção. Quanto aos últimos, tratar-se-ia de “verbes qui dénotent la façon dont un agent appréhende une réalité perceptive ou intellectuelle: cette appréhension peut être présentée comme plus ou moins assurée, ou au contraire plus ou moins contestable” (1980: 104). No nosso *corpus*, a apreensão percetiva não está isolada da apreensão intelectual, antes forma uma categoria que integra *ver* e *observar* mas também *referir*, *considerar*, *ter*, *analisar*, *encontrar*, *verificar*, *propor*, *apresentar*.

A maior parte dos usos dos verbos mais frequentes é de tipo sinalização do discurso, organização da informação, apresentação de argumentos ou de conclusões, tendo um efeito factivo: fazem pressupor que a informação transmitida no escopo deles é verdadeira. Daí decorre uma modalização forte da asserção e um poder argumentativo forte também. O facto de alguns serem, no seu uso mais básico, verbos de percepção, reforça estes eixos argu-



mentativos. Justamente o reforço da asserção e o contributo destes verbos para atos de composição textual e discursiva, deixando ver o “estaleiro” da dissertação, concorrem para credibilizar o jovem investigador.

## Complexos verbais e estratégias de construção do conhecimento científico

Do conjunto de formas verbais na 1ª p./pl sobressaem as perífrases verbais, em construções com os verbos auxiliares *poder*, *dever*, *estar a*; *começar a*/por; *passar a*; *vir a*; *ter de*; *ir*.

Os modais *poder* e *dever* são os mais frequentes e com funcionamentos muito interessantes em termos da análise que estamos a realizar.

**Quadro 2.** Ocorrências dos auxiliares *poder* e *dever* com os verbos mais frequentes

	Poder	Dever
Analisar	D2, D1	
Apresentar	D5	
Concluir	D5, D4, D2, D1	D2
Considerar	D5, D2, D1	D3, D1, D5
Encontrar	D2, D1	
Observar	D2, D1	D1, D5
Referir	D5, D2	
Ter		D5
Ver	D5, D4, D3, D2	
Verificar	D2	

Considerando o conjunto dos 10 verbos mais frequentes, *poder* ocorre com todos exceto com *ter*, pelas razões acima apontadas para o uso deste verbo.<sup>[13]</sup> *Ver* e *concluir* são, contudo, os verbos presentes em maior número de dissertações.

O uso da forma *podemos*, nestes casos, apresenta sobretudo valores deônóticos, exprimindo uma capacidade cognitiva que fundamenta a construção do conhecimento científico. No exemplo abaixo, “podemos apresentar”

13 Em todos os exemplos, colocamos em itálico os excertos em que incide a nossa análise.

significa que o locutor tem dados e argumentos seguros para apresentar uma determinada informação:

(22) Quando tal for concluído, *podemos* apresentar a respetiva informação quantitativa (D5)

Este valor deôntico de *poder* (somos capazes de) é, por isso, característico de um movimento argumentativo em que, depois de ter sido feita a apresentação de factos ou argumentos (“Face ao exposto”, “Portanto”), deles decorre uma conclusão. *Podemos*, sendo marca de um saber fazer científico é, por consequência, marca de adequação do locutor à imagem *de investigador*, que várias vezes já aqui referimos. Neste sentido, a forma verbal *podemos* constitui-se, em simultâneo, como mecanismo linguístico de construção do *ethos* do locutor:

(23) Face ao exposto, *podemos*, assim, *concluir* que, para além das competências específicas de cada disciplina (D4)

(24) Portanto, *podemos considerar* que Fernando Rosas está perfeitamente... (D1)

É de salientar, ainda, que esta estratégia de credibilização do locutor-investigador<sup>[14]</sup> é completada por um valor epistémico, quase sempre agregado a este valor deôntico de *podemos*. Ao direcionamento “retroativo” do valor deôntico de *podemos*, que assenta num movimento argumentativo em fase de conclusão (a conclusão decorre de algo que está exposto ou demonstrado atrás) explicitamente assinalado, vem acrescentar-se, e por vezes sobrepor-se, um direcionamento projetivo, associado a um valor epistémico, modalizador. Mas estes valores não são exclusivos e, em cada ocorrência, *podemos* pode ser mais explicitamente epistémico ou mais deôntico. A categoria tipológica do verbo pleno que constitui o núcleo deste complexo predicativo bem como o seu cotexto imediato não são indiferentes à construção destes valores.<sup>[15]</sup> Veja-se nos exemplos abaixo a saliência gradativa ora de valores epistémicos ora de valores deônticos:

14 Para além dos 10 verbos a que limitamos a nossa análise, a forma *podemos* ocorre frequentemente com os verbos *inferir* e *interpretar*, o que vem reforçar a nossa análise sobre a importância desta estrutura para a construção da imagem de investigador do locutor.

15 Há outros verbos, que não constam da nossa seleção, mas que são importantes para a análise global destes funcionamentos. Veja-se, por exemplo, o valor epistémico no excerto seguinte: “Em linhas gerais, os portugueses são uma entidade colectiva, anónima e multifacetada, cujas

(25) Em relação ao registo de informação ditada pelo professor, conforme *podemos ver no Gráfico 3* (D4)

(26) No que diz respeito à “E.coli”, *podemos ver* os seguintes exemplos: (D3)

(27) Na tabela 5, *podemos observar em* que qualidade é que a direcção do programa pretendeu convidar os participantes (D1)

(28) Não *podemos afirmar* que a presença dos ouvintes é o único factor que acciona esta vigilância, mas *podemos colocar essa hipótese* a partir da observação de que os locutores têm consciência crítica sobre o seu próprio discurso e sabem o quanto ele é importante na construção da sua imagem (D2)

O uso de *poder* com valor epistémico contribui também para a construção da imagem discursiva do locutor, agora numa vertente diversa mas complementar, ao mostrar um *ethos* de investigador humilde, não arrogante, o que está, também, ao serviço da sua credibilização.

O verbo *dever* é bem menos frequente. Carreia um valor deontico, de obrigatoriedade forte, externa ao locutor:

(29) Para percebermos a opção pelo modelo analítico dos esquemas argumentativos *devemos observar* algumas características dos argumentos anuláveis e do discurso... (D5)

*Devemos*, com valor deontico, participa das estratégias de construção da imagem discursiva do locutor, isto é, ocorre frequentemente em movimentos metadiscursivos, de efeito persuasivo, contribuindo para a construção da imagem do investigador:

(30) Não obstante o supracitado nos mostrar que os dois candidatos deram destaque à componente negativa das campanhas nas suas estratégias argumentativas, *não devemos ter* uma perspectiva redutora – o que sucederia se classificássemos as campanhas meramente como positivas ou negativas. Ao invés, *devemos ter em conta* o que nos é dito por Lau e Rovner (2009: 286) (D5)

A 1ª p/pl vale, nesses casos, como 1ª do singular; é de si que o locutor fala, mas enunciando uma regra genérica que revela os seus cuidados, e conhecimento, como investigador e lhe permite ser assim considerado pelos seus

---

diferentes facetas o locutor vai convocando de acordo com os seus objectivos argumentativos. Dessas facetas *podemos dizer* que os portugueses são:” (D1)

pares. O complexo predicativo *devemos* + *inf*, em que é da pessoa do investigador que se trata, permite reforçar a sua imagem como autor de ciência:

(31) *Devemos ser cautelosos nas ilações que retiramos* em relação ao apelo à aversão, uma vez que este só foi utilizado uma vez, conforme se pode observar no quadro 5.9.3. Este uso pontual pode ser mais uma casualidade do que uma alteração na estratégia argumentativa. (D5)

Do *poder* ao *dever*, há uma gradação quanto à força de imposição ilocutória. *Dever* é mais forte como valor deôntico e a imposição que carrega é exterior ao locutor, impõe-se-lhe de fora, por isso, *poder* e *dever* nem sempre são comutáveis. No caso em apreço, essas constricções advêm das características da construção do conhecimento e do discurso científicos.<sup>[16]</sup>

Nas duas vertentes que apresentámos, *poder* e *dever* são estratégias fortes para construir uma proximidade, interpessoal, com o júri-alocutário.

Os outros verbos auxiliares veiculam valores aspetuais e temporais importantes não só para a construção discursiva mas também para a construção do conhecimento. De facto, o valor de organização textual, decorrente do valor aspetual da perífrase (exemplos abaixo), coocorre com o valor de representação do processo de investigação, nomeadamente pelo emprego do presente do indicativo, como veremos mais tarde. O valor metadiscursivo vem integrado, frequentemente, num movimento argumentativo de construção do conhecimento:

(32) Como estamos a abordar um modelo analítico sem tradição na Ciência Política, *começamos por refletir* sobre a sua adequabilidade (D5)

(33) a diafonia implícita é um processo recorrente na interacção que *estamos a analisar*, (D2)

(34) Finalmente, *vamos concentrar-nos* sobre o discurso relatado como estratégia argumentativa, quer em processos de co-construção de opinião, quer em movimentos de contestação. (D2)

(35) Face ao que *acabamos de referir*, depreende-se que o sujeito, quando produz um novo texto, “dialoga” com outros textos anteriores... (D4)

16 Há outros verbos, que não constam da nossa seleção, mas que são importantes para a análise global destes funcionamentos. Veja-se, por exemplo, o valor epistémico no excerto seguinte: “Em linhas gerais, os portugueses são uma entidade colectiva, anónima e multifacetada, cujas diferentes facetas o locutor vai convocando de acordo com os seus objectivos argumentativos. Dessas facetas podemos dizer que os portugueses são:” (D1)

## Construir uma imagem “adequada”

O locutor, doseando de forma mais ou menos sábia, quer mecanismos de credibilização do dito, como reforços da asserção, indicações minuciosas dos passos da investigação, procurando iluminar as etapas / argumentos que permitiram chegar a determinadas conclusões, quer, por outro lado, de mitigação ou limitação da sua opinião (ver as inúmeras ocorrências do verbo *poder* como modalizador, ou de *parece* + infinitivo ou mesmo do verbo *dever*), constrói uma imagem de um investigador prudente mas capaz de fazer ciência.

A prudência científica e académica ganha visibilidade através de estratégias e construções linguístico-discursivas variadas.

O locutor recorre, por exemplo, à explicitação do processo que suporta a investigação, e que acentua a centralidade da dimensão metadiscursiva do género, como no exemplo seguinte:

(36) Face ao exposto, *podemos*, assim, *concluir* que, para além das competências específicas de cada disciplina, (D4)

O dialogismo é uma outra estratégia a ter em conta, dado que o locutor busca apoio em vozes de autoridade explicitamente citadas. Ainda que comum a todo o texto, é o capítulo da fundamentação teórica que é especificamente construído no recurso a outras vozes, a que o locutor se assimila, em termos de responsabilidade enunciativa, construindo assim um discurso sempre ancorado em vozes de autoridade:

(37) Supomos que as campanhas eleitorais realizadas por PSD e por PS têm influência nas opções de voto. Para entender esta suposição, *devemos considerar* o princípio geral exposto por Salgado (2007), segundo o qual as campanhas são tanto mais influentes quanto mais renhidas forem as eleições (D5)

(38) *Entendemos vez* (...) como sinónimo de *intervenção*, unidade menor que a troca (...). *Seguimos a proposta de Orecchioni* (1990: 225) para este conceito...” (D1)

(39) *Tal como Hansen e Walton* (2013), *optamos por considerar* a lógica informal, a qual se debruça sobre “question-reply dialogue...” (D5)

Cabe ainda realçar, na construção da credibilidade científica do locutor, o recurso a verbos de evidencialidade que tornam as provas *visíveis*. De facto, sempre que discute e analisa os dados do *corpus* considerado, o locutor

privilegia verbos percetivos como *ver*, *observar*, *encontrar*, *debruçar-se*. Como referimos, estes verbos não são usados como fonte de conhecimento, ou seja, nestes usos não se explora a percepção como fonte de conhecimento, antes são usados como sinónimos de *verificar*, *constatar* e até mesmo *analisar*. Mas a dimensão percetiva, que não deixa de estar agregada ao seu semantismo, cria um efeito de objetividade, de autenticidade incontestável a que já fizemos referência anteriormente, que tornam mais credíveis as conclusões a que a análise vai conduzindo o locutor-investigador:

(40) Em contrapartida, minutos depois, *encontramos* uma sequência em que é atribuído aos ouvintes um papel inibidor, distanciando-os de um espaço de cumplicidade estabelecida no estúdio (D2)

(41) Quando *nos debruçamos*, a partir desse mesmo quadro, sobre as percentagens que diferenciam a primeira e a segunda, bem como a terceira e a quarta categorias, *deparamo-nos* com valores mais reduzidos que o já referido: 5,3% e 2,1%, respetivamente (D5)

(42) Associando os valores obtidos nas respostas muitas vezes e sempre/quase sempre, *vemos* que na disciplina de Língua Portuguesa se regista uma percentagem de frequência de 88,2%, na de Matemática 92,0% e nas Outras disciplinas agrupadas 87,8% (D4)

(43) Ao comparar a frequência relativa destes, nos quadros 6.2.1 e 6.1.1, *observamos* que há uma utilização maior, daquele candidato, desses apelos (D5)

## Estrutura da dissertação e categorias verbais

Quando analisamos as ocorrências verbais de acordo com a estrutura da dissertação, verificamos que a parte referente à *análise dos dados* é a secção da dissertação em que existem mais formas verbais na 1ª pessoa do plural. Se, como parece, muitas dessas formas verbais procuram organizar retoricamente o texto e, simultaneamente, o raciocínio que conduz a investigação, compreende-se que seja nesta parte do trabalho que o locutor mais se implique no sentido de conduzir o leitor, tornando-o participante e cúmplice da pesquisa. Se fizermos, no entanto, uma estatística do número de verbos pelo número de páginas, já não existe um predomínio tão claro da secção *análise dos dados*. É claro que este é também o capítulo maior da dissertação, mas é metodologicamente mais interessante fazer a análise dos verbos, dos tempos e modos verbais, mais que do número de ocorrências.

## Verbos, modos e tempos verbais predominantes

a) *Presente do indicativo*

São vários, a nosso ver, os valores que o uso do presente do indicativo tem no *corpus* em apreço, ao serviço, nomeadamente, de uma função de coconstrução do processo de investigação, do conhecimento científico e da discursivização desse processo, numa clara função metadiscursiva.

O caráter persuasivo deste género científico permite explicar o predomínio dos verbos no presente do indicativo, quer nas perífrases verbais, quer nas ocorrências de núcleo verbal simples.

A frequência do presente cria um efeito discursivo de ciência em construção. Com efeito, o verbo no presente mostra análises em curso, movimentos argumentativos e mesmo conclusões em curso, apresentadas por isso como menos definitivas do que quando são veiculadas no pretérito perfeito que, pelo seu valor aspetual perfectivo, apresenta as conclusões como acabadas, definitivas. Assim, o presente revela menos assertividade do que o pretérito perfeito, cria um efeito de “estaleiro”, acima referido, isto é, de obra em construção. Porque aproxima mais o leitor, em que se destaca o júri das provas, e o envolve, até pelo uso da 1ªp./pl., no fazer da dissertação, o tempo verbal de presente do indicativo é mais persuasivo. A integração do alocutário, e, por consequência, a pressuposição da sua adesão à metodologia e à análise em curso leva à adesão e aceitação dos resultados.

O uso do presente do indicativo contribui para a criação da sugestão de que o raciocínio e o texto que lhe dá forma se desenrolam sob o olhar crítico do leitor / avaliador e com a sua cumplicidade. É como se ambos, locutor e leitor, colaborassem na construção do processo de investigação em simultâneo com a discursivização. Este tempo da discursivização é, por isso, um tempo alargado, a que o valor de futuro imediato do presente do indicativo dá mais pertinência:

(44) De seguida, *analisamos* uma das componentes da comunicação política: o discurso político eleitoral. Este conceito é fundamental na nossa dissertação, como se depreende do título da mesma, pelo que queremos apresentar as suas características. No terceiro tópico *abordamos* o momento específico da vida política em que a presente tese se situa: as campanhas eleitorais.

Depois, *consideramos* a personalização política, a qual se verifica nas vertentes comunicativa, executiva, partidária e eleitoral.

Para finalizar este capítulo, *debruçamo-nos* sobre a influência dos *media* (D5)

Esta estratégia é diversamente usada pelos autores<sup>[17]</sup> das dissertações em análise. D4, por exemplo, revela uma clara predileção pelo presente, mesmo em contexto onde o pretérito perfeito seria perfeitamente adequado (na conclusão, por exemplo). Ora essa preferência parece-nos contribuir para um efeito de presentificação dos movimentos e momentos da investigação, acima identificados, um pouco ao jeito do que acontece com o chamado “presente histórico”, uma estratégia de construção discursiva em que o leitor é chamado a participar, como se os acontecimentos representados fossem coincidentes com o tempo da enunciação.

Estaremos, em suma, perante a representação do processo cognitivo em curso, ou seja, assistimos à construção do processo de investigação em simultâneo com a sua discursivização:

(45) *Caraterizamos*, neste estudo, algumas perceções e conceções dos professores do 3º ciclo do ensino básico sobre o papel da escrita na construção das aprendizagens. Uma amostra ainda pouco alargada pressupõe que as suas conclusões sejam complementadas com a de outros estudos que centrem a sua observação em aspetos que, no âmbito deste, não foram abordados ou não foram suficientemente explorados (D4) [p.111]

(46) Ao colocar, de novo, o nosso foco em Passos Coelho e Sócrates, *verificamos* que existem muitas semelhanças nos resultados de ambos. Elas verificam-se, inclusive, em todas as variáveis, como se pode ver no capítulo anterior (D5) [p.114]

(47) *Observamos* ainda que a construção argumentativa não é independente da manifestação de emoção, em repetições, interrupções e outros mecanismos prosódicos (nem sempre identificáveis nas transcrições que *apresentamos*). É o caso da perturbação provocada pela constatação inicial de VJS (*já vi que estou em minoria e, pronto, estamos divididos*) (D2) [p.57]

A função metadiscursiva parece ser de facto uma função central da categoria deíctica verbal. A explicitação da organização discursiva, construída como um guião pormenorizado, revela-se na coocorrência frequente do verbo de locução na 1ª p/pl com localizadores textuais (“*de seguida*”, “*as seguintes informações*”, “*a seguinte classificação*”, “*no capítulo anterior*”). Esta orientação é apresentada em função de uma linha temporal que leva à recuperação do *já dito*, através do uso do pretérito perfeito em referências intratextuais (“*como já dissemos*”, “*tal como o apresentámos*”), assim contribuindo para tecer um texto mais coeso e em que as partes se harmonizam e concorrem para um mesmo fim investigativo, mas também do *a-dizer* em estruturas de presente (e de futuro do indicativo, como veremos):

17 Distinguimos teoricamente *autor* e *locutor*. No entanto, porque neste género discursivo o autor se assimila ao locutor usamos autor em contexto discursivo que é obviamente o do locutor.



(48) *Apresentamos*, de seguida, os sinais seleccionados na nossa transcrição (D2)

O presente do indicativo pode ter ainda um valor genérico, não remetendo então, apenas, para a 1<sup>a</sup> p/pl, identificada com o investigador e/ou o leitor, nem para as suas circunstâncias de investigação, mas referindo propriedades atemporais, como as definições e os princípios científicos, por exemplo:

(49) Concordamos com a perspectiva de que este conceito descreve o que *designamos* atualmente, na teoria da argumentação, por proposições plausíveis (Renon 1998) – isto é, proposições aceites pelo auditório *a priori* da exposição dos argumentos (D5)

Mas a sistematicidade dos usos do tempo verbal *presente do indicativo* mostra que o tempo da discursivização se sobrepõe ao do relato da investigação; a temporalidade preferencial não é a do processo de investigação, que está, antes, subordinada ao modo como as ideias são plasmadas em texto.

#### b) *Pretérito perfeito do indicativo*

Para além da função metadiscursiva, a que acabámos de nos referir e que o exemplo (50) ilustra, o pretérito perfeito do indicativo ocorre em contextos de representação do processo de construção do conhecimento científico, com claro valor argumentativo-persuasivo. O valor aspetual do pretérito perfeito confere à argumentação em curso um carácter definitivo, factivo. Cria um efeito de “relatório” de uma descoberta já feita, de conclusões já tiradas, que trazem para o discurso uma outra faceta da imagem do locutor-investigador, marcada pela segurança e pela autonomia:

(50) A percepção deste fenómeno e a necessidade de o analisar de forma sistemática motivou, conforme *explicámos* no capítulo IV, a introdução de um marcador de transcrição que desse conta deste processo (<) (D2)

(51) Dos casos de estudo feitos sobre o ethos, *verificámos* que os autores se baseiam muitas vezes nas biografias dos oradores, as quais não são igualmente conhecidas pelo auditório (cfr. Haddad, G. 1999, in Amossy dir., 1999) (D1)

(52) A selecção desta edição foi, em parte, aleatória. *Tivemos* apenas o cuidado de seleccionar uma edição cujo quadro comunicativo não se afastasse do modelo dominante (D2)

(53) Também *tivemos* limitações na escolha dos apelos às emoções, uma vez que não *dispusemos* de nenhum estudo empírico no qual nos pudéssemos basear (D5)

*c) Futuro do indicativo*

As formas verbais no futuro do indicativo têm uma função tipicamente metadiscursiva mas também cognitiva, porque remetem para a organização textual e para a exposição do raciocínio e do percurso investigativo, ou seja, cognitivo:

(54) Os ouvintes poderão condicionar os discursos, nomeadamente no que se refere à gestão da modalização e das opções polifónicas dos locutores como *demonstraremos* adiante (D2)

(55) *Veremos* posteriormente que o discurso político eleitoral tem caraterísticas que não estão circunscritas a nenhum caso em particular (D5)

O futuro do indicativo tem, ademais, um valor modal de comprometimento do locutor (e, em menor grau, do alocutário) na ação.

*d) Futuro do conjuntivo*

O futuro do conjuntivo é um tempo verbal menos frequente, mas sobressai o facto de, especificamente, ocorrer ao serviço da construção de um movimento argumentativo, em estruturas do tipo Se FUT CONJ, PRES IND

(56) Se *considerarmos* os contextos disciplinares específicos, *constatamos* que os professores de História... (D4)

(57) Dentro do campo, se *seguirmos* o organograma do Ministério da Saúde (Anexo A), a classificação é simples (D3)

(58) se não *considerarmos* estes dois apelos *vemos* que há uma utilização bastante similar dos restantes, razão pela qual não devemos realçar nenhum pelo critério do uso frequente (D5)

*e) Presente do conjuntivo*

O presente do conjuntivo configura atos injuntivos em que o locutor convoca o alocutário, por meio do emprego da 1ªp/pl, para uma sua ação futura, que é predominantemente cognitiva e metadiscursiva: parece ter um valor muito semelhante ao do futuro do indicativo, nestes casos, mas convocando o alocutário de forma mais direta do que acontece com o futuro, dado o valor exortativo que o conjuntivo pode ter como valor básico. Esta é uma característica de género já assinalada por diferentes investigadores, de que salientamos a seguinte asserção de Reutner (2012:93), por questionar os

efeitos pragmáticos deste uso, que considerámos fundamentais para a análise da construção discursiva do conhecimento científico:

Dans le discours scientifique, ce nous inclusif figure souvent sous forme d'hortatif, *c'est-à-dire de l'impératif à la première personne du pluriel unissant le lecteur à l'auteur*. Contrairement à l'ancienne maxime d'impersonnalité scientifique, *il met consciemment en évidence la situation de communication entre auteur et lecteur* et confère au texte un trait moins scientifique au sens traditionnel, ce qui suggère la question de savoir si les participants français le préfèrent néanmoins à la première personne.

A questão que Reutner levanta, relativamente à preferência da comunidade científica francesa por tal estratégia, é válida também para a comunidade portuguesa. E, da análise das dissertações de mestrado, é lícito concluir que estamos perante uma questão cuja resposta não é simples.

Em português, ao contrário do que acontece em inglês, não ocorrem atos diretivos única e explicitamente dirigidos ao alocutário. Por exemplo, a remissão para um autor feita como se segue - “see Swales (2004)” - tem, em português, três possibilidades que desinscrevem, em graus diversos, o alocutário: “ver /, veja-se/ vejamos Swales (2004)”. Hyland (2002: 9) inclui os diretivos nas interações “reader-oriented”. Mas chama a atenção para os riscos do recurso a esta estratégia: “Successful academic writing involves both clear exposition and appropriate audience relationships, but the use of directives potentially undermines the harmony of such relationships” (Hyland, 2002: 215) (itálico nosso).

No discurso científico em português, a construção da solidariedade entre pares não passa pelo uso de diretivos explícitos, mas por outras estratégias, nomeadamente de atenuação, que o presente do conjuntivo com valor exortativo, na 1ª p/pl, configura.

A exortação implica, frequentemente, a atividade cognitiva do locutor e do seu destinatário:

(59) Feita esta ressalva, *analisemos* então as eleições de 1987 e de 2005 (D5)

(60) *Recuperemos*, para a leitura desta ocorrência de modalização autonímica, as palavras de Authier-Revuz (D2)

Pelo recurso à 1ª p./pl, o locutor conduz o processo de construção da investigação e convoca o alocutário como testemunha ou até mesmo como

colaborador ativo. Implicando o alocutário, o locutor assume uma relação interpessoal de proximidade, de convivência, mesmo, na construção do conhecimento científico:

(61) *Analisemos* um segmento da edição de 26 de Outubro de 2007 de *Um Certo Olhar* que nos dá conta dos constrangimentos... (D2)

Como já constatámos em diferentes momentos do nosso trabalho, a apresentação preferencial do conhecimento em construção é reforçada pelo carácter polissémico dos verbos em análise. À atividade cognitiva agrega-se uma dimensão percetiva, que permite ao alocutário “ver claramente visto”:

(62) Ainda assim, *olhemos* para a principal diferença que os resultados de Hansen e Walton (2013) nos permitem observar... (D5)

(63) Vejamos, então, a contribuição de alguns autores que têm vindo a estudar o tema (D3)

Finalmente, recuperamos nos usos do presente do conjuntivo a atividade metadiscursiva, onnipresente nos excertos em estudo e que contribui para a sistematicidade deste procedimento que deriva das características do género discursivo e participa na construção global de cada discurso, em particular na construção da relação interpessoal e das imagens do locutor mas também do alocutário:

(64) *Comecemos* pelas ocorrências 1 e 2, (D2)

(65) *Voltemos* aos objetivos. (D5)

## Conclusão

Em forma de conclusão do presente trabalho, queremos sistematizar cinco questões:

1. Considerámos que o género *dissertação de mestrado* se caracteriza pela presença explícita do locutor, pelo que nos propusemos analisar algumas dessas manifestações a partir da ocorrência de formas verbais na 1ª p./pl. Ao restringirmos a análise aos 10 verbos mais frequentes, suspendemos a análise de variações semântico-pragmáticas a que não deixamos de dar importância e que num estudo de maior fôlego devem ser tidas em conta.

2. Ativemo-nos às formas verbais na 1ª p/pl, como uma estratégia privilegiada de construir comunidade, uma comunidade científica preferencialmente. A importância deste procedimento linguístico-discursivo só pode ser devidamente apurada na relação com as inúmeras ocorrências de impessoalização presentes no *corpus*, que são outras tantas formas de o locutor se manifestar, simulando uma desinscrição que é afinal impossível.

De facto, não é por não assumir, abertamente, por meio da 1ª p/pl, as afirmações que faz, que o locutor se torna mais credível aos olhos do alocutário.

3. A relação autor / leitor, ou locutor-alocutário, é alvo de tratamento cuidado, dado o interesse do autor em ser aceite pelo leitor na dupla função de estudante e investigador. Assim, além do uso da 1ª p./pl, também a atenuação da *assertividade* por meio de verbos modalizadores, ou o “cuidado metadiscursivo” posto ao serviço da legibilidade mas também da credibilidade científica do discurso contribuem para o fortalecimento da comunidade científica, da qual o autor começa a participar. O predomínio de usos meta-textuais testemunha a importância da argumentação e de uma construção discursiva retoricamente eficaz, neste campo de estudos.

4. A imagem do locutor está imbricada neste processo de construção persuasiva da ciência. Os mecanismos discursivos decorrem de escolhas que servem, portanto, uma estratégia de eficácia, em função dos objetivos, dos interlocutores, do género discursivo considerado. Como refere Hyland (2011: 195), “Writers must recognize and make choices from the rhetorical options available in their fields to appeal to readers from within the boundaries of their disciplines.”. A autoridade do locutor depende diretamente destas questões, porque, se modalizar demasiado, aparecerá aos olhos do leitor como pouco convicto das suas ideias, ou seja, pouco credível. Mas também não pode ser, até por ser iniciante, excessivamente assertivo. O equilíbrio entre a necessidade de se mostrar seguro e de evitar a arrogância pode explicar o uso da atenuação a par do uso de verbos, como *ver*, *verificar*, *analisar*, etc., no presente do indicativo e do conjuntivo que presentificam as descobertas que vão sendo feitas e guiam, integram o alocutário no processo em curso. Destes equilíbrios discursivos ressalta um *ethos* global adequado ao género. Saliente-se ainda o facto de haver especificidades que apenas são explicadas pelo estilo pessoal do investigador, não decorrendo de nenhum constrangimento de género.

5. As construções verbais de 1ª p./pl não são marcas únicas da presença e da subjetividade do locutor (fomos aliás fazendo referência a outras) nem sistemáticas. De dissertação para dissertação há uma oscilação quer de estruturas quer da sua frequência que pode ser explicada por causas diferentes, desde o estilo pessoal, ao tema ou mesmo à tradição de género, agregada à área de investigação, dado termos feito incidir a nossa análise em dissertações de diferentes áreas das ciências humanas e sociais e de diferentes universidades.

## Referências

- AMOSSY, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan Université.
- BAKHTINE, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. (Préface de Tzvetan Todorov). Paris. Gallimard.
- BOCH, F. & Rinck, F. (2010). Pour une approche énonciative de l'écrit scientifique. *Lidil*, 41. Disponível em <http://lidil.revues.org/3004>. Data de consulta: 31/08/2013.
- BORKIN, A. (1973). To be and not to be. In C. W. Corum, et al. (Eds.), *Papers from the ninth regional meeting* (pp. 44-56). Chicago: Chicago Linguistic Society.
- BRIZ, A. (2013). A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. *Linha d'Água*, 26 (2), 281-314.
- CASTELLÓ, M., Corcelles, M., Iñesta, A., Bañales G. & Vega, N. (2011). La voz del autor en la escritura académica: Una propuesta para su análisis. *Revista Signos*, 44 (76), 105-117.
- CHAROLLES, M. (1976). Exercices sur les Verbes de Communication. *Pratiques*, 9, 83-107.
- DUARTE, I. M. (2003). *O relato do discurso na ficção narrativa. Contributos Para a Análise da Construção Polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DUARTE, I. M. & Pinto, M. A. (2015). La construction de l'ethos scientifique: stratégies d'effacement et d'inscription de soi dans des dissertations académiques, *REDIS. Revista de Estudos do Discurso*, 4, 95-115.
- DUCROT, O. (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- FLØTTUM, K. (2004). La présence de l'auteur dans les articles scientifiques: étude des pronoms *je*, *nous* et *on*. In A. Auchlin et al. (Eds.), *Structures et discours. Mélanges offerts à Eddy Roulet* (pp. 404-414). Québec: Nota bene.

- FONSECA, J. (1994). *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.
- GROSSMANN, F. (2010). The scientific author. From rhetoric to epistemology. Introduction. *Revue d'anthropologie des connaissances*, 4 (3), a-o.
- HYLAND, K. (1996). Talking to the academy: Forms of hedging in science research articles. *Written Communication*, 13 (2), 251-281.
- HYLAND, K. (2002). Directives: argument and engagement in academic writing. *Applied Linguistics*, 23 (2), 215-239.
- HYLAND, K. (2005). Stance and engagement: A model of interaction in academic discourse. *Discourse Studies*, 7 (2), 173-192.
- HYLAND, K. (2008). Persuasion, Interaction and the Construction of Knowledge: Representing Self and others in Research Writing. *International Journal of English Studies*, 8 (2), 1-23.
- HYLAND, K. (2011). Disciplines and discourses: Social interactions in the construction of knowledge. In D. Starke-Meyerring *et al.* (Eds.), *Writing in the knowledge society* (pp. 193-214). West Lafayette: Parlor Press and The WAC Clearinghouse.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). *L'énonciation – de la subjectivité dans le langage*. Paris: A. Colin.
- LEECH, G. (1996) [1983]. *Principles of Pragmatics*. London / New-York: Longman.
- LEFEBVRE, M. (2006). Les écrits scientifiques en action: pluralité des écritures et enjeux mobilisés. *Sciences de la Société*, 67, 3-15.
- MARQUES, M. A. & Ramos, R. (2015). Marcas deícticas da presença do locutor no discurso científico. Dissertações de mestrado apresentadas na Universidade do Minho. *REDIS. Revista de Estudos do Discurso*, 4, 144-167.
- MARTINS-BALTAR, M. (1976). Les verbes transcripteurs du discours rapporté. In H. Gauvenet (Org.), *Pédagogie du discours rapporté* (pp. 63-72). Paris: Crédif.
- MILIČKOVÁ, L. (1986). Les verbes à modalité locutive dans le discours rapporté. *Sborník prací filozofické fakulty brněnské univerzity. Études romanes de Brno*, 17, 73-82.
- MORTARA GARAVELLI, B. (1985). *La Parola D'Altri. Prospettive di Analisi del Discorso*. Palermo: Sellerio Editore.
- RADFORD, A. (1988). *Transformational Grammar. A first course*. Cambridge: Cambridge University Press.
- REUTNER, U. (2010). *De nobis ipsis silemus ?* Les marques de personne dans l'article scientifique. *Lidil*, 41, 71-112. Disponível em <http://lidil.revues.org/3013>.

- RINCK, F. (2010). Les “nouveaux entrants” dans le champ scientifique: analyse des spécificités des articles de doctorants. In J.-M. Defays & A. Englebert (Eds.), *Les discours universitaires* (pp. 99-110). Paris: L'Harmattan.
- RINCK, F., Boch, F. & Grossmann, F. (2006). Quelques lieux de variation du positionnement énonciatif dans l'article de recherche. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 8, 451-464. Disponível em <http://revistas.usp.br/flp/article/view/59766/62875>. Data de consulta: nov. 2014.
- ROULET, E. (1978). Essai de classement syntaxique et sémantique des verbes potentiellement performatifs en français. *Cahier de linguistique*, 8, 437-455. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/800074ar>. Data de consulta: fev. 2016.
- SOUSA, O. (2015). *Textos e contextos. Leitura, escrita e cultura letrada*. Lisboa: Media XXI.
- SWALES, J. (1990). *Genre Analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SWALES, J. (2004). *Research Genres*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TUTIN, A. (2010). Dans cet article, nous souhaitons montrer que... Lexique verbal et positionnement de l'auteur dans les articles en sciences humaines. *Lidil*, 41, 15-40. Disponível em <http://lidil.revues.org/3040>. Data de consulta: 01.09.2013.
- VALENTIM, H. (2004). *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do Português*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.



## PROVÉRBIOS, METÁFORA E PUBLICIDADE: A SEDUÇÃO PELOS IMPLÍCITOS

José Teixeira  
Universidade do Minho  
jsteixeira@ilch.uminho.pt

### Publicidade: a corrente vital da sociedade de consumo

Quando queremos pensar nos fundamentos em que assentam as sociedades em que vivemos a nível económico e que constroem as designadas “sociedades de consumo”, geralmente pensamos em bens como as matérias-primas (o ouro e os outros metais, as energias, os alimentos), as indústrias e os serviços que lhes acrescentam mais-valias. E até às últimas décadas do século XX, isto correspondia à realidade.

O panorama altera-se com a globalização e o chamado novo capitalismo. O que passa a ter valor não é apenas o produto em si, mas a capacidade que este deve ter de conquistar os mercados globais. Por isso, mais do que a sua objetualidade física, o que tem mais valor é a marca que o identifica e que o consegue impor, sobre outros do género, a nível global. E assim, a *sociedade de consumo* assumir-se-á cada vez mais, antes do próprio consumo, como sendo uma *sociedade de marcas*. Fala-se muito da primeira, da *consumer society*, mas é a *brand society* que lhe suporta a existência.

Sociedades assim organizadas vão fazer da publicidade uma das suas principais atividades estruturadoras. Muitas vezes não se repara que várias

empresas, das mais valiosas e mais lucrativas do mundo (se não mesmo as mais valiosas e lucrativas, dentro de certos parâmetros) aparentemente trabalham gratuitamente para nós. O *Google* dá-nos toda a informação que procurámos, oferece-nos os mapas de todos os sítios do mundo, fotografados e filmados - trabalhos que custaram quantias que nem imaginamos - e tudo “de graça”. Oferece-nos, ainda, uma quantidade incrível de serviços, como dicionários e traduções para uma infinidade de línguas, serviço de correio eletrónico e mesmo arquivos para depositarmos os nossos ficheiros. E tudo isto suportado por quantidades enormes de técnicos bem pagos para garantirem e melhorarem, cada vez mais, estes e outros produtos oferecidos “gratuitamente”. E como o *Google*, também o *Facebook*, o *Youtube*, o *Skype* e tantas outras empresas... muito “generosas”.

Não é segredo para ninguém que a respetiva “generosidade” não lhes acarreta prejuízos, mas lucros fabulosos. De onde? Da publicidade com que nos cercam. E não são apenas grandes empresas globais como estas que assentam na publicidade. As revistas, os jornais, os principais meios de comunicação não sobreviveriam sem publicidade. E também os grandes eventos desportivos e respetivas transmissões pelos *media*.

Por esta superficial visão se pode compreender a importância da publicidade no funcionamento e suporte das sociedades modernas. Quase não há dimensão social que, direta ou indiretamente, não implique ligações à publicidade, a qual se constitui, assim, como corrente que permite a vida da sociedade de consumo.

## Os provérbios, resistentes à contradição, ao tempo e à mudança

Mas se a publicidade é uma das marcas fundamentais das sociedades pós-modernas, que ligações pode ter com uma realidade, como os provérbios, conotada com a tradição e a ancestralidade?

Vários tipos de ligações. Porque os provérbios constituem, realmente, uma dimensão específica entre as construções linguísticas de uma língua particular.

Na tentativa de definir o que é um provérbio, Mieder (1999) apresenta 55 definições recolhidas. Não dizendo todas exatamente o mesmo, apontam, globalmente, para determinadas características consideradas típicas

(os números entre parênteses indicam quantas vezes aparecia repetida a característica):<sup>[1]</sup>

Sabedoria (20); combinação de palavras (14); frase, dito (13); afirmação (12); popular (10); situação (9); expressão (7); vida (6); verdade, moral, pessoas (5); geração, experiência, conselho, lição, palavra (4); princípio, analogia, crença, comportamento, significado, ação (3); língua, generalização, atitude, mensagem, opinião, quadro, comentário, pensamento, comparação, tradição, regra, ponto de vista (2); origem, ideia, ocorrência, filosofia, conhecimento, conclusão, preconceito, folclore, paradigma, ameaça, forma, norma, natureza, valor, ideal, imagem, poesia, autor, admoestação, rima, aliteração, piada, brevidade, profundidade, clareza, precisão, cultura, condição, preocupação (1).

Ninguém ficará surpreendido por aparecer muito destacada, em primeiro lugar, a vertente “sabedoria”. É, sem dúvida, a primeira característica atribuída aos provérbios. E também não causa espanto que, depois de um conjunto de vertentes associadas ao facto de os provérbios serem transmitidos linguisticamente (*combinação de palavras* (14); *frase, dito* (13); *afirmação* (12)), a particularidade mais citada seja “popular”. Quer-se dizer, se usarmos os resultados que retratam estas 55 definições de provérbio e lhes procurássemos as características mais marcantes, poderíamos dizer que são

- 1) sabedoria,
- 2) transmitida em (poucas) palavras,
- 3) pelo povo.

Basicamente, como se evidencia, é assim que são entendidos e definidos. Mas podem e devem ser entendidos noutras vertentes menos evidentes.

Neste âmbito, uma outra característica definidora dos provérbios, que raramente é referida e que é, a nosso ver, o seu grande trunfo: os provérbios são contraditórios. Podem defender a passividade (*Quem espera sempre*

1 Como as definições eram em inglês, a tabela apresentada corresponde à nossa tradução da de Mieder (1999) que aqui deixamos: “wisdom (20); phrase (14); sentence, saying (13); statement (12); folk (10); situation (9); expression (7); life (6); truth, moral, people (5); generation, experience, advice, lesson, word (4); principle, analogy, belief, behavior, meaning, action (3); language, generalization, attitude, message, opinion, picture, comment, thought, comparison, tradition, rule, viewpoint (2); origin, idea, occurrence, philosophy, knowledge, conclusion, prejudice, folklore, paradigm, threat, form, norm, nature, value, ideal, image, poetry, author, admonition, rhyme, alliteration, witticism, brevity, profundity, clarity, precision, culture, condition, concern (1)”.

*alcança*) ou criticá-la (*Quem muito espera, desespera*); podem dar o conselho de que devemos insistir sempre para conseguirmos os objetivos (*Água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura*) ou avisar que, por vezes, não vale a pena insistir (*Quando Deus não quer, os santos não ajudam*); Podem justificar um *workaholic* compulsivo (*Não deixes para amanhã, o que podes fazer hoje*) ou a saborosa preguiça do adiamento do trabalho (*O que não se faz no dia de Santa Luzia, faz-se no outro dia*).

Ora esta faceta de contradição, oposicionalidade entre eles mesmos, não é um defeito, é um trunfo, na medida em que lhes permite poderem corresponder a qualquer situação: tanto dão para o *sim* como para o *não*. São, por isso, pontos de vista de focalização da realidade. Não são unidirecionais, antes admitindo a pluralidade de perspetivas e visões que caracterizam cada comunidade.

E uma das razões que os torna populares é precisamente o serem maleáveis, não terem uma mensagem ou moralidade única, mas adaptarem-se à visão ou ponto de vista que se pretende transmitir.

Embora transportando como seu ADN mais profundo o carácter popular, eles são entendidos como o verdadeiro saber conseguido através da experiência, um *saber corporizado*. Por isso, podem tão facilmente aparecer tanto em contexto popular, como em contextos mais eruditos: na discussão política, na prática religiosa, na linguagem económica, e mesmo no direito<sup>[2]</sup> para justificar pontos de vista tidos por inquestionáveis.

Esta assunção, de que o provérbio é mesmo um saber proveniente diretamente da experiência, pode ser comprovada se se reparar numa particularidade curiosa dos provérbios: eles podem continuar a ser usados sem alterarem os seus valores comunicativos, mesmo depois de alterados ou mesmo adulterados. Águas passadas não moem / *movem moinhos: qual o verdadeiro?* Sendo os dois conhecidos e usados, é evidente que um é a adulteração do outro. No entanto, o sentido que se lhes atribui é o mesmo, embora “moer” e “mover” refiram realidades bastantes diferentes.

2 Ainda recentemente, um coletivo de juizes para justificar a prisão preventiva e as suspeitas sobre o antigo primeiro ministro de Portugal “argumentaram” com um provérbio, como a imprensa largamente reproduziu: “No relatório é considerado ‘completamente inaceitável’ a movimentação de milhões associada a uma justificação de amizade e é utilizada uma metáfora esclarecedora para a situação: ‘Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vêm’”. Disponível em <http://www.noticiasao minuto.com/pais/363163/quem-cabritos-vende-e-cabras-nao-tem-de-algum-lado-lhe-vem>

Mais evidente é o caso de *Não se tomam / pescam / apanham / ganham trutas a bragas enxutas*. O provérbio, antiquíssimo, aparece já em Gil Vicente na *Farsa do Juiz da Beira* (1525) na forma “Não se tomam trutas a bragas enxutas”. Com ele se pretende referir que não é possível colher dividendos ou coisas favoráveis (“apanhar trutas”) sem esforço: quem quer pescar trutas tem de se meter no rio e molhar a roupa, representada por “bragas”, uma espécie de calção comprido que servia de roupa interior. Mas como o termo bragas deixou de se utilizar, deixou de ser percebido, sendo substituído por *barbas*, fonicamente semelhante mas semanticamente muito diferente.

Em *Questões da língua portuguesa*, Francisco Adolpho Coelho regista a adulteração do provérbio: “O sentido de muitas locuções e compostos torna-se obscuro ou deturpa-se por efeito do mesmo processo: assim [...] ‘não se apanham trutas a barbas enxutas’ por ‘não se apanham trutas a bragas enxutas’” (Coelho 1874: 119).

Mas já em 1821 o provérbio era usado com a adulteração: “Isto he nada menos que uma injustiça manifesta; porque bem devem saber os *illustres que não se ganham trutas a barbas enxutas*. Tudo custa dinheiro e tempo” (Freitas 1821: 379)

Em *Arte China constante de alphabeto e grammatica*, de Joachim Affonso. Gonçalves (1829) grafa-se “Naõ se pescaõ trutas a barbas enxutas” e em 1852 na obra Dom Rodrigo: poema épico (autor anónimo): “É que não *se pescam trutas a barbas enxutas*”

A alteração aparece também no Brasil, na Voz Fluminense (Nº 86, de 9 de junho de 1830): “sem duvida que não é moderado, mas sim hum egoista que capitula com os grandes á fim de comer trutas á barbas enxutas”.

Quando se identifica a versão original, como em certas recolhas dicionarizadas, aparece também a versão alterada, prova da grande difusão desta última. Em António Maria do Couto, *Diccionario da maior parte dos termos homónymos, e equívocos da lingua portugueza*, de 1842 no verbete “Barba” pode ler-se: “Não se ganhão trutas a barbas enxutas, he erro, neste Proverbio. (Vej. Bragas)” aparecendo na entrada “Braga” a versão original e explicada: “Não se ganhão trutas a bragas enxutas, prov. para mostrar, que assim no pescar das trutas, convém mergulhar, assim nos objectos de mór difficuldade convém trabalhar, e ter cançasso, ao que se applica o adagio.” (Coutinho 1842, entrada “Braga”).

Tendo-se perdido o uso arcaico de *bragas* como “calções usados como roupa interior”, é natural que seja a versão adulterada a que prevalece, já que *barbas* continua a ser um lexema perfeitamente integrado no léxico. Por isso, ainda hoje é fácil encontrar na rede vários exemplos em que a versão adulterada, como “Não se apanham trutas com as barbas enxutas”,<sup>[3]</sup> é a que aparece.

Ora apesar da adulteração lexical, o valor inferencial e pragmático que ele aporta permanece o mesmo, como se a sua essência não dependesse nem das palavras que originalmente o constituíram, nem da lógica interna com que nasceu. Na verdade, numa análise lógica, para apanhar trutas não é preciso molhar as barbas, não é preciso sequer ter barbas. A interpretação de que é preciso que a água chegue às barbas é absurda. No entanto, mesmo a esta estrutura *non sense* é atribuído um valor idêntico ao que tinha quando nasceu direitinho referindo a necessidade de molhar a roupa, as *bragas*.

O provérbio liga-se sempre a uma comunidade, aos seus modos de vida e às suas perspetivas (variadas) sobre o mundo e a vida. E ele próprio pode indiciar a comunidade em que aparece, de tal modo que, fora dela, não funciona, não apenas por motivos da sua ideologia própria, mas da forma como é realizado.

*Filho de mau / sair bom, / lá vai o neto / e sai ao avô* só é possível pela sua realização na variante do português do Norte: *Filho de mau / sair bô, / lá bai o neto / e sai ao abô* /. Sem as realizações de bom como *bô* e de *avô* como *abô*, o provérbio não possuía a rima que constitui parte importante da sua identidade estrutural à qual deve a existência.

Portanto, se o falar é tão frequentemente metaforizado no comer (“*engolir* o que foi dito”, “*vomit*ar injúrias”, “*digerir* uma reprimenda”), podemos dizer, na verdade, que, para nós, portugueses, os provérbios serão o bacalhau da nossa culinária linguística: dão-nos um sentimento de pertença a um grupo, têm uma longa tradição, podem transformar-se e continuam a funcionar, são populares, podem usar-se de mil maneiras diferentes, combinam bem com quase tudo e dão um sabor especial à argumentação.

3 Por exemplo em <http://quemdisse.com.br/frase.asp?frase=80799> ou em <http://chaves.blogs.sapo.pt/675653.html>.

## Provérbios e cognição

Pelo que se foi verificando, os provérbios são encarados, na essência, como constatações assertivas sobre as experiências coletivamente vividas e cuja finalidade é servirem de guia ou modelo para ulteriores comportamentos. E, por isso, não admira que muitos se transformem em instruções comportamentais diretas,

1. *Não te rias do vizinho, que o teu mal vem a caminho.*
2. *Não sirvas a quem serviu, nem peças a quem pediu.*

ou indiretas, porque apresentam situações tidas como constatadas que permitem inferências evidentes para todos:

3. *Quem tudo quer, tudo perde (Portanto, não queiras ter tudo).*
4. *Quem muito fala, pouco acerta (Portanto, não fales muito).*
5. *Mais vale tarde do que nunca (Portanto, não desistas).*

As inferências podem não ser fáceis, mas implicarem conhecimentos necessários para a descodificação da asserção:

6. *O cebolo gosta de ver o dono ir para casa.*

Quem não saiba como se plantam cebolas, dificilmente percebe o provérbio: tem que se saber que *cebolo* é o nome das plantas que são as pequeninas cebolas a serem plantadas e que estas não são completamente enterradas, mas ficam apenas com metade do bolbo debaixo da terra, ficando a “cabeça” da cebolinha quase toda fora da terra, podendo, assim, “ver” o dono quando este vai embora para casa.

Só aparentemente é que este provérbio não é imperativo. Quando o lavrador o diz ao ajudante com pouca experiência, é o mesmo que dizer “não enterres toda a cabeça da cebola, mas apenas uma parte”.

No entanto, nem sempre os provérbios se podem identificar com normas imperativas. Com bastante frequência, ou incluem metáforas ou comportam-se como estruturas metafóricas.

## Metáfora e cognição

Pela tradição retórica, a metáfora não é mais do que uma “figura de estilo”, um artifício não obrigatório destinado a embelezar o discurso. Esta visão tradicional sofre, no entanto, uma volta completa a partir dos anos 80 do século XX, depois da obra de George Lakoff e Mark Johnson *Metaphors We Live By*.<sup>[4]</sup> Lakoff e Johnson distinguem a metáfora concetual das expressões metafóricas, o que implica que a metáfora não é apenas um fenómeno da linguagem, mas um esquema cognitivo de construção de conceitos. Ou seja, a metáfora concetual é um mecanismo da cognição omnipresente na forma como apreendemos o mundo. Defende-se que usamos conceitos geralmente ligados às experiências básicas para construirmos outros conceitos mais complexos.

Por exemplo, imaginamos o conceito de “vida” através do conceito de “viagem”. Esta sobreposição ou identificação simulada é que é a verdadeira metáfora concetual e depois, a partir dela, podemos verbalizar a equivalência através de várias expressões que nela assentam. Quando dizemos *cá vamos andando; os caminhos da vida; ainda és jovem, tens muito para andar; chegar à meta; morrer é passar para o outro lado*, estamos a usar expressões metafóricas da mesma metáfora concetual A VIDA É UMA VIAGEM.<sup>[5]</sup> Portanto, a metáfora não nasce na linguagem, aparece (também) na linguagem, mas igualmente numa imagem fotográfica, pintura ou noutra forma de representação. Por isso, a mesma metáfora concetual dá origem a variadas expressões metafóricas: *a vida é uma viagem, a vida é parecida com uma viagem, a vida é como uma viagem, viver é viajar*.

Na visão da metáfora concetual, o fenómeno passa-se entre dois domínios: o Domínio Alvo, composto pelo conceito que se quer compreender / metaforizar (*vida*, na metáfora anterior) e o Domínio Fonte (*viagem*, na mesma metáfora) que serve de modelo para se compreender o Domínio Alvo.

A visão da metáfora como fenómeno ligado ao conhecimento tem ganho cada vez mais espaço nos estudos das ciências cognitivas, sobretudo nas suas ligações com as descobertas do funcionamento neural. A designada Teoria

4 Lakoff & Johnson (1980).

5 As metáforas concetuais, para se distinguirem das expressões metafóricas, costumam representar-se por maiúsculas.



Neural da Metáfora<sup>[6]</sup> pretende evidenciar precisamente a perspetiva de como a metáfora desempenha um papel central no processamento cognitivo.

## Provérbios e metáforas

Assim, poderá ser tentador dizer, simplesmente, que cada provérbio é uma metáfora. No entanto, as interconexões entre as duas realidades são variadas e mais complexas do que uma simples identificação. Até porque, como vimos, há provérbios que não têm muito de metafórico e são instruções diretas (*Não sirvas a quem serviu, nem peças a quem pediu.*)

Se vivemos através de metáforas e se estas são parte fundamental do quotidiano, como propõe a teoria da metáfora concetual, é natural que encontremos provérbios que incluam metáforas. Por exemplo, quando se diz que *A azeitona e a fortuna, umas vezes muita, outras nenhuma* está a usar-se como provérbio uma metáfora explícita: A fortuna é inconstante como a quantidade de azeitona que as oliveiras dão – tanto pode abundar como não haver nenhuma. Ou seja, o provérbio não apenas inclui explicitamente os domínios alvo e fonte, como também explica quais as vertentes comuns que permitem a metaforização. A metáfora concetual presente pode ser representada por A FORTUNA É QUANTIDADE COLHIDA DE AZEITONA.

Mas esta estruturação (metáfora, incluída em provérbio) não é a mais frequente.

Numa grande parte das vezes (senão na maioria), o provérbio refere uma situação comprovada pelo quotidiano e de entendimento imediato e que é apresentada como dotada de previsibilidade para outras situações mais importantes e de entendimento menos imediato.

Ou seja, nestes casos, um provérbio em vez de *ter* uma metáfora passa a *ser* uma metáfora. Explique-se.

Ao referir-se o facto de que *O sol quando nasce é para todos* não se pretende transmitir apenas uma informação óbvia que a generalidade conhece. Se todos a têm constantemente presente, referi-la viola o princípio básico da relevância em comunicação. É como se alguém introduzisse numa conversação afirmações despropositadas como *vinte vezes dois são quarenta* ou *as pessoas têm nariz*. Ora como os falantes partem do pressuposto que a informação deve ter relevância, procuram entender o que é que aquela informação

---

6 Ver Feldman (2006), Lakoff (2008), Lakoff (2009).

irrelevante (“o sol nasce e todos podem aproveitar”) pretende significar. E por isso, sentem a necessidade de engatilharem um outro significado que a afirmação tem de ter naquele contexto. É este mecanismo que permite adivinhar que podemos estar perante um provérbio, mesmo quando o provérbio é desconhecido.<sup>[7]</sup>

Assim, por exemplo, se num contexto em que se comenta uma paixão amorosa, apresentada como demasiadamente repentina, alguém disser *Fogo de palha não dura*, não será difícil de entender esta frase como um provérbio, mesmo que ouvido pela primeira vez: assim como a palha arde com muita intensidade, mas muito rapidamente, o sentimento muito intenso durará também pouco tempo.

Deste modo, o provérbio é não apenas uma forma de constatação do que se passa, como uma fonte de previsibilidades para o que se poderá vir a passar. E não é pouco importante esta faceta, já que se pretende que os provérbios acarretem a sabedoria baseada na experiência popular de não apenas servirem para explicar o presente, mas sobretudo para fornecerem pistas que nos permitam prever o futuro.

Como pretende representar a Figura 1, o provérbio apresenta, nestes casos, como domínio Fonte da metáfora, não um objeto simples, mas uma situação envolvendo várias componentes que pretendem demonstrar, uma a uma, que o Alvo que se quer atingir se pode compreender a partir do que se passa com a Fonte.



Figura 1.

7 Quando o treinador português José Mourinho, numa conferência de imprensa em Inglaterra (3/5/2015) usou a expressão “*The dogs bark and the caravan goes by*” não foi compreendido imediatamente, mas os jornalistas perceberam que deveria ser um provérbio de origem portuguesa, como a imprensa relata.

Mas estes processos metafóricos com provérbios podem envolver aspectos complexos, porque a mesma realidade pode ser tomada apenas numa das suas vertentes e divergir de outras interpretações de outros provérbios. Se a metáfora do fogo em palha pode ser apresentada para justificar a pouca durabilidade de algumas paixões, também pode justificar a força de outras, mesmo daquelas que não eram expectáveis. Quando se justifica uma paixão muito forte de alguém que se considera já não ser suficientemente jovem para tanto ardor amoroso dizendo *Fogo em palheiro velho é o mais ruim de apagar* foca-se, então, a impetuosidade e a força da paixão, embora através de um domínio Fonte muito semelhante ao da brevidade e da fraqueza (palha a arder).

É por isso que o provérbio, enquanto metáfora, envolve sempre uma complexidade assinalável, porque implica que se descodifiquem umas partes e não outras de uma situação complexa apresentada como Alvo para uma Meta de significado que se pretende atingir. O exemplo já atrás citado de José Mourinho quando em conferência de imprensa em Inglaterra se saiu com *The dogs bark and the caravan goes by* e a não compreensão imediata pelos jornalistas ingleses ilustra essa mesma complexidade.

Se quisermos verificar outros casos em que são apresentadas situações-Fonte para significações-Alvo, e tentar fazer as inferências necessárias para o funcionamento do provérbio, vemos que várias são necessárias.

7. Casa de ferreiro, espeto de pau.
8. Filho de peixe sabe nadar.
9. Filho de burro um dia dá coice.
10. O que não se faz no dia de Santa Luzia, faz-se no outro dia.

Ficando apenas com 7., *Casa de ferreiro, espeto de pau*, ouvir esta frase quando não se está a falar de ferreiros ou de paus, mas, por exemplo, de pais que sendo professores permitem que o filho chegue à escola com os trabalhos de casa por fazer, implica perceber que

– é alguém a apresentar uma realidade tida como constatável (situação-Fonte) com a finalidade de apresentar um ponto de vista (significação-Alvo), ou seja usar um provérbio como metáfora (certos doentes com esquizofrenia ou síndrome de Asperger não são capazes desta inferência).

– o ferreiro é especialista a trabalhar com ferros; ao ferreiro não lhe faltam ferros.

– os espetos devem ser feitos de ferro; quando não há ferros para fazer espetos, costumam fazer-se com paus, mas não são tão eficientes e os especialistas (como o ferreiro é na arte do ferro) devem ser o mais eficientes possível.

– se na casa do ferreiro não há espetos de ferro, mas de pau, implica que o ferreiro não é organizado, é desleixado, não desempenha os papéis que, por inerência, se espera que desempenhasse, nem fornece os instrumentos que, por inerência, deveria fornecer.

– os pais podem ser comparados ao ferreiro desleixado, porque também são especialistas numa área em que deveriam aproveitar a sua especialização e não aproveitam, não desempenhando o papel que era expectável que desempenhassem: neste caso a importância de cumprirem o que se esperaria, não permitir que houvesse falhas (o filho não fazer os trabalhos de casa) num campo onde são especialistas, o processo educativo.

## Provérbio é adivinha

O que ficou dito atrás indicia como a descodificação de muitos provérbios implica um conjunto de processos inferenciais muito parecidos com a adivinha.

Desde logo, para poder interpretar o provérbio temos que partir de uma afirmação aparentemente deslocada do contexto conversacional e *adivinhar* o porquê do aparente corte contextual. Estando a falar-se, por exemplo, de medidas tomadas por um ministro do partido X que está a governar, ministro que até era tido em boa conta, ao contrário do partido ou governo a que pertence, mas que, naquele caso, tomou uma medida prejudicial, por que razão se insere na conversa uma constatação sobre uma característica genética de um animal como *Filho de burro, um dia dá coice*? Uma criança dificilmente adivinhará que a frase, aparentemente deslocada, sobre filhos de burros é para explicar a situação que é assunto da conversa: que um ministro pode ser pensado como sendo *filho* de um governo ou partido (ou respetiva ideologia), que uma medida que nos prejudica pode ser representada por *coice* e que *filho de burro* pode representar a relação de dependência de alguém (o ministro) para com uma entidade (o partido, o governo) considerada pouco inteligente e perigosa. A criança, ou por não ter ainda completamente

desenvolvidos todos os seus mecanismos cognitivos e inferenciais, ou por não possuir treino metafórico suficientemente abstrato ou ainda por não ter conhecimentos sobre o mundo suficientemente abrangentes e solidificados poderá ter (normalmente tem) dificuldades em *adivinhar* o significado e a pertinência do provérbio.

Mas pode não ser apenas uma questão de instrumentos e conteúdos cognitivos, mas de idiossincrasia linguística e cultural. Quando um estrangeiro ouve dizer que *A conversa é como as cerejas*, normalmente tem dificuldades em *adivinhar* o que é que o provérbio-metáfora significa. É que poderia ser muita coisa: a conversa ser doce, agradável, como as cerejas são doces; a conversa ser “vermelha”, perigosa, maliciosa, como as cerejas são vermelhas. Mas não. Como quem usa este conhecidíssimo provérbio sabe, o seu valor linguístico decorre do destaque de algumas facetas: o facto de, por vezes, as cerejas, por causa do caule, se emaranharem umas nas outras e puxar por uma implicar, frequentemente, que outras venham a elas ligadas, ou também o facto de ser difícil parar de comer cerejas. Como cada palavra implica uma ligação com outra palavra, uma frase com outra frase e um falante com outro falante, então podemos perceber como, nesta dimensão, se podem comparar o *puxar* pelas palavras e o *puxar* pelas cerejas.

### Provérbio é palavra-passe

Estas duas características, intrinsecamente conectadas, de frequentemente o provérbio ter uma dimensão de metáfora e de adivinha, vão dar-lhe uma valoração muito particular entre as formas de expressão verbal. É que, como se disse, para *adivinhar* o seu significado contextual é necessário ativar um conjunto complexo de mecanismos cognitivos (especialmente os ligados ao processo metafórico) e conhecimentos muito abrangentes sobre a realidade, sobretudo a realidade cultural mais específica da sociedade onde o provérbio é usado. Perceber o provérbio, atribuir-lhe a sua pertinência significativa e pragmática implica, de alguma forma, *resolver um problema* que não é elementar, mas se situa nos níveis mais complexos da percepção linguística. Por isso mesmo, é que quem não tem um grande domínio da língua (crianças e falantes não nativos ou pouco familiarizados com a língua) têm dificuldades na sua compreensão e utilização.

Esta faceta de *adivinha*, que implica sempre a resolução do problema de decodificar o seu valor, é sentida pelos mecanismos neurológicos do falante como um desafio para a compreensão. Habitualmente, a percepção do provérbio é acompanhada por um sorriso de satisfação, o mesmo sorriso que fazemos quando resolvemos um problema ou adivinha e que é o resultado de uma sensação de bem-estar interior provocada pela libertação de uma porção de dopamina pelo cérebro, como recompensa.

Esta sensação de satisfação pelo uso e compreensão de estruturas linguísticas como os provérbios é uma dimensão não desprezável no tão referido conceito de *embodied meaning* que a semântica cognitiva apresenta. Para esta área das ciências cognitivas, o significado linguístico não é algo de “apenas mental”, descorporizado, mas é construído e percebido através das mesmas sensações e sentidos que o corpo utiliza para apreender o mundo em que se insere. O significado é *sentido*. Não é por acaso que estas duas palavras funcionam frequentemente como sinónimas.

George Lakoff e Mark Johnson, pilares fundadores das ideias do cognitivismo linguístico sobre metáfora e significado, na obra *Philosophy in the flesh*<sup>[8]</sup> acentuam a profunda relação entre a mente, o significado linguístico e a corporização. As primeiras frases do livro, logo a abrir, no capítulo primeiro, que se intitula “Who are we?”, resumem toda a obra:

The mind is inherently embodied.

Thought is mostly unconscious.

Abstract concepts are largely metaphorical.

These are three major findings of cognitive science. More than two millennia of a priori philosophical speculation about these aspects of reason are over. Because of these discoveries, philosophy can never be the same again. (Lakoff & Johnson, 1999:3).

A visão cartesiana da mente como distinta do corpo, o caráter consciente do pensamento e a objetividade não-metafórica são as três dimensões tradicionais agora substituídas pelas de uma mente intrinsecamente corporizada, pela dimensão inconsciente de grande parte do pensamento e pela metáfora como mecanismo construtor dos conceitos mais abstratos e elaborados. Ou seja, pensamos *com* o corpo como base ou modelo experiencial, sem ter necessariamente consciência de como o fazemos e pensamos de forma metafórica.

8 Lakoff & Johnson (1999).

Este conceito de significado corporizado (*embodied meaning*) assenta como luva ao funcionamento dos provérbios. Eles são isso mesmo. Em primeiro lugar, porque são feitos pela experiência individual concreta, corpórea, pelas vivências de cada um dos homens que os construíram. Em segundo lugar, porque o significado linguístico transporta também a sabedoria coletiva que o corpo social (*o povo* na referência tradicional) percecionou e cristalizou em fórmulas de uso. Por isso, usar um provérbio é ter acesso a esse significado corporizado, à minha experiência confirmada pela experiência dos outros.

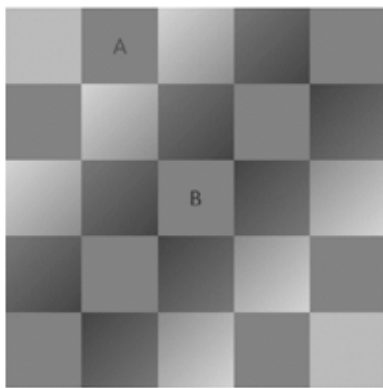
Este reconhecimento das experiências partilhadas em grupo e dos valores que o mesmo grupo lhes atribui ajuda muito a construir a noção de comunidade linguística. Mostra que os outros são semelhantes a mim, partilham comigo ideias, experiências e opiniões (porque os provérbios têm um pouco de tudo isto). E como os provérbios são metáforas nem sempre fáceis de decodificar, quem os percebe e usa reforça a sensação de pertença de grupo.

Os provérbios constituem-se, assim, como uma espécie de palavra-passe para aceder a uma área restrita, que só a comunidade a que se pertence pode partilhar. Quando estamos em grupo e uma criança ou um estrangeiro não percebe o provérbio que usamos, o sorriso que fazemos (normalmente acompanhado de “Não percebes?”) indicia essa sensação de que há quem pertença ao grupo e quem ainda não possa pertencer completamente. Nestes contextos específicos, só quem conhece a palavra-passe, o provérbio, é que verdadeiramente se pode sentir integrado na comunidade linguística.

Os provérbios, quer os de instrução direta (*Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje*), quer os metafóricos (*A conversa é como as cerejas*) que nos apresentam similitudes entre uma situação para percebermos outra, são pois, modelos coletivos de perceção do mundo, são entendidos como verdades testadas e confirmadas pelos tempos e pelas gerações anteriores, fazendo transparecer, assim, uma sensação de empatia e de cumplicidade entre quem os usa, ao reconhecerem-se partes de um mesmo mundo vivencial.

## Provérbios e publicidade

### **Neuromarketing:** porque não percebemos através dos sentidos, mas pela mente



**Figura 2.**

A tradição científica ocidental convenceu-nos que era indubitavelmente a racionalidade que nos comandava e que a “realidade” é apreendida objetivamente. Quando os processos de percepção (sobretudo a visual) começaram a ser mais bem compreendidos, as surpresas não pararam de aparecer, indo muito mais além do que a dúvida que já havia sobre a ilusão de que percebemos a realidade “tal como ela é”.

Várias experiências no domínio da neurocognição evidenciaram como as percepções sensoriais podem ser alteradas no processo cognitivo, de modo que o que fisicamente recebemos como estímulo pelos sentidos pode ser radicalmente alterado pela mente. Experimentos como o da Figura 2 tornaram-se bem conhecidos: os quadrados A e B parecem de cor/tonalidade diferente quando, afinal, possuem a mesma. E depois de termos a certeza da verdade (se taparmos o resto da figura, vemos que é assim), retornando à imagem global, não conseguimos “ver” a “verdadeira realidade” que os deveria mostrar iguais.

Se bem que a ideia de que a percepção não é atomística mas gestáltica não seja nova, ela é reforçada com esta visão das ciências neurocognitivas. E, assim, a publicidade depressa se apercebeu das vantagens que poderia haver em entender como é que os consumidores podem ser influenciados ao construírem as suas percepções, já que estas, como se vê, são muito mais complexas do que a simples descodificação neutra dos dados sensoriais da experiência.

Um estudo marcante neste âmbito foi o de McClure (2004) sobre a forma como os consumidores distinguem a Coca-Cola da Pepsi-Cola. Em prova cega em que se perguntava de qual dos dois refrigerantes bebidos tinham gostado mais, os consumidores deram a preferência de 50% a cada



um, Coca e Pepsi. Os dados das ressonâncias magnéticas dos inquiridos, que revelavam o modo como as decisões tinham sido tomadas, mostravam que a área cerebral da recompensa era a ativada. Numa segunda parte da experiência, eram dadas, igualmente, duas colas aos sujeitos, mas agora identificadas, uma de Coca-Cola e outra de Pepsi-Cola. Desta vez, os sujeitos que disseram que a Pepsi-Cola era melhor caiu 25% e os dados das ressonâncias magnéticas evidenciavam que as áreas cerebrais da cognição e da memória eram agora, ao contrário do que acontecia na prova cega, muito ativadas.

Este estudo mostrou como as tomadas de decisão sobre escolhas dependem, em grande medida, das associações cognitivas e das memórias que ligamos ao produto a escolher. Isto é, não está apenas em consideração o valor intrínseco do produto relativamente à recompensa ou satisfação que esperamos dele, mas somos muito influenciados por todo o *stock* cognitivo, positivo ou negativo, a que o ligamos, até ao ponto de estas associações cognitivas alterarem bastante as nossas opiniões e decisões. O *neuromarketing* constitui-se, assim, como uma área não possível de obliterar quando se desenham estratégias mais completas (ou mais complexas) para o sucesso de uma venda.

## Provérbios e rede de valores implícitos

Estes dados comprovam como os valores implícitos podem ser importantes em publicidade, de modo a constituírem, na prática, uma espécie de mensagem subliminar.

Ora os provérbios evocam toda uma série de valores que se constituem numa rede multifacetada e extremamente rica em evocações cognitivamente positivas.

Desde logo, tal rede aciona o sentido de comunidade, trazendo crenças tidas como partilhadas e inquestionadas. Considerar o provérbio como “sabedoria popular” equivale a reconhecer a sua fundamentação nas experiências que alicerçam a mesma comunidade. Ele passa por ser a expressão da experiência, vertida na língua materna, de verdades testadas que solidificam a identidade cultural, a comunidade. A dimensão popular que conota acarreta-lhe a autenticidade e a simplicidade das evidências, constituindo-se o centro de uma rede de interconexões que esquematicamente a Figura 3 pode representar.



Figura 3.

Ora se é verdade, como mostram os estudos e as técnicas de *Neuromarketing*, que as associações cognitivas e as memórias armazenadas são decisivas para a valoração positiva das nossas opções e desempenham um papel importante nas decisões que tomamos, não será difícil de aceitar que todos os valores implícitos de recordar um provérbio se podem transformar em reforços também positivos das situações ou dos produtos a que o provérbio aparece associado.

O provérbio, evocando valores e memórias de uma comunidade, acarreta consigo, a conciliação de dois aspetos extremamente importantes para a comunicação publicitária: seduzir e captar a atenção:

“a utilização do provérbio releva da necessidade de convocar fragmentos discursivos que estão inscritos na memória do leitor e que, pela sua estrutura breve, pelas simetrias fónicas e rítmicas que geralmente apresentam, se tornam veículos privilegiados da captação da atenção” (Lopes 1992: 336)

Isto não acarreta, obviamente, que basta usar um provérbio e acontece um milagre de convencimento. Seria ridículo pensar em qualquer coisa do género. O que se quer dizer, em vez disso, é que as evocações positivas a que o provérbio se liga podem ser usadas como exaladoras do perfume de simpatia com que o produto quer aparecer. Até porque nem toda a rede é idêntica, nem todos os valores que a estruturam possuem a mesma valoração. Ou seja, nem tudo nos provérbios é “aproveitável” para qualquer situação de acionamentos positivos a nível de *neuromarketing*. Por exemplo, dificilmente se usarão provérbios populares em publicidade sofisticada, de perfumes de luxo ou outros produtos que pretendam a exclusividade, a fuga da norma ou o *glamour*. É que a rede implícita dos valores acionados pelos provérbios aciona áreas diversificadas, essencialmente repartidas por valores ligados à comunidade, à experiência e à dimensão popular que possuem, como a Figura 4 pretende esquematicamente apresentar.



Figura 4.

Não será difícil de perceber que cada uma destas áreas possui utilidades diferentes e também se constituem em “perigos” diferentes. Assim, será sempre um risco associar um provérbio a um produto de *glamour*, mas menor risco a produtos simples, populares, que aceitem bem na sua promoção o humor, como a cerveja, por exemplo. Por outro lado, os valores de comunidade justificam os provérbios no discurso argumentativo (discurso político, religioso), enquanto os valores de experiência são frequentemente aproveitados por bancos, seguradoras, carros e outros que queiram ser associados a “segurança”.

## Da explicitação à evocação

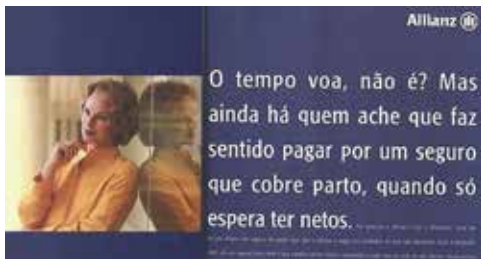


Figura 5.

provérbio é o ponto de arranque justificativo da argumentação: *o tempo voa*. Aí está, completo. O resto da construção textual é dependente da aceitação do provérbio como um todo explicitado, aceitação essa que começa na forma como ele faz parte de uma frase que o engloba (“O tempo voa, não é?”) que por sua vez se desenrola num texto

Ao referirmos a presença dos provérbios na publicidade, pode parecer que isso implica necessariamente a explicitação completa da estrutura linguística que os constitui. Reparando na Figura 5, podemos, realmente, verificar que o

[illegible]

*ativos, não precisamos de dormir muito porque não nos deitamos cedo e mesmo assim crescemos.* A argumentação implícita parte do provérbio explícito. Ele precisa de estar ali, completo, para servir de marco referencial.

Não é, no entanto, necessária, sempre, a explicitação completa do provérbio. Até porque ele nem sempre funciona como argumento justificativo (como mostra o último exemplo); o que acontece mais frequentemente, é que se acione o provérbio sem ter de o explicitar todo, mas apenas evocando uma parte, um segmento que o traga à memória, como acontece na Figura 7. Aqui, até nem aparece nenhuma palavra do provérbio, mas uma estrutura de repetição que se serve de palavras derivadas das que originalmente constituem o provérbio:

*grão a grão* evocado por *Grãozinho a grãozinho* com a figura do galo a completar o domínio cognitivo para o qual devemos apontar. Isto é, há uma evocação multimodal, já que aparecem diferentes tipos de elementos que permitem a evocação do provérbio: a parte linguística (*grãozinho a grãozinho*) e a icónica (o galo). Assim, não é preciso ter dotes especiais de literacia ou adivinhação para, através do anúncio, trazer à memória o provérbio *Grão a grão enche a galinha o papo*.



**Figura 8.**

A evocação icónica, sem recorrer a elementos linguísticos, teoricamente é possível, mas é arriscada e pouco funcional. Seria possível engatilhar este provérbio apenas através de imagens? Teoricamente é sempre possível, mas na prática pensamos que raramente (ou nunca) acontece. Há sempre o elemento linguístico para ajudar à evocação, caso contrário o

anúncio fica uma charada difícil de interpretar. O que pode acontecer é a componente linguística não apontar diretamente para os elementos lexicais do provérbio, mas apenas indiretamente.

Veja-se um pormenor (Figura 8) de um anúncio de um banco em que aparece a citação de Ernest Haskins: “Poupa um pouco todos os dias e no final do ano ficarás surpreendido com o pouco que tens”. A citação sobre o poupar, associada aos grãos de milho da imagem, aciona *Gão a grão enche a galinha o papo*. Será que sem esta ou outra parte verbal, apenas com a foto dos grãos, se chegaria lá? Pensamos que não. Talvez que com a foto dos grãos e o nome do banco já fosse possível. Mas o nome do banco é uma componente verbal. Por isso, sem nada verbalizado, parece-nos difícil um provérbio ser evocado, pelo menos de forma eficaz.

## Tipos de utilização dos valores sociais (ideológicos) dos provérbios

### Provérbios de apoio



Figura 9.

Como é frequentemente referido, um provérbio transporta uma determinada visão do mundo, sendo uma tomada de posição valorativa perante opções diferentes que, por vezes, outros provérbios também representam (ver a questão já atrás abordada dos provérbios contraditórios). Quando é defendida, no anúncio, a visão do mundo que o provérbio transporta, este funciona como suporte e apoio ideológico dos valores a que se quer que o consumidor adira. É nítido que no anúncio da Figura 9, intitulado “**NO BES É QUE ESTÁ O GANHO**” se aciona o provérbio *No **poupar** é que está o ganho* que acarreta a visão de que devemos poupar, pensar no futuro, não gastar tudo o que temos: é a visão ideológica da formiga da fábula. E é esta visão que se quer acionar, reforçada pelo texto explicativo que pretende apresentar o produto:

Porque “**tostão a tostão enche o mealheiro o papo**” [negrito no texto], ao subscrever ou reforçar uma solução de Poupança BES júnior com €100 recebe a **Avozinha**, o novo mealheiro **BES** | AGORA, BEM LA BEM que vai ajudá-lo a crescer e a poupar com os seus conselhos. Por cada mealheiro entregue, o BES ajuda a **Coração Amarelo**, uma instituição de apoio a seniores porque “*poupar e ajudar não ocupam lugar*”. Salta tudo em [bes.pt/junior](http://bes.pt/junior)

A inserção de um novo provérbio (evocação de *Grão a grão enche a galinha o papo* por “**tostão a tostão enche o mealheiro o papo**”) vem reforçar esta linha ideológica de cautelas com o futuro e poupança, precisamente os

suportes ideológicos que subjazem ao produto que se quer vender. Para além de todos os implícitos da utilização dos provérbios, este anúncio assenta num conjunto de valores, associados a *poupança*, comuns aos dois provérbios evocados. Aliás, a identificação é tal que a estrutura da principal frase do anúncio, “NO BES É QUE ESTÁ O GANHHO”, ao evocar o provérbio *No poupar é que está o ganho* faz com que o próprio banco (BES) apareça como sinónimo/equivalente de poupar, o termo que é substituído pelo nome do banco. Não podia haver maior evidência de que os valores do provérbio são o apoio ideológico em que assenta o anúncio.

### Provérbios de contraposição



Figura 10.

Mas nem sempre o provérbio acionado coincide com os valores ideológicos que suportam o anúncio. Frequentemente, esses valores são mesmo contraditórios, ou seja, o anúncio evoca o provérbio para se lhe contrapor, para evidenciar que o que o provérbio diz não é verdade, pelo menos *naquele caso*. Ou seja, não se trata tanto de negar a validade global do que o provérbio apresenta, mas antes de fazer ver que essa “verdade proverbial” tem uma exceção, que é o produto anunciado.

Evidentemente que isto se destina a tornar

o produto muito especial, único mesmo, porque o distingue da normalidade e de todos os outros que possam ser concorrentes. Portanto, a contraposição ao provérbio que é feita no anúncio é para sublinhar o valor do produto: se o provérbio diz que o normal é ser X, o produto é tão especial que, neste caso, se ultrapassa o normal. Se é normal acreditar que *As aparências iludem*, neste carro (Figura 10) elas não iludem: aqui, neste produto, bonito e bom coincidem, ele é simultaneamente as duas coisas. Repare-se que no título do anúncio (*As aparências não iludem*) isto não é explicitado. Somos nós que construímos esta conclusão. Pela lógica do afirmado, tanto se poderá inferir “parece bonito, portanto é bom” como também se poderia construir a inferência “parece feio, portanto é mau”. Tudo parte do qualificativo que

atribuímos à “aparência” do produto. Mas nós sabemos que “As aparências iludem” costuma equivaler a “As aparências boas iludem” e por isso o criativo do anúncio não se importa de correr o risco de alguém interpretar “as aparências (más) não iludem e por isso este carro é mau”.

### Provérbios de conteúdo neutralizado



Figura 11.

Se a visão do mundo que um provérbio agasalha pode ser aproveitada ou contrariada, ela também pode ser neutralizada, porque posta em segundo plano. É o que acontece na maior parte dos casos, porque, frequentemente, não é a visão do mundo que o provérbio implica que justifica a sua utilização, mas “apenas” os valores de conotação de comunidade e cumplicidade de partilha, de pertença de grupo. E por isso, é indiferente a ideia, valor ou ideologia que o provérbio original quer mesmo defender, sendo tudo isto carnalizado, geralmente através do humor que resulta da sua transformação.

Se o provérbio *Para baixo todos os santos ajudam* envolve uma ideia pessimista de que *Um mal nunca vem só*, de que é mais fácil encontrar quem nos queira prejudicar do que quem nos queira ajudar, no anúncio da Figura 11 a sua utilização nem é para confirmar nem para refutar essa perspetiva, mas para fazer humor com a sua expressão. Reinterpreta-se<sup>[9]</sup> o provérbio de molde a que o significado de comunidade que a expressão possui ganhe um novo valor que contraposto ao valor original se transforma num jogo que desperta o humor. O provérbio aplica-se, agora, a situações muito diferentes das que se aplica em comunidade (por isso é que tem de ser *reinterpretado* nos seus componentes): já não diz respeito a pessimismo e a coisas más, mas a cerveja e a coisas boas, à facilidade de fazer com que uma cerveja virada “para baixo” entre num copo. Esta comparação entre um assunto sério que o provérbio usualmente retrata (os males e o sofrimento da vida) e o assunto irrisório que é o de que a cerveja, tal como a vida, também pode cair “para

9 Ver Teixeira (2006).



baixo” obriga a reinterpretar todo a componente linguística do provérbio, a passar do sentido metafórico mais abstrato (as quedas da vida) para o sentido físico (a queda da cerveja no copo), resultando todas estas associações no humor que inevitavelmente aparece ao falante que “descobre” as ligações entre o provérbio original e a interpretação que aqui tem de ter.

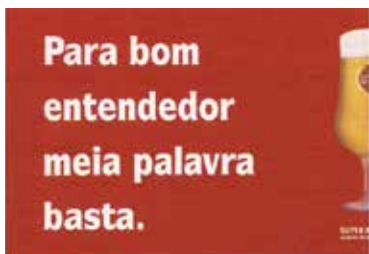
## Pertença de grupo e humor

Se o que foi dito permite apresentar esquematicamente a forma e a valoração ideológica como a publicidade utiliza os provérbios (Figura 12), não se pode esquecer que tudo isso tem que ser percebido sempre sob o manto dos motivos mais globais que justificam a sua utilização: o acionar a noção de pertença de grupo e de valores ideológicos partilhados. Não quer dizer que sejam sempre aceites por todos: por isso, é que a esses valores ideológicos que o provérbio apresenta podem ser contrapostos outros valores, ou então serem neutralizados, não considerados nem positiva nem negativamente (não sendo tal aspeto, nesse caso, tido em conta) e carnavalizados através do humor.



Figura 12.

O despertar da sensação de pertença de grupo é o valor mais importante que os provérbios acionam. E a prova de que este valor se sobrepõe aos outros, vê-se ao repararmos como os aspetos ideológicos ou os valores que um provérbio acarreta podem ser contrariados por outros provérbios ou mesmo contraditados ou esquecidos na sua utilização num anúncio concreto. Portanto, não é tanto a “sabedoria” que é aproveitada, mas a sensação transmitida de nos fazer sentir membros de uma comunidade, de um grupo no qual nos inserimos, sendo a sensação de inserção no grupo uma das mais básicas e importantes no ser humano.



**Figuras 13.**

A outra dimensão global que o uso dos provérbios costuma envolver é a dos jogos linguísticos que possibilitam o humor. Frequentemente, como já se referiu, através da reinterpretação do significado de comunidade<sup>[10]</sup>. O provérbio tem um significado habitualmente metafórico na comunidade, mas no anúncio é forçado o significado literal, desconstruindo e carnavalizando a metaforização. Para além do já apresentado na Figura 11, veja-se o da Figura 13 que utiliza o provérbio *Para bom entendedor meia palavra basta*: em vez de *SUPER BOCK/ SABOR AUTÊNTICO* aparecem mesmo palavras cortadas a meio, *SUPER B/ SABOR AUT* e metade do copo da cerveja.

Entre estas duas dimensões (pertença de grupo e humor), não há uma relação disjuntiva, mas parcialmente inclusiva, na medida em que uma dimensão favorece a outra. O reconhecimento do provérbio enquanto tal constitui, por si só, parte do *jogo de adivinhas* em que a dimensão paremiológica se insere. Reconhecer que um dito é um provérbio é a primeira parte da adivinha; depois é adivinhar o seu significado e adequação contextual, frequentemente inseridos numa estrutura metafórica que constitui o complemento da adivinha.

Por si só, este jogo de adivinhas constitui-se como primeiro passo para o humor. A ligação entre as adivinhas e os mecanismos de humor não é novidade. Não é por acaso que sorrimos sempre que acertamos na solução da adivinha. Mas sobre esta base, usando os provérbios e a multimodalidade textual e icónica, podem ser construídos jogos de linguagem que ultrapassam frequentemente a finalidade de potenciarem o humor:

Uma das interessantes finalidades do provérbio é a de poder ser um auxiliar eufemístico, como se constata no anúncio da Figura 5 (atrás apresentado) de uma companhia de seguros. Não será simpático lembrarem a alguém que está velho e que o seguro de saúde tem que estar adequado à idade. Mas se começar a frase por *O tempo voa, não é?* a evocação é muito menos agressiva e

<sup>10</sup> Ver Teixeira (2006).

simpaticamente eufemística, porque constata a evidência de uma realidade ineludível que a sabedoria popular assim verbaliza.

Aliás as companhias de seguros e os bancos têm uma predileção especial pelos provérbios. Não admira, se nos lembrarmos como eles acionam os valores de tradição e de sabedoria confirmada pela experiência.



Figuras 14, 15 e 16.

Implicará isto que nos anúncios a bancos em que se utilizam provérbios são sempre estes os valores presentes (tradição e sabedoria confirmada, verdade), como nas Figuras 5, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17 e 18? Claro que não. A negação desses valores pode ser assumida (Figura 19), por todas as razões que já foram ditas e sobretudo porque a ideologia (nobre e ética) do provérbio evocado (*O dinheiro não traz a felicidade*) não corresponde às representações sociais reais, àquilo que verdadeiramente a sociedade de hoje pensa.



Figuras 17, 18 e 19.

E por que é que o provérbio pode ser contrariado? Porque o valor mais geral de pertença de grupo, que qualquer provérbio aciona, contrabalança o perigo em contradizer a filosofia ou ideologia de base.

E quando o valor ideológico é tido como inquestionável? Nesse caso, parece que a única possibilidade é usá-lo na sua aceitabilidade social. Um provérbio como *O sol quando nasce é para todos* parece acarretar os valores de igualdade, democracia e partilha que ninguém (a não ser que queira causar antipatia) costuma contradizer. Além disso, é fácil associá-lo a coisas boas a que todos devem ter acesso.



Figuras 20 e 21.

Não admira, por isso, que tão frequentes vezes apareça em publicidade (Figuras 20, 21, 22, 23), já que esta se pretende constituir exatamente como

a mensageira das coisas boas a que todos devem ter acesso. E pode ser este valor preterido ou anulado? Em publicidade, pode. Não diretamente. Não seria simpático, nem apelativo, um anúncio que apresentasse a ideia de que nem todos têm direito às coisas boas da vida. Por isso, pode-se começar com *O sol quando nasce é para todos* (ver Figura 24) e depois carnavalizar o provérbio através do humor: “A sombra é que pode ser melhor para alguns.” Ou seja, aqui “o sol” deixa de metaforizar “as coisas boas” e é reinterpretado no seu sentido não metafórico: “o calor que o sol faz pode ter inconvenientes e por isso quem pode, deve proteger-se dele e há pessoas que têm acesso a ótimas formas de aproveitarem o sol protegendo-se dos inconvenientes, como quando se está num bom hotel”. Consegue-se, assim, transformar o valor ideológico do provérbio (as coisas boas devem ser para todos) em algo que sugere uma ideologia contrária (nem todos têm acesso a este produto –o hotel bom–o qual ganha uma áurea de exclusividade e requinte não acessível para a maior parte).

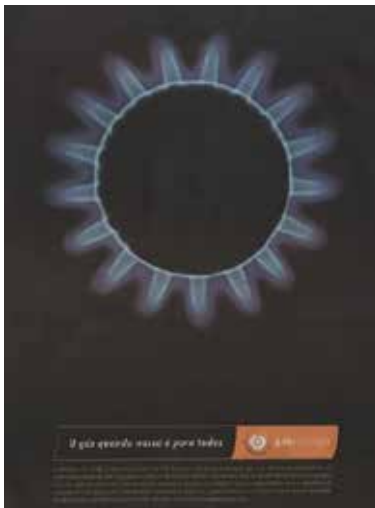


Figura 22 (anúncio e destaque do título). Figura 23 (anúncio e destaque do título).



Figura 24.

na defesa de uma ideia ou valor? Só servem os provérbios que corroboram a ideia? É pelo seu valor ideológico que eles são utilizados?

Vejam-se alguns exemplos de uma campanha brasileira (organização *Seja Vegano*) em favor de não se comerem animais, feita utilizando provérbios.



Figuras 25 e 26.

Na Figura 25, o anúncio respeita a instrução que o provérbio transmite, enquanto na Figura 26 a contradiz. Nos outros anúncios da campanha, notam-se procedimentos igualmente variados, onde se evidencia que não é o valor ideológico do provérbio que mais conta, mas apenas o ato da respetiva evocação: *Cão que ladra e tem carinho em casa, não morde* (transformação de *Cão que ladra não morde*); *Quem não tem cão, adota um gato* (transformação de *Quem não tem cão, caça com gato*); *Não conte com o ovo na barriga da galinha*. Ou seja, a evocação do provérbio não é tanto para recuperar o valor ideológico que ele tem (até porque é modificado, contraditado ou reinterpretado através do humor), mas para acionar uma sensação comunitária de pertença social,

para captar a nossa simpatia e adesão através do reconhecimento de nos sentirmos membros de uma comunidade.



**Figuras 27 e 28.**

E é por isso que com tanta frequência, em publicidade, o provérbio é a muleta do humor: a ideologia que ele acarreta é secundarizada. Pode ser aceite ou pode ser contrariada. Mas, a maior parte das vezes, é apenas ignorada, reinterpretando-se o provérbio, desfazendo-se a ideologia através da aplicação a contextos completamente díspares (Figuras 27 e 28). Na Figura 27, o provérbio recuperado é, até, hoje em dia polêmico: *Entre marido e mulher ninguém mete a colher* já não tem a aceitabilidade social que dantes tinha. Mas para o anúncio em questão, isso pouco importa. Ele não está ali para recuperar os valores tradicionais do casamento, mas para poder ser reconhecido como um provérbio e poder servir para o humor que resulta da desmetaforização de “meter a colher”, reinterpretada no seu sentido-fonte original pré-metafórico. Do mesmo modo, *Quem come por gosto não cansa*, evocando *Quem corre por gosto não cansa* (Figura 28), joga, agora, com outros mecanismos de transfiguração: já não a desmetaforização, mas a assonância fônica que permite que a contraposição lexical *corre/come* funcione como mecanismo possibilitador de novo jogo semântico.

São estes múltiplos jogos de evocação-transformação-descoberta de novo significado que acionam a sensação de comunidade, a ligam ao prazer do jogo e das interpretações renovadas acionadas pelos provérbios, transformando-se em mecanismos responsáveis pelo humor e pela captação da nossa atenção e simpatia para com os produtos anunciados.



## Provérbios, indícios de uma casa comum

Por que razão, sendo os provérbios vestígios de uma civilização pré-alfabetizada, oralizada e estruturalmente rural, mantêm validade e utilização numa atividade tida como *ex-libris* da pós-modernidade e da civilização urbana e global?

Este aparente paradoxo pode ser compreendido se se atender a que o provérbio consegue seduzir (também) por evocar percepções extremamente importantes para a nossa vivência social.

O primeiro desses valores é o de sentimento de pertença ao grupo, à comunidade linguística em que nos inserimos. Conhecer e dominar os provérbios (e as expressões fixas) significa dominar a língua como nativo, em grau bastante elevado. Faz-nos sentir membro do grupo e nele integrados, compreendendo bem os seus códigos linguísticos e comportamentais, constituindo isto um sentimento fundamental para o nosso bem-estar individual e social.

Depois, e ao contrário do que pode parecer a uma abordagem mais superficial, os provérbios são tolerantes, não implicam visões obrigatórias e afuniladas da vida, porque não implicam visões únicas de vivências e valores: para cada provérbio há quase sempre um outro que se lhe pode contrapor e todos são pontos de vista, ferramentas de argumentação.

Porque têm o grande trunfo de poderem ser contraditórios entre si, os seus valores ideológicos podem ser contrariados. E frequentemente, em publicidade, eles são alterados, transformados, parodiados em jogos humorísticos que só acrescentam sedução e interesse à mensagem linguística.

No fundo, o aconchego que o provérbio traz é o de nos fazer sentir habitando uma casa comum, uma casa que nos dá uma sensação envolvente e materna: a língua que partilhamos.

## Referências

- ANÓNIMO (1852). *DOM RODRIGO: POEMA ÉPICO*. PORTO: F. P. D'AZEVEDO.
- COELHO, F. A. (1874). *Questões da língua portuguesa*. Vol. 1. Porto: E. Chardron.
- COUTO, A. M. (1842). *Diccionario da maior parte dos termos homónimos, e equívocos da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia de Antonio Joze da Rocha.



- DUARTE, H. M. Vaz, Coimbra, R. L. & Moutinho, L. de Castro (2006). All roads lead to advertising: Use of proverbs in slogans. In A. Botinis (Coord.), *Proceedings of ISCA (International Speech Communication Association) Tutorial and Research Workshop on Experimental Linguistics* (pp. 245-248). Athens: University of Athens.
- FELDMAN, J. (2006). *From Molecule to Metaphor – A Neural Theory of Language*. Cambridge, MA: MIT Press.
- FORCEVILLE, C. (1996). *Pictorial Metaphor in Advertising*. London / New York: Routledge.
- FREITAS, J. J. Ferreira de (Ed.) (1821). *O padre amaro, ou Sovêla, politica, historica, e literaria*. Tomo IV. Londres: R. E. A. Taylor.
- GONÇALVES, J. A. (1829). *Arte China constante de alphabeto e grammatica*. Macau: Real Collegio de S. José.
- GUEDES, A. Pinto (1997). *Publicidade, um discurso de sedução*. Porto: Porto Editora.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1999). *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books.
- LAKOFF, G. (2008). The neural theory of metaphor. In R. W. Gibbs (Ed.), *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought* (pp. 17-38). Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, G. (2009). The Neural Theory of Metaphor. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1437794> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1437794>
- LOPES, A. C. Macário (1992). *Texto Proverbial Português – Elementos para uma análise semântica e pragmática*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- MCCLURE, S. M. et al. (2004). Neural correlates of behavioral preference for culturally familiar drinks. *Neuron*, 44 (2), 379-387.
- MIEDER, W. (1999). Popular Views of the Proverb, 5 (2). Disponível em <http://www.deproverbio.com>.
- TEIXEIRA, J. (2006). A reciclagem do significado de comunidade: processos de interpretação no texto publicitário. *Diacrítica. Série Ciências da Linguagem*, 20 (1), 207-228.
- TEIXEIRA, J. (2007). Mecanismos Metafóricos e Mecanismos Cognitivos: Provérbios e Publicidade. In P. Cano López et al. (Eds.), *Actas del VI Congreso de Lingüística General*. Madrid: Arco Libros.
- TUNGATE, M. (2007): *Adland: a Global History of Advertising*. London: Kogan Page.



# **O PAPEL DO GRAU DE EXPOSIÇÃO LINGUÍSTICA NO DESENVOLVIMENTO BILINGUE**

Cristina Flores  
Universidade do Minho  
cflores@ilch.uminho.pt

Liliana Correia  
Mestranda/Universidade do Minho  
lilianamocorreia@gmail.com

## **Introdução**

O facto de crianças expostas desde muito cedo a duas línguas no seu quotidiano desenvolverem conhecimento linguístico nativo em ambas as línguas (se o contacto com ambas se mantiver até à adolescência, cfr. Bylund, 2009) é tido como evidência clara em favor da ideia de que a mente humana está biologicamente predisposta para o multilinguismo (Meisel, 1989). Como a criança bilingue tem de dividir o tempo em que está acordada por duas línguas, em teoria, isso significa que tem quantitativamente menos exposição a cada uma delas do que a criança que é exposta a apenas uma língua no seu quotidiano. Esta circunstância não a impede, no entanto, de adquirir as línguas-alvo como um falante nativo (Genesee, 1989), mostrando que a mente humana não necessita de “todo o *input*” que, teoricamente, possa estar disponível a um falante monolingue.

É um facto, contudo, que mesmo a quantidade de exposição linguística que uma criança monolíngue recebe é muito variável (veja o estudo de Hart & Risley, 1995). Há crianças que crescem no seio de famílias numerosas, com abundante comunicação verbal entre os seus membros, e outras que passam muitas horas sozinhas, ou em ocupações que não envolvem interação verbal. Mesmo sob circunstâncias sociais muito diferentes, todavia, o processo de aquisição de uma língua nativa é bastante uniforme. Esta observação sugere que a relação entre a quantidade (e qualidade) de exposição linguística que uma criança recebe e a competência linguística que desenvolve não é uma relação linear simples “de um para um”, revestindo-se de uma complexidade ainda insuficientemente compreendida. O crescente número de estudos que tentam compreender esta relação, sobretudo no caso da aquisição bilingue, tem mostrado que, apesar de não ser linear, existe de facto uma correlação entre os diferentes fatores que caracterizam o ambiente linguístico da criança (línguas faladas em casa; número de falantes nativos dessas línguas; existência de irmãos mais velhos, etc.) e o desenvolvimento dos diferentes domínios linguísticos, como o repertório lexical, a estrutura sonora da língua ou o conhecimento morfossintático (Unsworth, 2015). Em especial, tem sido destacado o efeito da quantidade de *input* linguístico que a criança recebe sobre o tamanho do seu repertório lexical e sobre o ritmo de aquisição de determinadas propriedades linguísticas.

O objetivo do presente artigo consiste em apresentar os principais resultados da investigação centrada no papel da variação de *input* linguístico na aquisição de duas (ou mais línguas) na infância, focando o desenvolvimento da competência lexical e morfossintática da criança bilingue.

## Exposição linguística e aquisição do vocabulário

Ao longo das últimas décadas têm surgido vários estudos sobre o desenvolvimento e a aquisição da competência lexical de falantes bilingues (Allman, 2005; Bialystok *et al.*, 2010; Bornstein & Cote, 2014; De Houwer *et al.*, 2014; Gathercole & Thomas, 2009; Hammer *et al.*, 2008; Hoff & Naigles, 2002; Hoff *et al.*, 2014a/b; Hurtado *et al.*, 2014; Junker & Stockman, 2002; Kan & Kohnert, 2005; Pearson *et al.*, 1993; Place & Hoff, 2011; Sheng *et al.*, 2011;

Smithson *et al.*, 2014; Thordardottir, 2011; Willard *et al.*, 2015, entre muitos outros).

De facto, a heterogeneidade de contextos em que estes falantes adquirem duas (ou mais) línguas reflete a diversidade de resultados que derivam dessas investigações. No domínio específico da aquisição do vocabulário, a generalidade dos estudos realizados tem tido como objetivos centrais avaliar a dimensão lexical de falantes bilingues, comparando-os entre si e com os seus pares monolingues, de modo não só a verificar semelhanças e diferenças nas suas trajetórias de desenvolvimento da competência lexical, como também a identificar e clarificar diferentes fatores intervenientes na aquisição desta competência linguística.

Deste modo, as seguintes ideias-chave sobre a aquisição lexical bilingue, que desenvolveremos nesta primeira secção, parecem ser transversais à pluralidade de resultados observados nas inúmeras investigações realizadas:

O desenvolvimento da competência lexical da criança bilingue é significativamente influenciado pelo grau de exposição linguística às duas línguas em aquisição.

No domínio lexical, a competência produtiva é mais vulnerável a efeitos de exposição reduzida do que a receptiva (compreensão).

A dimensão do vocabulário de falantes bilingues tende a ser inferior em cada uma das suas línguas quando é comparada com a de um falante monolingue. Contudo, quando é calculado o seu vocabulário total (*i.e.* o vocabulário das línguas maioritária e minoritária combinadas), os falantes bilingues tendem a apresentar resultados semelhantes aos dos seus pares monolingues.

Em contextos de coexistência de uma língua maioritária e outra minoritária, os efeitos de exposição são sobretudo visíveis a nível da língua minoritária (língua de herança), mesmo em famílias em que ambos os pais falam a língua minoritária e esta é, portanto, a língua dominantemente usada no contexto doméstico.

Em contextos de migração, fatores socioculturais, como o estatuto da língua minoritária na sociedade de acolhimento ou o grau de aculturação das famílias imigrantes, parecem determinar a quantidade de exposição linguística que as crianças bilingues recebem em cada uma das suas línguas.

Um estudo importante para a discussão sobre os diferentes ritmos de aquisição lexical de falantes bilingues é o de Hoff *et al.* (2014b). As autoras realizaram um estudo comparativo das trajetórias do desenvolvimento do vocabulário produtivo de crianças bilingues e monolingues dos 22 aos 48 meses, partindo de resultados obtidos em estudos anteriores (Hoff *et al.*,

2012; Place & Hoff, 2011). Estes indicam que, embora o ritmo de crescimento lexical de crianças bilingues seja semelhante ao de crianças monolíngues, as crianças bilingues frequentemente apresentam, em estágios iniciais, resultados inferiores quando só uma das suas línguas é analisada. No que respeita à amostra deste estudo, esta é constituída por 31 crianças monolíngues (inglês), 11 crianças provenientes de contextos familiares em que ambos os pais eram falantes nativos de espanhol e 15 crianças oriundas de ambientes familiares em que um dos pais é falante nativo de espanhol e outro de inglês, tendo todos os intervenientes deste estudo participado numa investigação anterior sobre o desenvolvimento linguístico bilingue e monolíngue dos 22 aos 30 meses (Hoff *et al.*, 2012; Place & Hoff, 2011). Os resultados desta investigação longitudinal demonstram que a quantidade de exposição linguística em casa é um fator preditivo do desempenho lexical das crianças bilingues e influencia as suas trajetórias de desenvolvimento de vocabulário produtivo. Assim, as autoras constataam que as crianças de famílias bilingues com uma exposição linguística mais equilibrada entre a língua minoritária (espanhol) e a maioritária (inglês), ou seja, as crianças cujos pais são ambos falantes nativos de espanhol, apresentam um ritmo de crescimento mais rápido do que os outros grupos no tamanho de vocabulário total (*i.e.* a soma do vocabulário de inglês e de espanhol), aproximando-se de um bilinguismo equilibrado aos 48 meses. Por outro lado, as crianças bilingues que estão mais expostas à língua da sociedade apresentam trajetórias de declínio na aquisição da competência lexical da língua minoritária. As autoras verificam ainda que o nível de competência linguística de inglês das crianças bilingues é equiparado ao das monolíngues, contudo, as crianças bilingues que são expostas apenas ao espanhol em casa apresentam resultados inferiores.

Por sua vez, Sheng *et al.* (2011) realizaram um estudo sobre o conhecimento lexical de crianças bilingues mandarim-inglês residentes nos Estados Unidos, no qual avaliaram as suas competências recetiva e produtiva através da aplicação de testes identificação (compreensão) e de nomeação de imagens (produção) em ambas as línguas. A amostra deste estudo é constituída por dois grupos de falantes bilingues: um com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos e o outro na faixa etária dos 6 aos 8 anos. O perfil sociolinguístico de ambos os grupos é homogéneo, ou seja, todas as crianças, com a exceção de duas (um dos pais era falante monolíngue de inglês), provêm de um contexto familiar em que ambos os pais são falantes

nativos, ou fluentes, de mandarim, a língua utilizada no meio familiar, e foram expostas pela primeira vez à língua maioritária (*i.e.* inglês) na creche ou no infantário. Quanto ao estatuto socioeconómico, todos os participantes pertencem à classe média. Assim, ao calcularem o tamanho de vocabulário total, através da soma de todos os itens lexicais corretamente nomeados e identificados nos testes de imagens, as autoras constataam que este é maior do que o vocabulário contabilizado em cada uma das línguas no grupo de crianças mais jovens, mas é equivalente ao vocabulário da língua maioritária no grupo de crianças mais velhas. Por sua vez, a variação existente entre os resultados das competências produtiva e recetiva, revelando um nível de acurácia maior nos testes de identificação do que nos de nomeação, mostra que a diferença é maior na língua minoritária do que na maioritária e que, no caso do inglês, esta vai diminuindo com a idade e com o crescimento lexical. A conjunção destes dois resultados revela que houve um aumento acelerado e significativo, de uma faixa etária para a outra, no desenvolvimento lexical da língua maioritária, sugerindo, ao mesmo tempo, o aparecimento de um estado de estagnação precoce na aquisição lexical e no desenvolvimento das competências produtiva e recetiva na língua mais fraca. Segundo as autoras, apesar da quantidade elevada de exposição linguística ao mandarim em casa, o facto de estas crianças não terem acesso a outras fontes de *input* linguístico na sociedade e de não terem oportunidade de comunicar verbalmente na língua minoritária em contextos não familiares provoca este desequilíbrio no desenvolvimento lexical entre as suas duas línguas, podendo levar a um declínio das competências comunicativas na língua minoritária.

Num estudo com pares linguísticos mais diversificados, Bornstein & Cote (2014) analisaram a competência lexical produtiva de vários grupos de crianças bilingues (inglês-espanhol, inglês-coreano e inglês-japonês) de 20 meses, comparando os seus níveis de vocabulário entre si e com os de grupos de crianças monolingues de cada língua-alvo (com a exceção do japonês, devido à inexistência de dados). Os autores investigaram também se fatores culturais, designadamente o grau de aculturação das mães das crianças bilingues, influenciam a variação de *input* linguístico e, consequentemente, o desenvolvimento da competência lexical produtiva. Quanto aos participantes, todas as crianças bilingues são primogénitas e provêm de famílias em que pelo menos a mãe é imigrante de primeira geração nos Estados Unidos, sendo, portanto, falante nativa da língua-alvo minoritária.

Os grupos monolíngues são constituídos por crianças residentes na Argentina, na Coreia do Sul e nos Estados Unidos, estando, portanto, a adquirir a língua dominante da sociedade. Os dados lexicais foram recolhidos através de relatórios parentais padronizados que permitiram calcular a dimensão de vocabulário de cada criança nas línguas-alvo e o grau de exposição linguística bilingue foi obtido através de questionários sociolinguísticos detalhados. Para além disso, foi calculado o grau de aculturação das mães das crianças bilingues através de escalas padronizadas. No que respeita à análise do tamanho de vocabulário em cada uma das línguas-alvo, os autores verificam que as crianças bilingues apresentam valores inferiores aos das respetivas crianças monolíngues, não havendo, porém, diferenças significativas entre grupos bilingues relativamente à dimensão lexical na língua de herança, o que revela que os bilingues estavam a desenvolver a competência lexical produtiva na língua minoritária a um ritmo semelhante. Quanto ao tamanho de vocabulário total (*i.e.* as línguas maioritária e minoritária combinadas), apenas as crianças bilingues inglês-espanhol obtiveram valores inferiores aos dos seus correspondentes monolíngues, contradizendo estudos anteriores sobre este tipo de falantes bilingues (Pearson *et al.*, 1993; Hoff *et al.*, 2012). De acordo com os autores, tal discrepância de resultados poderá estar relacionada não só com diferenças culturais associadas ao país de origem das famílias imigrantes, como também com o estatuto da língua minoritária na comunidade de acolhimento, justificando que a amostra destes falantes residia numa área geográfica onde o espanhol tinha um estatuto inferior, sendo a aprendizagem bilingue, portanto, menos apoiada pela sociedade dominante. Por fim, os autores correlacionaram, em cada língua-alvo, o tamanho do vocabulário com o grau de exposição linguística e estes com o nível de aculturação das mães das crianças bilingues. Verificaram que havia uma relação direta, ou seja, as mães que estavam menos aculturadas à sociedade de acolhimento comunicavam mais na língua nativa com os seus filhos, o que, por sua vez, influenciava positivamente o tamanho de vocabulário da língua de herança. De igual modo, quando o grau de aculturação era maior, o processo inverso acontecia, desta vez com efeitos negativos para a língua minoritária.

Uma vez que a grande maioria dos estudos sobre o desenvolvimento da competência lexical de falantes bilingues está centrada em contextos bilingues em que a língua minoritária tem um estatuto sociocultural inferior ao da língua da sociedade (*i.e.* a maioritária) e em que os falantes bilingues



tendem a apresentar resultados inferiores aos dos seus pares monolíngues em testes de vocabulário em uma (Allman, 2005; Bialystok *et al.*, 2010) ou nas suas duas línguas (Oller, 2005; Oller *et al.*, 2007), têm surgido alguns estudos que procuram verificar se o desenvolvimento lexical destes falantes varia em contextos socioculturais favoráveis ao uso de ambas as línguas, como são os casos do bilinguismo francês-inglês no Canadá e do galês-inglês no País de Gales (Gathercole & Thomas, 2009; Thordardottir, 2011). É, portanto, nesta linha de investigação que Smithson *et al.* (2014) realizaram um estudo com crianças e adultos bilingues francês-inglês e os seus correspondentes monolíngues no Canadá, sendo que os participantes bilingues residiam em Edmonton, onde o francês, apesar de ter o estatuto de língua oficial a par do inglês, é a língua minoritária. Neste estudo, as autoras procuraram verificar se os seus participantes bilingues mostravam o mesmo padrão de desenvolvimento lexical que os participantes de um outro estudo realizado por Thordardottir (2011), no qual crianças bilingues francês-inglês, na faixa etária dos 5 anos, com quantidades de exposição equivalentes em ambas as línguas, residentes em Montreal (Canadá), obtiveram resultados semelhantes aos das crianças monolíngues em testes de vocabulário recetivo, tendo, as autoras do estudo em questão, alargado a sua análise a faixas etárias subsequentes e a adultos. Simultaneamente, Smithson *et al.* (2014) procuram avaliar não só se a quantidade de exposição linguística em casa influencia os resultados de vocabulário das crianças bilingues, como também se os falantes bilingues têm um desempenho lexical adequado à sua faixa etária e se a primeira língua a ser adquirida (L1) influencia os resultados lexicais de um adulto bilingue. Quanto aos participantes, as crianças foram agrupadas em 3 faixas etárias (dos 3 aos 5 anos, dos 6 aos 8, e dos 9 aos 12) e, no caso dos adultos bilingues, estes foram agrupados por L1 (L1 francês; L1 inglês; e L1 francês-inglês). No que respeita aos participantes monolíngues, apenas a língua majoritária (*i.e.* o inglês) tinha representantes de todos os escalões etários, sendo que, na minoritária, só participaram crianças dos 3 aos 5 anos e dos 6 aos 8. Assim, após a aplicação de testes padronizados de vocabulário recetivo, as investigadoras verificam que todos os grupos etários bilingues apresentam resultados médios de vocabulário equivalentes ou acima da média padrão em ambas as línguas, com a exceção das crianças bilingues dos 6 aos 8 anos, que obtiveram resultados inferiores no inglês. No que respeita à comparação lexical entre grupos bilingues e monolíngues, as crianças dos 3 aos 5 anos

e adultos bilingues não apresentam diferenças significativas em relação aos grupos monolíngues correspondentes nos testes de inglês, mas os resultados dos grupos etários intermédios (6-8; 9-12 anos) são consideravelmente inferiores. Por sua vez, no francês, não se verificam diferenças relevantes entre os resultados das crianças bilingues e monolíngues. Uma das razões sugeridas para a variação dos resultados entre a língua minoritária e a maioritária nestas faixas etárias é o facto de estas crianças estarem a frequentar instituições de ensino destinadas a crianças bilingues cuja exposição linguística em casa é maioritariamente em francês, sendo esta a língua de escolarização (o inglês é apenas introduzido no terceiro ano de escolaridade). Contudo, os efeitos negativos da exposição reduzida à língua maioritária nestas idades parecem ser temporários, visto que na idade adulta os resultados lexicais são equivalentes aos do grupo monolíngue. Para além disso, as autoras constataam que a quantidade de exposição linguística em contexto familiar é um fator preditivo no desenvolvimento lexical de crianças bilingues em cada uma das suas línguas. Assim, se, por um lado, uma maior exposição ao francês em casa produz resultados inferiores nos testes de vocabulário recetivo de inglês e mais elevados nos testes de francês, por outro lado, as crianças bilingues mais expostas ao inglês em casa obtêm resultados mais altos nos testes de inglês e mais baixos nos de francês. Por fim, as autoras observam diferenças individuais nos resultados dos adultos bilingues. Nos testes de vocabulário de inglês, não são observadas diferenças significativas entre os três grupos, porém, nos testes de francês, o grupo bilingue cuja L1 é o inglês apresenta resultados inferiores aos dos outros grupos, demonstrando que a L1 dos adultos bilingues desempenha um papel importante no nível de vocabulário da língua minoritária, mas não no da maioritária.

### **Efeitos de *input* reduzido sobre o desenvolvimento da competência morfossintática**

Muitos dos estudos centrados no efeito da exposição linguística sobre o desenvolvimento bilingue analisam a aquisição de propriedades morfossintáticas e semânticas (Austin, 2009; Blom, 2010; Blom, Paradis & Sorenson Duncan, 2012; Flores & Barbosa, 2014; Flores *et al.*, 2016; Gathercole, 2007; Gathercole & Thomas, 2009; Gathercole *et al.*, 2013; Hoff *et al.*, 2012; Nicoladis, Palmer & Marentette, 2007; Paradis, Tremblay & Crago, 2014; Rodina

& Westergaard, 2015; Schlyter, 1993; Suchtelen, 2014; Thomas *et al.*, 2014; Thordardottir, 2014; Unsworth *et al.*, 2014; Unsworth, 2014, entre outros). Apesar do crescente número de estudos nesta área, estes diferem muito quanto à metodologia de recolha de dados usada, ao tipo de falante investigado e aos fatores selecionados para controlar o grau de exposição linguística. Não obstante esta diversidade, podemos sintetizar quatro ideias-chave que resultam da investigação realizada e que iremos aprofundar nesta secção:

Tal como o domínio lexical, também o desenvolvimento da competência morfosintática é vulnerável a efeitos de exposição linguística. A expressividade destes efeitos depende de vários fatores.

Nem todos os domínios morfossintáticos são igualmente suscetíveis a efeitos de variação de *input*. O grau de suscetibilidade parece depender do grau de complexidade da propriedade-alvo e da idade em que é adquirida no desenvolvimento nativo.

No caso de crianças que crescem em contextos em que a língua falada no seio da família (língua minoritária / de herança) não é a língua da sociedade dominante (língua maioritária), os efeitos de exposição linguística reduzida são sobretudo visíveis a nível da língua minoritária, sendo pouco expressivos na língua maioritária.

Efeitos de exposição reduzida, observados em fases precoces do desenvolvimento linguístico (por exemplo, um atraso na aquisição de uma determinada propriedade), são muitas vezes superados em fases mais tardias de desenvolvimento.

Um contributo importante neste domínio foi dado pelos estudos de Elin Thordardottir (2011, 2014), que investigou o desenvolvimento lexical e gramatical de crianças bilingues francês-inglês, de 3 e 5 anos de idade, residentes em Montreal / Canadá. A quantidade de exposição linguística recebida em cada língua foi calculada a partir de um questionário parental detalhado, que incidia sobre as línguas faladas em casa e no infantário, os interlocutores e os contextos de uso de cada língua ao longo da vida da criança. Para cada língua foi então calculada uma percentagem de exposição linguística, que permitiu classificar as crianças em crianças com exposição equilibrada ao francês e ao inglês e crianças que recebiam muito mais *input* linguístico de uma língua do que de outra (geralmente o francês era a língua dominante). Focando o domínio da morfologia verbal, nomeadamente a acurácia e a diversidade de uso de morfemas de flexão verbal, Thordardottir (2014) comparou a proficiência das crianças bilingues, em cada língua, entre si e com crianças monolíngues das respetivas línguas, com idades

equivalentes. Os resultados mostram que o desenvolvimento gramatical é fortemente influenciado pelo grau de exposição linguística nas línguas-alvo. As crianças com exposição equivalente em ambas as línguas apresentam resultados semelhantes às respectivas crianças monolíngues. Já as crianças que têm consideravelmente mais contacto diário com uma das duas línguas apresentam desenvolvimento distinto em ambas as línguas. No caso de exposição desequilibrada, o desenvolvimento da morfologia verbal na língua menos usada (com ca. 25% de exposição), classificada como ‘língua mais fraca’ (de *weaker language*), apresenta atrasos, comparado com o desenvolvimento das crianças monolíngues ou das crianças bilingues com exposição equilibrada. As crianças com uma língua mais fraca mostram, na faixa etária de 5 anos, níveis de desenvolvimento gramatical comparáveis ao de crianças monolíngues de 3 anos nessa língua (mas não na língua dominante), usando consideravelmente menos morfemas de flexão verbal.

Também os estudos desenvolvidos por Sharon Unsworth e colegas (Unsworth, 2013, 2014; Unsworth *et al.*, 2014) correlacionam o desenvolvimento morfossintático das crianças bilingues investigadas com fatores extralinguísticos que determinam o grau e tipo de exposição linguística. Para quantificar a exposição linguística, Unsworth (2013) desenvolveu um instrumento de avaliação da exposição linguística (o UBILEC - *Utrecht Bilingual Language Exposure Calculator*), que permite determinar um valor médio de exposição acumulada ao longo da vida da criança (*Cumulative Index of Exposure*), o qual resulta da análise detalhada de variáveis relacionadas com a quantidade e qualidade de input disponível. Assim, com base neste instrumento, Unsworth *et al.* (2014) mostram que a aquisição da categoria gramatical ‘género’ em crianças bilingues holandes-ingles e grego-ingles depende significativamente do valor médio de exposição acumulada, calculado para cada criança. Quanto menor este valor, mais demora as crianças mostram na aquisição do género gramatical. Esta aquisição mais demorada é sobretudo visível em holandês, língua em que a categoria gramatical ‘género’ é uma propriedade bastante opaca, adquirida tarde por parte de crianças falantes nativas de holandês. As autoras concluem que também a natureza da propriedade gramatical investigada determina o seu grau de vulnerabilidade face ao grau de exposição linguística recebida. Propriedades consideradas

‘tardias’[1] são mais *suscetíveis a input reduzido do que propriedades gramaticais adquiridas em estágios precoces de aquisição*.

Esta conclusão é confirmada por Flores *et al.* (2016), que analisam a produção do modo verbal em orações completivas do português europeu por parte de crianças e adolescentes bilingues luso-alemães residentes na Alemanha (7 a 16 anos de idade) num teste de produção provocada (baseado em Jesus, 2014). Os resultados deste estudo mostram que o facto de as crianças terem dois pais portugueses de primeira geração, que usam predominantemente o português em casa, ou pais bilingues, que usam tanto o alemão como o português na comunicação com os filhos, influencia significativamente o seu domínio do modo conjuntivo na sua língua de herança (*i.e.* o português). As crianças que têm menos contacto com o português em casa começam a usar o modo conjuntivo mais tarde do que as crianças com mais exposição. Confirmando observações de outros estudos (p. ex. Hoff *et al.*, 2014b), os autores também mostram que o facto de as crianças terem ou não irmãos mais velhos é uma variável preditiva da produção do modo conjuntivo. Uma vez que a comunicação entre irmãos tende a desenvolver-se predominantemente na língua maioritária, a criança com irmãos mais velhos tem tendência a usar mais cedo a língua maioritária, em detrimento da língua de herança, do que a criança primogénita. Este estudo mostra ainda que, em idades mais avançadas (*i.e.* dos 13 aos 16 anos), os jovens bilingues já não apresentam diferenças entre si na produção do conjuntivo, sugerindo que eventuais atrasos na produção do modo conjuntivo nos contextos testados são superados em estágios mais avançados do desenvolvimento linguístico. Isto significa que, tendo contacto continuado à língua de herança, o falante acaba por adquirir a propriedade-alvo.

A hipótese de os efeitos de *input* reduzido serem significativos num determinado estágio de desenvolvimento, sendo superados em estágios mais avançados, é defendida por vários autores. Gathercole & Thomas (2009), por exemplo, analisam a proficiência linguística de crianças oriundas do País de Gales, que crescem com exposição ao inglês, a língua maioritária, e ao galês. Apesar de ser uma das línguas oficiais do País de Gales, o galês é uma língua minoritária, usada sobretudo no contexto familiar. As 306 crianças

---

<sup>1</sup> Para uma discussão dos conceitos de propriedade ‘precoc’, ‘tardia’ e ‘muito tardia’ veja Tsimpli (2014).

testadas (com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos) são classificadas de acordo com a língua de comunicação em casa. Um grupo provém de famílias que apenas falam galês em casa, o outro grupo é constituído por crianças provenientes de famílias que usam o galês e o inglês na interação familiar. Por usarem predominantemente o galês em casa, as crianças do primeiro grupo têm uma exposição bastante equilibrada às duas línguas, uma falada no seio da família e a outra fora de casa. O segundo grupo, que usa o galês e o inglês em casa, tem significativamente mais exposição à língua inglesa do que ao galês. Os resultados da experiência centrada no domínio do género gramatical em galês mostram que as crianças do primeiro grupo apresentam um processo de aquisição do galês significativamente mais acelerado do que as crianças provenientes de famílias bilingues. Já a nível do inglês, a língua maioritária, as crianças testadas atingem proficiência linguística semelhante à de crianças inglesas monolingues. Estes resultados mostram que a língua maioritária de crianças oriundas de comunidades bilingues se desenvolve de forma semelhante à de crianças monolingues. A língua minoritária, no entanto, é vulnerável a efeitos de exposição reduzida. Contudo, as crianças mais velhas (de 9 anos de idade) apresentam um nível de proficiência muito semelhante, independentemente do seu grau de exposição ao galês. Segundo as autoras, este resultado mostra que as crianças com menos exposição à língua minoritária demoram mais tempo a adquirir determinadas propriedades morfossintáticas, mas acabam por adquiri-las em idades mais avançadas. Este processo é explicado com recurso à hipótese da ‘massa crítica de exposição’ (*critical mass of input*), segundo a qual a aquisição de determinadas propriedades (como o género em galês) requer uma quantidade mínima de exposição. Uma criança bilingue que tenha exposição mais limitada a uma das suas línguas demorará mais tempo a juntar a massa crítica de exposição necessária à aquisição dessas propriedades.

Ainda segundo Gathercole e Thomas (2009), para acumular a ‘massa crítica’ necessária, é fundamental um contacto contínuo com a língua minoritária. Thomas *et al.* (2014) mostram que os falantes bilingues que deixam de ter contacto diário com a língua minoritária poderão não adquirir determinadas propriedades gramaticais, sobretudo se estas são muito complexas e opacas (como o plural no galês).

## Considerações finais

Apesar da diversidade de metodologias usadas, do domínio linguístico observado e dos pares de línguas analisados, os estudos acima apresentados mostram que existe uma estreita correlação entre as condições de *input* linguístico acessível à criança bilingue e o seu desenvolvimento linguístico. Como demonstram os estudos revistos, são vários os fatores que condicionam a natureza da exposição linguística em contexto bilingue. As crianças que crescem com duas línguas, em regra, obtêm o seu *input* linguístico em cada uma das línguas de diferentes fontes, sendo que estas podem ser mais numerosas e diversificadas numa das línguas e bastante reduzidas na outra.

O contexto de aquisição mais importante, que fornece uma parte substancial do *input* linguístico, sobretudo em faixas etárias precoces, é o contexto doméstico. A quantidade de exposição linguística recebida em casa é geralmente medida através de estimativas fornecidas pelos pais das crianças investigadas ou resultam de cálculos extraídos de questionários parentais. As situações mais comuns são, por um lado, o uso da estratégia ‘um pai – uma língua’, em que pai e mãe usam línguas diferentes no contexto doméstico. Geralmente (mas nem sempre), uma dessas línguas é também a língua da sociedade. Por outro lado, também é muito frequente a língua da família não ser a língua da sociedade maioritária. Nestes casos, a criança é exposta a uma língua no contexto doméstico e à outra ‘fora de casa’, contudo, a língua maioritária pode também ser falada no contexto doméstico por irmãos ou um (ou mesmo ambos os) pai(s). Estas diferentes constelações originam grandes variações quanto à quantidade de *input* que crianças bilingues recebem de cada uma das suas línguas: a exposição a ambas as línguas pode ser bastante equilibrada ou a criança poderá ter um contacto muito limitado com uma das línguas e exposição dominante à outra. Como mostram os estudos acima apresentados, esta variação reflete-se claramente no desenvolvimento lexical e morfossintático das crianças, sendo a língua mais fraca, evidentemente, a mais afetada por exposição reduzida. Consequentemente, a investigação nesta área mostra que o desenvolvimento linguístico das crianças é mais equilibrado no caso em que, em contexto de migração, ambos os pais falam a língua minoritária no seio da família (veja também discussão em De Houwer, 2007; Unsworth, 2015).

Naturalmente, os pais não são a única fonte de exposição linguística no contexto doméstico. Geralmente, a criança convive também com familiares próximos, como avós e tios, que podem viver na mesma casa e que dão um contributo importante neste domínio. Um papel importante têm também os irmãos, como demonstrado em vários estudos (ex. Bridges & Hoff, 2014; Flores *et al.*, 2016), pois crianças com irmãos mais velhos tendem a mostrar um desenvolvimento mais demorado em algumas áreas da língua minoritária do que crianças primogénitas. É importante realçar neste âmbito que o número de filhos parece ter um papel importante, não apenas pela presença de mais fontes de exposição disponíveis aos irmãos mais novos, mas também porque a existência de mais filhos parece desencadear uma alteração de hábitos linguísticos. Geralmente, os irmãos mais velhos originam a introdução da língua maioritária no seio de famílias de línguas minoritárias, que tende também a ser adotada pelos pais (ver Bridges & Hoff, 2014).

A par da quantidade, também a qualidade da exposição linguística desempenha um papel importante no desenvolvimento linguístico de crianças bilingues. No seu dia a dia, estas crianças interagem quer com falantes nativos, quer com falantes não nativos, que variam quanto ao seu nível de proficiência. Em contextos familiares bilingues, é comum, por exemplo, os pais usarem a língua um do outro, apresentando, muitas vezes, fragilidades nos vários domínios linguísticos (léxico, fonética, morfossintaxe, semântica e pragmática) da língua não nativa. Por outro lado, é também frequente as crianças bilingues conviverem com diferentes gerações de imigrantes que, por sua vez, podem exibir efeitos de erosão linguística na língua de origem e níveis de proficiência baixa na língua de acolhimento. De facto, alguns estudos sugerem que, se, por um lado, o contacto frequente com falantes nativos é um fator preditivo positivo do desenvolvimento linguístico bilingue (Place & Hoff, 2011), por outro lado, *input* linguístico proveniente de falantes menos proficientes na(s) língua(s)-alvo poderá ter efeitos negativos sobre a competência linguística de falantes bilingues, podendo levar a uma aquisição incompleta da(s) língua(s)-alvo (Cornips & Hulk, 2008).

De igual modo, a variedade de interlocutores e a qualidade de diferentes fontes de *input* linguístico a que crianças bilingues têm acesso influenciam os seus níveis de proficiência linguística. Geralmente, o conhecimento lexical de crianças bilingues tende a estar distribuído por diferentes contextos de comunicação de acordo com a língua utilizada pelos seus intervenientes,



sendo, portanto, normal uma criança bilingue conhecer vocabulário numa língua e não na outra, consoante o contexto em que este ocorre (Oller *et al.*, 2007). Deste modo, a convivência com diferentes falantes das línguas em aquisição em contextos de comunicação diversificados (*i.e.* casa, escola, atividades extracurriculares, etc.) contribui positivamente para a variedade e riqueza lexical das crianças bilingues. Por outro lado, o acesso a diferentes fontes de exposição linguística mais próximas da língua padrão (*i.e.* televisão, rádio, literatura, etc.) parece ter igualmente um impacto positivo no desenvolvimento linguístico bilingue (Cha & Goldenberg, 2015; Scheele *et al.*, 2010).

Para além do ambiente doméstico, outro contexto de aquisição bilingue muito importante é o contexto escolar. De facto, a escola e outras instituições de educação pré-escolares são, muitas das vezes, as principais fontes de *input* linguístico da língua da sociedade para crianças que são expostas predominantemente à língua de herança em casa. De salientar ainda que é nesta altura, quando as crianças bilingues começam a frequentar instituições escolares, que, geralmente, a língua maioritária começa a exercer o seu papel dominante no processo da aquisição bilingue. Por outro lado, é também através da escola, em contextos socioculturais que promovem programas de educação bilingue, que crianças bilingues têm acesso a um tipo de *input* linguístico mais normativo da língua de herança, tendo ao mesmo tempo a oportunidade de conhecer e de conviver com outras crianças bilingues que partilham a mesma experiência sociolinguística.

## Referências

- ALLMAN, B. (2005). Vocabulary size and accuracy of monolingual and bilingual preschool children. In J. Cohen, K. T. McAlister, K. Rolstad & J. MacSwan (Eds.), *Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism* (pp. 58-77). Somerville, MA: Cascadilla Press.
- AUSTIN, J. (2009). Delay, interference, and bilingual development: The acquisition of verbal morphology in children learning Basque and Spanish. *International Journal of Bilingualism*, 13, 447-479.

- BIALYSTOK, E., Luk, G., Peets, K. F., & Yang, S. (2010). Receptive vocabulary differences in monolingual and bilingual children. *Bilingualism: Language and Cognition*, 13, 525-531.
- BLOM, E. (2010). Effects of input on the early grammatical development of bilingual children. *International Journal of Bilingualism*, 14, 422-446.
- BLOM, E., Paradis, J., & Sorenson Duncan, T. (2012). Effects of input properties, vocabulary size, and L1 on the development of third person singular *-s* in child L2 English. *Language Learning*, 62 (3), 965-994.
- BORNSTEIN, M. H., & Cote, L. R. (2014). Productive vocabulary among three groups of bilingual American children: Comparison and prediction. *First Language*, 34, 467-485.
- BRIDGES, K., & Hoff, E. (2014). Older sibling influences on the language environment and language development of toddlers in bilingual homes. *Applied Psycholinguistics*, 35, 225-241.
- BYLUND, E. (2009). Maturation constraints and first language attrition. *Language Learning*, 59 (3), 687-715.
- CHA, K., & Goldenberg, C. (2015). The complex relationship between bilingual home language input and kindergarten children's Spanish and English oral proficiencies. *Journal of Educational Psychology*, 107 (4), 935-953.
- CORNIPS, L., & Hulk, A. (2008). Factors of success and failure in the acquisition of grammatical gender in Dutch. *Second Language Research*, 28, 267-296.
- DE HOUWER, A. (2007). Parental language input patterns and children's bilingual use. *Applied Psycholinguistics*, 28, 411-424.
- DE HOUWER, A., Bornstein, M., & Putnick, D. L. (2014). A bilingual-monolingual comparison of young children's vocabulary size: Evidence from comprehension and production. *Applied Psycholinguistics*, 35, 1189-1211.
- FLORES, C., & Barbosa, P. (2014). When reduced input leads to delayed acquisition: a study on the acquisition of clitic placement by Portuguese heritage speakers. *International Journal of Bilingualism*, 18 (3), 304-325.
- FLORES, C., Santos, A., Jesus, A., & Marques, R. (2016). Age and input effects in the acquisition of mood in Heritage Portuguese. *Journal of Child Language*.
- GATHERCOLE, V. C. M. (2007). Miami and North Wales, so far and yet so near: Constructivist account of morpho-syntactic development in bilingual children. *The International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 10, 224-247.

- GATHERCOLE, V. C. M. & Thomas, E. M. (2009). Bilingual first-language development: Dominant language takeover, threatened minority language take-up. *Bilingualism: Language and Cognition*, 12 (2), 213-237.
- GATHERCOLE, V. C. M., Thomas, E. M., Roberts, E., Hughes, C., & Hughes, E. (2013). Why assessment needs to take exposure into account: Vocabulary and grammatical abilities in bilingual children. In V. C. M. Gathercole (Ed.), *Issues in the assessment of bilinguals* (pp. 20-55). Bristol: Multilingual Matters.
- GENESE, F. (1989). Early bilingual development: one language or two? *Journal of Child Language*, 16, 161-179.
- HAMMER, C. S., Lawrence, F. R., & Miccio, A. W. (2008). Exposure to English before and after entry to Head Start: Bilingual children's receptive language growth in Spanish and English. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 11, 30-56.
- HART, B., & Risley, R. T. (1995). *Meaningful differences in the everyday experience of young American children*. Baltimore: Paul H. Brookes.
- HOFF, E., Rumiche, R., Burridge, A., Ribot, K. M., & Welsh, S. N. (2014a). Expressive vocabulary development in children from bilingual and monolingual homes: A longitudinal study from two to four years. *Early Childhood Research Quarterly*, 29, 433-444.
- HOFF, E., Welsh, S., Place, S., & Ribot, K. M. (2014b). Properties of dual language input that shape bilingual development and properties of environments that shape dual language input. In T. Grüter & J. Paradis (Eds.), *Input and experience in bilingual development* (pp. 119-140). Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- HOFF, E., Core, C., Place, S., Rumiche, R., Senior, M., & Parra, M. (2012). Dual language exposure and early bilingual development. *Journal of Child Language*, 39, 1-27.
- HOFF, E., & Naigles, L. (2002). How children use input to acquire a lexicon. *Child Development*, 73 (2), 418-433.
- HURTADO, N., Grüter, T., Marchman, V., & Fernald, A. (2014). Relative language exposure, processing efficiency and vocabulary in Spanish-English bilingual toddlers. *Bilingualism: Language and Cognition*, 17, 189-202.
- JESUS, A. (2014). Aquisição do modo em orações completivas do Português Europeu: o papel dos traços de epistemicidade e veridicidade. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- JUNKER, D. A., & Stockman, I. J. (2002). Expressive vocabulary of German-English bilingual toddlers. *American Journal of Speech-Language Pathology*, 11, 381-395.

- KAN, P. F., & Kohnert, K. (2005). Preschoolers learning Hmong and English: Lexical-semantic skills in L1 and L2. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, 48, 372-383.
- MEISEL, J. (1989). Early differentiation of languages in bilingual children. In K. Hyltenstam & L. Obler (Eds.), *Bilingualism Across the Lifespan: Aspects of Acquisition, Maturity and Loss* (pp. 13-40). Cambridge: Cambridge University Press.
- NICOLADIS, E., Palmer, A., & Marentette, P. (2007). The role of type and token frequency in using past tense morphemes correctly. *Developmental Science*, 10, 237-54.
- OLLER, D. K. (2005). The distributed characteristic in bilingual learning. In J. Cohen, K. T. McAlister, K. Rolstad & J. MacSwan (Eds.), *ISB4: Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism* (pp. 1744-1749). Somerville, MA: Cascadilla Press.
- OLLER, D. K., Pearson, B. Z., & Cobo-Lewis, A. B. (2007). Profile effects in early bilingual language and literacy. *Applied Psycholinguistics*, 28, 191-230.
- PARADIS, J., Tremblay, A., & Crago, M. (2014). French-English bilingual children's sensitivity to child-level and language-level input factors in morphosyntactic acquisition. In T. Grüter & J. Paradis (Eds.), *Input and experience in bilingual development* (pp. 161-180). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- PEARSON, B. Z., Fernández, S. C., & Oller, D. K. (1993). Lexical development in bilingual infants and toddlers: Comparison to monolingual norms. *Language Learning*, 43, 93-120.
- PLACE, S., & Hoff, E. (2011). Properties of dual language exposure that influence two-year-olds' bilingual proficiency. *Child Development*, 82, 1834-1849.
- RODINA, Y., & Westergaard, M. (2015). Grammatical gender in bilingual Norwegian-Russian acquisition: The role of input and transparency. *Bilingualism: Language and Cognition*. FirstView Article. DOI:10.1017/S1366728915000668
- SCHEELE, A. F., Leseman, P. P. M., & Mayo, A. Y. (2010). The home language environment of monolingual and bilingual children and their language proficiency. *Applied Psycholinguistics*, 31, 117-140.
- SCHLYTER, S. (1993). The weaker language in bilingual Swedish-French children. In K. Hyltenstam & A. Viberg (Eds.), *Progression and regression in language: Sociocultural, neuropsychological and linguistic perspectives* (pp. 289-308). Cambridge: Cambridge University Press.
- SHENG, L., Lu, Y., & Kan, P. F. (2011). Lexical development in Mandarin-English bilingual children. *Bilingualism: Language and Cognition*, 14, 579-587.

- SMITHSON, L., Paradis, J., & Nicoladis, E. (2014). Bilingualism and receptive vocabulary achievement: Could sociocultural context make a difference? *Bilingualism: Language and Cognition*, 17, 810-821.
- SUCHTELEN, P. (2014). Maintained and acquired heritage Spanish in the Netherlands: The case of dative constructions. *Applied Linguistics Review*, 5 (2), 375-400.
- THOMAS, E. M., & Gathercole, V. (2007). Children's productive command of grammatical gender and mutation in Welsh: An alternative to rule-based learning. *First Language*, 27 (3), 251-278.
- THOMAS, E., Williams, N., Jones, L., Davies, S., & Binks, H. (2014). Acquiring complex structures under minority language conditions: Bilingual acquisition of plural morphology in Welsh. *Bilingualism: Language and Cognition*, 17 (3), 478-494.
- THORDARDOTTIR, E. (2014). The relationship between bilingual exposure and morphosyntactic development. *International Journal of Speech Language Pathology*. Early on-line. DOI: 10.3109/17549507.2014.923509
- THORDARDOTTIR, E. (2011). The relationship between bilingual exposure and vocabulary development. *International Journal of Bilingualism*, 15, 426-445.
- TSIMPLI, I. (2014). Early, late or very late? Timing acquisition and bilingualism. *Linguistic Approaches to Bilingualism*, 4 (3), 283-313.
- UNSWORTH, S. (2015). Quantity and quality of language input in bilingual language development. In E. Nicoladis & S. Montanari (Eds.), *Lifespan perspectives on bilingualism* (pp. 136-196). Berlin: Mouton de Gruyter.
- UNSWORTH, S. (2014). Comparing the role of input in bilingual acquisition across domains. In T. Grüter & J. Paradis (Eds.), *Input and experience in bilingual development* (pp. 181-201). Amsterdam: John Benjamins.
- UNSWORTH, S. (2013). Assessing the role of current and cumulative exposure in simultaneous bilingual acquisition: The case of Dutch gender. *Bilingualism: Language and Cognition*, 16 (1), 86-110.
- UNSWORTH, S., Argyri, F., Cornips, L., Hulk, A., Sorace, A., & Tsimpli, I. (2014). The role of age of onset and input in early child bilingualism in Greek and Dutch. *Applied Psycholinguistics*, 35 (4), 765-805.
- WILLARD, J. A., Agache, A., Jäkel, J., Glück, C. W., & Leyendecker, B. (2015). Family factors predicting vocabulary in Turkish as a heritage language. *Applied Psycholinguistics*, 36, 875-898.

ISBN 978-989-755-240-3

